

Existe uma enorme ligação física entre as cidades globais: o navio cargueiro que vai distribuir o seu cobre. Esses navios-contêiner exigem instalações de descarga e transporte numa escala que transcende os armazéns e docas da era industrial em cidades como Liverpool, Nova York e Xangai; estes, em escala menor e integrados à malha da cidade ao redor, são hoje em dia verdadeiras relíquias funcionais. As docas do rio Hudson em Nova York, por exemplo, ficavam a pequena distância a pé, com carrinhos de mão, das pequenas manufaturas que transformavam fardos de tecido egípcio em roupas americanas; hoje essas roupas, já fabricadas na China ou na Tailândia, são descarregadas em Nova Jersey, que praticamente não tem uma indústria de vestuário. A nova infraestrutura de portos gigantescos os desvincula do resto de uma região urbana, embora estejam integrados à economia global.

Em consequência da globalização, uma velha maneira de pensar a estrutura política tornou-se de certa forma superada. Essa maneira era análoga às bonecas matrioscas russas, cabendo os diferentes tamanhos uns dentro dos outros; as comunidades estavam contidas nas cidades, as cidades nas regiões, as regiões nas nações. As cidades globais não estão mais "contidas" em algum lugar; vão se desvinculando dos Estados-nação que as contêm. Os maiores parceiros de Londres em operações financeiras são Frankfurt e Nova York, e não o resto da nação britânica. E as cidades globais tampouco se tornaram cidades-Estado segundo o modelo weberiano. A cidade global representa uma rede internacional de dinheiro e poder, difícil de ser tratada localmente: em vez de confrontar Robert Moses, um ser humano tangível que vivia em Nova York, hoje Jane Jacobs talvez tivesse de mandar e-mails de protesto para um comitê de investimentos no Catar.

Todas essas forças convergem para ameaçar o Sr. Sudhir. Lugares locais informais se tornam alvos convidativos para os regimes globais. E são convidativos sob dois aspectos.

Digamos que você atue no mercado global de cobre e queira começar a investir em imóveis: terá de seguir um destes dois modelos. O primeiro é o de "oportunidades de investimento". O investidor de oportunidades está sempre em busca do negócio excepcional. Ele identifica um bom negócio local, mesmo vivendo fora da cidade: trabalha com equipes de olheiros altamente especializados e prestadoras de serviços; investe agressivamente para

marco - contêiner

escalas
funcionais

subtrair um setor aos operadores locais mais lentos ou agarrar oportunidades para as quais os locais, embotados pela familiaridade, estão desatentos; acima de tudo, ele tem bolsos mais cheios que os locais. Foi assim que empreiteiros canadenses da construção civil internacional se apropriaram inicialmente de vastos terrenos para construir o centro comercial de Canary Wharf em Londres. Os forasteiros juntaram dinheiro de bancos e investidores fora da Grã-Bretanha para aplicar nas docas abandonadas; além disso, os especialistas locais — astutos tubarões de ternos impecáveis contratados pelos canadenses — saíram em busca de imóveis cujos proprietários só tarde demais se deram conta de que tinham nas mãos algo de valor.

Os investidores de oportunidades buscam ganhar dinheiro com determinado aspecto dos sistemas abertos, nos quais um acontecimento de escala relativamente pequena pode desencadear uma mudança maciça no todo. Esse gatilho é o que chamamos na linguagem cotidiana de "ponto de virada". Num sistema fechado, pequenos eventos podem se acumular, mas não determinam uma virada; pelo contrário, exercem esse efeito cumulativo passo a passo de forma suave. O interesse econômico para os investidores de oportunidades é que os pontos de virada ampliam o valor, ao promover grandes saltos inesperados. Na High Line de Nova York, por exemplo, um investimento relativamente pequeno em sementes de plantas, equipamentos de rua, escoras de plataforma e cadeiras e bancos gerou valores infinitamente maiores em terrenos das cercanias, reformas e novos prédios. Num estilo de investimento aberto e de busca de oportunidades, como observa o capitalista de risco William Janeway, os investidores querem saber se determinado negócio pode desencadear outros negócios, e não se é lucrativo em si mesmo.¹²

Era mais fácil conseguir negócios excepcionais capazes de desencadear crescimento nas primeiras etapas da revolução urbana; uma geração atrás, não estava claro que as cidades fossem crescer tão rapidamente no sul ou se regenerar no norte. Hoje, já não são tão numerosos os proprietários de visão curta como os que venderam para os canadenses que criaram Canary Wharf. Assim foi que entrou em cena um modelo mais sofisticado de desenvolvimento.

Trata-se do "investimento no básico". Um plutocrata de Kuala Lumpur pode não ter como saber se um novo prédio em Delhi será um ponto de

virada ou não; Kuala Lumpur sabe muito pouco a respeito da relação do prédio com os prédios vizinhos, a comunidade local ou a cidade como um todo. E o plutocrata não precisa se preocupar. (Não tenho nada contra Kuala Lumpur, estou apenas dando um exemplo.) Basicamente, o investimento no básico aplica dinheiro num conjunto de parâmetros, um conjunto de especificações. Decididas as especificações, o investidor sairá em busca de um lugar para construir. Esse tipo de procedimento se ajusta à globalização porque o número de metros quadrados envolvidos e a quantidade de materiais e horas de trabalho podem ser decididos e avaliados à distância. O investidor no básico vai tratar o lugar exatamente como o dinheiro; na verdade, em muitas transações imobiliárias sofisticadas, as especificações da construção determinam o valor do negócio, e não os prédios propriamente.¹³

Na última geração, o investimento no básico vem tendendo a tomar o lugar do investimento de oportunidades nas cidades, assim como as transações padronizadas tomaram a frente em Wall Street, em detrimento dos investimentos de “valor” praticados por financistas como Warren Buffett. O investimento no básico é mais fácil e menos arriscado que o investimento de oportunidades; negocia em termos de fácil quantificação. Além disso, o investimento no básico é adequado particularmente à prática do “flipping” — investir na criação e construção de um prédio para vendê-lo antes mesmo que esteja concluído. Enquanto o investidor de oportunidades pode identificar um prédio ou local subestimado, o investidor no básico ganha dinheiro com grandes intervenções, que são atraentes para os governos locais porque oferecem a possibilidade de recolher impostos altos.

O investimento no básico centra-se em projetos, e não em planos urbanos genéricos. Haussmann e Cerdà receberam dinheiro para tecer uma malha urbana, e não para cuidar de um único prédio, uma rua, um quarteirão ou um local público. Ainda na época da Carta de Atenas ou das cidades-jardim, os urbanistas sustentavam que o plano deve ter precedência sobre este ou aquele projeto; este argumento era sua principal arma contra os empreiteiros privados. Hoje a situação se inverteu; os planejadores é que atendem às necessidades dos projetos — basta lembrar que o mantra do urbanismo oficial em Harvard era “mediar” a relação entre planos e projetos, ao passo que hoje a realidade mostra um equilíbrio de poder dos mais desiguais.

investidor básico = modelo

A “cidade-polvo”, expressão cunhada por Joan Clos, diretor da ONU-Habitat, aponta as consequências desse tipo de desenvolvimento. Novas rodovias se espriam como tentáculos, articulando partes da cidade nas quais está sendo investido novo dinheiro, ligando, digamos, um shopping center a torres de escritórios e a novos prédios residenciais; essas ligações atravessam partes negligenciadas da cidade ou contornam favelas, bairros pobres e assentamentos improvisados. A cidade-polvo é uma exportação que tem suas origens na rede de bulevares criada por Haussmann para atravessar as favelas de Paris. Mas a cidade-polvo também representa algo novo. A rede de Haussmann não era um ajuntamento fragmentário de projetos isolados; ele queria realizar um plano global, e o encheu de ruas e prédios. O polvo urbano de Clos é um animal cujas cabeças crescem primeiro, só então sendo desenvolvidos os tentáculos que ligarão essas cabeças, núcleos ou centros de desenvolvimento. O urbanista Liu Thai Ker assinala que esse desenvolvimento desigual veio a ser globalmente disfarçado no jargão profissional com clichês como “conceito da cidade-constelação” ou modelo “policêntrico” de cidade — clichês que ocultam as necessidades coletivas da cidade como um todo.¹⁴

Recentemente, Nehru Place tornou-se alvo do interesse de investidores no básico na cidade-polvo — atraídos antes por suas especificações do que propriamente como um lugar. Um aspecto técnico dessas especificações explica o motivo da atratividade. O chamado coeficiente de ocupação do solo determina a quantidade de área construída em determinado terreno. Em geral, quanto maior o coeficiente, mais alto o prédio; para acrescentar andares a estruturas existentes, quase sempre é promovida uma alteração nas leis sobre o coeficiente. Em Delhi, as próprias autoridades alteraram a lei, elevando o coeficiente de 150% para 200% em grandes terrenos. Desse modo, a borda relativamente baixa dos prédios alinhados em Nehru Place pode tornar-se coisa do passado, contemplando as autoridades a possibilidade de alterar a histórica restrição a uma altura de 17,5 metros. Se a *ville* física assim aumentar o valor, o mundo da cobertura do estacionamento tem toda probabilidade de ser desalojado, e apagada a história do prédio.¹⁵

Por todos esses motivos, o crescimento formal da ville é inimigo do Sr. Sudhir. Embora o saiba, por que ele não fica deprimido com isto, como

aconteceu com seus colegas da Union Square em Nova York? As chances do Golias global parecem descomunais diante desse tranquilo e idoso David.

Ainda que pareça difícil imaginar uma sociedade mais desigual que a Índia tradicional, com suas castas, o fato é que o desenvolvimento econômico está redesenhando o mapa da desigualdade. Esse mapa é mais matizado do que parece indicar a correlação entre crescimento e desigualdade estabelecida pelo economista Thomas Piketty. Como acontece em outros países, a elite indiana se apropriou de uma fatia bem grande da nova riqueza do país; a atenção de Piketty está voltada para o caráter desproporcional desse pedaço. Mas essa voracidade encobre uma outra história. Uma minoria considerável está se saindo melhor que nunca, evoluindo da pauperização para uma condição mais intermediária, o que pode significar habitação num espaço maior que o mínimo de 3 metros quadrados por pessoa estabelecido pela ONU, ou a posse de um cartão de crédito.

Na China, cerca de 300 milhões de chineses alcançaram essa situação na última geração à medida que se transferiam para cidades. Na Índia, um relatório do Banco Mundial em 2015 indicava que na década anterior cerca de 9% da população tinham avançado nessa direção; mulheres e jovens especialmente se beneficiaram de oportunidades urbanas. Surpreendentemente, os índices de mobilidade ascendente na Índia nesses termos são comparáveis aos dos Estados Unidos. Do lado negativo, um outro estudo do Banco Mundial mostrava que é problemático manter esse status acima da pobreza ao longo do tempo, sobretudo para os que trabalham fora do setor público — e neste sentido a precariedade na Índia é mais uma vez comparável à que se verifica nos EUA. Até mesmo uma leve piora nas condições econômicas representa uma ameaça de perda de emprego para essa camada; tanto na Índia urbana quanto nos Estados Unidos, essa faixa da população destina uma parte excessivamente importante da renda para a moradia, ou então luta todo mês para pagar juros da dívida no cartão de crédito. A situação da classe do Sr. Sudhir, assim, é antes incerta que fadada ao fracasso. Seus valores se estruturaram em torno dessa distinção.^{16, 17}

A situação do Sr. Sudhir representa hoje uma forma de avaliar a afirmação de Pico della Mirandola, citada no início do livro, de que é o homem que se faz. As forças por trás da atual economia política urbana certamente

são ameaçadoras, mas não inteiramente imobilizantes para um homem na base da pirâmide como o Sr. Sudhir. Ele pode saber perfeitamente que os empreiteiros ricos e seus paus-mandados políticos são indiferentes ao seu destino, mas não fica obcecado com isto. Para sobreviver, ele não pode se dar ao luxo de sucumbir a uma depressão incapacitante; não tem escolha senão acreditar que o homem é que se faz. Na verdade, em sua cidade emergente, muita gente como ele vem evoluindo da pobreza absoluta para uma situação mais ambígua. Isso se deve, para usar a metáfora de Joan Clos, ao mundo aquático que cerca o polvo urbano; na economia informal, esquecida pelo planejamento de grandes projetos efetuado de cima para baixo, ele vai abrindo caminho, juntamente com outros como ele, com muito pouca ajuda ou sem ajuda nenhuma do alto da pirâmide.

Enquanto suas circunstâncias permanecerem ambíguas, ele pode continuar acreditando em sua capacidade de lidar com elas. Os valores da família em que deposita sua fé podem ser considerados como *seus* valores. A ambiguidade, aqui, fundamenta uma ética pessoal. Isto acaso valeria também para aqueles que, seja no Norte ou no Sul Global, vivem em circunstâncias menos aquáticas?

Para encontrar uma resposta, pode ser interessante olhar de cima para baixo em outra cidade emergente. Mais perto de Delhi que Paris temos Xangai, cidade asiática que tem servido de modelo para a modernização. Em Xangai, podemos olhar com os olhos de um de seus planejadores. Ela de modo algum se mostrava triunfalista quanto aos seus próprios poderes; em vez disso, lamentava o que viera a destruir no processo de transformação de sua cidade numa cidade de categoria mundial.

II. "Eles ocupam mas não habitam" — Madame Q em Xangai

"Não havia batom na Mongólia", comentou comigo Madame Q (eu alterei seu nome) enquanto observávamos uma jovem arquiteta, uma dessas típicas jovens estilosas na casa dos vinte, preparar uma maquiagem sofisticada. A mãe de Madame Q era tradutora do inglês, e por isto veio a ser alvo da Revolução Cultural. Como no meado da década de 1960 todo conhecimento especializado era considerado burguês, contrário ao estabelecimento de vín-

culos, tal conhecimento devia ser expulso da cabeça de uma pessoa, e assim a mãe foi mandada para o norte para quebrar pedra. E não sobreviveu por muito tempo. Órfã e adotada por um casal sem filhos, sua filha desenvolveu uma capacitação mais adequada “ao povo”, formando-se como engenheira civil, com especialização em materiais de construção.

Xangai entrara em decadência durante os anos da Revolução Cultural, especialmente no equipamento habitacional. No fim da década de 1970, quando Deng Xiaoping abriu mais espaço para a iniciativa individual, Madame Q, assim como muitos outros de sua geração, quis virar uma nova página na cidade, fazendo-a nova, grande e rápida. O conhecimento do concreto abriu-lhe as portas de escalões inferiores do governo municipal.

Eu conheci Madame Q num banquete em 2003. Ela aparece ao meu lado na terceira parte de uma série de filmes realizados por Alexander Kluge, *The Civilization of the City* [A civilização da cidade]; na tela, ela já dá sinais do devastador câncer que haveria de consumi-la em poucos anos. Para mim, ela teve uma vida trágica, uma juventude entristecida pela perda, a idade adulta abreviada pela doença, mas não era dada à autocomiseração. De fato considerava que sua vida profissional fora determinada por um grande erro. Quando a conheci, Madame Q começava a duvidar do que ela e seus colegas tinham feito; tratou então de procurar preservar o quanto pudesse do que restava da velha cidade.¹⁸

O governo se transforma em investidor no básico — Xangai foi a certa altura um importante entreposto comercial de trocas com o Ocidente, com franquias britânicas e francesas conferindo um aspecto europeizado a sua orla marítima, o Bund, onde se juntavam os estrangeiros. Por trás dessa casca imperial havia uma vasta cidade puramente chinesa que passou no início do século XX por um desenvolvimento industrial. Mao Tsé-tung breiou esse desenvolvimento, mas quando seu sucessor, Deng, voltou a abrir a China para o exterior, Xangai firmou-se inicialmente como centro da indústria básica; mas rapidamente viria a se metamorfosear em foco de manufaturas de alto nível, serviços financeiros e “indústrias criativas” nas áreas artística e de alta tecnologia.¹⁹

O renascimento requeria novos prédios, em especial no setor habitacional. Em 1992, o Partido Comunista de Xangai lançou seu Plano 365, para

a demolição de 3,65 milhões de metros quadrados de moradias antigas; em 2000, 2,7 milhões de metros quadrados tinham sido demolidos, com a construção de 1 bilhão de metros quadrados de novas habitações e centenas de quilômetros de rodovias para interligá-las; o bairro financeiro de Pudong surgiu praticamente do nada. Esse frenesi de construção culminou nos 45 bilhões de dólares gastos pela cidade para uma total faxina antes da Expo 2010. Em consequência, nos primeiros anos do atual século, os empreendimentos urbanos da China como um todo consumiram 55% do concreto produzido no mundo e 36% do aço.^{20, 21}

O Plan Voisin chegou a Xangai na forma de torres finas como agulhas, cada uma delas cercada de um pouco de espaço verde. Em 1990, havia 748 prédios em Xangai com mais de oito andares; em 2015, eles eram 36.050, em sua maioria separados dos vizinhos por espaços abertos. Um luxuoso exemplo atual desse estilo vernacular Paris-Xangai de arquitetura é *Yanlord Garden*, perto da beira-rio no bairro de Pudong; as torres mais baratas seguem o mesmo formato, cada prédio completo em si mesmo e separado como uma “torre no parque”. O toque chinês está em que as torres são localizadas em função das regras de geomancia do feng shui.²²

O agente dessas mudanças, o investidor no básico da cidade, tem sido o Partido Comunista de Xangai. Bastava que o partido desse sinal verde, e os empréstimos bancários e licenças de construção apareciam; sem sinal verde do partido, nada acontecia. Mas a era maoísta do ditador declarando suas preferências e mandando executá-las já acabara. Agora, comissões e reuniões ocorriam de modo impessoal, tudo se desdobrando nos bastidores; tudo decidido por entendimento tácito. Uma maneira meio tortuosa de proceder defensivamente era incumbir empresas privadas das demolições; dessa forma, se os moradores protestassem, ficaria parecendo que a culpa era da iniciativa privada, e não responsabilidade do partido. Essa combinação de poder exercido por trás do pano pelo partido comunista e ação da iniciativa privada revelou-se extraordinariamente eficaz. Uma vez grafitada num prédio a palavra *chai* (“demolição”), ele terá desaparecido em uma ou duas semanas, às vezes até no dia seguinte.²³

A destruição urbana repentina é uma tradição chinesa que remonta ao século XII, quando as dinastias sistematicamente botavam abaixo palácios

e prédios emblemáticos de regimes anteriores, erguendo novas construções para assinalar a mudança de regime. A novidade na era moderna é que o bota-abaixo se aplica a prédios de uso mais comum.

A febre especulativa em certas áreas da cidade saiu muito na frente das necessidades habitacionais; prédios e até florestas de novas torres continuam vazios ou são apenas parcialmente ocupados. Na verdade, algumas áreas de Xangai são assustadoras: caminha-se literalmente horas seguidas entre torres-fantasma nas quais nenhuma luz se acende à noite, onde não parece haver presença humana em momento algum. Mas os prédios vazios são apenas parte do problema de construir tanto com tanta rapidez. "Vamos levar menos tempo para chegar ao meu escritório do que ao seu em Londres", vangloriou-se Madame Q em dado momento, falando das novas autopistas, superlotadas mas fluindo bem. Mas em outra oportunidade percorremos uma autoestrada ultramoderna que levava a uma fábrica nos subúrbios da zona norte. Também esta rodovia fora magnificamente construída, com acostamentos e canteiros centrais muito bem planejados, mas se tornara uma estrada para lugar nenhum; a fábrica que estaria no fim da linha fora transferida para o Vietnã, onde os salários são mais baixos. Hoje existe em Xangai certo número dessas autoestradas esplendidamente traçadas para lugar nenhum, testemunhas do risco de uma relação fixa entre forma e função.

Embora tenha sido construída de maneira excessivamente rígida, a nova cidade de Xangai não deixa de ser impressionante. "Preste atenção, não há cheiro de fezes em lugar nenhum", disse certa vez Madame Q enquanto percorríamos um novo projeto habitacional. Apesar da pesada poluição do ar causada pelas usinas de energia que ainda queimam carvão, as modernas condições de saneamento acabaram com a imemorial ameaça da cólera em Xangai. Eu esperava uma qualidade muito baixa de construção das florestas de novas torres, mas estava enganado. Madame Q e seus colegas investiram de verdade em materiais básicos, e a mão de obra é excelente; esse cuidado também fica evidente na jardinagem externa, com as plantas plantadas e drenadas adequadamente.²⁴

A teoria da "destruição criativa" costuma ser citada para se referir ao que aconteceu em lugares como Xangai. A expressão é do economista Joseph Schumpeter. O investimento no básico é um bom exemplo do que ele tinha em mente em seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia*: um

imóvel como Nehru Place é comprado, talvez posto abaixo completamente e construído de novo, ou então seus usuários são varridos pela gentrificação; cria-se algo novo e mais produtivo. "A destruição criativa", diz ele, "é o fato essencial do capitalismo. É no que consiste o capitalismo e o modo de ação de todo empreendimento capitalista." Na visão schumpeteriana, o Partido Comunista, ironicamente, seria o instrumento para pôr em ação esse fato capitalista essencial. Quando comentei com Madame Q, ela achou a fórmula grosseira; a cidade já tinha decaído anteriormente, de modo que nada havia de arbitrário na decisão de pô-la abaixo. (Em defesa de Schumpeter, devo dizer que ele se mostrava altamente crítico de movimentos que propunham acabar com alguma coisa apenas para colocar algo novo no lugar; muitas "inovações", sustentava, não são inovadoras nem produtivas.²⁵)

Na verdade, Madame Q não estava convencida de que boa parte do pensamento ocidental fizesse muito sentido nas cidades chinesas. Certa vez, dei-lhe um exemplar de *Morte e vida de grandes cidades americanas*, de Jane Jacobs, achando que aprovaria o livro. Mas não. A grande campeã americana das vizinhanças de pequenas dimensões, do crescimento lento e da política de baixo para cima era excessivamente "americana". Crescimento lento é bom para países ricos. Além disso, Madame Q achou Jane Jacobs ingênua na questão da espontaneidade, que para ela era sinônimo de bandos ameaçadores de Guardas Vermelhos durante a Revolução Cultural.

Lewis Mumford fazia mais sentido para ela. Como ele, Madame Q considerava que a cidade precisa ser tornada coesa pela integração de suas funções de uma maneira formal e ordenada. Mas a escala de uma cidade-jardim não podia ser assim tão facilmente exportada. Na concepção original de Ebenezer Howard, as cidades-jardim deviam conter cerca de 60 mil habitantes; um lugar com tão poucas pessoas não passaria de mero pontinho na paisagem de Xangai, ou em suas recentes cidades-satélite, onde a norma varia em torno de 3 a 4 milhões de pessoas: seriam necessárias mil cidades-jardim interligadas e funcionalmente relacionadas para transformar a região metropolitana de Xangai em 2050. Da mesma forma, o Plan Voisin original de Le Corbusier seria capaz de abrigar, nos meus cálculos por alto, de 40 mil a 45 mil pessoas no máximo. Um crescimento urbano como o da China expõe os limites dos dois planos quando se trata de criar coerência para uma megacidade.²⁶

Dentre os três fundadores ocidentais, Frederick Law Olmsted, com sua crença no fator socialmente unificador dos espaços verdes, era o mais provocante para ela, por ser o mais perturbador. Os projetos paisagísticos da nova Xangai não serviram para juntar as pessoas; na verdade, a floresta de torres, concretização do Plan Voisin em escala gigantesca, gerou uma crise social. As consequências sociais do investimento no básico por parte do Estado tornaram-se tangíveis em forma de construções. Para abrir espaço para a floresta de torres, os planejadores de Xangai rabiscaram a temida palavra *chai* no típico assentamento informal da cidade, o *shikumen*.

O alvo — Os *shikumen* são formados por pátios frontais e traseiros fechados nas laterais, separados por um prédio; o acúmulo desses pátios duplos forma uma malha celular. A palavra “*shikumen*” refere-se à porta de entrada do pátio frontal; é emoldurada de pedra num meio arco, ou aro (significado literal da palavra). Uma sucessão de *shikumen* cria uma alameda ou aleia, chamada *lilong* ou *longtang*. No fim de cada alameda, outro portão; a junção de vários *longtangs* paralelamente permitirá criar, nas extremidades, os lados de uma rua. Uma maneira de imaginar a forma urbana como um todo é tomar a rua como uma artéria, os *longtangs* como seus capilares, os pátios fechados nas laterais como membranas das células sanguíneas e os prédios propriamente como o que é sólido no interior.

Embora a malha celular seja antiga e disseminada em todo o mundo, em termos locais ela pertence à moderna história de Xangai. A Rebelião de Taipé no meado do século XIX gerou grande afluência de populações pobres em busca de refúgio em Xangai — oportunidade que as construtoras locais não deixaram passar. Os *shikumen* foram construídos originalmente como habitações para uma única família, sendo destinados a proprietários de terras ou comerciantes deslocados. Depois de 1900, esse tipo de pátio começou a abrigar gente mais pobre que a primeira leva de residentes. Os pobres preferiam em grande medida levar a vida nos pátios do que no interior, em compartimentos superlotados — por exemplo, habitualmente cozinhando ao ar livre.

Pobreza e opressão geraram improvisação nos pátios. Alimentos e combustível eram compartilhados nas épocas de grande escassez, o que se refletia em índices mais baixos de fome que no campo. Embora na era Mao os comunistas

tivessem montado um sistema de espionagem de vizinhança para fiscalizar os portões, exatamente como os proverbiais *concierges* franceses que relatavam qualquer coisa suspeita à polícia, o sistema não ia lá muito bem das pernas, pois até a época da Revolução Cultural os moradores dos shikumen sempre que possível evitavam prestar informações sobre os vizinhos.

No shikumen, a informalidade significava se virar coletivamente — um comunismo da sobrevivência praticado frente ao comunismo oficial. É verdade que a vida coletiva que marcava o shikumen podia ser encontrada em outras formas construídas. Alguns conjuntos habitacionais de prédios altos tinham sido construídos em épocas anteriores para determinadas empresas estatais; os moradores viviam numa espécie de cidade empresarial vertical, com banheiros e cozinhas comuns. Na década de 1990, contudo, a propriedade particular individual tornou-se a norma, e os banheiros e cozinhas compartilhados desapareceram. “Moradia” passara a significar um apartamento individual, e não um prédio coletivo. Foi para a vida coletiva local da cidade, encarnada sobretudo nos shikumen — mas também, já agora, nessas cidades empresariais verticais —, que se voltou a era pós-Deng.²⁷

Confinados em seus apartamentos individuais, os moradores começaram a sofrer dos males do isolamento. Surgiram flagrantes sinais de desconexão social, por exemplo, na negligência em relação aos idosos; esse abandono dos avós assumiu tais proporções que recentemente o governo o declarou crime passível de punição. É crescente a incidência de delinquência entre adolescentes que se saem mal nas olimpíadas educativas oficiais — jovens que passam então a viver numa espécie de limbo urbano, perambulando pelos espaços abertos em torno dos prédios. A situação de isolamento em que as pessoas vivem levou ao aumento dos índices de depressão e mesmo de suicídios nesses novos e ordenados blocos de torres, temas tabus que finalmente começam a ser debatidos abertamente. Os sinais de desconexão entre gerações, crescente criminalidade juvenil e anomia adulta em Xangai são mais flagrantes nas famílias nativas da cidade que se viram desapossadas de sua vizinhança tradicional. Madame Q resume o problema sucintamente: “Eles ocupam mas não habitam.” Uma *ville* de categoria mundial parece ter destruído sua *cité*.^{28, 29, 30}

“Antes uma ilustração da vida que a vida propriamente” — Pouco antes de sua última quimioterapia, Madame Q e eu sentamos num bar para tomar um café expresso que orgulharia qualquer napolitano. Estávamos num *li-long* reformado em Xintiandi, zona sagrada para o partido desde que Mao lá realizou o Congresso do Partido Comunista num prédio de esquina. Inicialmente, eu compreendi mal Madame Q quando ela comentou: “Não é o que eu queria.” Achei que se referia ao regime médico inútil e degradante que lhe era imposto. Mas ela se referia a Xangai.

A partir de 2004 aproximadamente, tanto os moradores quanto os planejadores começaram a pensar seriamente em alternativas ao modernismo encarnado pelas torres brancas. Em certa medida, esse impulso levou à reforma dos shikumen. O nosso bar era uma linda recriação. Artesãos e operários de talento tinham cortado madeiras e forjado conexões de ferro para fazer parecer que o velho prédio estava em seu estado original, embora o café oferecesse wi-fi. Outras reformas na área ocultaram sobrados ou apartamentos caros por trás de fachadas tradicionais de tijolo completamente restauradas. Os tradicionais trincos de ferro de muitos shikumen reformados contribuem para interessar compradores, mas as entradas na verdade são controladas eletronicamente; como em outros lugares, a reforma transformara objetos funcionais em presenças puramente simbólicas.

A reforma dos shikumen existentes significou a expulsão daqueles que outrora faziam dele uma *citê* viva. Os compradores desse movimento de gentrificação, gente na casa dos vinte tão interessada nos shikumen, considerados agora “descolados”, queriam viver nessa aura simbólica, mas não no convívio dos seus antigos moradores, “gente de verdade”. Os conhecidos pecados gêmeos da gentrificação e da expulsão foram debitados na conta do urbanista Richard Florida, cujo livro sobre as classes criativas tornou-se há vinte anos aproximadamente a bíblia de uma nova ideia da cidade. Numa cidade dinâmica, o domínio deve caber ao que é jovem, empreendedor e de mente orgânica, devendo desaparecer o que é velho, cansado e bem-comportado. A economia criativa deve ser ao mesmo tempo coletiva e informal, antes mesa compartilhada que escritório fechado — o que se traduz em termos urbanísticos na “zona de inovação”, no “foco de criatividade”, nas

palavras de Florida. Em Xangai, isto define a força gravitacional da estrutura comunitária semelhante a uma concha do pátio de um shikumen.^{31,32}

Nehru Place também é um foco de criatividade, acomodado nas salas meio decadentes dos prédios que contornam o espaço aberto do mercado. Em seu estado relativamente não gentrificado, ainda não se manifestou o impulso para ligar o influxo das classes criativas à expulsão das demais; na verdade, boa parte do estímulo para a geração na casa dos vinte, ali, está no convívio com o exterior fora de moda. As longas filas na banca de *chapati* da velha senhora em Nehru Place contrastam com os interiores despojados e de iluminação sofisticada dentro dos shikumen de hoje, onde só se vê um tipo de pessoa.

O shikumen é uma simulação, uma cópia do que um dia houve ali; existe um outro tipo de simulação que importa um prédio construído em outro lugar. Naturalmente, não há nada de especificamente chinês nisso. O desenvolvimento urbano do litoral dos Estados Unidos transpõe a arquitetura colonial da Nova Inglaterra para um pântano na Flórida; a extensão urbana experimental de Poundbury, na Grã-Bretanha, patrocinada pelo bolso sem fundo do príncipe de Gales, recria uma aldeia inglesa tradicional; fachadas elizabetanas e georgianas foram aplicadas a estruturas com encanamento modernizado. De fato, é digno de nota que a empresa de arquitetura que supervisionou a reforma de Xintiandi tenha ganhado reputação reconstruindo fielmente o mercado setecentista de Faneuil Hall em Boston, que na verdade foi a certa altura o principal mercado de alimentos da cidade, mas hoje é onde se compram legumes orgânicos especiais ou pães artesanais.

Mas também existe algo especial em Xangai nesse movimento de compra de simulações de lugares onde alguém mais viveu em outra parte do mundo. É possível comprar um apartamento em Thames Town (Inglaterra vitoriana, com direito a cabines vermelhas de telefone; historicamente, uma perfeita mixórdia, mas e daí?); ou em Holland Village (um moinho de vento e casas estreitas de tijolo); ou logo ali perto em Anting German Town (Bauhaus doméstica). “É como o Disney World”, declarou recentemente um empreiteiro de Xangai, referindo-se a projetos seus e de outros. O filme chinês *O mundo* mostra um parque temático de simulações de várias cidades do planeta, um lugar mantido em funcionamento por empregados infelizes e deprimidos por terem de montar e cuidar dessas ilusões.³³

Como os produtos internacionais que inundam a cidade, essas simulações ambientais representam marcas conhecidas e aprovadas. Despertam sentimentos de viver num lugar bem estabelecido, e, por associação, conferem uma aura de enraizamento. Talvez as pessoas precisem mesmo dessas marcas conhecidas numa cidade onde tudo acontece num ritmo e numa escala que os moradores não conseguem entender, nem tampouco visitantes como eu. Talvez tenhamos em funcionamento aí uma regra geral: enquanto a economia política se precipita para a frente, o gosto arquitetônico olha para trás. É bem verdade que nem só os chineses buscam a tranquilização e o sentimento de confiança oferecidos pela simulação de uma marca conhecida; o enclave de Poundbury patrocinado pelo príncipe Charles é atualmente um lugar muito visado porque muita gente se sente atraída, como no caso da Downton Abbey fictícia, por uma versão romântica da “verdadeira” Inglaterra. Mas na China, ao contrário do que acontece na Grã-Bretanha, existe um movimento inexorável para a frente.

Em Xangai, Madame Q detestava as reapropriações comerciais do passado, em decorrência de um sentimento nacionalista quanto à “missão da China”. Apesar do que sofreu nas mãos do regime, ela ainda era uma espécie de idealista — como os prisioneiros do gulag russo que se aferravam à convicção de que, “se Stalin soubesse”, eles seriam libertados. A crença na “missão da China” fortaleceu-se na vida de Madame Q à medida que o ideal de uma China próspera se tornou realidade econômica. Em vista do passado chinês, ela não gostava de tapar o sol com peneira — mas também acreditava na China como líder.

Não deixa de ser irônico, assim, que seu último trabalho — ao qual só se entregava esporadicamente, com o avanço do câncer — tenha sido assessorar a restauração do Bund. Antes da Revolução Comunista em 1949, quando Xangai era uma importante ligação portuária e comercial da China com o resto do mundo, o Bund era seu epicentro: uma orla marítima onde se perfilavam prédios altos de retaguarda desordenada e suja, cheia de marinheiros hospedados em hotéis baratos; havia também uma grande colônia de estrangeiros em trânsito, sobretudo russos brancos fugindo dos bolcheviques; nas ruas traseiras, clubes de sexo barato e ópio. Perto do Bund havia mansões de europeus ricos que raramente se misturavam com os chineses que controlavam. Como preservar e reproduzir essa rica história?

Madame Q pensara em afixar em vários prédios do Bund placas explicativas contando sua história; essas placas informariam que “a família de fulano sofreu de tuberculose nesta casa por três gerações”, ou então “neste prédio, empresas britânicas supervisionavam a importação de ópio para Xangai”. Mas só é possível fazer a curadoria de um ambiente preservado nesses termos se as pessoas quiserem lembrar como o lugar de fato era. O projeto então fracassou; as torrentes de visitantes que passam por ali não querem ser lembradas de sofrimento.

Num dos seus romances, *Light Years*, o escritor James Salter comenta que uma família americana idealizada parece “antes uma ilustração da vida que a vida propriamente”. As ilustrações a que Xangai recorreu são as respostas da cidade à perda das suas *cités*. No tipo de lugar em que se transformaram Xintiandi e o Bund, é a imagem esterilizada e simplificada que domina. Em vez de despertar a curiosidade sobre como era viver de certa maneira, a imagem impede a investigação. Mas a simulação esterilizada traz em si uma tristeza. É possível que Olmsted tenha tocado Madame Q em virtude das ilusões de sociabilidade que tentava criar nos seus parques. O que aconteceu em Xintiandi também é uma ilusão, evocando um modo de vida que era sociável e compartilhado, mas que se foi. Aí está um grande dilema para o urbanismo: como se ligar ao passado — um passado do qual se possa sentir falta — sem transformar a cidade num museu.³⁴

Simulação versus vernáculo — “Autêntico” é um conceito vago na construção. O impulso para fazer uma nova estrutura parecer de outra época ou de outro lugar tem sido ligado no urbanismo ocidental a revivências clássicas, como no caso da fachada da igreja de São Tróximo, construída no meado do século XII em Arles, França, como se fosse um templo romano. Esse tipo de resgate é mais perturbador visualmente que verbalmente; um poeta moderno usando uma sextina renascentista só despertaria no leitor mais cultivado a sensação de ser uma forma muito antiga de poema.

No trabalho de preservação, o problema da autenticidade está em até onde recuar para restaurar um objeto. A forma mais autêntica do objeto seria aquela em que foi originalmente concebido? Seria cabível discutir o

momento a escolher: no trabalho no Bund, o debate consistia em saber se a referência seria a década de 1920 ou o ano de 1949, sendo aquele o período em que o Bund foi invadido por refugiados, e este o ano de fundação do Estado comunista chinês. Mas será que é preciso haver realmente um momento definidor? Atribuir uma identidade “autêntica” a um lugar significa negar o trabalho transformador do Tempo — como na Williamsburg colonial americana, ou no caso das cópias georgianas exatas feitas por Quinlan Terry na Grã-Bretanha.

São poucos hoje em dia os bons preservacionistas que se inclinam para esse tipo fixo de simulação. Pelo contrário, a tendência será escavar camada por camada o decorrer histórico de um lugar, ou as ataduras de um prédio, para remover tetos falsos ou pinturas sobrepostas e revelar o passado: a preservação tem como objetivo revelar as transformações do original. Na renovação do Neues Museum em Berlim, o arquiteto David Chipperfield seguiu essa lógica, deixando expostos os buracos de balas nas paredes do museu para transmitir sua história durante a Segunda Guerra Mundial. Se Xintiandi fosse “preservada” nesse espírito, os danos gerados pela pobreza não seriam apagados dos prédios; poderia haver um esforço no sentido de mostrar de que maneira estruturas originalmente destinadas a refugiados ricos em Xangai se degradaram, acabando por se transformar em favelas para os pobres — embora essa narrativa pudesse tornar os prédios menos desejáveis para os ricos da faixa dos vinte em busca de moradia. Da mesma forma, as estruturas do Bund da época imperial até a dos prostíbulos e casas de ópio e a destruição da Revolução Cultural seriam conservadas, para expor essas feridas.

Este é um urbanismo vernacular. Leva adiante no tempo a lógica da conservação pela narrativa, buscando maneiras de fazer com que novas formas nasçam das velhas, mas continuando a se relacionar com elas. O planejador poderia tentar preservar a altura dos prédios numa época anterior, mesmo se as fachadas se tornarem radicalmente diferentes do estado original. É verdade que as simulações fixas são muito mais populares que os desdobramentos vernaculares. Na verdade, a preservação histórica pode se transformar em melodrama, opondo David, que protege a herança, a Golias, que quer derrubar o passado e colocar no seu lugar aquelas caixas de aço e

vidro sem alma. David não exige: "Construam algo melhor! Inovem!" Pelo contrário, ele triunfa quando nada muda. Por trás desse contraste há uma questão ética mais ampla.

III. O anjo de Klee deixa a Europa — Walter Benjamin em Moscou

Os contrastes entre Delhi e Xangai hoje em dia talvez sejam esclarecidos por um texto que não trata de nenhuma das duas cidades e foi escrito quase um século antes. Trata-se de um ensaio de Walter Benjamin intitulado "Teses sobre a filosofia da história", ponderações de um escritor sobre os desequilíbrios causados pelo crescimento, as formas de nostalgia que surgiram na destruição criativa e as energias estimuladas pela atividade informal — todos eles temas suscitados pelas visitas de Benjamin ao ambiente comunizante da cidade de Moscou na década de 1920 e por suas reflexões sobre uma pintura.

Em 1920, Paul Klee criou a imagem *Angelus Novus*, uma figura em nanquim de braços abertos. O escritor Gershom Scholem viu o desenho nesse mesmo ano, comprou-o e o pendurou em seu apartamento em Munique. Walter Benjamin o viu no apartamento de Scholem, comprou-o e o manteve consigo até se suicidar em 1940. Pouco antes de se matar durante tentativa de fugir para a Espanha (em Portbou, nos Pireneus, convencido de que os nazistas inevitavelmente haveriam de capturá-lo), Benjamin entregou o *Angelus Novus* ao escritor francês Georges Bataille, para que o mantivesse em segurança, e Bataille o escondeu num canto empoeirado da Biblioteca Nacional francesa. Alguns anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a peça chegou às mãos de Theodor Adorno, que conseguiu devolvê-lo a Scholem, que então vivia em Jerusalém, e cuja viúva acabaria por cedê-la ao Museu de Israel, em 1987.³⁵

É, portanto, um objeto de história conturbada. Enquanto esteve na sua posse, Benjamin achava que a imagem tratava dos conflitos da história. Qualquer pintor, naturalmente, poderia ficar horrorizado com a obrigação de simbolizar alguma coisa, mas o título adotado por Klee indica que também ele encarava sua imagem dessa maneira. Uma torturada figura semelhante

a um pássaro paira sobre um monte de pedras e objetos quebrados; uma doentia tonalidade laranja amarelada flutua como uma nuvem através da figura, subindo para o céu; o Anjo está em agonia. Ao comentar a imagem de Klee, Benjamin começa por citar versos de um poema de seu amigo Scholem (a tradução inglesa é minha):

Minha asa já vai voar
Eu preferia voltar atrás
Mas não teria chances
De ficar no tempo mortal

Benjamin escreve então (como costume ser moderado nas citações, peço aqui a indulgência do leitor):

O Anjo da História deve ser exatamente assim. O rosto do Anjo está voltado para o passado. Onde nós vemos aparentemente uma sucessão de acontecimentos, ele enxerga uma única catástrofe, incessantemente acumulando escombros e os dispersando aos seus pés. Ele gostaria de parar por um momento, para despertar os mortos e juntar os destroços. Mas uma tempestade vem do Paraíso e se prende em suas asas com tanta força que o Anjo não consegue mais fechá-las. A tempestade o projeta irresistivelmente no futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto o amontoado de escombros à sua frente vai subindo até o céu [...] Essa tempestade é o que chamamos de Progresso.³⁶

Compelido para a frente pelos ventos da mudança, o Anjo de Klee olha para trás. Em minha opinião, é uma imagem decorrente da experiência do próprio Benjamin em Moscou no inverno de 1926-27. Em carta a Scholem, ele escreveu que a Revolução é “uma força da natureza difícil de controlar”. Mas lhe parecia que os russos tinham saudade da Era Prateada anterior à Revolução; acumulavam móveis antigos, escondiam ícones, ainda obcecados com o czar e sua família assassinada. Naquele inverno, todo mundo passava fome e frio; voltar-se para o passado não ajudaria a alimentá-los nem aquecê-los.³⁷

Como devia se apresentar uma cidade comunista? A simulação surgiu em Moscou nessa época, exatamente como em Pequim hoje. A Moscou de Stalin começava a se assemelhar à Paris de Haussmann, com amplos bulevares onde se perfilavam prédios ornamentados como bolos de noiva e estações de metrô iluminadas por candelabros — o comunismo impelindo o povo para a frente, enquanto o Anjo, como construtor urbano, olhava para trás. Mas nem a ideologia nem o metrô com candelabros eram capazes de ocultar a economia informal graças à qual os moscovitas se alimentavam, se vestiam e se medicavam, em mercados ao ar livre como o bazar de Smolensk. Como Nehru Place, era um mercado negro tolerado pelas autoridades; na época do Natal, Benjamin o encontrou “tão cheio de cestos de guloseimas, decorações para as árvores e brinquedos que mal se consegue passar da rua para a calçada”. Mas nas lojas legalizadas as prateleiras estavam vazias. No dia 3 de janeiro de 1927, Benjamin visitou uma fábrica modelo de cordas e faixas elásticas, cujos operários eram em sua maioria mulheres de meia-idade. Máquinas modernas podiam ser vistas ao lado dos operários entrelaçando as cordas manualmente; as máquinas estavam desligadas por falta de peças, e o trabalho prosseguia exatamente como um século antes. Mas a fábrica era cem vezes maior que as oficinas nas quais o ofício era praticado antigamente — uma grande caixa moderna, sendo o adjetivo “moderna” aqui uma categoria vazia.³⁸

Na Moscou de Stalin, Benjamin viu que a realidade imitava a arte, indo a história adiante ao mesmo tempo em que olhava para trás. Hoje, o Anjo de Klee representa uma outra mudança de época, na qual a palavra “global” substitui “comunista”. Em Delhi, os “escombros” por baixo da tempestade do Progresso são a população marginalizada, que, como o Sr. Sudhir, luta para se encaixar em lugares que não lhe pertencem. O poder lhe barra o caminho, mas ela conseguiu algo com sua marginalidade. Em Xangai, o Anjo fustigado pela tempestade do Progresso representa a maneira como certos urbanistas e cidadãos reagiram à transformação da cidade; insatisfeitos com o rumo tomado em Xangai, eles se voltam para trás, em busca do passado para conferir significado ao presente.

5. O peso dos outros

O Anjo de Klee é uma imagem de ambiguidade e confusão gerada pela passagem do tempo. Poderíamos figurar a ética na cidade de outra maneira, em termos de seu jeito de lidar com a diferença cultural. Uma cidade fechada é hostil a pessoas que por sua religião, sua raça, sua etnia ou sua sexualidade diferem da maioria, ao passo que uma cidade aberta as aceita. Essa imagem “ou preto ou branco” separa nitidamente o bom do mau, assim permitindo um julgamento definitivo, mas a realidade não é assim tão definida. A diferença pesa na cidade, confundindo tanto suas formas construídas quanto seus modos de vida.

I. Habitar — Estrangeiro, irmão, vizinho

O peso dos outros — Na noite de 5 de janeiro de 2015, um grupo chamado PEGIDA promoveu uma marcha de protesto em Dresden, a cidade dos padrões de Georg Simmel. Em alemão, PEGIDA significa “Europeus Patrióticos contra a Islamização do Ocidente”. Os cartazes ostentados pelos manifestantes diziam “Pela preservação da nossa cultura” ou “Islã fora da Alemanha”, e o slogan “Nós somos o povo” parafraseava um velho hino do fim do regime comunista na Alemanha. PEGIDA não se voltava contra os terroristas: o objetivo seria impedir a entrada de muçulmanos, por ser o seu modo de vida supostamente demasiado estranho aos valores ocidentais. Mas PEGIDA e organizações semelhantes na Dinamarca, na Suécia e na França negam que seu movimento contra os imigrantes tenha alguma

coisa a ver com uma eventual volta das tropas de assalto e seus métodos. Um dos cartazes, carregado por um cidadão idoso muito bem-vestido, dizia: "Contra o fanatismo". Esses grupos consideram simplesmente que pessoas tão radicalmente diferentes não podem viver juntas; o peso da diferença é grande demais.¹

PEGIDA representa a mentalidade fechada na sua mais pura forma, aquela que encara o Outro como um estranho. Mas na época essa pureza foi contestada. Da marcha em Dresden participaram 18 mil pessoas, mas em Colônia apareceram apenas 250; em Berlim, uma contramanifestação em nome da tolerância atraiu milhares. Menos de um ano depois, a Alemanha abriu suas portas a multidões de muçulmanos que fugiam da guerra civil na Síria. Houve cenas incríveis na estação ferroviária de Munique; famílias exaustas de refugiados se comprimiam contra as vidraças das janelas nos corredores de trens chegando da Europa Oriental, contemplando descrentes multidões sorridentes que as esperavam com pacotes de alimentos e roupas. Muitos desses pacotes foram simplesmente deixados nas plataformas, para serem levados por quem quisesse — atos de pura generosidade sem o habitual "seja grato, me agradeça" da caridade. Na estação ferroviária, o Outro era visto como um irmão; um momento de conexão fraterna. Um momento aberto.

Mas um ano depois o pêndulo voltou — não completamente até a posição do PEGIDA, mas até o medo de que essa enorme massa de estranhos necessitados não pudesse ser integrada na sociedade. Nos jornais estrangeiros, os relatos sobre PEGIDA e Munique enfatizavam o histórico alemão dessas viradas do pêndulo, invocando a crença nazista na pureza racial, a culpa indelével do Holocausto. Mas o caleidoscópio de reações a esses estranhos não tem nada de alemão, como pude constatar como observador da ONU na Suécia em centros de recepção a pessoas deslocadas, que tinham enfrentado duas décadas antes exatamente o mesmo problema de assimilação de refugiados.

Na década de 1990, os suecos abriram os braços a muitos refugiados da Bósnia-Herzegovina e da Croácia que fugiam da guerra na Iugoslávia; emitiram cerca de 50 mil vistos temporários de permanência no país. O país de acolhida tentou então reduzir gradualmente esse número, estabelecendo uma diferença entre refugiados involuntários e migrantes voluntários. Mas

era um beco sem saída: podia-se considerar, por exemplo, que um fazendeiro adulto decidira fugir de uma aldeia por causa da ameaça de guerra — antes, entretanto, de qualquer ataque concreto —, ao passo que seus filhos, sem poder de escolha pessoal, podiam ser considerados refugiados. Essa distinção legal entre refugiados políticos e migrantes econômicos há muito carece de sentido na prática — como no caso dos judeus poloneses às portas dos Estados Unidos há um século, que, prevendo que seriam estuprados e mortos, decidiram fugir como migrantes, em vez de esperar pelo pior e assim “conquistar” a condição de refugiados.^{2,3}

O problema então evoluiu para a questão de saber onde os refugiados autorizados a ficar deviam ser estabelecidos na Suécia. Os choques de natureza cultural logo tiveram início. Um dos centros de acolhida fornecia alimentos frescos em abundância, com direito a saborosos cozidos, além de outros confortos, como roupas da moda para fazer as adolescentes refugiadas se sentirem melhor. Mas o cozido, sob equivocada suspeita de conter porco, ficou intocado; e os pais proibiram as filhas de usar as roupas da onda, consideradas indecentes. O erro do anfitrião foi imaginar que os refugiados desejariam o que nós desejamos.

Uma solução para esses conflitos poderia ter sido concentrar-se na integração no emprego, permitindo que os trabalhadores refugiados vivessem em casa à sua maneira. (Na verdade as leis da União Europeia comprometeram essa solução ao insistir em que os refugiados não podem trabalhar até que sua situação fique definida no país de acolhida, processo que pode levar meses, às vezes anos.) Mas para que os refugiados se integrassem no local de trabalho, teriam de aprender sueco. Como costuma acontecer com adultos no aprendizado de línguas estrangeiras, os refugiados adultos tiveram dificuldade de aprender sueco o suficiente para participar efetivamente de qualquer coisa que não fossem as tarefas mais humildes. Enquanto isso, seus filhos adolescentes aprendiam com rapidez, o que gerou certa ansiedade na comunidade dos refugiados, à medida que os adultos ouviam os filhos falar uma língua estrangeira com facilidade e rapidamente se adequar a uma cultura estrangeira. Quanto mais os filhos se integravam, mais desvinculados se sentiam dos sofrimentos e traumas que haviam conduzido os pais até ali — ou que muitos dos pais temiam,

depois de assentados por algum tempo. A integração era ao mesmo tempo uma solução prática e uma perda vivencial.

Como habitar num lugar ao qual não se pertence? Em sentido inverso, num lugar assim, como deveriam os outros nos tratar?

Estrangeiro, irmão, vizinho — Estas três palavras definem o Outro de três maneiras. Elas são encontradas nos escritos de três filósofos intimamente ligados. O ponto de partida deles foi a fenomenologia, tal como exposta originalmente por Edmund Husserl no início do século XX, em teses focadas em como os seres humanos vivenciam o sentimento de estar presentes no mundo (*Existenz* é a palavra alemã genérica), em vez de entender o mundo como um reino independente deles. Husserl ensinou a filosofia da *Existenz* a Martin Heidegger, que alterou boa parte do que aprendeu. Heidegger por sua vez ensinou a Kakuzo Okakura e Emmanuel Levinas, ambos acabando por reformular as ideias do mestre. Heidegger vinculava a filosofia da *Existenz* à rejeição daqueles cuja existência difere; Okakura a associou a um ideal de fraternidade; e Levinas, ao problema do vizinho.

Heidegger usa a palavra *Dasein* para significar “habitar”; ela significa literalmente “estar ali” — uma palavra de longa história cujo significado ele aprofundou. Ao longo de sua carreira, Heidegger sempre se questionou sobre a dificuldade de habitar; o indivíduo deve lutar para se enraizar e assim combater a “ansiedade”, a insegurança ontológica, que contamina a experiência humana com o avançar do tempo, comprometendo a vinculação de cada um aos lugares e aos outros. Nós, seres humanos, somos “atirados na terra”, perambulando por lugares a que não pertencemos, lutando por nos encaixar. Essa descrição do *Dasein* se inspirava em Søren Kierkegaard, mas rejeitava Kierkegaard por buscar um refúgio em Deus. Em vez disso, a convicção de Heidegger é uma espécie de equivalente filosófico do *Navio fantasma* de Richard Wagner, cujo navio percorre infindavelmente os mares, em busca de um porto que possa considerar seu. Para lançar raízes, Heidegger há muito buscara afastar-se da cidade e encontrar um lugar para habitar no fundo da Floresta Negra. Ali, viria eventualmente a excluir outros que fossem estranhos, especialmente os judeus.⁴

O *Dasein* de Heidegger contrasta flagrantemente com o uso da palavra por seu aluno Kakuzo Okakura, que cunhou em 1919 a canhestra expressão

das-in-der-Welt-sein. Okakura formulou suas ideias ao escrever em 1906 *O livro do chá*, inspirando-se em antigos mestres do chá como Sen no Rikyū. Ele explica que, embora a complexa cerimônia de preparo e bebida do chá seja rigorosamente preestabelecida, não há nada em que se aprofundar uma vez dominados os movimentos; ela é “carente de significado em si mesma”, assim obrigando aquele que faz o chá a contemplar o que mais está acontecendo ou deixando de acontecer em sua vida. No fim das contas, aquele que faz o chá vai dar um passo atrás, sem sentir prazer nem dor, mas apenas que “eu sou”. É também a lógica da ioga: uma disciplina para clarear a mente. Para Okakura, ela se aplica, numa escala mais social, aos mosteiros de cristãos que ele considerava a essência dos lugares reflexivos e fraternos. O retiro permite fugir do tumulto de uma cidade, para que as pessoas estejam juntas tranquilamente, “estranhos unidos pelo amor fraterno”, o amor fraterno entre pessoas que não têm relações de sangue, como pregava Santo Agostinho em sua doutrina. Creio que Okakura teria entendido a cena na estação ferroviária de Munique como um exemplo do mesmo tipo de vínculo altruísta. Ele viria afinal a rejeitar o cristianismo, assim como a reclusão monástica, argumentando que o espírito de *das-in-der-Welt-sein* podia ser vivenciado em plena Tóquio. A ideia, no discípulo, do poder calmante do *Dasein* está a quilômetros de distância da luta titânica para assentar raízes imaginada por seu mestre.⁵

Um outro aluno de Heidegger, Emmanuel Levinas, tentou equacionar o problema do vizinho. A Segunda Guerra Mundial, à qual Levinas sobreviveu como prisioneiro de guerra, e o nazismo de Heidegger o distanciaram filosófica mas também pessoalmente do mestre. Nutrindo-se já agora do pensamento do teólogo judeu Martin Buber, Levinas tentou criar uma filosofia da ética baseada na interpretação do Velho Testamento e de seus comentadores judeus, e mais especificamente na incognoscibilidade de Deus, em vez de se centrar na filosofia heideggeriana da existência no mundo, tal como manifesta na palavra *Dasein*. Tive o privilégio de assistir a algumas sessões semanais de interpretação da Torá promovidas por Levinas, mas ficava intrigado: por que ele se detinha tanto nas dificuldades da tradução do hebraico para o francês? Com o tempo, dei-me conta de que era exatamente este o problema tratado em sua visão ética: palavras voltando-se umas para as outras, mas se deparando com um limite que não pode ser ultrapassado;

cada língua contém significados irreduzíveis, impossíveis de traduzir. Assim é, de maneira mais ampla, também na vida. Na visão de Levinas, o Vizinho é uma figura ética voltada para os outros, mas em última instância incapaz de compreendê-los — mas que ainda assim não deve simplesmente dar as costas, indiferente, só porque não os entende. E numa escala ainda mais ampla, isto também se aplica à relação dos seres humanos com Deus — sendo o divino um reino além da capacidade de compreensão da nossa existência.

Essa ideia de um Vizinho — voltado para o Outro, envolvido com um Outro que não pode ser compreendido — pode parecer muito distante da ideia habitual de um vizinho, ou da vizinhança como lugar em que as pessoas acabam se entendendo pelo convívio cotidiano, um ambiente em que se sentem à vontade. E tampouco pode o Vizinho ser visto como um irmão no sentido cristão que atraía Okakura; a ética de Levinas é uma questão de assombro e mistério, mais que sentimento íntimo de companheirismo. Levinas encara o Vizinho como um Estranho.

Com o tempo, vim a colher em Levinas algo que não estava em sua intenção, e que na verdade não aprovaria: uma aplicação prática dessa visão ética. O Vizinho como Estranho tem a ver com o reino mundano da cidade. Ter consciência da presença de outros diferentes, encontrar-se com eles, dirigir-se a eles — tudo isto constitui a ética que civiliza. A indiferença aos estranhos, por serem incompreensivelmente estranhos, degrada o caráter ético da cidade.

A impureza ética está na vida de todos os seres humanos: creio que cada um de nós poderia “entender” a manifestação de PEGIDA ou aparecer na ferroviária de Munique. O mais difícil é praticar o espírito de vizinhança nos termos de Levinas.

II. Exclusão — As duas rejeições

Existem duas maneiras de rejeitar o outro estranho: fugir dele ou isolá-lo. Cada uma delas assume a forma de uma construção.

Heidegger foge da cidade — Encontrei com muita facilidade a cabana de Martin Heidegger. Era uma construção de madeira com quatro compartimentos na aldeia de Todtnauberg, nas imediações de Freiburg. O filósofo

começou a construí-la em 1922, como refúgio onde pudesse trabalhar e pensar. A aldeia de Todtnauberg cresceu nos últimos noventa anos, de modo que a cabana não está mais isolada, e os habitantes, talvez intuindo uma oportunidade com o movimento turístico, ou simplesmente por uma questão de orgulho local, instalaram sinais indicando claramente o caminho para “a casa do filósofo”.

A viagem até Todtnauberg é emocionante. A vista é de colinas e vales cobertos de pinheiros, e, como se está a tão grande altura, um céu imenso. A cabana é simples e sólida, lindamente situada entre a floresta e o campo. Não só a vista é grandiosa; como a casa está localizada numa depressão da colina, ela própria parece parte da paisagem. Em si mesma, a construção é basicamente quadrada, seis metros por sete, telhado inclinado; no interior, um longo espaço de estar, fazer as refeições e cozinhar numa das metades, e na outra o quarto e o escritório; na parte traseira, um banheiro primitivo e um espaço para secar madeira e roupas. No centro da casa, uma lareira de pedra. A construção é de enxaimel, coberta com telhas de madeira; parece ter sido erguida com poucas ferramentas. A austeridade da estrutura é amainada por cores primárias vivas, amarelo e branco, em que foram pintados o portal e as molduras das janelas. No interior, o mobiliário é simples e sólido como a construção.

A fuga da metrópole tem um pedigree que remonta a Virgílio. A fuga de Heidegger reflete em parte a busca romântica da solidão, numa linha que vai de Rousseau a Senancour, Caspar David Friedrich e Rilke. Poderia parecer que em Heidegger a fuga da cidade tenha sido induzida pela mesma busca de solidão que um século antes levou Thoreau aos bosques da região de Walden Pond no Massachusetts, e em 1913 conduziu Wittgenstein a uma cabana em Skjolden, na Noruega. Depois de breve período como reitor da Universidade de Freiburg em 1933, quando os nazistas chegaram ao poder, Heidegger explicaria no ano seguinte, num programa de rádio, por que não se dispunha a então trabalhar como professor em Berlim — só era capaz de pensar bem longe da cidade: “Numa escura noite de inverno, quando uma violenta tempestade de neve castiga a cabana, cobrindo e ocultando tudo, é este o momento perfeito para a filosofia.” Ali, livre de distrações, o filósofo passava o tempo numa pequena casa contando apenas com o essencial: ca-

mas, uma mesa, livros. Ainda assim, eram surpreendentemente muitos os visitantes, em sua maioria estudantes, que filosofavam com o mestre caminhando pelo bosque ou conversando ao pé da lareira. Em fotos da década de 1930, vemos Frau Heidegger cozinhando no fogão para os filósofos reunidos em torno de uma mesa tosca de madeira, totalmente absortos na conversa.⁶

Mas a fuga da cidade também foi para Heidegger uma fuga do Outro, especificamente dos outros judeus. A fuga da cidade e de suas complexidades humanas tornou-se cada vez mais importante para ele depois que passou a ser reitor da Universidade de Freiburg a convite dos nazistas. Ele cortou os laços com acólitos como Levinas e Hans Jonas — o que após a Segunda Guerra Mundial seria motivo de vergonha, servindo apenas para aumentar seu desejo de fuga. Depois de 1933, só arianos visitavam Todtnauberg; os alunos judeus de Heidegger não eram mais convidados ou já tinham fugido do país. Longe da cidade, Heidegger também podia evitar encontros dolorosos na rua com colegas que reprimira ou demitira da universidade quando reitor; o caso mais pessoal foi o de Edmund Husserl, judeu e seu próprio mentor, que foi proibido de usar a biblioteca.

Por este motivo, a cabana de Heidegger haveria de se tornar um símbolo maldito depois da guerra. Em 1967, o poeta Paul Celan, sobrevivente de um campo de trabalhos forçados, visitou Heidegger e escreveu posteriormente um poema, “Todtnauberg”, que, apesar da admiração expressa pelo pensador, não permitia que o homem escapasse da própria história. “Que nome constava do livro de visitas / antes do meu?”, pergunta ele; em outro poema, “Hüttenfenster” (“A janela da cabana”), ele divaga sobre judeus do leste europeu assassinados pelos nazistas. A escritora Elfriede Jelinek escreveu um drama intitulado *Totenauberg*, fazendo trocadilho com o nome da cidade, transformado em algo como “Montanha da morte”.^{7, 8, 9}

Há algo desconcertante na fuga de Heidegger da cidade. Na época, Freiburg era um lugar provinciano e tranquilo; as ruas da cidade universitária nunca tinham assistido a cenas estridentes como as de lugares maiores como Berlim. Walter Benjamin considerava estranho que Heidegger visse a cidade como lugar de trauma encarnando a modernidade estrangeira (vale dizer, judia) e hostil, dado o lugar modorrento em que vivia; esta incongruência é um dos motivos pelos quais Benjamin descartava a filo-

sófia de Heidegger como uma forma de “surrealismo”. Mas talvez a fuga de Freiburg não seja tão inexplicável assim; para Heidegger, o madeiro humano torto de Kant vivia lá.¹⁰

Para rejeitar, simplifique — Por tudo isto, a cabana me intrigou pela maneira como o objeto físico que é se relaciona com sua política. A ideia filosófica da cabana está expressa num dos mais belos ensaios curtos de Heidegger, “Construir habitar pensar”. A ausência de vírgulas indica que os três conceitos constituem uma única experiência: o homem deve estar integrado à natureza, num lugar que tenha construído sem muito artifício, uma casa dedicada ao pensamento. No ensaio, Heidegger evoca “a unidade simples” de uma fazenda na Floresta Negra, referindo-se à perícia do construtor, que “surgiu do habitar, ainda [usando] suas ferramentas e equipamentos como coisas”; as diferentes gerações ali reunidas sob o mesmo teto compartilham um “senso da própria jornada através do tempo”.¹¹

Com certeza podemos dizer que uma cabana quadrada construída com ferramentas manuais poderia ser feita por qualquer um, sendo apreciada por qualquer família. Não é preciso ser nazista para querer um tempo no bosque. Mas existe aqui uma ligação entre lugar e política que poderia ser expressa da seguinte maneira: para excluir, simplifique.

A expressão tem ressonância para os urbanistas, como criadores de lugares. A exclusão não é apenas uma questão de manter longe judeus ou outros Outros, envolve também a simplificação da aparência e da construção de um lugar para que seja adequado a um tipo de pessoa, mas não a outros. Formas e usos mistos pedem usuários mistos, ao passo que, num ambiente despojado, quanto mais a forma se torna simples, clara e definida, mais estabelece quem pode estar ali e quem não pode. No extremo, uma cabana; no extremo, exclusivamente arianos.

Poderíamos dizer que, numa fuga heideggeriana, não importa realmente quem seja o Outro. Judeus na época, muçulmanos hoje. A fuga decorre do sentimento de que a presença do Outro — mesmo num lugar tranquilo como Freiburg — impede que alguém se enraíze. Em termos psicanalíticos, a pessoa em fuga quer construir o ego eliminando a dissonância. É apenas aquele sentimento de vulnerabilidade que Simmel descreveu para os cida-

dãos de Dresden, outro lugar sossegado. Em cidades assim, a densidade da multidão nunca é grande o suficiente para representar uma ameaça, nem existe um número mágico além do qual os estrangeiros se transformam pessoalmente num peso insuportável. O que acontece, isto sim, é que a imaginação constrói uma ruptura a partir dos fatos da diferença, da aparência de uma pessoa, da maneira como fala, se veste, come e até cheira. Ausentes esses sinais perceptíveis da diferença, o Outro que não chama a atenção deve estar escondendo alguma coisa — o judeu com suas negociatas para ganhar dinheiro, o muçulmano com sua fúria terrorista secreta. Se você for como Heidegger, não será capaz de lidar com a própria fantasia; na verdade, a ameaça que sente será tanto maior quanto menores forem os indícios concretos. Nenhum judeu jamais fizera mal algum a ele.

Em suma, a cabana associa exclusão de pessoas e simplificação da forma. Neste sentido, representa um risco muito grande: ao construir formas claras, diretas e simples, o *Homo faber* pratica a exclusão social. Além disso, a fuga da cidade para a Natureza pode ocultar uma rejeição dos outros. Heidegger queria escapar à responsabilidade pelos seus atos fugindo da cidade e adotando a vida simples do campo; seu maior lapso ético é o subterfúgio.

* * *

Veneza constrói um gueto — A exclusão torna-se mais complicada quando os desprezados são necessários. Na maioria das cidades existem elementos “estrangeiros” que são necessários ao seu funcionamento, desde a limpeza dos banheiros ao atendimento nos bancos. Numa cidade, os atos de exclusão têm mais peso em função do lugar, dos seus espaços e prédios, do que numa cabana; não dá para fugir fisicamente a Eles. Foi o caso dos judeus na *Veneza renascentista*. Necessários à cidade, eles deram origem com sua presença ao gueto, em sua forma clássica.

Em 1492, Fernando e Isabel, rei e rainha da Espanha, provocaram um verdadeiro terremoto na Europa ao expulsar tanto judeus quanto muçulmanos do seu país. Durante séculos, diversas confissões religiosas tinham coexistido na Espanha, primeiro sob o islã, depois sob o cristianismo. Do ponto de vista desses soberanos ardorosamente cristãos, sensíveis a uma

certa falta de fervor em alguns dos seus súditos, o país só poderia tornar-se uma sociedade cristã mais forte se abrigasse apenas cristãos.

Muitos fugiram para Veneza, onde, em 1512, as autoridades também queriam excluir os imigrantes judeus. Entretanto, como médicos, vendedores ou pequenos agiotas, os judeus desempenhavam papéis que os cristãos não podiam ou não queriam desempenhar. Graças em parte ao seu acesso à avançada medicina árabe trazida à Espanha pelos muçulmanos, os judeus sefarditas que viviam nesse país eram muito melhores que os médicos cristãos locais, habituados a usar feitiços e orações como ferramentas. Da mesma forma, os venezianos recorriam a operadores judeus para o comércio com o Leste (que na época se estendia pela Rota da Seda até a China). Em sua maioria, contudo, os judeus eram muito pobres e sem qualificação; preenchiam os nichos da economia informal como hoje o Sr. Sudhir, vendendo produtos baratos ou usados por baixo do radar das autoridades venezianas. O que as autoridades buscavam era um lugar onde isolar esse grupo particularmente degradado, ao mesmo tempo fazendo uso dele.¹²

Hoje é fácil imaginar que os judeus sempre viveram na Europa nas condições de isolamento do espaço do gueto. A partir do Concílio de Latrão de 1179, a Europa cristã tentou impedir que os judeus vivessem em meio aos cristãos. Roma exemplificava bem o problema da aplicação dos editos do Concílio de Latrão. Desde o início da Idade Média a cidade tinha o que hoje seria chamado de um gueto, assim como, em outras partes da Europa, cidades como Frankfurt; algumas ruas do bairro judeu de Roma podiam ter portões, mas na época medieval a malha urbana era por demais desordenada para que os judeus ficassem completamente isolados. Além disso, na maioria das outras cidades europeias os judeus não viviam em comunidades muito coesas, mas em pequenas células dispersas; em parte, era simplesmente uma questão de segurança, pois só a discricção e o anonimato lhes permitiam se proteger da perseguição.

Em Veneza, o caráter físico da cidade possibilitava um isolamento mais completo. Os canais da cidade são as suas ruas, separando agregados de prédios num vasto arquipélago de ilhas. Na constituição do gueto judeu, os dirigentes da cidade simplesmente recorreram à ecologia insular da cidade para criar um espaço de segregação. Mais tarde, essas muralhas formadas

pela água sugeririam por sua vez ao papa Paulo IV, em Roma, o uso de muralhas de pedra no interior da cidade para segregar; o papa Sisto V viria posteriormente a ampliar e regularizar as muralhas originais do gueto romano. Com base nesse emparedamento da diferença social, um novo princípio do traçado urbano europeu — o espaço do gueto — se cristalizou como forma urbana moderna.

Originalmente, "gueto" significava "fundição" em italiano (de *gettare*, verter). O Ghetto Vecchio e o Ghetto Nuovo eram os velhos bairros de fundição da zona oeste de Veneza, longe do centro oficial da cidade, cujas funções manufatureiras se tinham transferido pela altura de 1500 para o Arsenal, na direção leste. O gueto de Veneza era formado na verdade por três lugares então organizados para a segregação: o Gueto Novo usado em 1516-17, o Gueto Velho em 1541 e um terceiro espaço próximo uma geração depois. O Ghetto Nuovo era um terreno romboide cercado de água por todos os lados; os prédios tinham um muro ao redor, com um espaço aberto no centro. O Ghetto Nuovo se distinguia entre as ilhas da cidade por estar ligado ao resto da malha urbana por duas pontes apenas. Fechando-se essas duas pontes, o Ghetto Nuovo podia ser isolado.

Durante o dia, as pontes levadiças eram baixadas pela manhã, e alguns judeus entravam na cidade, sobretudo na zona do Rialto, onde circulavam em meio à multidão; os cristãos entravam no gueto para tomar dinheiro emprestado, vender alimentos e fazer negócios. Ao cair da noite, todos os judeus eram obrigados a estar no gueto, e os cristãos, fora dele; e as pontes levadiças voltavam a ser erguidas. Além disso, as janelas dos prédios do gueto dando para o exterior eram fechadas toda noite, e as sacadas, retiradas, para que a muralha do gueto ficasse parecendo a muralha de um castelo cercado por um fosso. As portas e janelas eram muito bem fechadas, para que não passassem nem os raios da luz interior — os judeus literalmente desapareciam.

Esses procedimentos contrastavam com os adotados no gueto romano que o papa Paulo IV começou a construir em 1555. O gueto de Paulo juntou os judeus num único lugar, para que os padres cristãos pudessem convertê-los sistematicamente, casa por casa, sem deixar qualquer possibilidade de que um judeu fugisse à palavra de Cristo. Neste sentido, o gueto romano

foi um redondo fracasso, pois apenas vinte judeus aproximadamente, numa população de 4 mil habitantes, sucumbiram anualmente à conversão pela concentração no espaço. O gueto veneziano não visava à conversão; o isolamento da comunidade judaica assinalava a irremediável diferença de serem judeus.

A exclusão do tipo veneziano era aparentemente fácil. Exigia apenas um espaço que pudesse ser totalmente isolado e vedado. O elemento essencial da forma construída é a muralha que isola. A água fazia as vezes da muralha isolante ao redor dos judeus insulares naquela época, exatamente como hoje a cerca “de segurança” feita de aço constitui o gueto dos palestinos. Mas a exclusão de um Outro que apesar de tudo é necessário na cidade faz com que esse tipo de construção não seja assim tão objetivo; a muralha pode permitir que o Outro prospere internamente, embora a cultura dominante queira mantê-lo em condições de mera sobrevivência.

Os judeus desfrutavam de segurança física dentro das muralhas do gueto, desde que ali permanecessem. Em 1534, por exemplo, o espaço isolado os protegeu quando foram objeto de uma onda de ataques na Quaresma; as pontes foram levantadas, as janelas, fechadas, como de hábito, a polícia circulava de barco em torno das ilhas para que os fanáticos cristãos não chegassem a eles. A cidade também concedia alguns outros direitos, como o de comprar alimentos a preços oficiais (baixos), apenas dentro do gueto. Eles conquistaram direitos ligados ao lugar — como os configurados hoje em dia no passaporte de alguém. No lugar da posse de direitos humanos básicos como pessoa, os direitos ligados ao lugar dependem do local onde uma pessoa vive. É a ideia weberiana, descrita no Capítulo 2: a cidade-Estado definindo o cidadão. Mas a cidade-Estado de Veneza só concedia direitos e privilégios aos oprimidos se literalmente ficassem “no seu lugar”, vale dizer, se aceitassem sua marginalidade.

Irmãos por trás de muralhas? — Os judeus aprenderam uma vida de resistência no gueto de Veneza, que se transformou numa *citê*, além de uma *ville*. No fim da Idade Média, por exemplo, orações e estudos religiosos judaicos ocorriam pela manhã, mas no gueto veneziano era este o período em que eles eram autorizados a sair. Assim foi que os judeus se tornaram grandes

consumidores de café — que começava a circular abundantemente no século XVI —, como estímulo para permanecer despertos à noite, passando as horas de oração e estudo a ser aquelas em que eram encarcerados juntos.

Em troca da permanência dos judeus no gueto, o Estado lhes permitiu construir sinagogas. A sinagoga, que na Idade Média consistia na reunião de uma congregação em casa, ou em algum prédio sem características distintas, veio a ser no gueto um prédio protegido pelo Estado; com o tempo, as sinagogas passaram a ser visitadas pelos venezianos por curiosidade — uma versão renascentista da visita turística a favelas. Internamente, o prédio da sinagoga tornou-se a instituição pública definidora na comunidade. Logo, “a” sinagoga seriam várias sinagogas, representando diferentes grupos confessionais — sefarditas, asquenazes e até uma sinagoga para dezenove judeus chineses que viviam em Veneza no meado do século XVI.

O espaço comum e apertado da *citê* do gueto era notável porque os próprios judeus eram “povos”, e não *um* povo. As correntes do judaísmo renascentista se entrelaçavam com materiais sociais muito diferentes: os judeus asquenazes não falavam a mesma língua que os judeus sefarditas, nem tinham a mesma cultura, e eram grandes as diferenças doutrinárias entre eles. Os judeus levantinos, por sua vez, eram formados por várias seitas cismáticas. Uma vez confinados num gueto, obrigados a viver no mesmo espaço, eles tinham de aprender a se misturar e conviver.

Em certa medida, isto significava falar como “judeus” ao mundo exterior, cooperando para proteger os próprios interesses, mesmo continuando a discordar entre eles. No gueto de Veneza, como também no de Roma pouco depois, os judeus formaram organizações fraternas que se reuniam nas sinagogas, mas para tratar de questões puramente seculares ligadas ao gueto. Nessas organizações, as divergências religiosas entre os diferentes grupos de judeus eram minimizadas, e mesmo evitadas quando muito explosivas, pois eles formavam um povo sob a mesma ameaça comum.

A ideia de que os oprimidos se unem em solidariedade é ingênua, e o fato, raro. Opressão não gera integração. Pelo contrário, a solidariedade é uma ficção necessária a ser transmitida ao poder dominante: somos fortes porque unidos. Os oprimidos precisam aprender a agir como se isto fosse verdade, para encenar a ficção, torná-la verossímil, caso contrário o opressor

vai explorar suas divergências, dividir para reinar. No gueto, como acontece em outros grupos sob quarentena, a máscara acabou caindo: no caso, não se desenvolveu grande terreno intermediário entre o sefardita e o asquenaze, nem entre as confissões sefarditas.

Foi este o problema que Levinas analisou teologicamente. Considerados como vizinhos, os sefarditas e os asquenazes não precisam, segundo ele, encontrar um terreno comum; a sua “boa vizinhança” está em respeitar o fato de que isto não é possível. Seu companheiro de fé Martin Buber tinha descrito a presença tanto do Outro sagrado quanto do secular na vida das pessoas como uma relação “Eu-Tu”; Deus não está em outro lugar, mas aqui mesmo, agora, bem perto, sem filtros. Ao contrário de Buber, Levinas considerava que o elemento mais importante na expressão “Eu-Tu” é o hífen. Deus, naturalmente, está aqui — mas também ausente da nossa experiência, pois a verdade religiosa está além do alcance da crença. Se, teologicamente, o hífen representa a condição de vizinho, do mesmo modo representa a condição de vizinho entre homens e mulheres — ao mesmo tempo adjacentes e separados.¹³

Durante mais de 3 mil anos os judeus tinham sobrevivido em pequenas células misturadas a povos estranhos e opressivos, apoiados em sua fé onde quer que vivessem. Agora, “ser judeu” tornava-se uma identidade espacial compartilhada, embora o judaísmo continuasse a dividir os judeus do ponto de vista religioso. As circunstâncias da separação no gueto impuseram aos judeus venezianos uma ficção necessária: a ficção de falar com uma só voz. O espaço do gueto lhes impôs hábitos compartilhados, mas o fato de habitarem juntos também os levou, na linha de pensamento de Levinas, a pensar em si mesmos como vizinhos.

Do ponto de vista dos opressores, cabana e gueto representam duas maneiras de rejeitar. O espaço simplificado representado num dos extremos pela cabana de Heidegger não tem lugar para nada que não seja uma existência despojada: não há complexidade de formas construídas, paralelamente ao etos social de que não há espaço para estrangeiros num lugar. Excluir para simplificar. O gueto é um espaço complexo destinando a fazer uso prático do Outro ao mesmo tempo afastando socialmente sua presença: para excluir, conter.

Essa equiparação de extremos é importante porque o *Homo faber* pode se transformar involuntariamente num opressor. Os exilados do navio da Carta

de Atenas não pensavam construir um espaço nazista — eram em sua maioria vítimas do nazismo. Mas sentiram a atração da simplificação e redução da forma ao que há de mais essencial, como no famoso clichê modernista do “menos é mais”. Reduzir ao estrito necessário numa habitação física convida a reduzir ao estrito necessário a vida dos que nela habitam. Creio, portanto, que não é mero acidente o Plan Voisin de Le Corbusier ter-se tornado o protótipo de projetos habitacionais e imóveis sociais como Cabrini-Green em Chicago ou muitas das *cités* construídas fora do Périphérique de Paris: lugares onde se concentram negros ou muçulmanos numa forma de habitação básica e desoladora.

As autoridades cristãs de Veneza justificavam o isolamento dos judeus em guetos em nome da segurança deles próprios, já que os judeus eram vistos como seres física e moralmente impuros — acreditava-se que transmitiam sífilis na urina e peste na respiração, além de serem assassinos de Cristo que usavam meninos cristãos em sacrifícios de sangue. Os venezianos precisavam ser protegidos deles, pensavam. Mas nem de longe se tratava de um desejo de segurança “inocente” — se se pode usar esta palavra —, pois durante o dia cristãos e judeus conviviam em proximidade na cidade. Da mesma forma, a ameaça de violência representada pelas criadas e jardineiros não é o motivo de a burguesia de Delhi construir atualmente condomínios cercados, pois esses corpos subalternos estão presentes diariamente, trabalhando aquém dos portões.

III. Comparar — A classe de perto

A resposta para a rejeição do Outro poderia ser aparentemente derrubar as muralhas, aproximando aquele que difere. Esta feliz proposta não tem muito de sociológico, pois nem todas as diferenças são iguais. Hoje em dia as diferenças de classe não são vivenciadas da mesma maneira que as diferenças culturais de raça, religião ou etnia. Quando pessoas de classes diferentes convivem de perto, comparações odiosas são feitas; as desigualdades doem pessoalmente. Os motivos disto parecem levar-nos longe do pensar a cidade — mas hoje as comparações odiosas têm um cenário urbano.

Comparações odiosas — A classe tornou-se personalizada, e as diferenças de classe, uma causa de odiosas comparações pessoais, em decorrência de uma nova ideia do ser que trabalha: a meritocracia. Ao contrário do privilégio herdado, a ideia meritocrática é que o lugar ocupado por alguém na sociedade deve depender do grau em que se tenha saído bem no trabalho. Em particular — se todos tiverem a sua chance —, o desempenho de cada um vai justificar o que vier a conseguir na corrida de ratos da vida: a meritocracia combina a crença num início igual à legitimidade de um resultado desigual.

As origens da meritocracia remontam ao meado do século XVII, quando Samuel Pepys e outros reformadores navais britânicos sustentavam que os oficiais da marinha deviam ser designados e promovidos com base exclusivamente na capacidade, e não na compra ou herança de um posto. No século XVIII, os escritores reunidos por Denis Diderot para criar a *Enciclopédia*, o grande compêndio de artes e ofícios, expandiram a ideia da meritocracia, argumentando que todos os tipos de ofícios e habilidades deviam ser incluídos no ideal das “carreiras abertas ao talento”. Era também o que estava contido na famosa frase de Napoleão: “Todo soldado carrega na mochila o bastão de um marechal da França.” Os enciclopedistas elevaram a condição do trabalho manual na sociedade civil, considerando que a habilidade necessária para se tornar um bom cozinheiro de modo algum seria inferior à habilidade de um diplomata ou político. Era uma visão equalizadora, na medida em que acreditavam ser a maioria das pessoas capaz de realizar um bom trabalho, desde que sejam treinadas adequadamente e tenham desde o início as devidas oportunidades. Para esses radicais do trabalho no século XVIII, a meritocracia estava aberta a todos.

Mas a crença no mérito individual tomou um rumo estranho. Embora as condições do capitalismo industrial pouco contribuíssem para equalizar o ponto de partida para os jovens — em muitos lugares, tornou-se mais difícil encontrar um ponto de apoio econômico —, os resultados desiguais eram justificados como decorrência do talento, da energia ou alguma outra qualidade pessoal, e não pelas circunstâncias a cujo respeito os indivíduos pouco podiam fazer. Isso tem persistido até nossos dias. Como nos locais de trabalho dos adultos, também nas escolas a meritocracia dá origem a uma busca altamente personalizada do talento: com demasiada frequência, os

professores podem negligenciar em sala de aula dezenove alunos, em busca do indivíduo que se destaque; tal como nos locais de trabalho, a recompensa só chega para aquele que se destaca, que é excepcional, restando poucas recompensas ou nenhuma para os trabalhadores mais comuns que fazem um trabalho decente ou prestam serviço há muito tempo.¹⁴

Como se pôde constatar em toda uma série de pesquisas, são os perdedores desse esquema que mais personalizam a classe. Nas escolas, como demonstrou Paul Willis, os dezenove adolescentes deixados para trás se sentem pessoalmente atingidos pelo que se destaca, reagindo à sua promoção com um misto de agressão e vergonha. Quando Jonathan Cobb e eu entrevistamos homens desempregados da classe trabalhadora há cerca de quarenta anos, constatamos que tinham o sentimento de que, se tivessem feito escolhas mais inteligentes na escola, poderiam ter evitado o desemprego, muito embora o fato objetivo fosse que as usinas de aço nas quais trabalhavam tinham falido ou sido transferidas para a China. Na mão de obra qualificada de colarinho branco, como pude constatar uma geração depois, entrevistando engenheiros da IBM que não eram promovidos, os empregados muitas vezes falavam de ter feito escolhas erradas na carreira ou tolamente ter acreditado que trabalhar com afinco poderia lhes render uma recompensa na IBM. Em termos racionais, a pessoa pode saber que as condições lhe são adversas, mas ainda assim permanece implícito aquele sentimento personalizado.^{15, 16}

A personalização da classe é uma versão da velha ideia do *Stadtluft macht frei*: onde você está indica o que fez da vida num lugar livre de limites herdados ou tradicionais. Na *Educação sentimental* de Flaubert, para tomarmos um grande exemplo literário, nada, em princípio, impede a ascensão de Frédéric Moreau na cidade; não é a história de um pobretão que enriquece, mas de uma pessoa capaz de ascender em virtude do dinheiro e da educação. O que não acontece; Flaubert, com o prazer de um cirurgião sádico, passa por cima das suas desculpas circunstanciais, revelando que Frédéric se desmoraliza precisamente por causa das comparações íntimas com outros, usando os mais ínfimos detalhes de comportamento, vestuário e crenças. Não é um protagonista atraente, e nós sentimos em parte o prazer de Flaubert em mapear sua queda, mas o que realmente ressoa é o fato de Frédéric não ser capaz de renegar emocionalmente o seu fracasso.

Qual a relação da *ville* com essa personalização do ponto em que alguém se situa na sociedade? O clássico gueto lança luz sobre essa questão moderna.

Examinando-se antigas imagens de Paris, chama a atenção a presença, mesmo nos mais suntuosos *hôtels particuliers*, de barracos nos pátios abrigando os ferreiros ou carpinteiros que ali prestavam serviço; nos prédios mais burgueses construídos por Haussmann, os pátios são circundados junto à rua por vendedores de tecidos, merceeiros e floristas atendendo à vizinhança. No interior das casas, eram necessários muitos criados para cozinhar, lavar e limpar; esses criados representavam a maior fatia da classe trabalhadora em Paris e Londres até a Primeira Guerra Mundial. Mas se todas essas classes conviviam de perto fisicamente, a classe em si mesma não era personalizada. Patrão e criado viviam lado a lado sem que lhes passasse pela cabeça estabelecer comparações pessoais entre eles. A classe era um fenômeno objetivo, algo a cujo respeito o criado pouco poderia fazer. *Stadtluft macht frei* não se aplicava a essa relação.

O último século alterou a estrutura de classe urbana de modo surpreendente. Por um lado, a classe trabalhadora urbana se diversificou: o serviço doméstico deixou de constituir uma fatia tão grande. No início do século XIX, a manufatura se localizava em terrenos baratos do campo ou em cidades pequenas; um século depois, as grandes indústrias migravam para cidades maiores, tornando-se a localização perto de complexas redes de transporte ferroviário, rodoviário e portuário mais lucrativa que o isolamento barato. O setor de serviços urbanos também começou a crescer depois da década de 1880, à medida que os escritórios pequenos cediam lugar aos grandes, e esses empregos rotineiros de colarinho branco deram origem à mobilidade ascendente dos trabalhadores do sexo masculino e à entrada no mercado de mulheres com capacitação como secretárias.

Com a maior complexidade das estruturas de classe, contudo, a cidade também passou a funcionar como uma centrífuga, separando as classes no espaço. Surgiu uma forma moderna dos guetos. Os subúrbios da classe trabalhadora apareceram nas grandes cidades já na década de 1880, tornando-se cada vez maiores à medida que se desenvolviam as redes de transporte. O mapa Park-Burgess da ecologia de Chicago faria mais sentido se o mapa circular mostrasse, nas faixas externas de riqueza, bolhas em que funcionários,

encanadores e artesãos especializados construíssem suas casas em arborizadas ilhas urbanas. Na cidade central, os bairros da classe trabalhadora no último século haveriam de se tornar cada vez mais homogêneos, do ponto de vista de classe; os mapas de Spitalfields, no leste de Londres, traçados por Charles Booth no fim do século XIX mostram uma base econômica muito mais diversificada que os levantamentos realizados meio século depois. Em Paris, verificou-se na primeira metade do século XX uma alteração semelhante nos *arrondissements* da região nordeste, áreas que eram predominantemente de classe trabalhadora e passaram a sê-lo de maneira homogênea.

O que chamamos de "gentrificação" é muito mais que a colonização de bairros interessantes por artistas e gente na crista da onda, seguidos pelo povo dos meios de comunicação e atraindo milionários digitais ainda com espinhas na cara mas capazes de expulsar com seu dinheiro tanto os nativos quanto os primeiros pioneiros. A gentrificação é, mais essencialmente, um processo pelo qual os 70-75% da base da pirâmide na população urbana se tornam vulneráveis à expulsão por parte do quarto que ocupa o topo numa cidade, seja pelo aumento dos aluguéis ou pela indução dos proprietários pobres a venderem seus imóveis. Cabe notar que certos nativos se aferram "teimosamente", para empregar a expressão usada recentemente por uma revista de negócios, decididos a permanecer onde nasceram ou simplesmente a reter um bem que se valoriza. Mas um número suficiente é forçado a sair ou decide fazê-lo, desaparecendo quase sempre do centro da cidade em direção aos bairros mais afastados e baratos das imediações. Como resultado, esse processo de gentrificação reforça a equação da diferença de classe e da separação física.¹⁷

Assim é que hoje em dia a experiência de classe numa cidade associa a vivência pessoal de proximidade com a desigualdade a uma experiência física cada vez mais distante e segregada. Os urbanistas falam da "morte da distância" para se referir aos efeitos da informática, por meio dos dispositivos móveis; as pessoas estão permanentemente conectadas, sempre relacionadas. A classe passa a ser vivenciada como uma espécie de "morte da distância" na *cit  *, embora a *ville* comece a ser mais formada por guetos de classe.

IV. Mistura — A máscara da civilidade

O lugar onde eu moro em Londres parece se enquadrar no icônico tipo de vizinhança mista celebrado por Jane Jacobs. É onde fica Saffron Hill, outrora cenário de pobreza abjeta em *A casa soturna*, de Dickens, mais tarde rua de depósitos e escritórios da colônia italiana. Há cerca de quinze anos, a rua de repente começou a interessar casais gays, ou solteiros de qualquer orientação sexual trabalhando no centro financeiro ali perto, além de alguns nova-iorquinos extraviados. Atraídos pelos espaços industriais recentemente transformados em *lofts*, minha mulher e eu fomos dos primeiros transmissores do Vírus da Gentrificação.

Alguns fatores renitentes, contudo, se interpõem no caminho de ainda maior gentrificação da vizinhança. A rua seguinte a Saffron Hill é o centro diamantífero da Grã-Bretanha, Hatton Garden, cheio de judeus hassídicos cortando e negociando com pedras nos prédios ao longo da rua, vendendo no varejo a hordas de jovens casais ingleses que parecem meio desconfiados de comprar de sujeitos que usam chapéu de feltro e ternos pretos mal cortados, falando iídiche entre eles e um polonês de beira de cais com os brutamontes de empresas privadas de segurança que montam guarda nas lojas. Uma rua adiante, Leather Lane, abriga um dos mais antigos mercados a céu aberto do centro de Londres, vendendo bolsas baratas, roupa íntima, artigos de limpeza e comidas étnicas a verdadeiras multidões na hora do almoço — o que me lembrou os mercados abertos de Delhi. Coroando os destroços do sonho de gentrificação, temos Bourne Estate, um conjunto habitacional do outro lado de Leather Lane. Embora os prédios mais antigos do conjunto estejam decadentes, a propriedade é bem cuidada pelos moradores, mistura de ingleses idosos da classe trabalhadora, famílias de indianos de meia-idade e um grupo diversificado de gente mais jovem do mundo islâmico.¹⁸

Comunidades como essa em que eu vivo vão tocando as coisas sem que a diversidade chegue a constituir problema, até que algo venha perturbar a vida cotidiana. Foi o que aconteceu no nosso caso quando um grande depósito de joias foi assaltado em Hatton Garden. A polícia levou algumas semanas para deter os assaltantes, surpreendentemente homens de mais idade, mas até então os boatos imperavam na comunidade, chegando à superfície as

tensões étnicas. Procurados por jornalistas, moradores se manifestavam sobre quem seriam os autores do roubo, e uma resposta frequente, não raro sem rodeios, era: "alguém da área". Longe das câmeras, no espaço seguro do café kosher de Leather Lane, alguns dos negociantes de diamantes comentavam que a polícia multiétnica não se importava com o roubo de "bens judeus". De maneira não menos irracional, uma discussão num café halal levantava a suspeita de que "os judeus" tivessem montado o golpe para receber dinheiro do seguro. A boataria inflava o preconceito: um empregado da lavanderia, muçulmano devoto, disse-me ter ficado sabendo que "os judeus" iam botar a culpa do roubo no seu sobrinho, perguntando se eu não indicava um bom advogado. Antes do assalto, eu eventualmente ouvia comentários antissemitas no café halal, mas eram apenas isto: comentários eventuais. Até então, eu me limitava a dar de ombros; mas agora me sentia ofendido.

Quando a boataria lhes confere outra dimensão, pequenos acontecimentos como o assalto de Hatton Garden podem provocar confrontos violentos em comunidades mistas. Neste sentido, existem casos clássicos como os pogroms desencadeados na Polônia pela morte de uma criança católica, atribuída aos poderes mágicos dos judeus, com suas bestiais cerimônias religiosas; e, na Índia, casos envolvendo boatos sobre abate criminoso de vacas por parte de muçulmanos do Paquistão, agravados pela suposta contaminação proposital de carne halal por hindus. Esses surtos de violência desmentem a bem-intencionada crença de que conhecer melhor os vizinhos estabiliza as relações comunitárias; em cidades as mais diferentes, como Izmir, Delhi, Los Angeles, onde grupos diferentes convivem há anos, ou mesmo há gerações, um pequeno acontecimento inflado por boatos pode fazer de repente com que as pessoas mal tolerem ver umas às outras.

Uma solução radical que costuma ser apresentada ante esses surtos é o argumento das "boas cercas" articulado pelo sociólogo Robert Putnam. Com base num amplo levantamento de atitudes, ele concluiu que as pessoas reagem positivamente aos que são diferentes se viverem longe. O convívio frente a frente numa comunidade mista às vezes pode ser como esfregar sal numa ferida aberta. Suas constatações ressoam com um verso do poema "Mending Wall" de Robert Frost: "Boas cercas fazem bons vizinhos." Putnam apenas observa, sem propor, assim como o poema de Frost (na opinião do

crítico Thomas Oles) assume uma atitude irônica contra o tipo de sabedoria do senso comum que parece abraçar. Mas ainda assim o que se sugere é que aumentar a distância geográfica entre grupos diferentes tem maior probabilidade de torná-los tolerantes do que misturá-los.^{19, 20}

Meus vizinhos encararam a coisa de outra maneira. Recorreram a gestos leves e superficiais de cortesia que tornavam mais suave o contato entre diferentes grupos; gestos que depois da ruptura se tornaram inflados e exagerados. Numa loja de jornais e revistas de dois indianos, por sua vez experientes diplomatas no trato com clientes diversificados, os vendedores de diamantes, em geral falando iídiche ou hebraico no celular, faziam questão de se mostrar ostensivamente polidos com mães muçulmanas vindas do conjunto habitacional (“por favor, a senhora primeiro”) e cheios de gracinhas com os bebês (“tão grande para sete meses”). A comunidade islâmica também se esforçava; por insistência do imã local, as bandeiras palestinas que tremulavam nas janelas dos apartamentos do conjunto desapareceram. Os resmungos em iídiche para cumprimentar e o ressurgimento das bandeiras palestinas indicaram que a crise tinha passado.

Os pequenos gestos de cortesia exemplificam o preceito de que “a superficialidade não faz mal nenhum” sustentado por Jane Jacobs. A gente pergunta como vai o vizinho sem querer realmente saber; estamos apenas mandando um sinal de reconhecimento. Esses pequenos gestos também são primos da máscara blasé de Simmel, na medida em que são impessoais e insípidos. Para curar uma ferida, restabelecer uma conexão social, cada um oculta o que realmente sente a respeito do outro.

O pano de fundo, aqui, antecede a invocação kantiana do cosmopolita como aquele que é capaz de se colocar acima das divergências humanas que resultam no “madeiro torto da humanidade”. O significado francês original de *cosmopolite* se aplicava aos diplomatas louvados por serem capazes de se mover com facilidade de um lugar a outro, de uma cultura a outra; no século XVII, por exemplo, o bispo Bossuet se referia ao viajado embaixador sueco na França como “un vrai cosmopolite”. Sir Henry Wotton, embaixador britânico em Veneza no início do século XVII, era considerado um homem capaz de mentir bem pelo bem do seu país. Fora desse terreno profissional, o cosmopolitismo assinalava uma distinção de classe: o camponês e o tra-

balhador manual pareciam ter uma estreita visão de mundo local, ao passo que, refinados, o cavalheiro e a dama de classe alta eram por assim dizer mais viajados mentalmente.

No fim do século XVIII a palavra "cosmopolita" foi democratizada. Os americanos têm a experiência dessa mudança na pessoa de Benjamin Franklin, que era conhecido, tanto no país quanto no exterior, como representante dos Estados Unidos na França, como uma pessoa simples e direta que se dava bem com todo mundo. "Não investigue muito profundamente a vida da sua vizinha, para que ela não investigue muito profundamente a sua", recomenda um manual para moças do Massachusetts. Um manual para rapazes escrito na mesma época, no início do século XIX, aconselha: "Não é másculo fofocar."²¹

Sentir-se à vontade na companhia de estranhos há muito era algo associado a viver numa cidade; em francês arcaico, a palavra *urbain* significa ao mesmo tempo vida numa cidade e polidez com visitantes de outra cidade. Numa moderna comunidade mista como a nossa, esses usos são combinados na máscara da civilidade: superficialidade, embuste, impessoalidade. Esta trinca é a alternativa ao distanciamento heideggeriano dos outros, ao isolamento e confinamento dos outros, ou a comparações de caráter pessoal que machucam e fantasias chocantes sobre o poder maligno do Outro. Eu diria então que meus vizinhos estavam certos ao envergar a máscara da civilidade — pelo menos até que os ladrões fossem apanhados. Mas é certo que os comportamentos que associam superficialidade, embuste e impessoalidade não podem ser considerados corretos num sentido ético. Como confiar em alguém que se limita a usar a máscara da civilidade?

O filósofo Russell Hardin observa que a confiança implica um salto "além da certeza" quanto ao que esperar de outra pessoa ou grupo; encaramos o comportamento do outro em confiança, como se costuma dizer. A confiança verbal, como na expressão "palavra de honra", significa que não é necessário explicitar claramente as coisas. A confiança implícita é aberta, ainda que não cega; saímos em busca do que Hardin chama de "confiabilidade", buscamos o tom de voz ou o gesto da mão que podem ser considerados de uma pessoa "confiável"; "ele parecia o 'tipo de pessoa' que merece confiança".²²

A confiança tem caráter diferente do que se apresenta no modelo de Hardin quando estamos nos referindo a uma comunidade mista que usa

a máscara. Em vez de buscar os traços de caráter que, no outro, indiquem que merece confiança, confiamos que ele não chamará a atenção para as diferenças que nos separam. Imaginemos a seguinte conversa na banca de jornais do indiano: “Falando como negociante judeu de diamantes, eu diria que é um bebê bem grande para sete meses”, vindo então a resposta: “Falando como uma mãe refugiada de Lahore, posso garantir que a maioria dos bebês muçulmanos é deste tamanho.” Um diálogo absurdo, pois a informação pessoal é irrelevante; além disso, esse diálogo não contribuiria para aumentar a confiança *mútua* — pelo contrário, enfatizaria a existência de diferenças. Ao passo que um sorriso satisfeito, um carinho no nariz do bebê servem para fazer a ponte.

O que significa, de maneira mais genérica, que as comunidades mistas só funcionam bem enquanto a consciência do Outro não for trazida a primeiro plano. Se algo levar a que seja assim destacada, o peso dos outros é sentido de perto, podendo surgir a desconfiança. Silêncio gera confiança. O ritual superficial é uma forma de reaproximar uma comunidade que chegou à beira da situação do gatilho.

Tentei neste capítulo olhar por trás das crenças que parecem trivializar o entendimento da diferença. Como na cabana de Heidegger, a exclusão pode decorrer de um profundo desejo de unificar e simplificar a vida. Na cidade, um emparedamento como o que se criou em torno do gueto de Veneza não foi capaz de reduzir os judeus a uma elementar condição de sobrevivência, mas gerou entre os próprios excluídos um tipo de boa vizinhança que não serviu para uni-los. Nos termos classistas de hoje, as comparações odiosas do convívio próximo coexistem com uma *ville* transformada em gueto. Numa comunidade mista, os rituais do bom convívio sacrificam a verdade em nome da confiança.

Infelizmente, existe uma maneira simples e perversa de tornar leve o peso dos outros.

6. Tocqueville em Tecnópolis

Uma solução no sentido de tornar leve o peso dos outros consiste em tornar a vida fácil para todo mundo, graças à tecnologia moderna. A tecnologia resolverá o que a sociologia não resolve, ordenando e abrandando as relações. Bill Mitchell, do Media Lab, foi um dos primeiros a acreditar nesta solução, convencido de que a cidade inteligente podia endireitar as relações sociais. Desde que ele escreveu *City of Bits*, “a” cidade inteligente tornou-se na verdade dois tipos de cidades. Numa delas, a tecnologia avançada determina como as pessoas devem usar os espaços que habitam; a *ville* dita as regras para a *cit  *. Na outra, a alta tecnologia coordena mas não apaga atividades mais desordenadas na *cit  *. A cidade inteligente prescritiva é ruim para a mente; ela embota os cidadãos. A cidade inteligente coordenadora estimula mentalmente, envolvendo seus habitantes em problemas complexos e diferenças humanas. O contraste se encaixa no nosso contexto mais amplo: a cidade inteligente prescritiva é fechada; a cidade inteligente coordenadora é aberta.

Para explorar esse contraste, precisamos primeiro voltar à Era do Gelo da tecnologia, a década de 1830.

I. Um novo tipo de indivíduo — Tocqueville e o distanciamento

Pode parecer estranho escolher Alexis de Tocqueville, o escritor e estadista do século XIX, como guia dos riscos da cidade inteligente, embora ele fosse profético em questões de hoje como os meios de comunicação da “pós-verda-

de” e o populismo. Sua capacidade de prever a moderna organização política decorreu de uma viagem aos Estados Unidos que fez na juventude, em 1831. A Revolução Francesa da década de 1790 quase tinha levado à guilhotina os seus pais, pequenos aristocratas de província. O surto revolucionário de 1830 na França o levou a temer que as multidões assassinas aparecessem de novo. Além disso, ele estava cansado da Europa, e assim montou com seu amigo Gustave de Beaumont uma viagem de pesquisa às prisões americanas, para se ausentar pelo menos temporariamente. Além de visitar prisões, ele teve a sua cota de aventuras, cavalgando pelas imensidões selvagens, frequentando *saloons*, bisbilhotando reuniões cívicas comunitárias.

Mas o primeiro volume de *A democracia na América*, publicado em 1835, ainda mostra o jovem escritor obcecado com o passado, as paixões destrutivas da turba, como seriam posteriormente analisadas por Le Bon. O livro de Tocqueville descrevia a transformação da multidão-turba da geração dos seus pais na “tirania da maioria” da sua. Como a turba das ruas, a maioria, uma vez democraticamente instalada nas funções de Estado, não se limita a governar moderadamente a minoria; é tomada por uma paixão de universalização da própria vontade, de tal maneira que os 51% não dão atenção à voz dos 49%. Era este o cordão umbilical político que ligava os Estados Unidos democráticos à Europa revolucionária.

Cinco anos depois, Tocqueville mudou de foco. No segundo volume de *A democracia na América*, publicado em 1840, ele cotejava os Estados Unidos com o seu país da sua época, uma França que ele via como uma sociedade burguesa obcecada com dinheiro — o meio do qual sairia Haussmann. Passada uma década do reinado de Luís Filipe, o país lhe parecia amolecido. Conforto e complacência eram a norma; ninguém se interessava mais por grandes compromissos. Ao escrever seu segundo volume sobre a vida americana, ele tinha em mente esse descompromisso em casa. A multidão como turba deu lugar a uma nova imagem de uma massa de indivíduos, desvinculados da sociedade como um todo, interessados apenas no conforto e voltados sobre si mesmos.

Foi o seu momento bola de cristal, no que diz respeito ao uso da tecnologia hoje em dia. Em sua percepção, a palavra-chave é “individualismo”; na verdade, foi cunhada por ele, que assim a evoca:

Cada pessoa, retirada no seu próprio mundo, se comporta como se fosse estranha ao destino de todas as outras. Para ela, os filhos e os amigos representam toda a espécie humana. Quanto às transações com seus concidadãos, ela pode se misturar a eles, mas não os vê; toca-os, mas não os sente; existe apenas nela própria e para si própria. E se nesses termos persiste em sua mente um senso de família, já não persiste nenhum senso de sociedade.¹

Esse tipo de indivíduo voltado sobre si mesmo quer levar uma vida fácil e confortável, em contraste com o individualismo rude dos pioneiros americanos. O indivíduo rude sai por aí de mochila, enquanto o indivíduo descrito por Tocqueville prefere visitas guiadas. Deparando-se numa cidade estrangeira com a alternativa entre um Starbucks e um café local, o novo homem de Tocqueville rumo para o Starbucks; não precisa fazer o esforço de descobrir e escolher num arquipélago de cafés de estilo local. O mesmo quanto aos estranhos; “ele se mistura [...] mas não os sente”. A norma é a familiaridade.

Tocqueville chama as relações entre indivíduos distanciados de “igualdade de condições”. A expressão não significa exatamente o que pode parecer. Tocqueville não tinha ilusões de que os níveis de renda viriam a se tornar mais equiparados no futuro americano, ou de que a democracia nivelaria o jogo de poder. Com a expressão “igualdade de condições” ele tentava dizer que as pessoas viriam a querer as mesmas coisas — os mesmos bens de consumo, a mesma educação, o mesmo padrão de moradia —, apesar de terem acesso muito desigual a elas. A igualdade de condições foi nada lisonjeiramente qualificada de “massificação do gosto do consumidor” pelo sociólogo Theodor Adorno; Tocqueville estendeu a massificação aos códigos de comportamento.

As duas expressões, “individualismo” e “igualdade de condições”, marcam Tocqueville como um sombrio profeta da tecnologia — embora, que eu saiba, jamais tenha escrito uma palavra sobre máquinas. Suas ideias explicam por que o dispositivo móvel e a tela podem ser considerados máquinas individualizadoras, e por que os programas padronizados que rodam em telas móveis e de computadores geram igualdade de condições nas comunicações. Essa percepção pode ser levada adiante: suas explicações

do individualismo e da igualdade de condições explicam, juntas, por que as cidades inteligentes podem se tornar fechadas. O problema em tudo isto é o que chamamos de tecnologia “fácil para o usuário”. Ela torna passivo.

II. Um novo tipo de gueto — Um Googleplex

Em virtude da minha ligação com o MIT, tive ao longo dos anos contatos eventuais com vários desenvolvedores de software, testando a versão beta de certos programas: a ideia é que, se eu sou capaz de usá-los, qualquer um é. Tive uma breve e não muito feliz experiência com a Google, testando um programa para a cooperação online entre usuários. A propaganda dos feitos sensacionais da Google sempre me deixou desconfiado; ainda assim, eu quis dar uma espiada no seu covil. Como a empresa tem uma obsessão com a proteção dos seus segredos, é difícil entrar em sua sede; graças a um ex-aluno que estava deixando a empresa em Nova York, eu tive a oportunidade de visitar as instalações.²

Na cidade, mas não dela — O Googleplex em Nova York é um prédio totalmente reformado. Uma velha construção que antes abrigava os escritórios da Administração Portuária de Nova York foi deixada só na casca e completamente refeita, para dar lugar à atividade criativa que transformou a Google num gigante industrial. O Googleplex de Nova York enfrentou certos desafios, devido à sua localização. Localizado logo acima de Greenwich Village, ele tem do outro lado da rua um lembrete do Outro, tal como costumava ser em Nova York: uma série de bares, puteiros e apartamentos baratos ao longo da Oitava Avenida. O Googleplex também abriga, no térreo do antigo prédio da Administração Portuária, certas atividades que não podem ser vinculadas à reforma interior. Há uma grande clínica de saúde que atende a todo o West Village, e não apenas aos empregados da Google sofrendo de colapso psicótico causado por estresse. Também se encontram, no térreo, bancos de varejo dando para a rua e até vestígios das pequenas indústrias que outrora se concentravam nessa parte da cidade, por causa dos aluguéis baratos.

Com o tempo, a Google pretende criar uma estrutura completamente nova, traçada pelos badalados arquitetos Bjarke Ingels e Thomas Heatherwick, e que terá como característica urbanística mais notável um terraço ajardinado com telhado de vidro, servindo esse “espaço público” para eximir os googlistas de toda e qualquer exposição ao ambiente físico circundante. Mas por enquanto a rua ainda forma uma espécie de envelope de sujeira.

O interior foi concebido para ser autossuficiente. Como se sabe, dentro de qualquer Googleplex os empregados dispõem de qualquer coisa que possam desejar: mandar a roupa para a lavanderia, ir a uma consulta médica, fazer ginástica, dormir em caso de trabalhar até tarde e até ver um filme se quiserem relaxar — realmente um ambiente de trabalho de muitos recursos. Isso não se deve a nenhuma bondade dos empregadores; a disponibilidade de serviços vinte e quatro horas por dia é o principal meio de fazer com que os empregados fiquem focados na vida lá dentro, minimizando distrações fora da empresa. Espalhados pelo planeta, do Vale do Silício a Munique, todos os Googleplex são comunidades fechadas destinadas a extrair mão de obra de gente na faixa dos vinte que em geral não se vincula a nada; depois que tiverem cônjuges, parceiros ou filhos, essas pessoas não vão querer passar tanto tempo no local. Para elas, a Google fornece — exatamente como no Vale do Silício — grandes ônibus brancos que as levam e trazem do escritório, assim prolongando as horas de trabalho, graças a conexões de internet absolutamente confiáveis. Essa fórmula do Googleplex decorre das clássicas cidades empresariais da era industrial, como Pullman, no Illinois, EUA, e Port Sunlight na Grã-Bretanha, ambas construídas na década de 1880; como elas, o Googleplex fecha um cerco apertado entre trabalhar e habitar.

Os googlistas são como bebês-modelo das “classes criativas”. A expressão, inventada por Richard Florida, abrange atualmente, segundo o Escritório de Estatísticas do Trabalho dos EUA, sobretudo gente que trabalha em publicidade, serviços de mídia e start-ups tecnológicas fora do âmbito universitário; o número de artistas independentes, músicos e poetas é relativamente insignificante: as classes criativas são antes formadas por distribuidores, intermediários e homens de marcas que por *Homo faber*. Rondadas pelos investidores, festejadas por políticos como a resposta à estagnação urbana, as classes criativas constituem uma elite que não faz

grande coisa pela massa. Muito pelo contrário. Como assinalou Nathan Heller, em 2014, uma empresa tradicional como Citibank empregava cerca de 250 mil pessoas, ao passo que Facebook, mais valorizada na bolsa, empregava cerca de 6 mil.³

Numa cidade grande, a ideia da cidade-empresa por trás dos Googleplex se traduz numa ilha dentro da cidade, que, no entanto, tem consideráveis efeitos no território ao seu redor. Como se sabe, googlistas e equivalentes contribuem para aumentar os preços de casas e apartamentos em Manhattan — exatamente como em seu outro epicentro, a região de San Francisco —, chegando esta tendência hoje (2017) a 16% por ano nas áreas que elegem. Construções como o Googleplex servem de atrativo para lojas de roupas, restaurantes, comércio gourmet sofisticado e afins que também aumentam os aluguéis comerciais, o que por sua vez força a saída de estabelecimentos locais, baratos ou suspeitos como os da Oitava Avenida. Ironicamente, tratando-se de um grupo que celebra a criatividade, a aparência de um bar ou ponto de encontro da classe criativa é invariavelmente inconfundível: máquina de café expresso, mesa Parsons, luminárias Lightolier X-50...

O Googleplex também é um ícone do privilégio de uma forma mais personalizada. Vinte anos antes da minha visita ao Googleplex nova-iorquino, eu tinha entrevistado jovens no Vale do Silício para um livro sobre o trabalho com alta tecnologia na nova economia. Naquela época primitiva, as start-ups de tecnologia tinham um odor característico, misturando pizza de salame velha, Diet Coke e meias suadas; a fragrância era resfriada mas não dissipada em salas com ar-condicionado em que ninguém se dava ao trabalho de abrir as janelas. Não existem ruas apinhadas de gente no Vale do Silício, mas as start-ups de tecnologia eram pequenas, e, exatamente como acontece em Nehru Place, os candidatos a gênios passavam um bocado de tempo conversando com colegas de outras empresas, espiando o que a concorrência estava fazendo e ocasionalmente cooperando e conspirando. O eventual fracasso de uma start-up gerava a necessidade de olhar ao redor e do lado de fora. Na época, como hoje, os índices de fracasso eram altos; nos Estados Unidos, apenas cerca de 7% das start-ups de tecnologia duram mais de dois anos. Na época, como hoje, era improvável conseguir emprego mandando o currículo por e-mail; era preciso encarar as pessoas frente a frente.⁴

Essa cultura tecnológica se baseava na premissa de que o mundo é um lugar de abundância, de modo que um mero tropeço não vai ser fatal. Como vimos na Introdução, contudo, a economia política da tecnologia mudou drasticamente, evoluindo de um estado aberto, tipo Oeste Selvagem, para uma situação mais fechada. Nos últimos anos, à medida que o monopólio se tornava o fato dominante da vida no mundo tecnológico, empresas como Google, Apple e Cisco Systems passaram a comprar rapidamente, para muitas vezes fechá-las em seguida, start-ups que poderiam tornar-se concorrentes. O capitalismo monopolista é sem dúvida um ambiente irônico para a arquitetura dos Googleplex, pois esses prédios se destinam a estimular a livre troca de ideias no seu interior, embora a empresa acabe lá fora com o livre mercado.

O que faz do Googleplex um ambiente tocquevilliano é o seu interior atraente, a sua intimidade — o Googleplex na cidade, mas não dela. Este contraste me pareceu evidente assim que entramos. Saímos depois de passar pela academia de ginástica e a lavanderia, provando o sushi (muito bom), vendo as pessoas de cara enfiada nas suas telas (já era bem tarde da noite, mas muitos ainda estavam trabalhando). Na rua, um garoto de programa me mandou um olhar insistente; o som de aparelhos de rádio e TV vinha, alto, dos apartamentos acima dos bares da Oitava Avenida que ficam abertos a noite inteira; meu ex-aluno e eu pegamos um sanduíche num café barato frequentado por motoristas de táxi, sempre cheios de assunto. Agora estávamos na cidade.

* * *

Criatividade distanciada — Os prédios inspirados nos Googleplex se destinam a atender a indústrias criativas. A questão que levantam é saber se um ambiente voltado sobre si mesmo de fato estimula a criatividade.

Achava-se que, derrubando as paredes internas de um prédio, o arquiteto de escritórios também está removendo os “silos” mentais nos quais os empregados podem acabar se isolando. Mas o espaço aberto por si mesmo não permite a troca criativa; arquitetos de escritórios como Frank Duffy criticam o conceito do escritório de planta aberta contendo

um mar de mesas nas quais qualquer um pode sentar a qualquer momento. Nesse ambiente neutro, as pessoas tendem a se calar, olhando para suas telas em vez de trocar comentários informais. Uma planta aberta precisa ser mobiliada com cuidado, para estimulá-las; é necessário dar mais personalidade ao espaço; ele precisa se tornar o que Duffy chama de “escritório-paisagem”.^{5,6}

O Googleplex é uma versão especial da paisagem de escritório. O traçado gera em certa medida espaços sociais informais nos quais as pessoas podem se encontrar com facilidade, trocar ideias tomando um café e pensar juntas; de maneira mais provocativa, o escritório-paisagem suscita esses encontros criativos em lugares inesperados. Na Google, como em muitas outras empresas de alta tecnologia, os cafés e as salas de ginástica tomaram o lugar do tradicional bebedouro como ponto informal de trocas; os espaços sociais são integrados às áreas de intensa circulação, em vez de serem removidos para uma zona social separada. Localizar os banheiros perto de um amontoado de carrinhos de comida, estações de trabalho e sofás é uma ideia interessante, embora distante das práticas habituais de design, pois depois de se aliviar é provável mesmo que uma pessoa se sinta fisicamente relaxada. A deliberada inclusão da informalidade no design gerou um espaço de trabalho inteiramente estranho ao escritório padrão. A mistura de mesas de bilhar, carrinhos de comida, sofás convidativos e estações de trabalho faz os Googleplex parecerem repúblicas estudantis de luxo. Na verdade, a fórmula da Google para a construção de um escritório estimulante do ponto de vista criativo toma forma em torno da ideia de um campus; John Meachem, o arquiteto-guru responsável pela arquitetura na Google, encara os Googleplex como uma universidade “de estrutura informal”.⁷

“Não dá para programar a inovação”, declarou David Radcliffe, um dos planejadores do espaço na Google; desse modo, a estratégia no escritório-paisagem consiste em propiciar “colisões fortuitas da força de trabalho”. No novo campus que a Google está construindo em Mountain View, Califórnia, nove prédios são retângulos, cada um deles com uma curva no meio, em vez de formarem uma caixa de sapato reta; a ideia é que nessas curvas venham a ocorrer as “colisões fortuitas da força de trabalho”. Em prédios isolados como os da Nova York de hoje e do futuro, corredores de

curvas inesperadas também carregavam os empregados para cruzamentos onde possam ocorrer as colisões fortuitas.⁸

Tudo isso parece remeter a Jane Jacobs. Na verdade, o Googleplex de Nova York fica logo adiante das ruas de Greenwich Village sobre as quais ela escreveu; à primeira vista, parece habitado pelas mesmas colisões pulsantes, espontâneas e fortuitas que ela celebrava do lado de fora. A diferença, em minha opinião, está no clima infantilizado de cercadinho de bebês encontrado no seu interior, tão diferente da rua meio turva lá fora ou das desordens de que Jacobs tratava. Pintou bloqueio? Jogue pingue-pongue; sempre há saborosos sushis por perto; use as salas de repouso quando estiver cansado; um médico está à disposição vinte e quatro horas por dia. O local de trabalho se assemelha ao ambiente de total apoio apregoado pelas escolas particulares mais caras. Agora o escritório caro e que oferece apoio serve de modelo para o design exterior em “zonas de inovação”, como se, quanto mais acolhedoras forem, mais criativas serão as pessoas.

O Googleplex ignora um aspecto fundamental do trabalho criativo: os encontros com a resistência. Naturalmente, todo trabalho mais exigente requer um esforço para superar obstáculos, mas um escritório, tanto quanto qualquer laboratório ou estúdio artístico, deve permitir que as pessoas lidem com dificuldades. Escritórios divertidos com muitas distrações e rotas de fuga não ajudam necessariamente a superar bloqueios. Em contraste, havia no Media Lab do MIT os mais variados tipos de refúgios e abrigos por trás de proteções de papelão; parecia uma enorme bagunça, ainda por cima inóspita, mas como ambiente de trabalho deixava claro que a coisa ali era séria. Não havia distrações aconchegantes para aliviar ninguém. Do ponto de vista da *ville* como um todo, o Media Lab mais parece os bairros de start-ups antes de passarem a ser chamados de “zonas de inovação”. Não é apenas uma questão de estilo. Um espaço bagunçado, cheio de restos de pizza e, nos idos da minha juventude, guimbas de cigarro manda uma mensagem de envolvimento criativo que não percebemos em ambientes acolhedores e certinhos repletos de fontes de prazer.

John Dewey considerava as resistências e obstáculos como estímulos para a criatividade; em *Arte como experiência*, ele observa: “Sem tensões internas, ocorreria uma fluida precipitação para um alvo imediato; nada haveria

que pudesse ser chamado de desenvolvimento e realização. A existência de resistências define o lugar da inteligência na produção de um objeto de belas-artes." Assim na arte, assim também na vida: a resistência nos leva a pensar. Naturalmente, ninguém quer provocar nem inventar dificuldades; os estímulos que proporcionam são espontâneos, vêm de fora, invadindo a zona do trabalho controlado, para então ser enfrentados. O problema no Googleplex é que o interior foi isolado, transformado num mundo completo e autossuficiente; os testes de realidade externa e as resistências são deliberadamente excluídos.

Como tentarei demonstrar agora, toda forma de pensamento, e não apenas a criatividade, é prejudicada quando se minimiza a resistência tecnologicamente.^{9,10} Essa cognição reduzida por sua vez afeta o caráter de um tipo de cidade inteligente.

III. Tecnologia livre de fricção — O que o "fácil para o usuário" custa mentalmente aos usuários

Bill Gates cunhou a expressão "livre de fricção" para se referir à tecnologia que facilita as coisas para o usuário. O design livre de fricção deveria ser visto como a encarnação do segundo aspecto da profecia de Tocqueville, a "igualdade de condições", que vem a ser a aparência do gosto massificado, no caso, os termos em que todos querem consumir tecnologia: facilmente disponível e suscetível de ser usada por todos.

Num dispositivo mecânico, o engenheiro certamente quer minimizar as fricções e resistências que desgastam a máquina. O terreno digital do "livre de fricção" difere do imperativo mecânico de redução do desgaste. A expressão se aplica em particular a tecnologias de fácil uso, mas cujo funcionamento é em grande medida inacessível ao usuário, como no caso dos automóveis de operação dominada pela computadorização, com entranhas excessivamente complexas para o motorista comum: você está usando algo que não entende.¹¹

O guru de programação Peter Merholz explica melhor essa mentalidade falando da maneira como os criadores deveriam se relacionar com os

consumidores; o designer deveria buscar ativamente ocultar ao usuário a complexidade da tecnologia. Ex-diretor do centro de pesquisas do Xerox PARC, John Seely Brown exorta os colegas a “tirar a tecnologia do caminho” para os usuários e fazer com que a experiência pareça “fluida”. O fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, transforma essa exortação numa fórmula social, através do slogan “partilha sem fricção”; seu programa destina-se a diminuir o árduo e frustrante esforço de fazer amizade ou conseguir um encontro amoroso. De modo geral, o que é livre de fricção se torna fácil para o usuário quando este não precisa pensar no “por quê?” O lado contraproducente desse etos é que se torna difícil esmiuçar criticamente a tecnologia; o usuário sabe se a tecnologia está cumprindo o que anuncia, mas, em se tratando de entender *por que* ela faz o que faz, ele é antes impedido que ajudado pelos especialistas. Vamos encontrar algo contrastante na plataforma aberta Linux, sendo o seu núcleo (o ADN do programa) muito mais transparente, mas também muito mais exigente. Para usá-la bem, é necessário conhecer muito mais os princípios da programação do que no uso de produtos mais voltados para o mercado de massa.¹²

Os programas livres de fricção encerram paradoxos técnicos. O mais evidente é a tendência para o excesso de recursos, uma quantidade cada vez maior de penduricalhos para que cada um faça qualquer coisa que queira simplesmente apertando um botão; existe uma resposta programada para todo problema. O excesso de recursos pode ser constatado em programas de processamento de texto como o Microsoft Word, em que a enorme quantidade de alternativas pode acabar atrapalhando o processo da escrita. Num terreno de trabalho mais técnico, o excesso de recursos se manifesta nos programas de CAD (*computer-aided design*, ou design com ajuda do computador) destinados a abarcar todas as alternativas, desde o esboço inicial até a especificação de materiais; neste caso, os programas inibem o foco visual ao oferecer excessiva quantidade de possibilidades a serem focadas.

Na verdade, o uso sem compreensão é um dilema imemorial. Os antigos usavam alho na medicina sem entender nada de suas propriedades químicas. Na época de Stradivarius, os violinistas tocavam seus instrumentos sem saber por que soavam tão bem; hoje, as propriedades sonoras desses instrumentos ainda permanecem um mistério. O etos do livre de fricção

tenta deixar de lado esses enigmas técnicos. Empenha-se em tornar as ferramentas técnicas de fácil uso, ao mesmo tempo em que se tornam capazes de fazer qualquer coisa. Nenhuma exigência será feita ao usuário. Esse atrativo é exatamente o que Tocqueville temia: o clamor da complexidade calado pelo conforto. Mas no mundo da tecnologia, o usuário paga um alto preço mental por sucumbir a essa conversa de vendedor.

Fricção e cognição — Muitos críticos da tecnologia lamentam os efeitos embotadores do excesso de tempo passado online. Entre eles, a psicóloga Sherry Turkle observou jovens obcecados com jogos de computador. As disputas da garotada em campos de jogos de verdade para saber quem está jogando limpo ou quais devem ser as regras não ocorrem quando estão sentados diante de um computador; elas são absorvidas no contexto de regras predeterminadas para fazer com que o jogo siga em frente. Nicholas Carr considera que a multiplicidade de tarefas diante de uma tela incapacita as pessoas cognitivamente, abreviando a atenção e levando a evitar situações que só possam ser entendidas com o prolongamento do foco. Ambos estão dizendo que certas experiências com a tecnologia incapacitam a cognição de tipo prolongado e questionador. A cultura do computador livre de fricção pode ser um narcótico que diminui o estímulo físico, servindo para reprimir em particular estímulos perturbadores: se não gostar do que está vendo, aperte Apagar, vá para uma outra janela.^{13, 14, 15}

Precisamos refinar essa crítica, pois não é toda e qualquer tecnologia que tem efeito perverso no cérebro. A ideia de Merholz de ocultar a complexidade ao usuário, para que a experiência seja fluida e fácil, ocorre de uma maneira em particular: diminuindo os “efeitos de geração”. A expressão se refere ao esforço de analisar informações incompletas, contraditórias ou difíceis — informações de caráter aberto. Alguns estudos evidenciam que esse esforço faz com que a informação seja mais bem retida e por mais tempo do que se for completa, clara e de fácil acesso. Os efeitos de geração também ajudam a editar mentalmente, descartando sobrecargas como o excesso de recursos.

Norman Slamecka começou a estudar os efeitos de geração na década de 1970, observando como funciona a recordação de palavras e frases, sendo essa memória maior se a pessoa precisar preencher espaços deixados par-

cialmente vazios por informações que faltem. Na nossa época, Christof van Nimwegen estudou os efeitos de geração concebendo um videogame chamado *Missionários e canibais*, com a perseguição dos devotos pelos famintos através de florestas, savanas e rios. Van Nimwegen forneceu aos participantes um software imperfeito e defeituoso ou um programa perfeitamente fluido, livre de problemas. Constatou que os que usavam o software capenga se tornaram melhores no jogo que aqueles que dispunham do programa impecável, aprendendo melhor quais jogadas seriam mais importantes e quais dariam em becos sem saída.^{16, 17}

Os modernos pesquisadores da cognição se valem de uma descoberta que remonta ao filósofo Charles Sanders Peirce, que escrevia na virada do século XX. Ele deu o nome de “sequestro” a um processo que “pressupõe algo diferente do que observamos diretamente e muitas vezes algo que seria impossível para nós observar diretamente”. O “sequestro” é conhecimento do tipo “e se?”. Um exemplo no projeto de automóvel do Media Lab foi a pergunta feita certo dia por um dos técnicos: “E se eu freasse puxando o volante para cima, em vez de pisar num pedal?” Outras pessoas argumentaram que isto não funcionaria, pois o corpo está programado fisiologicamente para empurrar, e não puxar, quando quer parar. “E daí?”, insistiu o técnico, “não estou falando do meu corpo como é, mas como pode ser treinado a ser.” O sequestro, no caso, é algo que se dá no reino do contrafactual. Peirce achava que ele desempenha um papel não só crítico como imaginativo. Não podemos conhecer o valor de nada se não procedermos a um isolamento mental, desvirtuando o caráter programado da realidade. A crença religiosa poderia ter servido a Peirce como exemplo desse teste de realidade, como aconteceu com seu colega William James. E se Deus não existir? Não é possível ser um crente religioso realmente comprometido sem passar pela vivência da dúvida contrafactual.¹⁸

No terreno da tecnologia, quando algo é de fácil uso, não nos inclinamos a perguntar: e se fosse diferente? Tentado certa vez a recorrer ao “corretor gramatical” do meu programa de processamento de texto, fiquei espantado de ver como ele capturava instantaneamente as particularidades do meu jeito de construir frases, mas sem sugerir soluções imaginosas nem inabituais para solucionar os erros — no Microsoft Word, o “corretor gramatical” não

funciona de um jeito divertido, no espírito do “e se?”. Este déficit poderia parecer compensado pela enorme quantidade de recursos de edição e formatação do programa: é possível fazer qualquer coisa com algumas clicadas, desde montar um poema até organizar o roteiro de um filme ou incorporar tabelas, imagens e texto. Mas o próprio menu é que é o problema, oferecendo formas predeterminadas para cada função — só se pode escolher o que consta dele. Isso contrasta com programas mais antigos de DOS como o WordPerfect 5.1, ferramenta de texto mais difícil de operar, pois tinha relativamente poucas características definidas. Apesar disso, era uma ferramenta de uso satisfatório, pois não inibia a experimentação de construção de sentenças ou formatação de texto. Seu corretor de ortografia pateticamente limitado permitia usar palavras inesperadas sem a menor restrição — James Joyce teria detestado Microsoft Word e adotado WordPerfect 5.1. O mesmo contraste se manifestou no Media Lab. Para os seus usuários, experiências formatadas com facilidade segundo testes de hipótese na base do Sim/Não são experiências de segunda categoria; as experiências de primeira categoria ocorrem em termos de incógnitas, possibilidades e “e se?”.

Esse contraste entre claro-fácil e ambíguo-e se? é explicado pelos efeitos de geração estudados por Norman Slamecka e seus colegas. O conhecimento incompleto leva a perguntas do tipo e se?, pois aquele que questiona tratou a realidade como algo indeterminado; cabe a você conferir-lhe sentido. Um outro caminho de estudos da cognição — lidar com contradições — chegou à mesma conclusão. Trata-se de um trabalho de Leon Festinger, o psicólogo que desenvolveu o moderno entendimento da “dissonância cognitiva”.

A expressão se refere a uma situação em que ocorrem regras contraditórias de comportamento, ou regras confusas. Qual será a reação? Festinger era um homem de laboratório experimental, usando animais — ele preferia pombos —, mas sempre pensando na aplicação das suas descobertas aos seres humanos. Mas reconhecia que a dissonância cognitiva, condição que ele gerou nos pombos, é uma condição dolorosa que as pessoas criam para si mesmas.

Um exemplo clássico disto é a fábula de Esopo “A raposa e as uvas”. A raposa vê um cacho de uvas lá no alto, impossível de alcançar; decide então considerar que não são boas, pois provavelmente estão estragadas — embora

não tenha como sabê-lo. A fábula está na origem da nossa maneira de pensar “uvas estragadas”; a frustração de não conseguir as coisas do jeito que queremos justificada com este pensamento: “Eu não queria mesmo.” Mas na verdade a raposa continua querendo; se as uvas caíssem no chão, haveria de devorá-las. Uma das formas de sair deste dilema, escreve Festinger, é “tentar reduzir a dissonância e alcançar a consonância”. Esta mentalidade pode significar que, “na presença da dissonância, além de tentar reduzi-la, a pessoa evitará ativamente situações e informações que tenham probabilidade de aumentá-la”. É o lado negativo da dissonância cognitiva: o indivíduo evita suas complexidades sempre que possível. A raposa quer muito as uvas, mas com o tempo passa a mentir para si mesma sobre esse desejo: “No fundo eu não gosto de uvas.” Qualquer ex-fumante poderá se reconhecer aqui.^{19,20}

Também existe uma maneira positiva de reagir a experiências frustrantes ou contraditórias. Conhecendo meu interesse por ambientes complexos, Festinger me levou certa vez a um laboratório cheio de pombos engaiolados tentando contornar obstáculos que ocultavam o abastecimento de água ou entender depósitos de ração que os responsáveis pela experiência tinham contorcido absurdamente. Certos pombos ficavam simplesmente desorientados — exatamente como eu sei que ficaria se estivesse engaiolado. Mas outros se comportavam de modo diferente, tornando-se mais alertas no confronto com circunstâncias dissonantes. Segundo Festinger, sua capacidade de atenção não era apenas visual: esses pombos ouviam melhor sons fracos e seu faro se tornou mais aguçado; sua memória também melhorou.

Ainda segundo Festinger, o motivo é que esses pássaros tinham desenvolvido a capacidade de focar na própria dissonância. Eles exploravam a resistência, assim desenvolvendo o que ele chamou de “atenção focal”. Ele analisou então de que modo essa atenção funciona mesmo quando o alimento ou a segurança dos animais não estão diretamente sob ameaça, mas seu ambiente foi alterado de maneira inquietante. Em várias experiências, constatou-se no seu laboratório que essas alterações ambientais aumentavam os níveis de ansiedade (medidos pelos batimentos cardíacos e os índices hormonais), mas ainda assim os pombos mais obstinados continuavam explorando, às vezes bicando determinado impedimento para testá-lo — embora estivessem ansiosos, também estavam estimulados, curiosos. Sobre-

tudo, Festinger constatou que esses pombos se tornavam mais inteligentes que os outros, que se mostravam desmotivados.²¹

Festinger observou certa vez que “damos mais importância às coisas que nos esforçamos por entender”. Ele considerava que os seres humanos, como outros animais, se tornam mais alertas do ponto de vista cognitivo quando enfrentam realidades complicadas, em vez de se afastar delas, como na fábula de Esopo, ou entre os indivíduos observados por Tocqueville, ou quando se está online. Fiquei me perguntando como o preceito de Festinger poderia se aplicar às cidades.

As experiências sobre as quais se construiu a teoria de Festinger dizem respeito a contrários claros e imediatamente perceptíveis: o pombo pressiona uma alavanca de abastecimento de água e, no entanto, se depara com grãos de ração. Mas era a ambiguidade, e não uma contradição clara, que se impunha nas ruas da Paris de Balzac, da Chicago de Park, da Nova York de Jacobs e da Delhi do Sr. Sudhir. Em todos esses lugares, a vida na rua era fluida na superfície, com multidões de estranhos indo e vindo, uma experiência de imagens fortuitas e poucas trocas profundas e renovadoras. Mas a aplicação da atenção focal permitia detectar bolsões de ordem nesse fluxo. Embora a rua fosse um mar de roupas negras, o parisiense de Balzac tentava deduzir dos detalhes do vestuário de um estranho a que classe pertencia; na Chicago de Park, Zorbaugh descobriu que o contato visual momentâneo indicava se alguém era amigo ou inimigo; em Nova York, os “olhos na rua” escaneavam o Village em busca daqueles que parecessem suscetíveis de causar problemas ou cometer crimes; o Sr. Sudhir estava constantemente de olho em possíveis clientes, no que os concorrentes estavam tramando e (como vim a saber mais tarde) nos policiais à paisana que pudesse subornar. O sociólogo Elijah Anderson chama essas tentativas de deduzir ordem da fluidez de “código da rua” — apreendendo, em termos de sistemas abertos, os “bolsões de ordem”.²²

Já o etos da ausência de fricção suspende nossa atenção focal às particularidades de um lugar específico e complexo, mesmo no nível mais trivial, como no caso de escolher um Starbucks em vez de buscar um café local diferente. Num nível mais grave, os estereótipos do Outro — como negro ou muçulmano — são livres de fricção; distinguir a particularidade de um

homem negro ou de uma mulher muçulmana que não se enquadra no estereótipo dá trabalho, mental e emocionalmente. E para que uma experiência seja livre de fricção, precisa ser afastada do clamor dos interesses contraditórios — os interesses de outras pessoas, ou talvez, pior ainda, interesses contraditórios em si mesmo. Como na fábula de Esopo, ou no caso do novo indivíduo de Tocqueville, as complexidades e diferenças que não combinam facilmente com nossos desejos são reprimidas, ignoradas ou envoltas em mentira. O resultado é uma perda cognitiva.

O objetivo cognitivo do trabalho de laboratório de Festinger era descobrir as condições que, numa gaiola, estimulam o desejo do animal de focar na complexidade, em vez de se desinteressar dela. O mesmo numa cidade. Como poderia a alta tecnologia nos tornar mais inteligentes ou nos empobrecer?

IV. As duas cidades inteligentes — prescrever ou coordenar

Existem dois tipos de cidade inteligente, fechada e aberta. A cidade inteligente fechada nos empobrece, a cidade inteligente aberta nos torna mais inteligentes.

Prescrever — A cidade inteligente fechada é um Googleplex ampliado, cheio de indivíduos tocquevillianos, nutrida por tecnologia fácil para o usuário, que obnubila os cidadãos. Nessa distopia, como escrevem os planejadores holandeses Maarten Hajer e Ton Dassen, “as tecnologias urbanas tornarão as cidades mais seguras, mas limpas e acima de tudo mais eficazes [...] As cidades inteligentes vão ‘perceber’ os comportamentos por meio de maciço acúmulo de dados de informática e usar esse feedback para gerir a dinâmica urbana e aperfeiçoar os serviços”. Para eles, como para o especialista em tecnologia Adam Greenfield, esse tipo de cidade inteligente na verdade é movido pela política de controle centralizado que prescreve de que maneira as pessoas devem viver; esse pesadelo tecnológico é dramatizado no romance de Dave Eggers sobre o Google, *O círculo*. Como é que se parece na realidade?^{23, 24, 25}

Uma hora de carro a sudoeste de Seul, a cidade inteligente de Songdo está sendo construída do zero, em terras aterradas no mar. Em 2012, abrigava

cerca de 30 mil pessoas, mas a expectativa era que viesse a triplicar em cinco anos. Como em Xangai, a velocidade do desenvolvimento não tem paralelo; para cada nova casa construída na vigorosa região do Cinturão do Sol nos Estados Unidos, dezoito casas são erguidas em novas cidades na China e na Coreia do Sul. Na superfície, Songdo parece uma versão arborizada e ondulada do Plan Voisin; suas torres são cercadas de parques, como em Xangai, embora essa nova paisagem seja mais suave, verdejante e extensa.

Originalmente, escreve Anthony Townsend, Songdo foi concebida como “uma arma a ser usada nas guerras comerciais”; a ideia era “convencer multinacionais a estabelecer suas bases de operação asiáticas em Songdo [...] com impostos mais baixos e menos regulação”. A tecnologia entrou na dança, afirma Greenfield, quando se mobilizaram recursos de alta tecnologia para tornar a cidade mais atraente. Empresas como Cisco e Software AG se candidataram, e o resultado foi que o ambiente se tornou ainda mais tecnologicamente regulado, apesar da oferta de mercados menos regulados.^{26, 27}

O centro de controle da cidade inteligente de Songdo é um lugar de calma assustadora. É conhecido como “cabine de comando”, representando a aspiração dos planejadores de Songdo de criar um modelo para outros lugares, um modelo baseado na pilotagem de uma cidade como se fosse um avião. A cabine esteve presente desde o início. Uma série de telas gigantes mostra o que está acontecendo na qualidade do ar da cidade, no uso da energia elétrica, nos fluxos de tráfego; sentados em cadeiras giratórias, de olho nas telas, os técnicos eventualmente anotam algo, fazendo alguma correção, mas sem falar muito. Não há necessidade. As fórmulas que fazem funcionar as máquinas que fazem funcionar a cidade funcionam bem; os técnicos me acompanharam na visita com discreto orgulho.

O jeito suave de Songdo deixa claro que o verde, os pequenos lagos, a grelha ondulada, tudo foi calculado em função da eficiência e da economia ambientais. Apontando para um mapa na cabine de comando, um técnico quantificou para mim a exata absorção de CO₂ ocorrendo em determinado parque — um cálculo absolutamente fantástico para mim, que cresci usando regras de cálculo. Ocorre um fluxo de direção única do centro de comando central para o sensor ou smartphone; o sensor ou o smartphone, ou seu detentor, envia informação, mas o centro de controle interpreta seu

significado e decide como o agente deve atuar. É como Google Maps e outros programas conhecidos funcionam, mas o alcance do controle em Songdo é muito maior. Um grande empregador sabe onde seus empregados se encontram fiscalizando o uso dos smartphones. Em manifestações menos “Big Brother” do uso de tecnologia, como a orquestração dos sinais de trânsito, toda uma cidade — bem menor, é verdade — opera atualmente no comando da cabine — ou, mais precisamente, sob as ordens dos conjuntos maciços de dados de informática, algoritmos de interpretação e acompanhamento de máquinas em exposição visual na sala. Essa cabine de comando e controle encarna o modelo prescritivo de cidade inteligente.

A cidade inteligente irmã de Songdo, Masdar, fica perto de Abu Dhabi, que a financia. Masdar destina-se a ser uma espécie de subúrbio inteligente, sendo seus 40 mil moradores complementados por 50 mil trabalhadores que vêm diariamente de Abu Dhabi. Os Emirados Árabes Unidos, enormes consumidores de energia, estão preocupados com o encolhimento da sua cobertura ecológica. Como em Songdo, os urbanistas estão empenhados em abrir caminho para outros. Em Masdar, tal como planejada por Norman Foster, um uso da energia relativamente livre de fricção deriva de fontes renováveis como a solar; em planejadorês, o plano consiste na “aplicação de um traçado urbano sinergicamente eficaz por meio de elementos de traçado passivo”, permitindo uma economia de 70% em comparação com a vizinha Abu Dhabi. Para que essas boas coisas aconteçam, tratou-se de “intensificar e reintegrar tecnologias sustentáveis avançadas”, o que só é possível por meio da computação de dados maciços. Masdar ficou conhecida pelas experiências com veículos sem motorista. Seus prédios, traçados por Foster, são de muito maior qualidade que os de Songdo — e muito mais caros.^{28, 29}

Eu estivera em Songdo no início da construção; posteriormente, tendo sofrido um derrame, enviei uma equipe de jovens e animados pesquisadores para ver como a cidade se desenvolvera. Nos primeiros dias, eles ficaram impressionados: “Para os engenheiros”, informava um deles, “é um espaço construído em grande medida em torno de uma fantasia de generalizada computação. É encarado como um espaço maquinal no qual a lógica algorítmica, os habitantes humanos e muitas caixas-pretas geram redes de entrelaçamentos.” Mas logo eles se mostraram dubitativos: “Homogênea,

fortemente controlada e centralizada, Songdo não apresenta nenhum dos indicadores de diversidade ou democracia louvados pela [...] pólis [...] Este espaço é um pesadelo para muitos urbanistas e uma fantasia para muitas corporações de informática." No fim da visita, Songdo já lhes parecia uma "cidade fantasma", "árida", "inerte". Sua insatisfação não tinha muito a ver com a ausência de boates, drogas ou bebidas; talvez infelizmente, meus pesquisadores são moralmente inatacáveis. E longe também de serem avessos aos avanços tecnológicos, são exatamente o tipo de pessoas sofisticadas que deveriam se sentir atraídas pela propaganda dessa cidade do futuro.

O que os deixou indignados, vim então a me dar conta, foi o fato de Songdo não ser nada inteligente. A cidade funcionava de uma maneira entorpecedora; meus preparados assistentes se sentiram insultados em sua própria inteligência. Efeitos de geração, sequestros e atenção focada não desempenhavam papel algum na sua concepção; pelo contrário, o que prevalecia era o fácil para o usuário. Poderia parecer que cidades inteligentes do tipo Songdo também devessem compartilhar uma disposição googliana para a abertura às descobertas fortuitas — mas não, de modo algum. A prescrição destina-se a prever a bom tempo como a cidade vai funcionar, assim estabelecendo com precisão o seu funcionamento no espaço e na forma construída. Cidades inteligentes como Songdo têm medo do acaso. Como disse um dos meus assistentes, a cidade inteligente "apequena" a experiência do lugar.

Em certa medida, essa suspensão do senso de lugar deve algo a Le Corbusier. O Plan Voisin era um manifesto da era mecânica, e nele forma e função se coadunavam estreitamente. Publicado em 1934, *Técnica e civilização*, de Lewis Mumford, advertia para os riscos da tecnologia desalmada ao estilo Le Corbusier; ainda assim, sua versão da cidade inteligente também era um lugar em que forma e função se fundiam de maneira perfeitamente mecânica — tudo tem seu lugar e sua lógica, todos os elementos do viver são estabelecidos com precisão no estrito traçado radial. As cidades inteligentes de hoje trazem a coadunação forma-função para a era digital, com o objetivo de gerar ambientes autossustentáveis.

Uma adequação muito rígida entre forma e função é receita certa de obsolescência tecnológica. À medida que as coisas passarem a ser feitas

de maneiras diferentes, a forma fixa não servirá mais, ou então uma nova ferramenta virá tornar obsoletas as velhas capacitações. Essa advertência contra a rigidez do engate forma-função se aplica às experiências de cidades inteligentes, como constatou Norman Foster ao conceber painéis de conexão de aparelhos eletrônicos para seus novos automóveis. Desde a época em que começou a trabalhar no projeto com os colegas, o automóvel autônomo eletrônico tinha evoluído; agora, comportava quatro ou cinco passageiros, e não mais uma ou duas pessoas apenas, como se imaginava nos primeiros protótipos. Os painéis de conexão tornaram-se pequenos demais. Numa coadunação eficaz, presume-se que a concepção seja capaz de prever toda e qualquer circunstância em que o objeto venha a ser usado, como o ambiente vai influir, como as pessoas farão uso. Como nas estradas de Xangai que não dão em lugar nenhum, os cálculos podem se revelar errados.

A eficiência tecnológica não resulta necessariamente em sucesso financeiro. Em Songdo, muitas torres estão apagadas, pois a recessão desestimulou eventuais compradores. Nos Emirados, o estouro da bolha financeira deixou temporariamente na gaveta a experiência de luxo de Masdar; Suzanne Goldenberg refere-se a ela como “a primeira cidade fantasma verde do mundo”. Abaixo do solo, assim, boa parte do kit de alta tecnologia não transmite nada. Um vídeo da cabine de comando que me foi enviado mostrava esse desequilíbrio do desenvolvimento numa das telas, na forma de bolsões escuros em meio a reluzentes áreas de atividade. A situação econômica de Songdo também aparece na forma de manchas escuras nas telas de computador. As cidades prescritivas construídas do zero de fato são bens de luxo; o custo de sua construção antes aumenta que diminui. A questão óbvia em termos de planejamento é saber por que um país como a Índia — com tanta gente sem água potável, saneamento adequado, clínicas de saúde etc. — haveria de seguir essa trilha ruinosa, planejando cem cidades inteligentes novinhas em folha.³⁰

A questão fundamental no que diz respeito às cidades inteligentes é saber por que têm um efeito entorpecedor nos que nelas vivem. Em parte isto se deve ao fato de ser tão fácil viver nelas, como constataram meus pesquisadores. Elas são fáceis para o usuário. Além disso, o próprio planejamento não é experimental, mas estático, na medida em que busca sempre um equilíbrio homeostático entre seus componentes; a alternativa “e se?”, a possibilidade

intrigante que leva a um beco sem saída, não é buscada porque a ecologia seria perturbada e desequilibrada — como se a cidade tivesse um ataque cardíaco tecnológico. Desta forma, a cidade inteligente prescritiva privilegia a solução de problemas em detrimento da detecção de problemas. Na boa ciência, o pesquisador quer conhecer os efeitos colaterais de uma nova droga; na boa carpintaria, o profissional procura prever os problemas que surgirão ao envernizar um armário, depois de descobrir como juntar duas madeiras de texturas diferentes. A solução de problemas e a detecção de problemas estão ligadas — desde que se seja curioso. Mas o modelo prescritivo embota a curiosidade; nesse tipo de cidade inteligente, não é necessário sê-lo.

A cidade inteligente embotadora tem uma dimensão ética. Tal como atualmente configurados, por exemplo, os softwares de mapas, em sua maioria, mostram o caminho mais rápido e direto do ponto A ao ponto B, e quase sempre resolvem esse problema encaminhando o viajante para autoestradas. Problema resolvido? A autoestrada indicada para ir de A a B pode evitar uma rua mais lenta onde existe uma fábrica desativada, um mercado cheio de vida ou uma miserável favela. Na autoestrada, estamos fazendo uma viagem, mas não aprendemos muito sobre os outros. Estamos antes nos deslocando no espaço do que vivenciando um lugar. A prescrição nos diz qual é o caminho mais eficiente; ninguém precisa tentar imaginar como seria se fosse diferente nem qual é o caminho que pode oferecer experiências mais ricas.

Naturalmente, boa parte da vida cotidiana precisa mesmo ser equacionada em termos de eficiência. É uma questão de equilíbrio: a cidade prescritiva se desequilibra ao divorciar o funcionamento do questionamento. Norbert Wiener previu esse risco: na velhice, veio a temer que o fruto do seu engenho se revelasse um monstro — os dados maciços de computação (foi Wiener quem cunhou a expressão inglesa “*big data*”), controlados pelo “Big Brother”, podem reduzir a vida de cada um a pedacinhos digitais de necessidades e desejos atendidos por uns poucos monopólios. A tecnologia como Big Brother talvez se tenha transformado num clichê, mas Wiener receava algo ainda mais profundo: usando máquinas, as pessoas deixariam de aprender. Ficariam embotadas. A cidade inteligente prescritiva é o lugar desse embotamento.³¹

Mas será que precisa sê-lo?

Coordenar — O uso da tecnologia para coordenar em vez de controlar as atividades redonda numa cidade inteligente muito diferente; a tecnologia é mais barata e foca nas pessoas tal como são, com todas as suas precariedades kantianas, e não em como deveriam ser. E a tecnologia coordenativa desenvolve a inteligência humana.

Essas virtudes são alcançadas organizando-se as redes de determinada maneira. Uma rede fechada geralmente se define como de acesso limitado, ao passo que uma rede aberta inclui todos; esta linha divisória ocorre online, por exemplo, quando um jornal estabelece um limite de uso além do qual o usuário terá de pagar para ler. No mundo da cidade inteligente, a diferença entre redes abertas e fechadas é uma questão de feedback. Numa rede urbana fechada, os sensores leem o comportamento dos cidadãos, seja na velocidade ou no consumo de energia, queiram eles ser lidos ou não; o feedback é involuntário. Numa rede urbana aberta, individualmente ou em grupos, os cidadãos têm mais controle do feedback. A cidade inteligente coordenativa honra as limitações em seus próprios dados, em seguida processando e relacionando essa informação a outros grupos.

Um dos primeiros exemplos de rede urbana aberta ocorreu em Porto Alegre, no Brasil, onde se originou o orçamento participativo — distribuição dos recursos econômicos de baixo para cima implantada pelo prefeito Olívio Dutra em 1989. O processo começou com assembleias de bairro meio informais nas quais se debatia como gastar o dinheiro em escolas, clínicas de saúde e infraestrutura local. Nesse nível, o acesso era totalmente aberto. Os conflitos entre bairros eram tratados por representantes eleitos que tinham de se reportar de volta aos seus bairros. O sistema funcionou durante cerca de vinte anos, até que foi de certa forma sufocado pelo poder de cima para baixo, mas ainda mais pela enorme quantidade de pessoas que queriam ser incluídas no processo, com o crescimento da cidade. No Brasil, com o surgimento das megacidades, as negociações entre grupos muito grandes de localidades começaram a perder coerência e a se estender interminavelmente ao longo do ano. Além disso, a enorme onda de migrantes que criam uma megacidade muitas vezes não era integrada às organizações e assembleias necessárias ao orçamento participativo.

Entra em cena então a cidade inteligente, por meio do smartphone e da coleta de dados maciços de informática. Enormes quantidades de “entradas”,

vale dizer, votos em permanente mutação, podem ser processadas, na medida em que as mudanças na distribuição de recursos em muitas comunidades são calculadas em tempo real. Em vez de prescrever, a computação maciça permite agora coordenar a participação na escala de uma megacidade. Os cidadãos se comunicam online, embora não o façam mais frente a frente. Uma espécie de sala de bate-papo em tempo real funciona no nível local para reunir os pontos de vista, com propostas e reações surgindo online. Este feedback é o que os representantes eleitos devem expor em reuniões com outras comunidades, na divisão das benesses — tal como se apresentam em comunidades relativamente pobres. O orçamento que daí resulta é o orçamento oficial, embora a câmara de vereadores possa sugerir mudanças, mas não exigi-las. Algo parecido com este sistema vigora atualmente em mais de 250 cidades brasileiras.^{32, 33}

Uma das críticas de Lewis Mumford a Jane Jacobs era que não se pode fazer uma cidade crescer em escala, em sua *ville*, mediante ações locais na cidade. A experiência brasileira foi uma maneira de contornar o problema: o Banco Mundial constatou que as localidades tendem a gastar dinheiro em infraestrutura, especialmente saneamento, rede elétrica e instalações de saúde; esses projetos sólidos permitem aos bairros compartilhar recursos, como clínicas de saúde, ou se integrar à cidade, nos sistemas de eletrificação e água. A *city* orçamentária focou sua atenção na grande *ville*. Fica parecendo que aqui, longe de Berlim, Max Weber — se ainda fosse vivo — teria encontrado uma cidade-Estado na qual os cidadãos controlam o próprio destino.³⁴

Tal como no estabelecimento dos orçamentos, também a concepção concreta da cidade inteligente pode seguir uma forma aberta e coordenativa. O jogo de computador *SimCity* era uma versão inicial voltada para a geração de *villes* urbanas por meio da alta tecnologia interativa. O projeto ForCity em Lyon, na França, utiliza sofisticados modelos de 3-D para mostrar como seria um futuro urbano, recorrendo a dados maciços de computação para construir imagens detalhadas da futura malha urbana. Embora exijam alimentação com dados especializados, os modelos do ForCity são capazes de traduzir comandos bem diretos como “Mostre três possíveis larguras de uma rua com população X, densidade de passos Y e densidade séssil Z.” Deste modo, cidadãos e planejadores podem praticar o raciocínio de sequestro,

fazendo perguntas do tipo “e se?” e comparando possíveis respostas. A diferença entre este procedimento e a modelagem pré-computador apresentada numa reunião da comunidade é que anteriormente, sempre que se queria alterar um aspecto específico de determinado plano, os planejadores tinham de deixar a sala, recalcular e traçar de novo seus planos, para então convocar uma outra reunião. Agora, eles podem permanecer na sala, pois as máquinas são capazes de computar as mudanças rapidamente.³⁵

Em ambos os casos, o emprego da tecnologia ajuda a escolher; no design urbano, a tecnologia avançada permite gerar as formas sobre as quais terão de ser feitas escolhas. Na cidade inteligente de tipo prescritivo, os dados já vêm empacotados e simplificados para facilitar a vida do usuário, de tal modo que o consumidor tem pequeno poder de decisão sobre sua produção. O traçado urbano mais aberto procura preparar os dados para que os próprios usuários possam enxergar alternativas e tomar decisões.

Hoje, os sistemas são capazes de se organizar, analisar e reagir a condições alteradas. Há uma diferença entre sistemas fechados e abertos na maneira como se estudam. Tomemos por exemplo um circuito fechado de televisão: num circuito fechado de feedback, há elementos de autocorreção nos ângulos de tomada, no foco e no zoom das câmeras, mas os responsáveis pela gestão desse sistema fechado não pensam “Vou parar de espionar” se virem dois amantes se beijando. Já num sistema aberto, o operador, por uma questão de tato, senão de constrangimento, desligaria as câmeras. Em esferas menos poéticas, os sistemas abertos lidam com riscos ao levar em conta “ruídos”, vale dizer, feedback de informações que não servem para manter a harmonia e o equilíbrio, que não se encaixam; o fluxo desse tipo de informação é guardado na memória do sistema. Certos softwares de código aberto computam ruídos, e o mesmo fazem certas versões da “cidade inteligente”, como no caso da modelagem dos sistemas de tráfego no Rio, ao passo que outras “cidades inteligentes” não o fazem. Estas são fechadas, como acontece em Songdo, na medida em que são programadas para descartar dados que não sejam adequados a algoritmos predeterminados. Os algoritmos de Songdo se corrigem, mas não são autocríticos.

No modelo prescritivo, a tecnologia organiza digitalmente a cidade como um sistema total. O urbanismo então executa o sistema fisicamente; e o urbanita

terá em seguida de observar as regras, destinadas a ser fáceis para o usuário. Os sistemas de prescrição são herméticos, ao passo que os sistemas de coordenação são hermenêuticos — o que significa que, na cidade inteligente prescritiva, os complexos cálculos necessários para o seu funcionamento não são vistos pelos moradores, exatamente como quer Peter Merholz, ao passo que na cidade inteligente coordenativa os habitantes precisam se envolver com os dados, interpretando-os (a hermenêutica) e agindo de acordo com eles, para melhor e para pior — pois uma cidade inteligente cooperativa pode cometer erros.

Tudo isto vem a formar um contraste político: a cidade inteligente prescritiva é intrinsecamente autoritária, enquanto a cidade inteligente coordenativa é democrática. A deliberação democrática não significa grande coisa em Songdo, simplesmente porque desde o traçado do plano já não havia grande margem de manobra para interpretações. Já em Curitiba os moradores de fato têm escolha.

Voltando aonde começamos, eu associo Tocqueville a um escritor de inclinações diferentes. Trata-se de Robert Musil, cujo grande romance *O homem sem qualidades* dissecava a Viena dos Habsburgo como um lugar mítico, embora, em sua corrupção e estupidez, dificilmente um lugar mágico. E eu associo os dois porque tanto o etnógrafo quanto o romancista se envolviam excepcionalmente com as questões cotidianas da experiência; ambos eram de Chicago em seu temperamento. Musil e Tocqueville também se equiparam como profetas. No caso de Musil, a capacidade de prever decorre em parte de sua formação como talentoso engenheiro. No início do romance, um momento decisivo ocorre quando ele compara Viena em declínio a um futuro dominado pelo “obsessivo sonho acordado” de uma “cidade superamericana” na qual a tecnologia significaria “trens suspensos, trens no solo, trens no subsolo, pessoas mandadas por correio através de tubos especiais e correntes de carros correndo horizontalmente, enquanto elevadores expressos transportam massas de gente verticalmente”, uma tecnópolis cujos algoritmos se baseiam em “exaustivos estudos de laboratório”. Nessa cidade do futuro, “perguntas e respostas se sincronizam como engrenagens em entrosamento; cada um tem apenas certas tarefas predeterminadas a realizar...” — uma caricatura da Carta de Atenas. Mas essa tecnópolis só funciona se cada um “não hesitar nem refletir demais”.³⁶

É uma versão a cidade inteligente embotadora, um lugar que só funciona bem se não se pensar muito a respeito. O romance de Musil investiga sua natureza, como costuma acontecer nos romances, em termos de caráter. Foca a atenção num protagonista sem nome que é uma pessoa líquida — maleável, dócil, adaptável; superficialmente sociável, mas por baixo não muito envolvida na vida ao seu redor; essa combinação define um homem sem qualidades. Ele é irmão do indivíduo de Tocqueville. Em contraste, uma pessoa com qualidades (em alemão, dotada de *Eigenschaften*) se envolve mais com a vida; seu caráter se desenvolveu na vivência de obstáculos, dúvidas, remorso. É o mundo de pessoas que, nas palavras de Musil, de fato “hesitaram” ou “refletiram demais”. Sua compreensão da vida é profunda simplesmente porque ela não foi feliz nem tranquila. No desenrolar do longo romance, o homem sem qualidades teme cada vez mais que a vida esteja passando ao largo, que a qualidade de sua experiência seja “leve”, que sua fácil compreensão da realidade seja por demais rarefeita.

Como então fazer com que a cidade se abra, para que a experiência se torne mais densa?

Terceira Parte

Abrir a cidade

7. O urbanita competente

Descrevemos na Segunda Parte três maneiras como uma cidade pode empobrecer a experiência dos habitantes: crescimento de alta velocidade no modelo de Xangai; esquivar-se dos que diferem; os efeitos embotadores da tecnologia mal-empregada. Estes problemas urgentes também aguçam a pergunta que me fez Jane Jacobs: “O que você faria, então?” Nesta Terceira Parte, eu vou responder — mas com uma importante ressalva.

Questões como esquivar-se dos que são diferentes não têm uma “solução”, no sentido de haver algum remédio social que possa ser tomado para curar a doença. O medo dos outros representa na verdade uma doença crônica que precisa ser administrada. Assim como os sintomas de uma doença crônica podem ser neutralizados, o corpo cívico pode também desfrutar de longos períodos de saúde vigorosa — como acontece quando pessoas diferentes são capazes de conviver. Ainda assim, o corpo coletivo nunca fica totalmente livre do risco de recaída.

Neste capítulo, eu investigo algumas maneiras pelas quais os urbanitas podem se relacionar melhor com a *cit  *. No capítulo seguinte, exploro as formas que podem ajudá-los neste sentido na *ville*. Por fim, apresento certas maneiras de promover a convergência entre *cit  * e *ville*. Como se ver  , minhas respostas à pergunta “O que você faria?” são guiadas pela decisão de tratar a cidade saudável como um sistema aberto.

I. Descolados na cidade — Tocar, ouvir, cheirar um lugar

Como minha mulher passou a vida em aviões, a logística de uma viagem a Medellín, na Colômbia, se revelou fácil. Se não for a negócios, por que ir a Medellín? Disseram-me que a cidade, que tinha ficado famosa por causa da guerra do tráfico de drogas, hoje ostentava incríveis exemplos de arquitetura cívica. Especialmente no bairro de Santo Domingo, onde existe um centro comunitário-biblioteca consistindo em três elegantes blocos negros modernistas concebidos por Giancarlo Mazzanti em 2007. A biblioteca, chamada Parque Biblioteca Espanha, fica no alto de uma colina coberta de barracos abrigando dezenas de milhares de pessoas pobres, em sua maioria refugiados da guerra civil nas zonas rurais da Colômbia, decorrendo essa violência rural de batalhas de forças do governo contra supostos revolucionários das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, batalhas que finalmente parecem ter chegado ao fim. A biblioteca, uma joia arquitetônica, é de fácil acesso graças a um enorme teleférico que vai até o alto da montanha; de concepção francesa, seus carros reduziram de horas a minutos o tempo que os moradores levam para ir da favela ao trabalho no centro da cidade.

O prefeito de Medellín na época, Sergio Fajardo, construíra esta e outras bibliotecas nas favelas, sabendo que as construções destinadas aos pobres geralmente são feias e puramente funcionais, incapazes de suscitar orgulho. Para que os moradores “se apropriem” de suas comunidades, é preciso construir algo que valha a pena possuir. Assim foi que ele gastou dinheiro com grandes arquitetos na construção de bibliotecas destinadas a pessoas que estão aprendendo a ler, em vez de encomendar um novo teatro de ópera com todos os recursos de última geração. Foi um bom prefeito.

Em frente à Playa de España, um menininho desnutrido pegou minha mão e outro, a mão da minha mulher. Eles foram nossos guias “oficiais”, usando camisetas que proclamavam precisamente este fato; já haviam feito esta visita guiada muitas vezes antes, ganhando um dinheirinho e praticando seu inglês. Quando Saskia falou fluentemente em espanhol, eles ficaram meio chateados; nós éramos os gringos, eles, os locais, uma diferença que estabelecia bem claramente o seu status. Os meninos — 8, 10 anos, muito limpinhos, mas mirrados — também se apresentavam como nossos prote-

tores; conduzindo-me à rampa que levava à biblioteca, um deles disse: “Você está seguro enquanto estiver comigo.”

O privilégio protege o Googleplex da cidade, ao passo que esses jovens da favela precisam saber mais do meio em que vivem; a insegurança e a carência são grandes demais para que eles tirem o ambiente de letra. Mas ainda assim, esses meninos continuam sendo meninos: foram tranquilamente subornados pelos sorvetes oferecidos por Saskia para que eu pudesse sentar para descansar, e se mostravam aberta e brutalmente calculistas, como qualquer criança: “*Señor*, mais quinze minutos são mais um dólar.”

Em Santo Domingo, os homens ficam à toa pelas ruas porque estão desempregados, jogando conversa fora porque não têm mais o que fazer; os mercados estão cheios de frutas e legumes feios e manchados, velhos e murchos demais para serem postos à venda em algum outro lugar. Mas a comunidade, apesar de instável e às vezes perigosa, não é nenhum teatro de miséria. Embora os telhados muitas vezes sejam de latão ondulado enferrujado, e as paredes, de blocos de concreto nu, as ruas em frente às construções são sempre mantidas muito limpas. A “honestidade” de uma casa ou bar também é assinalada por jardineiras nas janelas; viela após viela, beco após beco, vemos esses adornos bem cuidados, quase sempre com gerânios e amores-perfeitos. Como em muitas outras comunidades, todos improvisam constantemente para compensar o que falta — por exemplo, fazendo conexões ilegais na rede elétrica. Com essa capacidade de se virar é que nossos guias se mostravam particularmente sintonizados; num longo relato sobre as fontes de venda de água engarrafada mais barata naquele momento, e indiferente ao meu desinteresse pela conversa, o pequeno guia ficou totalmente absorto pelos malabarismos necessários para enfrentar a vida.

Embora talvez não servisse muito para nos proteger dos adolescentes e jovens adultos que estavam de olho nos nossos smartphones, a confiança ostentada pelos nossos protetores se justificava. Eles conheciam cada ruela e atalho da comunidade, e ficavam felizes de constatar que nos interessávamos pelas imediações da biblioteca, como vimos ao permanecer com eles depois da visita oficial. Qualquer policial ficaria orgulhoso da exaustiva descrição que fizeram das ruas perigosas e seguras por ali.

Segurando a mão do meu guia de 8 anos, eu sentia sua leve contração de advertência e acautelamento sempre que virávamos uma esquina. Numa posterior visita noturna à comunidade, percebi que nas esquinas meus protetores retardavam o passo ligeiramente e examinavam as luzes acesas nas casas. Se a casa de algum amigo que tivessem acabado de encontrar estivesse apagada, meus protetores diminuía o passo e paravam: por que a família não estaria em casa, se estava na hora do jantar? Certa vez, perguntei se havia algo errado; “não”, respondeu o guia de 10 anos de idade, “mas poderia haver”.

Mostrar-se safo na rua é indispensável. Na comunidade, um olhar que se prolongue um instante que seja pode ser considerado agressivo, levando a uma briga. Para saber como se comportar no momento, é preciso passar por várias experiências de contato visual, até ser capaz de distinguir se o olhar de alguém é hostil ou acolhedor. Uma vez consolidado, o tempo de reação de cada um torna-se instintivo e rápido; deixar transparecer a preocupação de como se comportar é receita certa de problemas.

Em Santo Domingo, a garotada está constantemente checando e atualizando as táticas de sobrevivência, pois as favelas de Medellín são ambientes em rápida transformação, com uma população constantemente renovada de imigrantes de diferentes partes do país. Como observa o militante dos direitos humanos Tom Feiling, a violência de certa maneira diminuiu desde 2010, pois a economia das drogas se transferiu para as cidades do litoral da Colômbia; a construção do teleférico em Santo Domingo tornou ainda mais seguro o transporte para o trabalho no centro da cidade, acabando com a necessidade de percorrer quilômetros de ruas problemáticas. O local, portanto, flui. Isso significa que nada pode ser tido como certo em terra — e a terra, por aqui, ainda é um lugar de pequenos furtos e assaltos, e não propriamente de uma guerra das drogas. Os garotinhos poderiam ser considerados marinheiros que aprenderam a navegar num clima instável e não raro pesado.¹

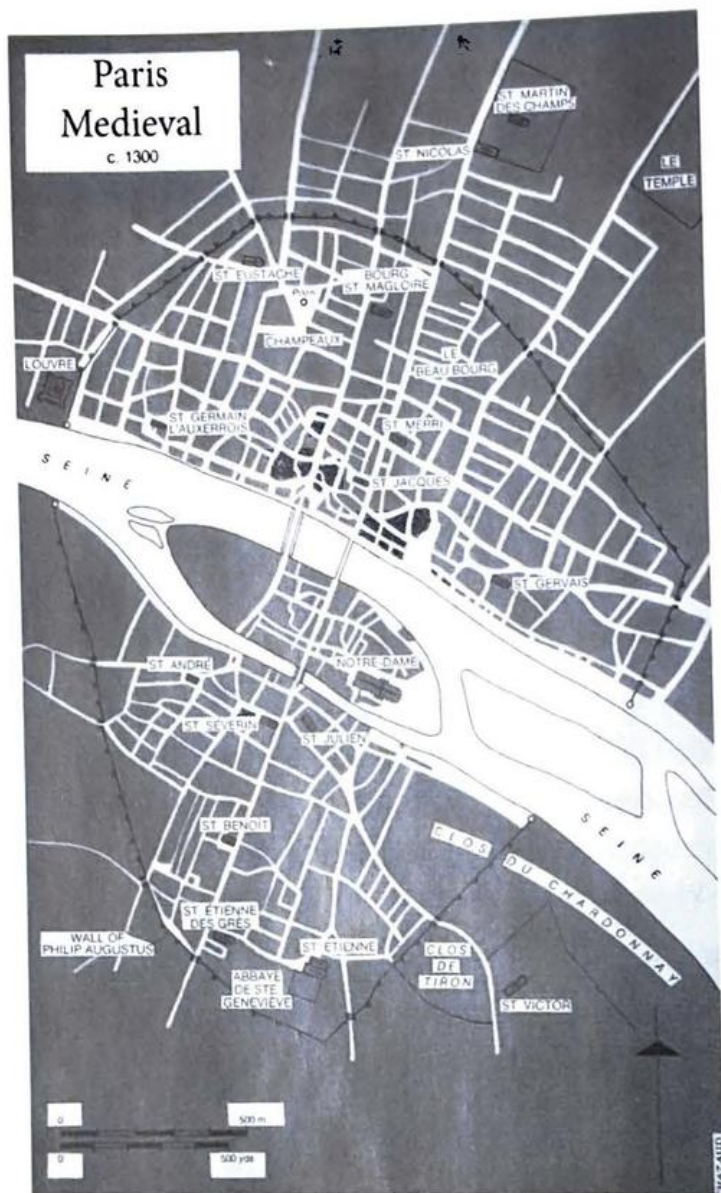
Conhecimento corporificado — Ser safo nas ruas tem a ver com o conceito de conhecimento encarnado — um conceito muito genérico que adquire uma forma concreta particular nas cidades.



1. Joseph Bazalgette (acima, à direita), o melhor engenheiro da cidade, inspeciona a construção dos esgotos de Northern Outfall, junto à estação de bombeamento de Abbey Mills, em Londres, c. 1860. W. BROWN/OTTO HERSCHAN/GETTY



2. Os esgotos de Bazalgette compunham uma rede mais conectada e eficiente do que as ruas. JACK TAYLOR/GETTY



3. Em Paris, o barão Haussmann reconstruiu a cidade de uma perspectiva superior, prestando menos atenção que Bazalgette à cidade fervilhando sob seus pés, c. 1300.



4. As barricadas eram uma ameaça política: Haussmann construiu bulevares largos onde, em tempos de agitação, duas filas de canhões puxados a cavalo poderiam atirar nos cruzamentos. RUA SAINT-MAUR-POPINCOURT, 25 DE JUNHO DE 1848. THIBAUT/MUSÉE D'ORSAY/HERVÉ LEWANDOWSKI



9. Em Nova York, Frederick Law Olmsted buscou uma terceira via na construção da cidade ao criar refúgios das ruas em parques públicos como o Central Park. Em espaços assim, pessoas de diferentes raças, classes e etnias poderiam se misturar socialmente. PATINAÇÃO NO CENTRAL PARK EM FRENTE AO EDIFÍCIO DAKOTA, C. 1890. (J. S. JOHNSTON/NEW YORK HISTORICAL SOCIETY)



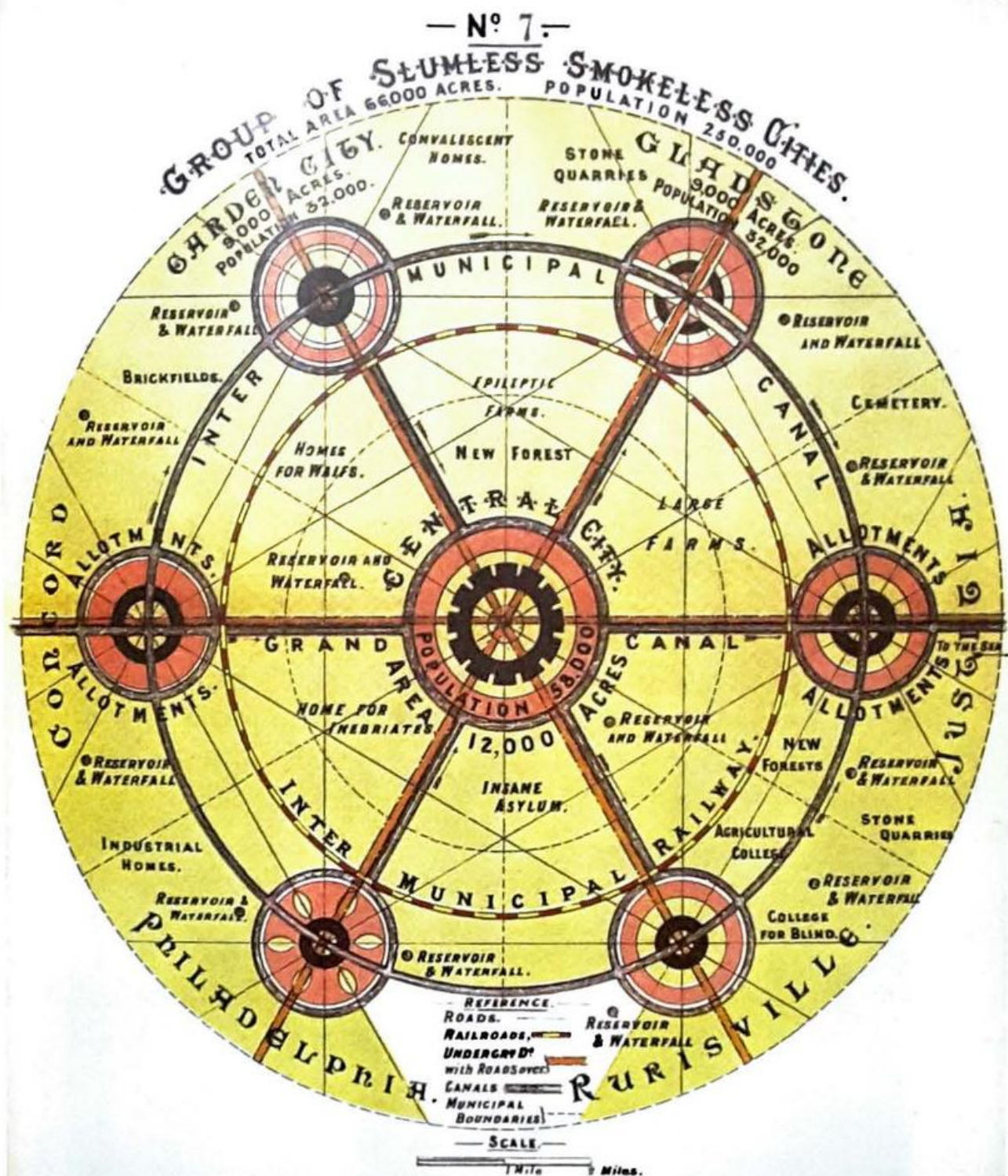
10. A realidade urbana desoladora do lado de fora do Central Park. ALA NORTE DO DAKOTA, NA RUA 72. (NEW YORK HISTORICAL SOCIETY)



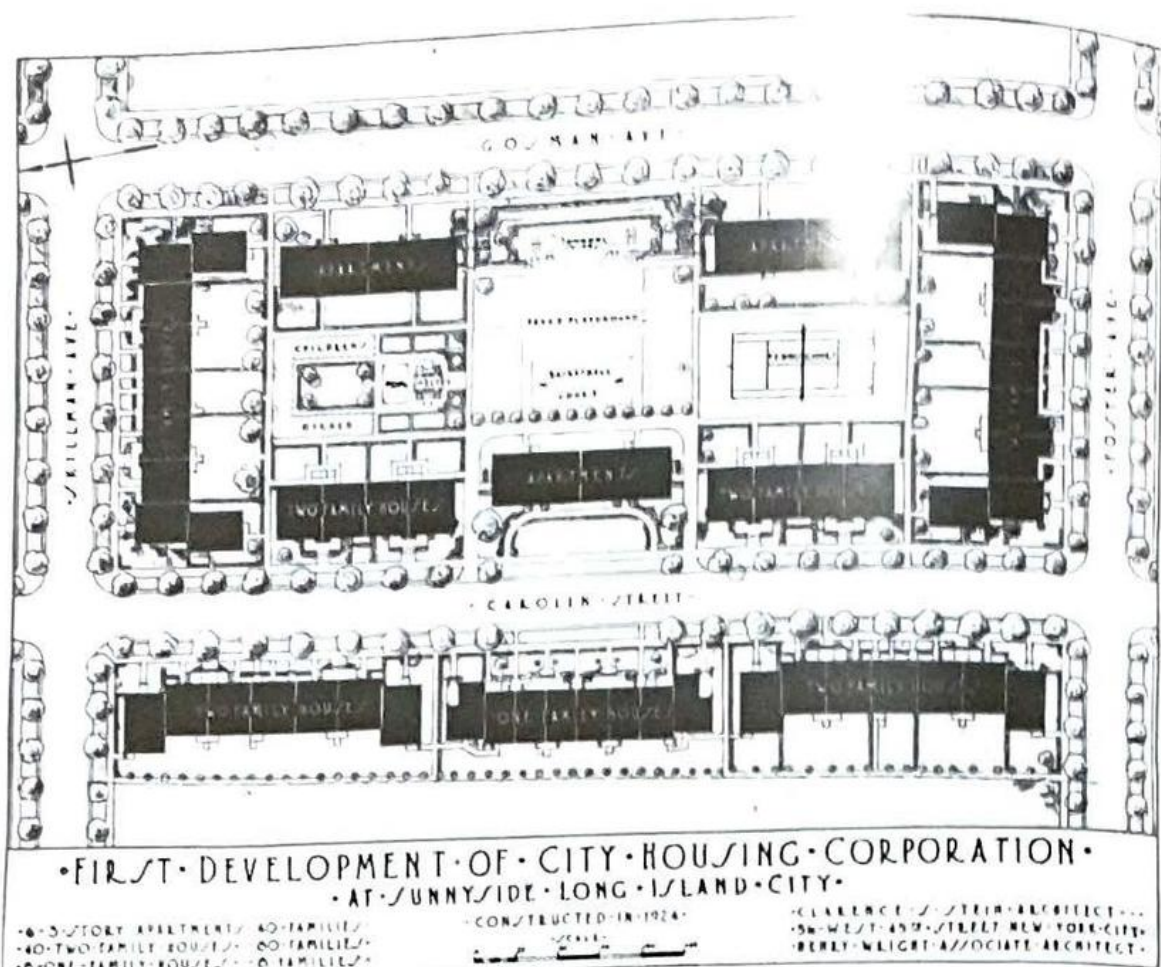
11. Maquete do Plan Voisin de Le Corbusier (1924), um herdeiro perverso do plano de Cerdà de construir a cidade em quarteirões uniformes. O objetivo é não proporcionar movimentação nas ruas. CHARLES-EDOUARD JEANNERET. (BANQUE D'IMAGES/ADAGP/ART RESOURCE)



12. O Plan Voisin tornou-se modelo para conjuntos habitacionais e para a segregação da população pobre, como visto neste projeto nova-iorquino de 1950. CONJUNTO HABITACIONAL DE ROBERT F. WAGNER NO EAST HARLEM, NOVA YORK. (MADAMECHAOTICA/CREATIVE COMMONS)



13. Concepção de um "Grupo de cidades sem favelas nem fumaça", por Ebenezer Howard. Lewis Mumford respondeu ao Plan Voisin com sua própria visão da cidade-jardim, renovando a área com um plano que une todos os aspectos da vida na cidade.



14. Mumford trabalhou em uma peça da cidade-jardim neste projeto para Sunnyside, Queens, Nova York. PRIMEIRO EMPREENDIMENTO DA CITY HOUSING CORPORATION EM SUNNYSIDE, LONG ISLAND CITY. (PAPÉIS DE CLARENCE S. STEIN, CORNELL UNIVERSITY LIBRARY)



15. A solução de Jane Jacobs para o espaço urbano moribundo: o Greenwich Village, em Nova York, como remanescente da Paris antes de Haussmann. GREENWICH VILLAGE NO FIM DE SEMANA DO 4 DE JULHO DE 2016. (RYAN DEBERARDINIS/SHUTTERSTOCK)



16. Diferentemente de Olmsted, Jacobs preferia que os espaços para socialização estivessem conectados à vida nas ruas. Na White Horse Tavern, no Greenwich Village, ela conversa animadamente com o autor, alheios ao homem bêbado que dorme entre os dois. JANE JACOBS NA WHITE HORSE TAVERN NA DÉCADA DE 1960. (CERVIN ROBINSON)



17. Um espaço aberto hoje: Nehru Place em Delhi, Índia, usado por transeuntes, camelôs de eletrônicos roubados e vendedores de saris, ladeados por escritórios de start-ups. (RICHARD SENNETT)



18. Espaço fechado em Xangai. Pudong é uma versão sofisticada do Plan Voisin. PRÉDIOS DE APARTAMENTOS NA REGIÃO DE PUDONG, XANGAI. (CHRISTIAN PETERSEN-CLAUSEN/GETTY)



19. Do aberto para o fechado: o shikumen de Xangai já foi um tipo de habitação no qual as pessoas podiam interagir. (GANGFENG WANG, GANG OF ONE PHOTOGRAPHY)



20. O *shikumen* fechado: limpo, seus antigos habitantes expulsos. BAIRRO DE XINTIANDI, XANGAI. (SHUI ON LAND/STUDIO SHANGHAI)



21. Em viagem a Moscou, o escritor Walter Benjamin contemplou o aspecto temporal do espaço aberto e fechado: o passado fechado, o presente aberto. Aqui, o passado em toda a sua contradição. PONTE BORODINSKY, MOSCOU, EM 1926. (YURY YEREMIN)



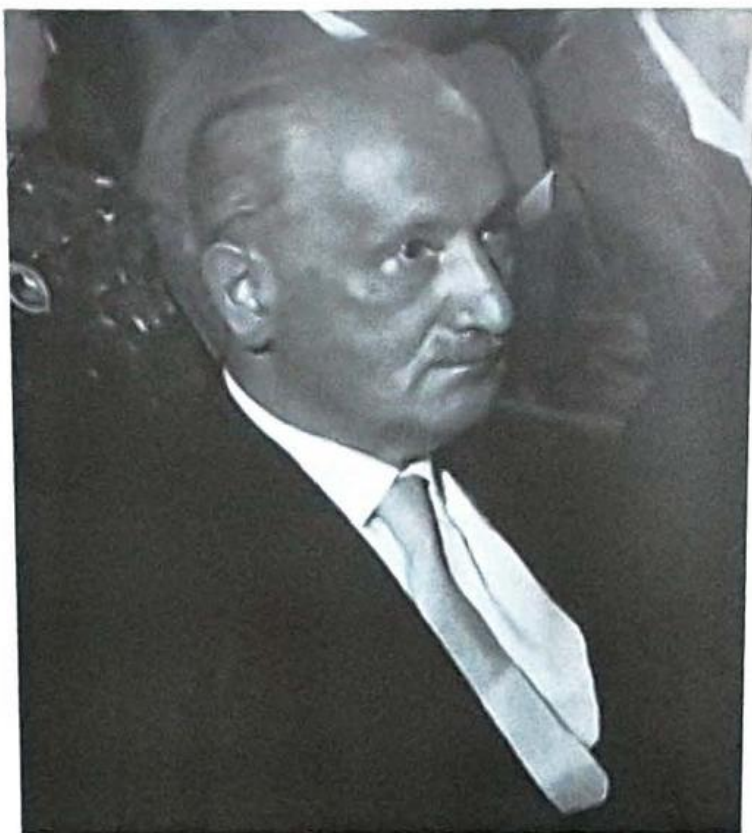
22. O futuro exemplificado por um edifício moscovita moderno que parecia englobar abertura e esperança. O complexo Izvestia, construído na Praça Strastnaya em 1924-1927.



23. Preso entre o passado e o futuro, Benjamin se identificou com o *Angelus Novus*, de Paul Klee, que representa, segundo Benjamin, uma figura que “olha para trás enquanto é impulsionada para a frente”. PAUL KLEE, *ANGELUS NOVUS* (1920).



24. A cabana de Heidegger, na Floresta Negra, Todtnauberg, um símbolo da fuga da cidade e, por consequência, do contato com os judeus. A simplicidade na construção se combina à exclusão social. (ANDREAS SCHWARZKOPF/CREATIVE COMMONS)



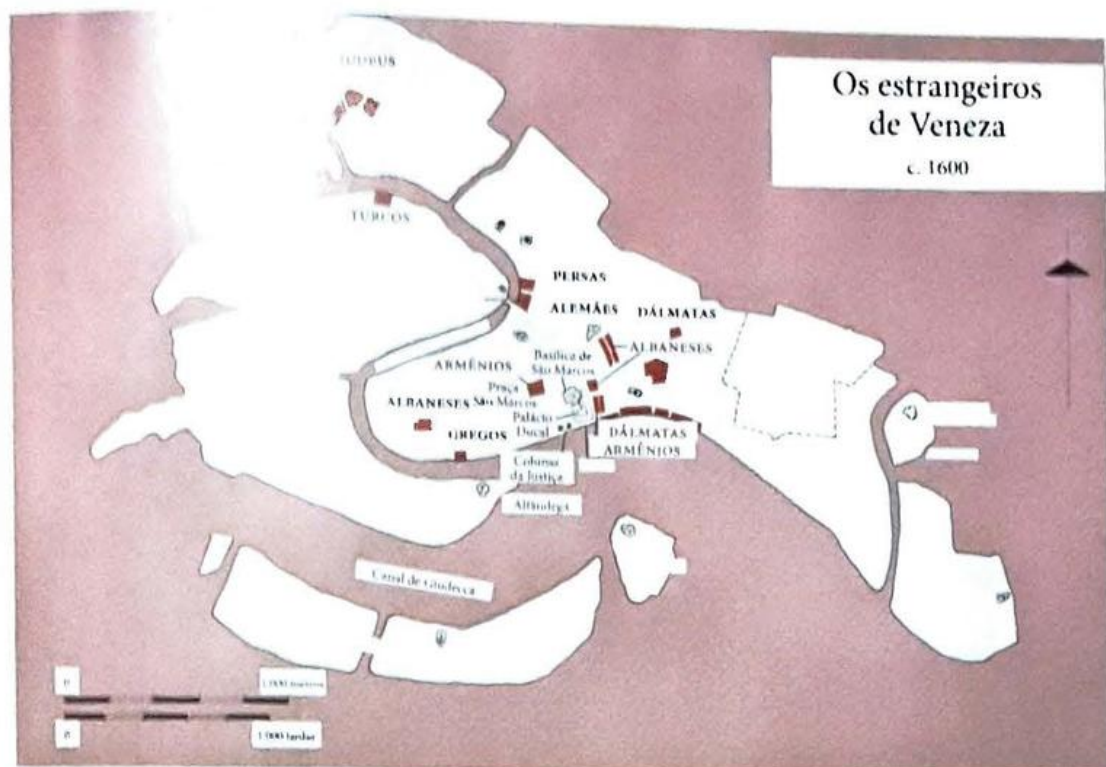
25. Martin Heidegger.
Para ele, doméstico
significa seguro.



26. Paul Celan, o
poeta confinado
que escreveu um
famoso poema
sobre a cabana de
Heidegger. (CREATIVE
COMMONS)



27. Edmund Husserl, o professor meio-judeu
de Heidegger, foi um dos excluídos de seu
convívio. Também foi barrado da livraria da
Universidade de Freiburg no breve período
em que Heidegger foi reitor da instituição.
(CREATIVE COMMONS)



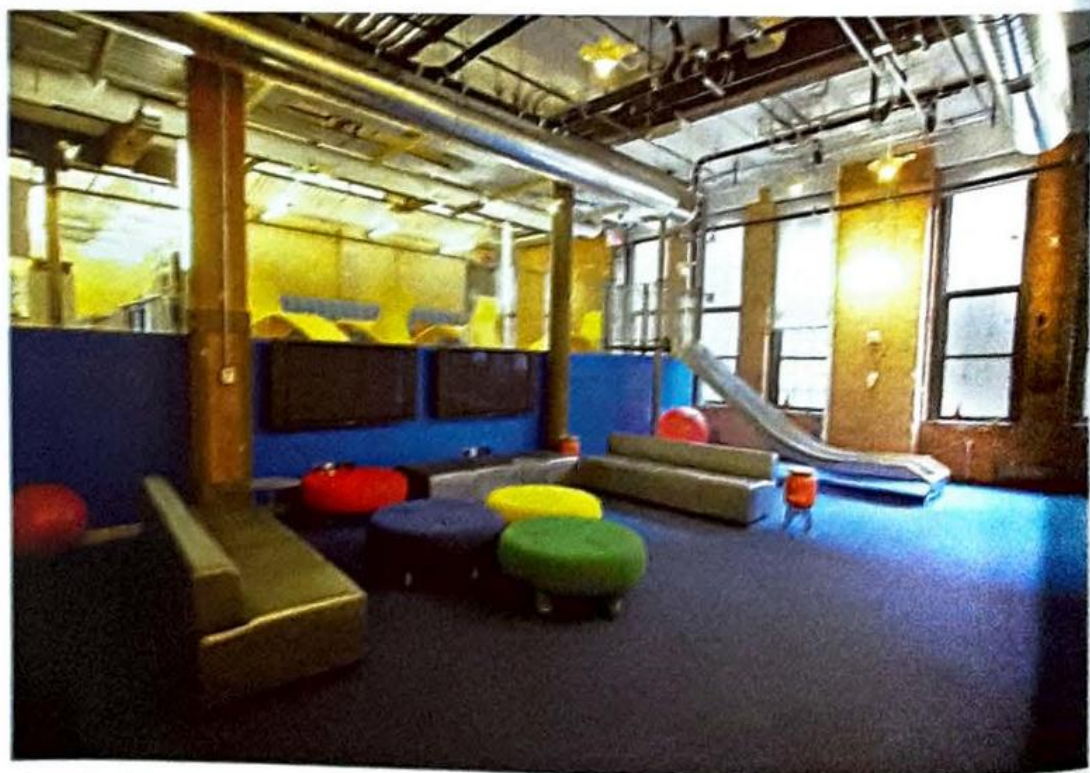
28. Segregação em vez de fuga é outra forma de fechar a cidade. Na Veneza renascentista, estrangeiros foram obrigados a viver em habitações isoladas dos cidadãos. O gueto judeu ficava na periferia ao norte da cidade.



29. A única ponte conectando o gueto à cidade: aberta durante o dia, fechada à noite, sempre vigiada pelas autoridades.



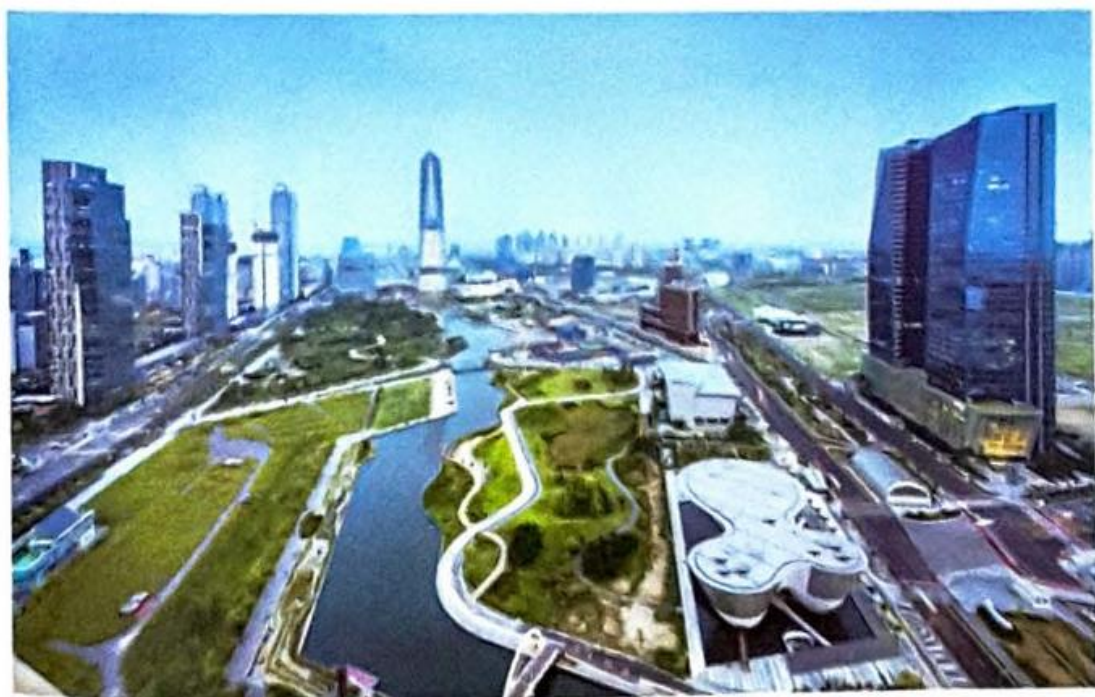
30. Uma versão corporativa e autoimposta de um gueto: o Googleplex em Nova York, isolado da atividade das ruas. FACHADA DO EDIFÍCIO DA OITAVA AVENIDA, Nº 111, VISTA DA NONA AVENIDA, BAIRRO DE CHELSEA, MANHATTAN. (SCOTT ROY ATWOOD/CREATIVE COMMONS)



31. Não há motivo para deixar o prédio: os espaços de trabalho e lazer são integrados. A empresa fornece, entre outros, serviços de limpeza e atendimento médico. INTERIOR DO GOOGLEPLEX. (MARCIN WICHARY)



32. O fechamento e a “cidade inteligente” 1: em Masdar, nos Emirados Árabes Unidos, um único centro de comando regula todos os aspectos da vida na cidade. Remete à descrição de Corbusier para o Plan Voisin como algo que deveria incorporar a cidade como “uma máquina para viver”. (LAVA – LABORATORY FOR VISIONARY ARCHITECTURE)



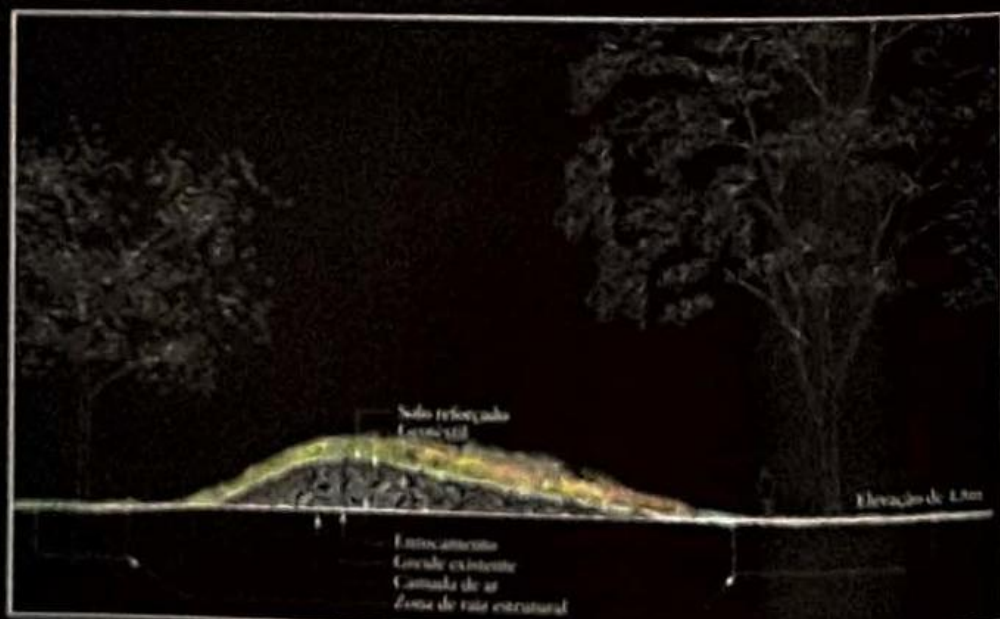
33. O fechamento e a “cidade inteligente” 2: a cidade de Songdo, na Coreia do Sul. Seus espaços sociais cuidadosamente idealizados são um fracasso; os residentes preferem lugares que surgiram de modo informal e que não se enquadram no planejamento urbano. PARQUE CENTRAL DE SONGDO EM INCHEON, COREIA DO SUL. (PKPHOTOGRAPH/SHUTTERSTOCK)



34. Abertura e fechamento diante de mudanças climáticas: após o furacão Sandy em 2012, em Nova York, o Bjarke Ingels Group (B.I.G.) propôs criar uma grande berma — uma barreira de areia — na parte sul de Manhattan. ADAPTAÇÃO DE BERMA INTEGRANTE DA PROPOSTA DA REBUILD BY DESIGN PARA O BATTERY PARK. (BIG-BJARKE INGELS GROUP)

A BERMA DO BATTERY PARK

Caminho e jardim em elevação



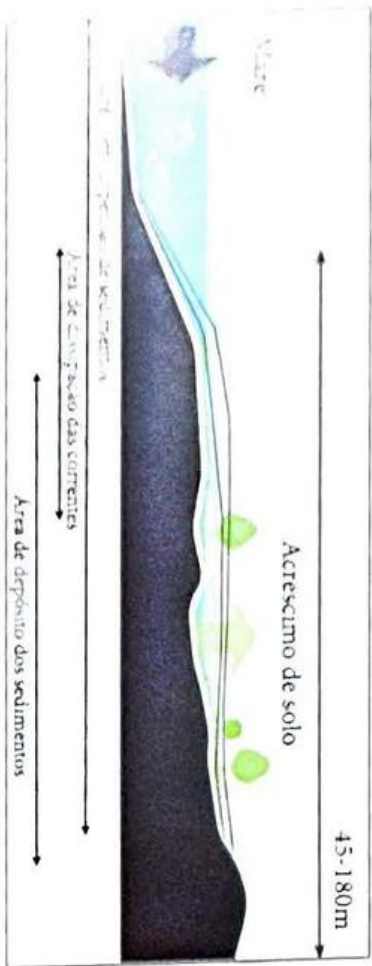


35. O objetivo da berma é represar mudanças climáticas traumáticas e atenuar a intensidade de tempestades futuras para que as pessoas possam continuar suas vidas normalmente. ADAPTAÇÃO DE RECREAÇÃO E PROTEÇÃO CONTRA TEMPESTADES, PARTE DO PROJETO DA REBUILD BY DESIGN PARA O BATTERY PARK. (BIG-BJARKE INGELS GROUP)

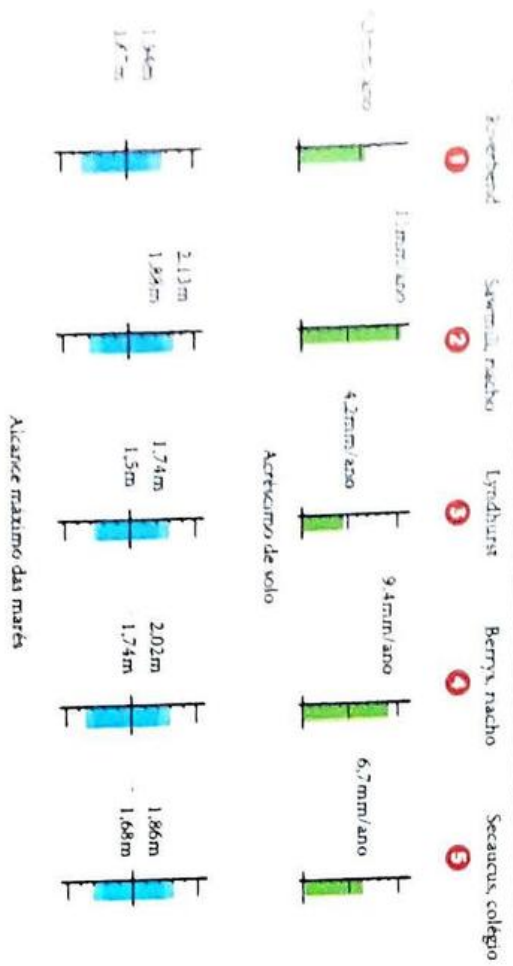
As terras úmidas e sua capacidade de transformação gradual são um fator fundamental do design.

A adaptação da capacidade das terras úmidas ao longo do tempo está associada ao acréscimo de solo, que por sua vez depende do uso dos padrões de transporte dos sedimentos das marés.

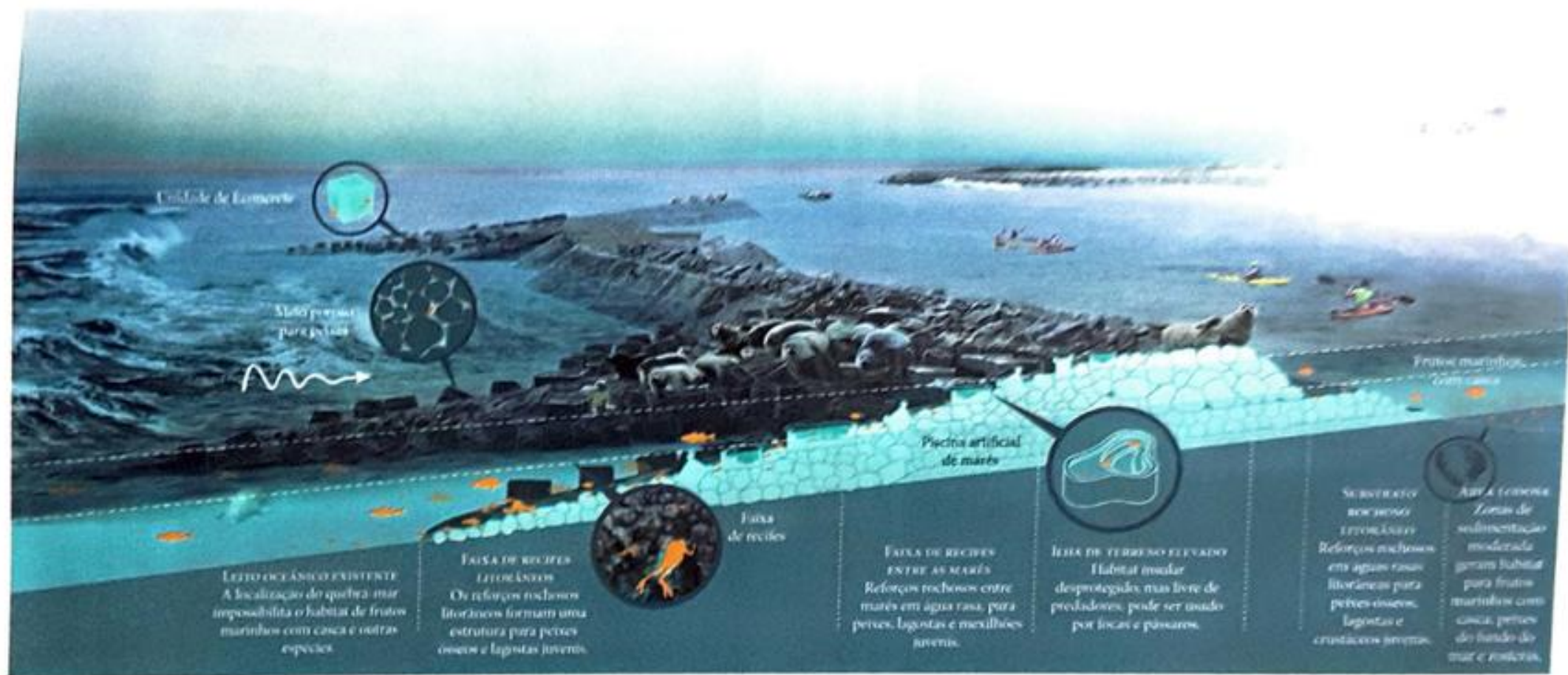
Como funciona o acréscimo de terreno?



Fatores em consideração



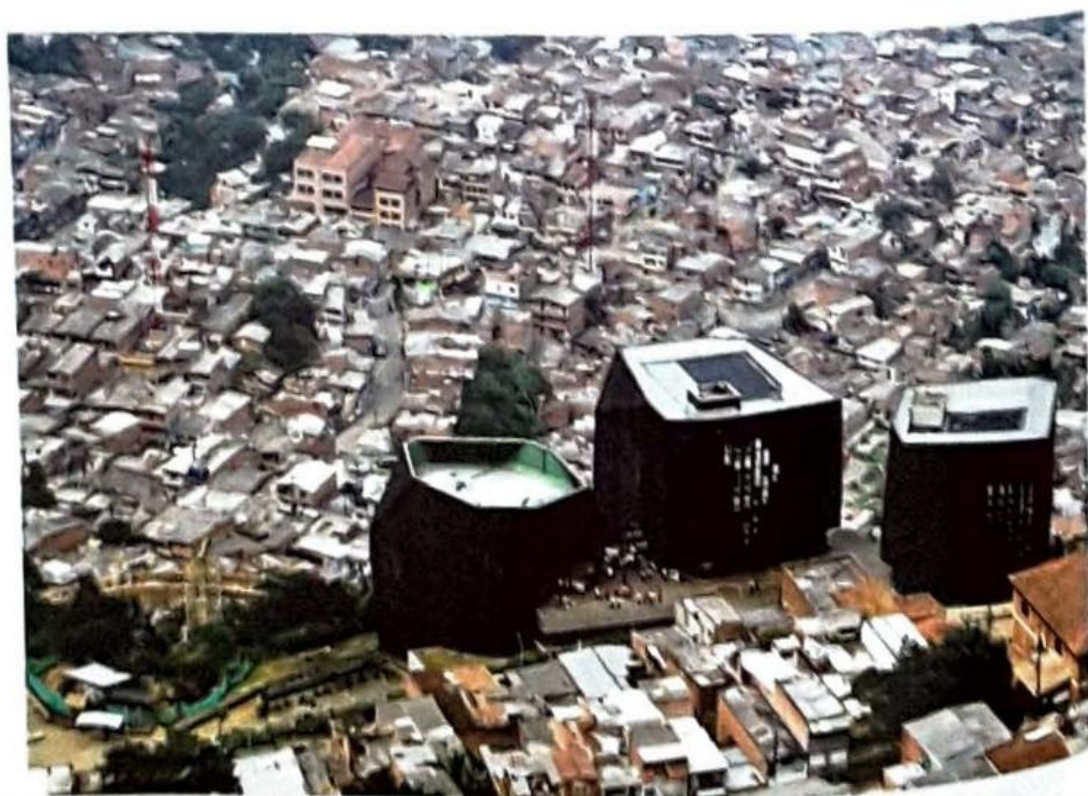
36. Em um projeto criado em parceria com o MIT, a ênfase está na adaptação, em vez da atenuação. Isso criaria uma berma de zona úmida ao longo de Manhattan, que trabalharia o fluxo e refluxo da água enquanto a tempestade se intensifica ou diminui. ADAPTAÇÃO DA BERMA CONCEBIDA PELA REBUILD BY DESIGN PARA NEW MEADOWLANDS. (MIT CENTER FOR ADVANCED URBANISM)



37. O resultado é que a berma muda de forma, ao invés de permanecer como uma construção estática, como no projeto B.I.G. O projeto do MIT é mais aberto por sua adaptabilidade. QUEBRA-MAR VIVO CONCEBIDO PELA REBUILD BY DESIGN. (SCAPE LANDSCAPE ARCHITECTURE)



38. Abrindo comunidades isoladas: um teleférico em Medellín, Colômbia, possibilita aos residentes de uma região pobre e isolada o acesso à cidade abaixo.
(STATICSHAKEDOWN/CREATIVE COMMONS)



39. Na mesma comunidade, uma livraria administrada pelos moradores locais conectou aqueles que costumavam viver isolados e com medo uns dos outros.
(PREFEITURA DE MEDELLÍN)



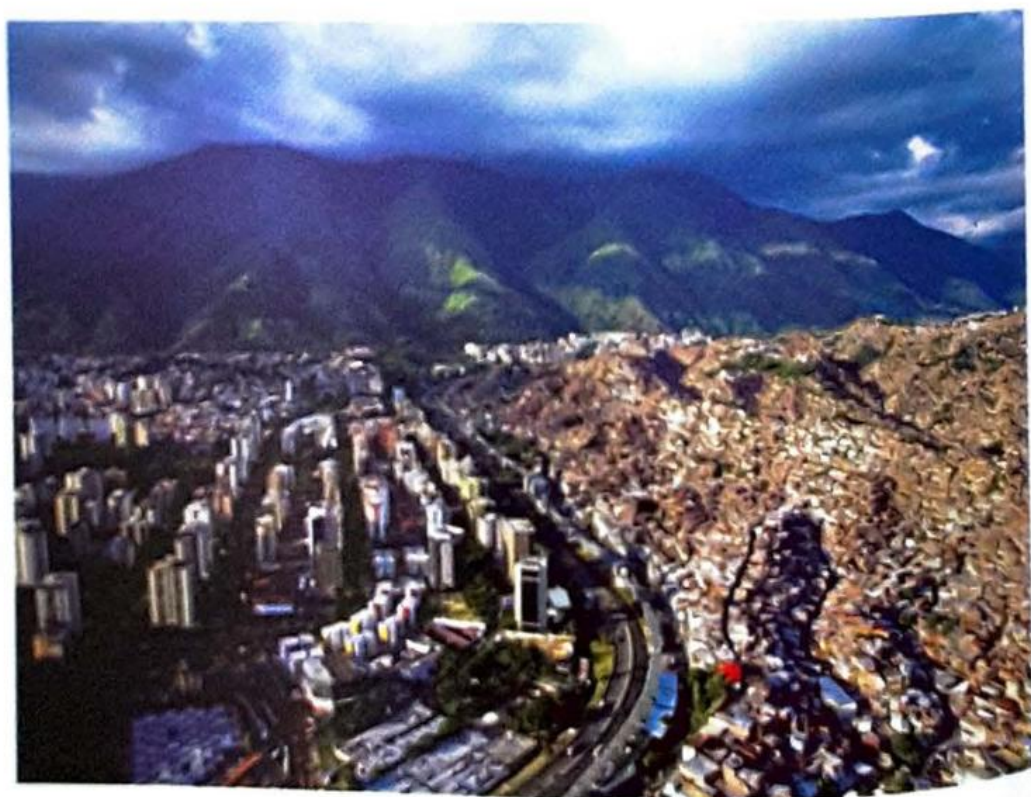
40. Em Bombaim, uma rua interna aberta mescla habitação e trabalho no mesmo espaço e ao mesmo tempo — a vida na rua celebrada por Jane Jacobs em Nova York. (PHILIPP RODE)



41. Em Nápoles, a presença de estranhos, na forma de turistas, traz vida a ruas antes moribundas. As imagens 38-41 deixam claro que a abertura das cidades pode ser alcançada de modos variados. SPACCANAPOLI, NÁPOLES, ITÁLIA. (IVANA KALAMITA/ CREATIVE COMMONS)



42. A divisa é um limite fechado, como neste caso extremo em São Paulo. DIVISA ENTRE A FAVELA PARAISÓPOLIS E O BAIRRO DO MORUMBI EM SÃO PAULO, BRASIL. (TUCA VIEIRA)



43. O fluxo do tráfego é uma barreira tão impenetrável quanto uma parede sólida. VISTA AÉREA DE CARACAS, VENEZUELA. (ALEJANDRO SOLO/ SHUTTERS-TOCK)



44. A fronteira aberta nas margens do Borough Market, Londres. Este é um limite poroso. (NATALYA OKOROKOVA/POND5)



45. Este limite em Bombaim é tanto aberto quanto fechado. O trem na rua de trás é uma zona de perigo que os residentes temem e da qual se mantêm afastados, enquanto a rua da frente é multifuncional, cheia de gente, o tempo todo. (RAJESH VORA)



46. Demarcação de lugar: um marco arbitrário de valor em Medellín é feito pelo gesto simples e informal de colocar uma planta na entrada de uma habitação.



47. Demarcação de lugar: um marco igualmente arbitrário de valor, porém muito mais calculado e arquitetural. (ARDFERN/CREATIVE COMMONS)



48. Uma intervenção com contexto específico: mobiliário de jardim público instalado nos degraus de uma construção. (TOM PLEVNIK/SHUTTERSTOCK)



49. Uma intervenção sem contexto específico: estas cadeiras e mesas coloridas podem ser colocadas em qualquer lugar, e poderiam atribuir valor a qualquer espaço. (SEVENKE/SHUTTERSTOCK)



50. O arquiteto holandês Aldo van Eyck construiu um parque em Amsterdã a partir de um cruzamento de tráfego. A "abertura" foi criada por apropriação. (VAN BOETZELAERSTRAAT, AMSTERDÃ, 1961)



51. O parque resultante tem um limite perigoso, em que crianças brincam perto do tráfego. Van Eyck pensou que as crianças deveriam aprender a lidar com tais riscos, o que não poderiam fazer caso estivessem isoladas. (VAN BOETZELAERSTRAAT, AMSTERDÃ, 1964)



52. A apropriação de Van Eyck sugere outras formas de aproveitar os espaços encontrados na cidade. Aqui, a área sob o viaduto Riverside Drive, a oeste de Manhattan, antes um espaço vazio, a não ser pela população de traficantes e viciados em heroína. (PAUL LOWRY/ CREATIVE COMMONS)



53. A instalação de um mercado sob uma via expressa, que servia tanto à população negra do Harlem quanto à comunidade de alunos brancos da Universidade de Columbia. (STACY WALSH ROSENSTOCK/ALAMY)

A gente não pensa conscientemente na maioria dos nossos atos — nem poderia ser de outra maneira. Imagine só dar uma caminhada pensando: “Agora levantar a perna esquerda, e agora a direita, e de novo a esquerda, e agora...” Assim que aprendemos a andar na primeira infância, enraizamos esse comportamento num hábito que não precisa ser pensado; ele entra para o terreno do conhecimento tácito. Algo semelhante acontece quando desenvolvemos, por exemplo, a capacidade de martelar um prego: o artesão aprende a segurar o cabo do martelo, a força a ser empregada, considerando seu próprio peso. Uma vez adquirido, esse comportamento entra para o terreno tácito, como algo que a pessoa sabe fazer sem pensar explicitamente no que está fazendo. Mas este é apenas o primeiro passo do conhecimento corporificado.

O conhecimento tácito, e não explícito, não era um conceito estranho ao psicólogo William James e ao filósofo Henri Bergson, pioneiros dos “estudos da consciência” que contestavam o rígido dualismo cartesiano que separa a mente do corpo. Para explicar o processo pelo qual nos investimos em nossas sensações físicas, James desenvolveu o conceito de “fluxo de consciência”; e a ênfase em sua expressão é na palavra “fluxo”. Um fluxo flui: pensar, sentir e habitar nunca é estático. James criticava os psicólogos que o haviam antecedido por falarem de “condições” e “estados” mentais como se fossem blocos sólidos ou imagens fixas de ser. Mesmo na contemplação de um quadro pendurado na parede de um museu, diz James, a consciência está “em fluxo”, pois a atenção do indivíduo se desloca constantemente, vagando e saltando para lembranças de outros quadros.²

Um fluxo de consciência pressupõe consciência do contexto — onde estamos, quem está em nossa companhia, o que nós ou eles estamos fazendo quando temos determinado pensamento, sentimento ou sensação. Essa consciência do contexto é o que corporifica um pensamento: uma questão de sentir as circunstâncias físicas nas quais pensamos; o “pensamento” se enche de associações sensíveis. Só ao mudarem essas circunstâncias a consciência entra em fluxo; ela não se manifesta independentemente, por si própria, como achava Descartes.

Bergson não encara a consciência exatamente desta maneira. No famoso episódio em que Proust saboreava uma madeleine, uma lembrança do passado é ativada por uma sensação física momentânea — um bolinho

desencadeia um vasto projeto de recuperação consciente de um território muito distante da experiência. A ideia bergsoniana da *durée* costuma ser associada a essa “consciência do bolinho”, mas é exatamente o contrário. A *durée* tem a ver com a consciência do presente, viver plenamente no aqui e agora; difere do sentir, como na frase do romancista L. P. Hartley de que “o passado é um outro país”. Bergson não se preocupa tanto, como James, com o contexto e o cenário da consciência, e sim com a consciência em si mesma. Mas se interessa em como a experiência das contradições nos leva a sentir “estou aqui agora” de um modo que as constatações habituais não são capazes. Está nas suas ideias a origem da convicção de Leon Festinger de que “damos mais importância às coisas que nos esforçamos por entender”.

Cada um à sua maneira, James e Bergson são filósofos do safar-se nas ruas. E ambos colocam o mesmo problema: o que sacode a nossa consciência? Isto acontece quando o conhecimento tácito já não basta para lidar com a realidade. Tem início uma segunda fase.

Alguma coisa não está muito certa: uma luz apagada quando deveria estar acesa. O contexto já não pode ser dado como certo. Ou então se ouve tocar de repente uma estranha campainha: não é melhor parar? Na carpintaria, o artesão não pensa conscientemente no peso do antebraço, até que um insuspeitado nódulo na madeira o obriga a avaliar a necessária força a ser exercida. Na cirurgia, da mesma forma, um corte rotineiro no tecido terá de ser recalibrado se o cirurgião se deparar com um gânglio inesperadamente denso. Em ambos os casos, o artífice está focado na problemática. O hábito é trazido à consciência: o comportamento entrou no terreno do explícito, no qual é mais ativa a autoconsciência.

No fim das contas, a estranha campainha era de uma carrocinha de sorvete, uma novidade em Medellín; uma vez captada e recorporificada no comportamento tácito, a reação impensada não será mais exatamente como antes: o som desta campainha específica é um chamando ao prazer, vamos então a ele. Esse processo tácito-explícito-tácito significa que o repertório do comportamento em mobilidade se ampliou antes de uma forma visceral que autoconsciente: podemos nos comportar de uma nova maneira sem precisar ficar nos questionando sobre o que estamos fazendo. Assim como o artífice testou uma nova maneira de segurar o martelo, a pessoa que se

safa nas ruas refletiu; ambos tratam então de reinscrever o comportamento no universo tácito. É a terceira fase do safar-se nas ruas.

Os meninos de Medellín farejando possíveis perigos podem ser comparados a uma gestão de risco descrita por Sara Fregonese em Beirute durante os longos e violentos anos de guerra civil no fim do século XX. Lá, era comum botar bandeiras do lado de fora das casas para identificar quem vivia no interior; quando um tiroteio era ouvido em ruas próximas, as bandeiras desapareciam, para que as milícias nada soubessem dos moradores daquela rua ao passar por ali. Os safos no ambiente urbano interpretavam uma pista mais que evidente — o som de tiros — e reagiam tomando uma medida perfeitamente clara. Na comunidade, as pistas eram menos dramáticas, exigindo mais interpretação.³

O safar-se urbano desse tipo foca nos pequenos detalhes. Como vimos, para Balzac, interpretar o caráter de uma pessoa significava analisar detalhes — por exemplo, deduzindo se um indivíduo seria um cavalheiro ou não pelo exame dos botões da sua manga. Os garotos aplicam essa interpretação do caráter a uma finalidade muito mais urgente. Eles não aquilatam a importância de um fato estabelecendo uma relação entre o detalhe e o todo que o cerca, como neste caso: “Está tudo tranquilo, mas e daí? Todo mundo na rua se conhece, são bons vizinhos, e de qualquer maneira faltou eletricidade na semana passada.” Esta seria uma avaliação de contexto. Já aqui, o detalhe provoca, qualquer que seja o contexto; exige ser entendido em si mesmo.

Em psicologia, uma leitura de pistas como esta é chamada de “efeito holofote”, denominação derivada de *The Principles of Psychology* [Os princípios da psicologia], publicado por William James em 1890. Sua versão “holofote” da atenção sustenta que o cérebro joga luz sobre um objeto, um problema ou uma pessoa que assume caráter central para lidar com ele, deixando de lado objetos, problemas ou pessoas que não pareçam centrais para o problema em foco. Ele escreveu que “a concentração da consciência [...] implica afastar-se de certas coisas para lidar eficazmente com outras”. Falamos uma linguagem jamesiana quando dizemos que estamos “focando” num problema.⁴

O holofote proporciona uma certa ordem ao fluxo de consciência. A gente não se limita, por assim dizer, a simplesmente ir com o fluxo, notando — vale dizer, colocando o holofote — o obstáculo inesperado ou a pedra que

se apresenta no caminho da consciência. Na visão de James, projetamos o holofote quando as expectativas normais são contrariadas. Ele considerava que o próprio fluxo de consciência era instável, e não constante, eventualmente secando, outras vezes transbordando, não raro desviando do caminho reto de deduções do tipo se isto, então aquilo. A concepção do fluxo de consciência em James poderia então ser mais apropriadamente comparada a caminhar pelos becos de uma favela do que a nadar numa corrente.

A concepção do efeito holofote em James contrasta diametralmente com a “apercepção”, venerável ideia derivada de Leibniz, na qual um problema difícil ou perigoso é esclarecido ao ser inserido num contexto cada vez mais amplo. Leibniz desfoca; James foca. Na vida social cotidiana, o efeito holofote confere determinada estrutura a breves conversas nas ruas de Santo Domingo, e a conversas mais longas nos seus bares. Eu achava que o meu péssimo espanhol explicava certas mudanças de assunto meio abruptas; havia uma lógica que eu não conseguia seguir. Mas Saskia me corrigiu; havia sempre um fluxo de palavreado meio inconsequente, e de repente um holofote verbal era projetado num detalhe perturbador, como o som de um tiro parecendo ter sido disparado de uma arma estranha; outros talvez não tratassem imediatamente desse fato assim iluminado pelo holofote, mas ele seria notado, arquivado e retomado mais adiante na conversa ou em outra conversa. O som focado não é específico de Medellín; um efeito holofote do mesmo tipo ocorre no Mitre, o meu pub habitual em Clerkenwell; depois do assalto à joalheria, as conversas de sempre passaram a ser apimentadas por súbitas e significativas erupções projetando o holofote nos “muçulmanos”.

O conhecimento corporificado tem um outro aspecto. Dizer que “captamos algo” significa que fizemos fisicamente o gesto de apreensão. No banal gesto físico de pegar um copo, a mão assume uma forma arredondada, própria para segurar o objeto, antes de efetivamente tocar sua superfície; o corpo já se prepara para segurar antes de saber se o que vai segurar está gelado ou fervendo. O nome técnico de movimentos nos quais o corpo prevê e age se antecipando aos dados sensoriais é “preensão”. A preensão significa agir por antecipação.

Os recém-nascidos começam a praticar a preensão já na segunda semana de vida, tentando alcançar brinquedinhos à sua frente. Nos cinco primeiros meses de vida, os braços do bebê desenvolvem a capacidade neuromuscu-

lar de se mover independentemente em direção ao que os olhos veem; nos cinco meses seguintes, as mãos desenvolvem a capacidade neuromuscular de assumir diferentes posições para segurar. No fim do primeiro ano, nas palavras de Frank Wilson, "a mão está pronta para uma vida inteira de explorações físicas".⁵

A preensão representa uma guinada no processo de raciocínio por sequestro descrito no capítulo anterior. Ela traz uma resposta para a pergunta "e se?". O corpo imagina por antecipação como seria fazer algo. Na verdade, pode ser ruim prever como é algo antes de passar pela experiência. No caso dos manifestantes do PEGIDA, a imaginação mais desvairada determinava sua previsão de como são os muçulmanos, antes de qualquer contato com um muçulmano; da mesma forma, uma geração anterior de cristãos imaginava que os judeus enterravam crianças vivas, sem jamais ter visto algo assim acontecer. A preensão, contudo, pode assumir uma forma mais benigna, expandindo nossa compreensão do ambiente físico.

A preensão permite avaliar o tamanho e as dimensões do espaço urbano quando olhamos diretamente à frente, e não para os lados. Ao nos movermos na direção de uma pessoa ou de um prédio, começamos a fazer contato antecipadamente para entender o que estamos vendo; é o equivalente de pensar que o corpo está quente ou frio antes de tocá-lo. Em Medellín, as crianças exercem a preensão calculando o que têm pela frente antes de virar uma esquina e adaptando o corpo: relaxam se sentem cheiro de comida, sabendo que a Sra. Santos está em casa cozinhando, ou retardam o passo e andam com mais cuidado se não sentirem cheiro nenhum nem ouvirem nada.

Os limites do safo urbano — O antropólogo Clifford Geertz desenvolveu uma certa ideia do conhecimento local. Em contraste com anteriores gerações de antropólogos, que tinham como objetivo descrever visões de mundo e o entendimento cosmológico, Geertz considerava que esses altissonantes conceitos se desenvolveram, se é que se desenvolveram, de baixo para cima; a maneira como as pessoas lidam com questões imediatas pode vir gradualmente a se expressar na maneira como encaram "a vida" em geral. Os rituais que orientam cada um também têm início de uma forma especificamente localizada, sustentava Geertz, não surgindo do nada. Por isso ele se sentia

intrigado pela arqueologia, embora nunca a tivesse praticado: parecia-lhe que, nos tempos antigos, saber *onde* alguma coisa havia acontecido era o primeiro passo para entender *o que* acontecera. Da mesma forma, nos tempos modernos, *onde* é a primeira coisa a ser avaliada para entender *o quê*.⁶

Esse é também o entendimento do maior romancista da Colômbia, Gabriel García Márquez. Suas cenas de pequenos gestos em pequenos lugares evoluem para fantasias e mitos que dão sustentação a gerações sucessivas de gente pobre. O conhecimento local gera tradição. Se essa visão dos safos locais produz grande antropologia ou grande arte, não se revelou de igual valor para nossos meninos tentando abrir caminho em Medellín. O safar-se localmente já não é suficiente para orientá-los.

O mais importante projeto arquitetônico em Santo Domingo era a construção de um teleférico eficiente que levasse os moradores da comunidade encarapitada no alto de um morro até a cidade lá embaixo, onde ficavam empregos, igrejas, campos de esporte e lojas. Antes do teleférico, não era possível viver na comunidade de Medellín ignorando a cidade como um todo; internamente, o mercado de trabalho era muito ralo, e as pessoas eram obrigadas a longas horas de transporte morro acima e abaixo em busca de emprego. Mas ainda assim sua visão de mundo podia continuar sendo uma visão de gueto. Da mesma forma, até a Segunda Guerra Mundial, muitos italianos pobres ou mais velhos de Nova York raramente deixavam mentalmente sua comunidade, exceto no caso de homens que viajavam a trabalho. Santo Domingo se desenvolveu graças ao teleférico — que afetou em particular os jovens dessa comunidade de Medellín. Eles podiam descer o morro com rapidez e então mover-se com grande liberdade pela cidade, graças ao preço barato dos transportes em ônibus. Mais recentemente, o smartphone os ligou ao resto do mundo; seja roubado, emprestado ou comprado, ele é hoje ali, como em qualquer outro lugar, a ferramenta mais necessária dos adolescentes urbanos.

Esse horizonte ampliado parece encoberto. Os irmãos adolescentes dos meus guias sabem que não há futuro para eles no isolamento da comunidade, e muitos querem pura e simplesmente sair da cidade. Toda ela hoje está disponível para que os jovens vejam de perto outros modos de vida. Será que os modos de se safar aprendidos localmente pelos jovens poderão

capacitá-los a enfrentar a vida? Tal como em Delhi, assim é também em boa parte da América Latina: o conhecimento local adquirido numa aldeia não os prepara para enfrentar a vida numa cidade grande. Na própria megalópole, a mesma descontinuidade pode marcar a defasagem entre a favela e a metrópole. O Sr. Sudhir dava um jeito graças às suas ligações, e é verdade que em Medellín o tráfico de drogas servia para lançar uma ponte semelhante. Mas hoje em dia, em Medellín, a rota de saída não é canalizada dessa maneira.

Certa tarde, em Medellín, eu fui interrogado a respeito de Nova York por uma jovem estagiária da biblioteca de Mazzanti, de apenas 16 anos. Ela sabia que as ruas dos Estados Unidos não são pavimentadas com ouro, mas ainda assim pretendia rumar para o norte dentro de um ano, fosse legal ou ilegalmente. Perguntou quanto durava a sesta diária em Nova York, e se poderia trabalhar como bibliotecária à noite, depois dos estudos. Minha resposta, explicando que em Nova York ninguém faz sesta, pareceu-lhe estranha (e de fato é); ela também ficou perplexa com o fato de um imigrante ilegal não poder fazer bico à noite numa biblioteca pública. Resolveu então mudar de cidade, e perguntou sobre a sesta em Londres e as possibilidades de lá trabalhar à noite como bibliotecária sem documentos.

Há uma geração, os mexicanos que se viravam na fronteira contaram à socióloga Patrícia Fernandez-Kelly que muito poucas lições aprendidas em casa podiam ser aplicadas no exterior. Naturalmente, os desafios de encontrar trabalho, resolver a situação legal, instalar-se num apartamento, ir e voltar do trabalho, conseguir assistência de saúde etc. sempre são árduos para pessoas economicamente marginalizadas, e a famosa "mãozinha" dada pela família só em parte ajuda os recém-chegados. Mas os informantes de Fernandez-Kelly frisavam que os comportamentos de enfrentamento e superação das situações aprendidos no passado não os haviam preparado para o presente simplesmente porque seu conhecimento local era excessivamente dependente do contexto, e portanto dificilmente transportável. Os modos de se safar na vida urbana precisam ser reaprendidos toda vez que alguém se transfere.

A sobrevivência da estagiária de biblioteconomia num ambiente complexo além do local parece semelhante às perspectivas enfrentadas pelos refugiados bósnios que conheci na Suécia, ou às dos sírios hoje na Alemanha.

Como ultrapassar os limites do próprio conhecimento num lugar que não se conhece — especialmente na condição de estrangeiro indesejado?

Gostei daquela jovem e a admirei por sua determinação de melhorar as próprias condições, tanto que mais tarde vim a patrocinar sua ida para a Grã-Bretanha. E decidi fazê-lo quando ela declarou: “Eu dou conta.” Acreditei nela. Quando ela foi rechaçada pelas autoridades de imigração daqui, fiquei consternado, mas ela não. Atualmente, ela trabalha em tempo parcial como assistente de biblioteconomia na Nova Zelândia. Fiquei me perguntando como sua admirável determinação fora posta em prática, como ela conseguira florescer num contexto estrangeiro. De alguma forma ela aprendeu a transcender seu conhecimento local. Como está tão distante, não tenho como saber como isto se deu diretamente dela. Tentei então pensar de maneira mais genérica em como o conhecimento local pode ser ampliado, na vida da cidade.

II. Conhecimento ambulante — Viver a própria condição em lugares desconhecidos

Caminhar — Há muito tempo caminhar significa mais que simplesmente ir de A a B, como no Google Maps. Desde a Antiguidade, o esforço físico de caminhar a pé aprofundava a experiência de uma peregrinação de longa distância ou de uma visita de curta distância a um santuário; o percurso longo e difícil conferia maior prestígio ainda ao destino. No início do Renascimento, em 1336, Petrarca escalou o monte Ventoux, na França, só pela experiência; chegando afinal ao topo, abriu um volume de Santo Agostinho e deu com este trecho: “As pessoas ficam maravilhadas com os picos das montanhas [...] mas [pela caminhada propriamente] não se interessam.” Petrarca concordou, abstratamente, em que o esforço físico da caminhada propriamente dita não tinha valor espiritual. Ainda assim, a caminhada não era perda de tempo, pensava; o esforço físico necessário afastou sua mente das exigências e pressões sofridas lá embaixo, e essa suspensão das “preocupações do vale” por sua vez levou a uma reflexão sobre seu modo de vida. Como diríamos hoje em dia, a caminhada o levou a fazer contato consigo

mesmo — mas, como Pico della Mirandola, Petrarca não sabia muito bem o que significava entrar em contato com o próprio “self”.⁷

A modernidade tornou essa ligação entre caminhar e introspecção ainda mais desconcertante. *Os devaneios do caminhante solitário*, de Rousseau, publicados em 1782, apresentam a caminhada como um estímulo à contemplação; por este simples motivo Rousseau gostava de caminhar no campo, sem as distrações da cidade. Um tipo de caminhante oposto surgiu na pessoa de Restif de la Bretonne, contemporâneo de Rousseau, que caminhava pela cidade como um mineiro prospectando ouro, na esperança de enriquecer seu “self” mergulhando em cenas inusitadas. Em *Les Nuits de Paris*, espécie de diário sobre suas perambulações pela cidade que manteve a partir de 1785, Restif se valia da densidade da vida nas ruas para estimular seus próprios desejos, em grande medida pornográficos. Seguindo seu exemplo, Baudelaire seria estimulado no século seguinte pelas prostitutas e mendigos de Paris, os palácios arruinados da cidade e seus restaurantes absurdamente caros; eles parecem espelhar, revelar algo nele próprio — mas o quê? A própria complexidade da cidade tornava difícil dizê-lo.

A figura do *flâneur* surgiu dessa perplexidade: de certa forma, caminhar pela cidade para se conhecer. Esta figura contrasta com a do etnógrafo, tal como exemplificada pelos pesquisadores da Escola de Chicago. Um etnógrafo estuda os outros; um *flâneur* busca a si mesmo nos outros.

Os estímulos da caminhada foram percebidos de maneira bem diferente por uma figura mais prosaica: o planejador que tenta organizar o movimento. Como vimos no Capítulo 2, o corpo em livre movimento tornou-se um objetivo do planejamento urbano no fim do século XVII e início do XVIII. Esses planejadores se cobriam com o manto da ciência biológica, especialmente a análise da circulação sanguínea efetuada por William Harvey, que se tornou um modelo do traçado de ruas como artérias e veias, e do tráfego de livre fluxo como algo análogo à circulação saudável no corpo. Nesse esquema, a caminhada perdeu seu valor, e a calçada tornou-se menos importante que a pista de rolamento, pois a liberdade de movimento era equiparada à velocidade do movimento. O que de certo modo era ilógico: numa carruagem em velocidade, o indivíduo está sentado imóvel, ao passo que o sangue é bombeado quando usa os dois pés. Os planejadores tinham transferido o

valor biológico de se movimentar livremente do humano para o mecânico, mas o fato é que no *ancien régime* havia um motivo para esta transferência: a enorme defasagem econômica e social entre os que podiam pagar por uma carruagem e os que não podiam, sendo, assim, forçados a caminhar. A cidade do movimento rápido e livre era uma cidade para os privilegiados.

O que acarreta o “livre movimento”? Aqui, temos uma distinção entre o *flâneur* que perambula, sem saber muito bem por que nem para onde ir, e uma pessoa com uma meta clara em mente, como por exemplo ir de casa para o trabalho, ou, num outro espírito, sair em busca de sexo. A mesma divisão entre o sem rumo e o intencional se manifesta entre o turista despreocupado e um caminhante de mente crítica como Iain Sinclair, que viaja a pé com o objetivo de esclarecer onde e de que maneira a cidade abandonou seus pobres, ou chamar a atenção para a estupidez dos planejadores. Assim é que Rebecca Solnit distingue entre o caminhante — aquele que tem uma missão — e o viandante.^{8,9}

O *flâneur* viandante é amigo da noite, pois é à noite que a cidade revela seus segredos. Além de dar cobertura a ladrões ou prostitutas, a noite tem sido sempre o momento em que a enorme população de sem-teto de Londres e Paris vinha para as ruas, como mais tarde aconteceria em Delhi, em Nehru Place. O advento da lâmpada a gás não contribuiu muito para conter esse espalhar-se da cidade oculta, pois a luz a gás era fraca e a penumbra que projetava, em geral pequena, não passando de 5 a 6 metros no meado do século XIX. Ainda hoje, quando a iluminação a sódio projeta uma uniforme palidez amarelo-alaranjada nas ruas, a noite é transformadora; as figuras perdem a cor e as luzes de sódio criam suas próprias sombras.

O *flâneur* viandante é um espírito mais aberto, eu diria, que o caminhante munido de um propósito, pois o seu conhecimento dos lugares e das pessoas pode se expandir de maneiras imprevistas. Mas o que exatamente ele está aprendendo? Trata-se de uma questão prática para pessoas como os jovens de Medellín, já agora capazes de perambular pela cidade: como poderão romper os limites do local, tal como acabamos de descrevê-los, caminhando pela cidade — e não simplesmente recorrendo ao Google ou ao YouTube?

Avaliação lateral — Posso falar praticamente como um especialista das consequências mentais do caminhar. Quando dei início à jornada de recuperação do meu derrame, interessei-me por observar os efeitos das caminhadas nos meus processos mentais. Movimentar-me ajudou, antes de mais nada, a me tirar da névoa da fadiga, aquele estado de semiconsciência exausta que obnubila o paciente que acabou de ter um ataque. Na época, perder o equilíbrio e cair era o principal problema; o paciente que volta a andar enfrenta o risco com um exercício chamado Manobra de Romberg, que mantém o corpo ereto. Uma vez tendo começado a andar, um Programa de Reabilitação Vestibular (jargão médico para dizer “aprender a caminhar reto”) treina a cabeça a virar para a direita e depois para a esquerda de três em três passos, podendo o corpo assim mover-se regularmente para a frente, mesmo olhando para os lados. Essas primeiras caminhadas abarcam inicialmente cerca de 20 metros duas vezes por dia; a pessoa levanta bem a perna ao caminhar, e sempre no terceiro passo, ao voltar a cabeça para o lado, bate na coxa. (Não recomendo esta prática, como fiz certa vez, num parque; provavelmente você chamará a atenção da polícia.)

Esse exercício, evocando soldados em parada diante de dignitários estrangeiros, dá uma pista sobre a relação do movimento corporal com as percepções do espaço. Na Reabilitação Vestibular, a combinação do movimento para a frente com a visão lateral funciona melhor se focarmos a atenção em portas, vasos ou outros objetos ao girar a cabeça. Os objetos vistos lateralmente permitem que a pessoa acometida de derrame gradualmente estabeleça as dimensões do espaço circundante; perto e longe, alto e baixo. É a avaliação lateral. Permite que vejamos objetos que estão ao lado de uma nova maneira, como se não tivéssemos de fato percebido até então o seu caráter.

A avaliação lateral também acontece com o *flâneur* saudável, que pratica algo parecido com a Reabilitação Vestibular ao explorar a cidade. Ele absorve novos “dados” nas laterais da consciência visual; a avaliação lateral provoca uma mensuração dimensional, e o *flâneur* saudável, como um paciente que se recupera de um derrame, pode então ver mais vividamente objetos que estão no limiar da consciência. Como funciona essa combinação seletiva pelas laterais?

A visão periférica é natural na maioria dos animais. Nos seres humanos, o cone de visão é de 60 graus, ao passo que a profundidade de campo é de

alcance menor, de modo que estamos sempre recebendo mais informação do que o que está em foco. Além disso, o animal humano tem dificuldade de distinguir de maneira atenta e individualizada mais de sete objetos simultaneamente. Em ritmo de caminhada, o “holofote” jamesiano do cérebro tende, portanto, a reduzir a avaliação lateral a três ou quatro objetos. Em contraste, viajar num carro a 80 quilômetros por hora reduz a consciência a um único objeto significativo. Em ritmo de caminhada, os objetos focados são “arredondados”, no sentido de que podemos lidar com eles, avaliar seus contornos e seu contexto, ao passo que, em alta velocidade, o único objeto focado aparece neurologicamente como “chato” — uma imagem passageira sem profundidade nem contexto. Neste sentido, caminhar lentamente gera uma consciência lateral mais profunda que se mover com rapidez. A avaliação lateral é um dos critérios para distinguir lugar — um local onde habitamos — de espaço — um local por onde passamos. Ela estabelece a justificativa cognitiva básica para privilegiar os ciclistas em detrimento dos motoristas: o ciclista sabe mais sobre a cidade, neurologicamente, que o motorista.¹⁰

A avaliação lateral explica uma certa perplexidade dos parisienses da época de Haussmann com as carruagens rápidas e os trens que então passavam a determinar os deslocamentos na cidade: eles viam mais a cidade, mas notavam menos detalhes de determinados lugares quando viajavam em maior velocidade. Eram poucos os guias da cidade escritos do ponto de vista das viagens de trem; o *Guia Baedeker* de 1882, por exemplo, propõe passeios a pé para os turistas, mas considera as viagens de trem sem utilidade para compreender a cidade. Naturalmente, o transporte rápido é vital para percorrer a cidade — mas os carros e os trens também são máquinas danosas para a cognição. Reside precisamente aí o desafio para os planejadores da *ville*: e se eles não criarem condições para o conhecimento pela caminhada? Nada de calçadas nem becos, nada de bancos nem fontes públicas? Nem banheiros públicos? Ao deixar de contemplá-los, eles terão embotado a cidade.

Posicionamento — Num mapa Google, a indicação “minha atual posição” orienta o usuário no espaço; ela responde à pergunta “Onde estou?” com bom grau de precisão. Um tipo mais complexo de avaliação “Onde estou?” é necessário para o posicionamento num espaço desconhecido.

O psicólogo Yi-Fu Tuan encara o problema analisando como se aprende a andar num labirinto. Quando alguém entra num labirinto, tudo lá dentro é puro espaço, sem qualquer marcação nem diferenciação em termos do entendimento, para aquele que ali se encontra, de onde está. Assim que aquele que se encontra num labirinto acha uma saída, tateando cegamente, sabe que existe uma "narrativa espacial", ou seja, um início e um fim organizando os seus movimentos, sem, no entanto, conhecer os "capítulos" que compõem essa narrativa. Com o tempo, perambulando reiteradas vezes, o *flâneur* aprende a fazer certos movimentos, a percorrer certos trechos que podem orientá-lo, por conterem o que Tuan chama de "marcos" — uma estátua num pedestal seria um marco óbvio, mas uma árvore com folhas mortas ou um buraco imperceptível no caminho, no qual o indivíduo quase torceu o tornozelo, também poderiam servir de pontos de referência. Assim é que são criados os capítulos na narrativa do movimento.

A tese de Tuan é que o movimento no espaço não pode ser algo que acontece uma única vez, devendo se repetir muitas vezes: o viandante precisa repetir suas perambulações para aprender a navegar. Além disso, a escola de Tuan sustenta que, ao escolher marcos de orientação, o *flâneur* pensa em termos críticos quais objetos ou imagens melhor serviriam para orientá-lo — em outras palavras, quais objetos ou imagens se destacam nas plantas uniformes e homogêneas que compõem o labirinto. Essas exceções ficam lateralmente dispostas em relação à visão, enquanto o aterrorizado *flâneur* contempla à sua frente os túneis desconcertantes e aparentemente uniformes. Deste modo, a escola de Tuan leva adiante o trabalho de Festinger sobre distância cognitiva e atenção focal: com a necessária experiência, uma pessoa, ao se mover, se capacita a focar em pistas muito específicas e não óbvias que sirvam para orientá-la. Na linha do nosso raciocínio, verifica-se uma avaliação lateral que permite aquele tipo de apreensão capaz de conduzir alguém em direção a uma saída que ainda não vê no momento.¹¹

Um modo completamente diferente de se orientar é encontrado no trabalho do geógrafo Michel Lussault. Ele se interessa pela maneira como o caminhar estabelece a relação entre o próximo e o distante. Contemplando um mapa, sabemos que há um posto de gasolina a mil metros de distância de onde nos encontramos, mas é apenas um número; temos de fazer um

esforço físico para saber se o posto está longe ou perto. Naturalmente, ninguém poderia caminhar mil metros, nem muito menos 10 quilômetros, toda vez que precisasse usar as palavras “perto” e “longe”. Ele sustenta que, embora isto seja verdade, a certa altura do desenvolvimento de uma pessoa algum esforço físico vem a conferir sentido ao número que representa perto e longe, mesmo que só uma única vez ela tenha percorrido a pé distância de um quilômetro. E é preciso caminhar para cima e para baixo, assim como para perto e para longe. Se a única experiência de uma pessoa com a altura consiste em ter subido e descido num elevador, “alto” não seria de grande utilidade para ela como medida; para empregá-la, essa pessoa precisaria em dado momento subir a pé pelo menos um andar. Assim como um artesão organiza a experiência física com a compreensão mental de palavras como “apertado”, assim também são construídas as geografias, sustenta Lussault. Ao aprender as dimensões de um novo espaço, o corpo que caminha ou sobe está gerando uma primeira régua.¹²

Aí vão dois diferentes relatos sobre como é possível se orientar movimentando-se em lugares desconhecidos. Alguém poderia objetar que são muito, muito poucos mesmo os *flâneurs* capazes de percorrer a pé Delhi ou Nova York. Como então quantificar a palavra “grande”? Nas cidades, trata-se na verdade de uma pergunta sobre a escala humana.

Escala — As medidas de escala humana no ambiente construído deveriam logicamente basear-se no tamanho do corpo humano. Esta maneira de definir a escala começou com Vitruvius, tendo chegado ao nosso conhecimento em especial com a famosa imagem de Leonardo da Vinci: um corpo humano com os braços e as pernas estendidos, criando um círculo perfeito no interior de um quadrado. É a medida de um corpo estático. Na nossa época, a versão geométrica da escala humana é exemplificada sobretudo pelo Homem Modular de Le Corbusier, mostrando uma figura com um braço dobrado para cima. Nessa imagem, Le Corbusier tentava conciliar os sistemas de medida métrico e de polegadas e pés; o foco é a matemática do corpo. A imagem do Homem Modular pode ser usada pelos arquitetos para criar uma escala humana em prédios altos, calculando os múltiplos verticais do Homem Modular; Le Corbusier desenvolveu esse procedimento

depois da Segunda Guerra Mundial, embora a medida modular apareça em várias construções da década de 1930. O objetivo é racionalizar o tamanho do corpo, em vez de tratá-lo como um organismo vivo.

Outra maneira de pensar a escala humana foi desenvolvida pelo grande crítico de arquitetura Geoffrey Scott, que declarou: “Nós nos projetamos nos espaços nos quais nos posicionamos [...] enchendo-os idealmente com nosso movimento.” Precisamente por este motivo, Scott era um apaixonado pelo Barroco, especialmente as esculturas serpenteantes de Bernini, com seus corpos de pedra contorcidos e recurvados, os tecidos em torvelinho. Com base nessa apreciação estética da forma humana em movimento, Scott afirmava que nós “projetamos a escala humana”, imaginando nossos movimentos corporais amplamente desdobrados no espaço — as experiências sensoriais concretas de Lussault ampliadas pela imaginação. Os saltos fenomenais do Super-Homem e do Batman criam esse tipo de projeção escalar; como também, em seu momento, as *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift (tanto para os viajantes supergrandes quanto para os superpequenos). Tendo em mente a arquitetura prática, Scott sustentava que a passagem por ambientes internos, e deles até a rua, subindo e descendo escadas, contribui melhor para a concepção de espaços que deem a sensação de ter uma escala humana do que calcular o tamanho de um ambiente ou a largura de uma rua em relação a imagens fixas do próprio corpo humano. O movimento é mais importante que a geometria.¹³

Os preceitos de Lussault a respeito do próximo e do distante são utilizados no trabalho de Allan Jacobs (sem parentesco com Jane), planejador da cidade de San Francisco na década de 1980. Para este Jacobs, o mais determinante era o cone de visão de 60 graus. No alto do cone, sustentava ele, a linha dos telhados das construções devia estar sempre visível. A utilização da “norma Jacobs” por sua vez ajuda certos planejadores a determinar a largura de uma rua. Quanto mais larga a rua, mais altos podem ser os prédios que a margeiam, desde que seja sempre possível ver a linha dos telhados quando se está no solo. Em San Francisco, a norma Jacobs privilegiou os prédios baixos porque as ruas são estreitas, ao passo que um pedestre caminhando pelos Champs-Élysées em Paris pode ver o alto de edifícios muito mais elevados. O que não agradava a Allan Jacobs eram torres isoladas como as de Xangai, que não permitem àquele que caminha ao seu redor ter uma ideia de altura.¹⁴

Uma medida das ruas em escala humana com base no movimento foi fornecida pelo urbanista dinamarquês Jan Gehl. Em vez de medir o tamanho do corpo humano, ele explora as maneiras como os corpos em movimento processam a palavra “perto” — outra aplicação da teoria de Lussault. “Dependendo do pano de fundo e da iluminação, podemos identificar seres humanos, sabendo que não são animais nem arbustos, a uma distância de 300 a 500 metros.” Mas “só quando a distância tiver sido reduzida a 100 metros podemos ver movimento e expressão corporal em linhas gerais”. Mas ainda precisamos ir adiante, pois persiste uma outra defasagem, embora menor: “Geralmente reconhecemos [determinada] pessoa a uma distância variando entre 50 e 70 metros.” E chegamos ao estágio final: “A uma distância de cerca de 22-25 metros, somos capazes de distinguir com precisão as expressões faciais.” Cálculos semelhantes podem ser feitos no que diz respeito aos sons. Gritos de pedido de socorro são audíveis a distâncias de 50-70 metros; à metade dessa distância somos capazes de entender pessoas falando alto sem interrupção, como se estivessem numa tribuna ao ar livre; nova redução pela metade, e podemos sustentar uma conversa de uma calçada a outra, por exemplo. Mas só de 7 metros para baixo “a conversa pode ser mais detalhada e articulada”. Gehl considera que o “limiar interpessoal” crítico ocorre tanto visual quanto sonicamente em torno de 25 metros, distância na qual são completamente absorvidos dados específicos sobre outra pessoa. Nesse modo de medir a escala humana, não importa o tamanho das pessoas; é antes uma questão do que cada um vê e ouve ao se aproximar dos outros.¹⁵

Por que o automóvel, o trem e o avião não permitem estabelecer escalas? Porque o movimento está suspenso. Quase nenhum esforço humano precisa ser empreendido para fazer com que a máquina se mova; é a máquina que faz o trabalho. Neste sentido, um interessante estudo compara o ato de dirigir um carro com engrenagem manual à condução de um carro automático; o motorista no primeiro caso está menos sujeito a acidentes porque o esforço de mudança de marchas o sintoniza mais com as condições ao redor, do lado de fora do carro. Com o advento do carro sem motorista, a suspensão do envolvimento com as condições ambientais será total: o lado sombrio do sonho de Bill Mitchell. A perda da escala determinada pelo usuário faz

eco à celebração da tecnologia de fácil uso por parte de Peter Merholz: com a diminuição do esforço para fazer com que o programa funcione, diminui também a compreensão do seu funcionamento.

Deduzo daí que a escala humana não é estabelecida simplesmente pelo movimento, mas por um movimento intrigante, como no caso do labirinto: um movimento que encontre obstáculos, como deslocar-se lentamente numa multidão; ou que tenha a ver com uma pesada carga sensorial, como na visão lateral. O planejador urbano que criasse um ambiente sem quaisquer obstáculos para os pedestres não estaria contribuindo para a sua vivência e experiência. Tal como se dá na “criatividade” no interior do Googleplex, como vimos no capítulo anterior, assim também ocorre na rua: a experiência da escala humana se dá em termos de enfrentamento das resistências.

Como já disse, não posso saber se minha jovem assistente de biblioteconomia aprendeu a abrir caminho num lugar estranho caminhando por ele. Mas a análise lateral do movimento, a apreensão, o posicionamento e a mensuração de escalas seriam sólidas maneiras de se orientar num lugar que ela não conhecesse.

III. Práticas dialógicas — Falar com estranhos

E a orientação verbal? Como poderia nossa bibliotecária transcender limites locais falando com estranhos? Uma possível resposta deriva de ideias sobre comunicação inicialmente propostas pelo literato russo Mikhail Bakhtin.

“Dialógica” foi o termo cunhado por ele na década de 1930 para designar o fato de a linguagem ser cheia de “contradições socioideológicas entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado, entre diferentes grupos socioideológicos do presente, entre tendências, escolas, círculos...”; cada voz é enquadrada por outras vozes e tem consciência delas. É uma situação a que Bakhtin deu o nome de “heteroglossia”. Como as pessoas não são cópias fiéis umas das outras, a fala é cheia de mal-entendidos, ambiguidades, insinuações involuntárias e desejos não manifestos; nas palavras de Kant, a linguagem é torta, especialmente entre estranhos que não compartilham as mesmas referências locais, o mesmo conhecimento local. A heteroglossia

marcou as trocas que chegavam a ser cômicas entre mim e a candidata a assistente de biblioteconomia a respeito das sextas em Nova York e Londres.¹⁶

Dialógica era uma palavra perigosa para alguém escrevendo na Moscou de Stalin na década de 1930, onde o menor sinal de inconformismo ideológico levava direto ao gulag. Era mesmo uma ousadia para essa ditadura do pensamento, em seu contraste com a dialética, pelo menos o raciocínio dialético sacralizado pela polícia do pensamento como materialismo dialético. A ideia oficial de linguagem na sociedade era que, no jogo de teses e antíteses, chegava-se à síntese que unificava pensamentos e sentimentos; todo mundo de acordo: um acordo que pode ser policiado. Ao passo que as técnicas dialógicas de deslocamento, ruptura e incerteza estabelecem um tipo diferente de comunidade da fala: uma comunidade em que as pessoas estão juntas, mas não necessariamente de acordo.¹⁷

Existem em minha opinião quatro ferramentas dialógicas que atendem particularmente aos urbanitas.

Ouvir o que não foi dito — Muitas vezes as pessoas não dizem o que querem dizer, pois não se expressam bem. O outro lado desta moeda é que as palavras não podem captar o que uma pessoa pensa ou sente. Em literatura, Bakhtin enfrentava esses limites da língua enfatizando o contexto em que determinado personagem fala, dando mais atenção à descrição do ambiente que aos diálogos. O leitor deduz o que um personagem quer dizer pela descrição que dele é feita, assim como do seu mundo, e não por suas próprias palavras. Graças à contextualização, embora Sancho Pança, em *Dom Quixote*, muitas vezes se mostre desarticulado ou obtuso, nós entendemos o que ele quer dizer.

Na vida comum, a capacidade de escuta realiza o trabalho de conferir significado ao que não foi dito. Como antropólogos da época, os homens da Escola de Chicago queriam “ouvir o não dito”, mas eram atrapalhados por uma neurose sociológica: a amostra representativa. Essa neurose consiste em acreditar que exista uma voz autêntica, ou um exemplo típico, de determinado tipo de pessoa. Essa crença leva a estereótipos, como o camponês polonês ignorante ou o homem branco raivoso. Além disso, a amostra representativa privilegia exatamente aquelas pessoas que de fato se

expressam de uma maneira que outros esperam de membros de determinada categoria; os falantes atraem a atenção por dar vida ao estereótipo. Robert Park preocupava-se com o fato de seus alunos não ouvirem pessoas com um entendimento menos estereotipado e mais complexo da própria raça ou classe; esses pensamentos e sentimentos complexos podem fazer com que alguém se cale. Por isto, Charlotte Towle obrigava seus entrevistadores a aprender a se calar, para estimular os entrevistados a buscar as palavras certas; na Escola de Chicago, fazia parte do treinamento dos jovens entrevistadores deixar pairar um certo silêncio. Florian Znaniecki reconhecia que os neófitos ficavam em palpos de aranha com o silêncio de entrevistados, sentindo-se tentados a se sair com intervenções como "Em outras palavras, Sra. Schwarz, está querendo dizer que...". Znaniecki recomendava que não pusessem palavras na boca de ninguém; é o pecado cardeal em sociologia.

Desde a época da Escola de Chicago, evoluíram as técnicas para jogar o holofote em significados mal articulados ou contraditórios; faz parte da educação do moderno etnógrafo ouvir as dissonâncias cognitivas. O fato de um entrevistado se contradizer não pode ser considerado indício de que seja burro ou ignorante; pelo contrário, de acordo com Bakhtin, é o contexto do ato da fala que é torto e contraditório.

Mais uma vez, não se ganharia grande coisa se o entrevistador dissesse: "Sra. Schwarz, a senhora está se contradizendo"; isto transformaria a dificuldade em problema dela, e não em problema da situação em que se encontra. Em entrevistas aprofundadas, as pessoas realmente se preocupam com essas contradições durante uma longa conversa, exercendo a atenção focal, para que, ao cabo de noventa minutos, tenham reformatado o problema tratado desde o início.

Por exemplo, muitos trabalhadores entrevistados por mim e por Jonathan Cobb para *The Hidden Injuries of Class* [Os danos ocultos da classe] começavam a sessão com declarações contra negros e, ao longo das entrevistas, evoluíam para explosões de raiva contra pessoas brancas de uma classe social superior. Para nossos entrevistadores — em sua maioria brancos de classe média alta —, a boa escuta exigia um exercício de empatia, e não de identificação. O entrevistador só é capaz de ver por trás das palavras mostrando-se disposto a levar o entrevistado a sério, nos seus próprios termos, em vez de passar a mensagem "Eu sei como você

se sente". Quando são expressos sentimentos racistas, que acabam evoluindo para sentimentos de classe, os entrevistadores precisam demonstrar respeito mediante uma espécie de equanimidade: "Interessante", ou então "Não tinha pensado nisto"; essas fórmulas são o equivalente das ficções civilizadas que azeitam a vida numa comunidade mista. O resultado muitas vezes é que os entrevistados numa interação agressiva alteram sua fala.

Em suma, a prática do silêncio tem um aspecto sociável, além do aspecto de autodisciplina: a passividade verbal demonstra respeito pelo outro como pessoa, e não como tipo.

A voz declarativa e a subjuntiva — O segundo aspecto da dialógica tem a ver com falar, e não mais ouvir. Trata-se do uso da voz subjuntiva para abrir a comunicação. A voz declarativa, afirmando "Acredito nisto" ou "Isto está certo, aquilo está errado", convida apenas à concordância ou à discordância como resposta. Ao passo que a voz subjuntiva, oferecendo "Eu teria imaginado" ou "talvez", admite um espectro muito maior de respostas: dúvidas e hesitações podem ser introduzidas e compartilhadas, assim como fatos divergentes ou opiniões que não induzam o falante original a se defender. Bakhtin afirma que esse tipo de abertura permite "que as línguas sejam usadas de forma indireta, condicional, distanciada". O filósofo Bernard Williams considerava a voz declarativa sujeita ao "fetiche da afirmação", uma assertividade geralmente agressiva. Mas qualquer que seja o matiz psicológico, o essencial na voz declarativa é que privilegia a clareza de expressão, ao passo que a voz subjuntiva privilegia a ambiguidade.^{18, 19}

A ideia dialógica é que a voz subjuntiva representa um modo mais sociável de falar que a declarativa. As pessoas podem ser mais abertas, trocar mais livremente, sentir-se menos tensas e comportar-se de maneira menos defensiva; não estão disputando lugar. Em outros termos, a ambiguidade convida às trocas colaborativas; a clareza, às trocas competitivas.

Como na boa escuta, o uso eficaz da voz subjuntiva requer habilidade. Todo negociador profissional, seja diplomata ou funcionário governamental, aprende quando e como criar uma abertura, recuando de uma afirmação, encaminhando uma negociação com uma expressão mais hesitante sobre algo que inicialmente foi apresentado como clara exigência. É com uma ca-

pacidade equivalente de negociação que a maioria dos adultos tem relações íntimas, em vez de simplesmente liberar desejos ou opiniões. A habilidade acrescenta uma certa astúcia ao autocontrole. Ao dizer “talvez”, qualquer um pode saber perfeitamente o que pensa; “talvez” representa um convite para que o outro fale.

Ouvir o que não foi dito e usar a voz subjuntiva são maneiras dialógicas de se comunicar na cama, no jantar, no escritório. Quando estranhos falam, entra em cena uma terceira prática dialógica.

A “voz neutra” — Na leitura de transcrições ainda não editadas de entrevistas produzidas pela Escola de Chicago, chamou-me a atenção algo que muitos de seus pesquisadores não parecem ter notado. Seus entrevistados usam duas vozes: uma autorreferencial, a outra mais impessoal. “Sendo afro-americano, achei a Universidade de Chicago mais acolhedora que meus amigos na Universidade do Illinois [...]” representava a primeira; “Por que os brancos causam tanto sofrimento aos afro-americanos?” representava a segunda. Como o tema é raça, o falante pode estar fazendo uma pergunta retórica, sabendo perfeitamente a resposta com base em sua experiência — mas sem invocá-la. Quando estranhos se encontram, a “voz neutra” pode preservar uma distância entre eles, mesmo durante o processo de comunicação mútua.²⁰

Em algumas das entrevistas de Chicago, essa impessoalidade é mantida durante longas sessões porque os entrevistados querem preservar a própria privacidade. Em outras, contudo, reduzir tudo à pequena experiência pessoal de cada um parece excessivamente limitante para dar conta da sociedade em que se vive. Depois de dizer a W. I. Thomas que “Só me dei conta de que era polonês ao chegar a Chicago”, um imigrante de uma pequena aldeia polonesa passa a explicar as diferenças entre as aldeias polonesas e o gueto polonês de Chicago em termos mais genéricos. Temos aqui um exemplo da “voz neutra” de um falante: voltada antes para fora que para dentro.

A “voz neutra” é dialógica porque o indivíduo tem liberdade para se estender, observar e julgar, livre da propensão do *flâneur* para encarar tudo do seu ponto de vista pessoal. O grande intérprete americano de Bakhtin, Michael Holquist, tentou mostrar que heróis picarescos como Dom Quixote

ou narradores como Rabelais eram espíritos livres por serem exploradores do “o que é”, e não do “quem sou eu”; a energia dessas figuras decorria de uma libertação do self.²¹

Ao analisar os lugares em que vivem, as pessoas igualmente utilizam a voz autorreferencial e a voz “neutra”. “Eu” é o pronome usado quando falam da ligação a um lugar; em inglês, o pronome neutro “it” é o que usam ao avaliar as qualidades e defeitos do lugar em si mesmo. Essa diferença é importante porque a “voz neutra” é a que tem maior caráter crítico e de avaliação. Existe um paralelismo entre os pensamentos a respeito de um lugar e as maneiras como, segundo observou anteriormente Charlotte Towle, as mulheres falavam do casamento: as mulheres entrevistadas por ela e minha mãe evoluíam da discussão sobre sua experiência pessoal como esposas de homens desmoralizados para a avaliação do que o governo ou o partido comunista poderiam fazer sobre essa desmoralização. Mais tarde, quando Barack Obama trabalhou como organizador comunitário em Chicago, constatou que era preciso fazer com que os indivíduos fossem além da remastigação lamentosa dos problemas pessoais, passando a pensar nas medidas que poderiam tomar; uma narrativa de sofrimento pessoal não seria capaz de lhes dar energia para lutar.

Informalidade — Conversas informais como a que tive com o Sr. Sudhir definem um quarto tipo de troca dialógica. As pessoas conversam sem pauta predefinida, como a que se poderia adotar para uma reunião; as trocas informais também contrastam com a fofoca, que em geral tem uma pauta maliciosa, mesmo oculta. Numa conversa informal, passando de um assunto a outro, de um sentimento a outro, estamos nos movendo entre níveis de significado, o trivial dando lugar ao profundo, que volta flutuando à superfície. Deste modo, uma conversa informal pode se transformar num vaguear sem rumo; o que a converte numa troca dialógica é uma certa forma que o fluxo pode assumir. Como no café de Medellín, um fato significativo pode ser subitamente focado em meio a divagações inconsequentes. Os interlocutores farejam um caminho promissor a seguir, mesmo sem saber muito bem o que vão descobrir. Essa habilidade exploratória sustenta uma discussão.

Sustentar uma troca informal exige um certo tipo de irresponsabilidade. Em vez de ponderar bem determinado assunto, como seria o caso num debate dialético, o bate-papo dialógico dá voltas e reviravoltas à medida que os interlocutores se detêm nas aparentes trivialidades que vão surgindo; são elas que podem recanalizar a conversa. Você fala da crueldade do seu pai, e eu “inadequadamente” respondo falando da calvície do meu; a resposta inadequada na verdade libera a troca do canal doloroso e fixo de uma confissão sobre mazelas já muito remastigadas, tão dolorosas que poderíamos cair num monólogo ou resvalar para o silêncio. A resposta com comentários sobre a calvície do meu pai torna a troca mais leve, mas sobretudo a mantém fluindo; não esqueci da crueldade do seu pai; na verdade, vou querer saber mais detalhes enquanto pedimos uma segunda rodada de bebidas; vamos conversar mais.

Quando dizemos que alguém é bom de conversa, temos em mente essa capacidade de surfar na informalidade. Eu poderia observar aqui que poucos debatedores ou dialéticos são bons de conversa informal; eles dizem o que acham e, se têm êxito na sustentação desses pontos de vista, outros abandonam o campo verbal. A conversa aborta.

No que diz respeito ao fluxo da conversa informal propriamente, os analistas de sistemas abertos fornecem um útil esclarecimento dos seus pontos de inflexão, tecnicamente designados como dependências de curso não linear, expressão mais digerível se entendida em termos de fazer alguma coisa, em vez de entabular uma conversa. Um carpinteiro resolve fazer uma bandeja; mas descobre nódulos na madeira, decidindo por isto fazer uma tigela, em vez da bandeja plana; nota então que a madeira apresenta uma interessante granulação, o que o leva a entalhar na tigela um bocal ondulado, algo que nunca fez antes. A cada etapa, ocorre algo que altera o trabalho inicialmente pretendido; é uma dependência de curso não linear. Ele pode minimizar modestamente sua própria capacidade de farejar as possibilidades, dizendo que a tigela “acabou saindo diferente do que eu imaginava no início” — mas foi ele quem fez essas mudanças acontecerem. Da mesma forma, quando conversamos com um estranho, a conversa pode não passar de um bate-papo inconsequente de bar ou clube. Mas os dois interlocutores, com os feromônios sexuais fluindo inesperadamente, conversam com uma certa habilidade, seguindo algumas pistas inesperadas, mas não outras.

Num sistema aberto, não há destino — o que também deve ser encarado com bom senso no amor: seja sincero, você não estava destinado a encontrar apenas esse estranho ou essa estranha. Matematicamente, talvez fosse possível reconstituir com clareza, por uma análise regressiva, os passos resultando na tigela de bocal ondulado ou naquele beijo, mas no modo “para a frente” cada uma dessas mudanças reage a mudanças anteriores de uma forma que não podia ser prevista no início. Em lugar do destino, que pressupõe que a vida deve seguir certo rumo, num sistema aberto o processo é que determina o fim.

Na teoria dos sistemas abertos, isto é uma boa coisa. À medida que se acumulam as dependências de curso, o sistema se torna cada vez mais dinâmico, mais excitado. Bakhtin tentou explicar essa energia excitada nas comunicações sociais. Supôs que essa experiência não linear surgia em virtude de interseções de diferentes “dialetos sociais, comportamentos característicos de grupo, jargões profissionais, linguagens genéricas, linguagens de gerações e grupos etários, linguagens tendenciosas, linguagens das autoridades, de vários círculos e modas transitórias”. É a condição verbal a que se referiu como “heteroglossia”, e que nós chamaríamos de “uma *cité*”.²²

A heteroglossia pode ser encenada; é o que fazem os romancistas. Num certo tipo de romance vitoriano, fica mais que evidente, passadas as primeiras páginas, de que maneira as coisas vão se encaminhar: os heróis inevitavelmente serão recompensados, os vilões serão punidos e por fim o casal abençoado pelas estrelas vai se formar. A vida fala de coerência; estamos em mãos tranquilizadoras. Num outro tipo de ficção, a trama dá uma guinada quando os acontecimentos ou os personagens se desviam do que o leitor poderia esperar no início: os vilões saem gloriosamente vitoriosos, o casal de apaixonados se separa. O que atrai não é apenas a surpresa, mas as ambiguidades e dificuldades que se revelam poderosas, desviando os personagens do caminho esperado. Italo Calvino observou certa vez que o romancista que cria esse tipo de ficção na verdade está jogando com o leitor, astuciosamente alterando os termos do compromisso nos momentos em que tudo parece que vai dar certo. Da mesma forma, nas minhas conversas com o Sr. Sudhir, foi a inesperada revelação da sua integridade doméstica que me manteve num bate-papo com um vendedor de iPhones roubados.

O romance não linear é muito mais interessante que a ficção bem-feita; se após a leitura das primeiras páginas eu sou capaz de adivinhar como um romance vai terminar, em geral o deixo de lado. Também numa cidade, as vozes e ações heterogêneas despertam o nosso interesse de um modo que não são capazes as expectativas bem-feitas. Uma das habilidades que permitem manter as pessoas interessadas e envolvidas, na vida como num romance, consiste em lançar sementes inesperadas ao longo de uma conversa aparentemente trivial e sem rumo — a essência da comunicação informal.

Em suma, estou imaginando que a assistente de biblioteconomia abriu caminho comunicando-se com estranhos dessas quatro maneiras dialógicas: ouvindo bem, com atenção ao que se pretende dizer, e não ao que se disse; usando a voz subjuntiva para cooperar com o outro, em vez de enfrentá-lo; acompanhando realidades independentes do seu próprio self; seguindo o caminho das trocas informais. Essas práticas dialógicas poderiam abrir-lhe portas.

A cidade muitas vezes é apresentada como uma selva em que só sobrevivem os agressivos. Existe algo de irrealista nessa imagística brutal, como entenderam há muito tempo Balzac, Flaubert e Stendhal. Nos seus romances, os personagens menos combativos se saem melhor na cidade que os monstros de egoísmo que vêm a ser esmagados — e os romancistas sentem especial prazer em sua queda, como vimos no Capítulo 2. O mesmo acontece fora das páginas romanescas. As habilidades dialógicas que aqui esbocei são modos de enfrentar realidades complexas nas quais a sutileza e a habilidade tomam o lugar da agressividade crua. Mas além de apresentar esse valor prático, a dialógica é uma prática ética de comunicação: respeitosa dos outros, antes cooperativa que competitiva, voltada mais para fora que para dentro. Será que uma ética desse tipo não poderia constituir um guia útil, prático e safo para a sobrevivência na cidade?

IV. Gestão de ruptura — O migrante, um urbanita modelo

Força do migrante — O protagonista do admirável romance *Cidade aberta*, de Teju Cole, é um *flâneur* que aprende a cidade dessa maneira não agressiva. Como tantos romances de estreia, esta obra de Cole é uma mal disfarçada

autobiografia; exatamente como o autor, o narrador é um jovem médico nigeriano engajado numa residência psiquiátrica em Nova York. O narrador perambula pela cidade sozinho, em certa medida para aplacar o estresse do trabalho, mas também para tentar entender aquele lugar estrangeiro. Uma dessas perambulações ocorre ao pôr do sol, depois de uma visita ao paciente "M", que sofre de alucinações: a sessão não é muito satisfatória; o narrador então pega o metrô para voltar para casa no West Side, em Manhattan; as portas se abrem na sua estação, mas ele não salta, permanecendo no trem até chegar à extremidade sul da ilha. Ele tenta entrar numa igreja que está fechada, dá voltas pelas ruínas do atentado de 11 de setembro, entra num bar, sendo abordado por outro homem com intenções sexuais, sai e continua a caminhar. As cenas vão se acumulando dessa forma aparentemente aleatória; seu conhecimento peripatético está criando uma colagem de imagens.

A fala dialógica também entra em cena porque o protagonista lida com pacientes negros ou brancos, porto-riquenhos ou mexicanos; são poucas as sessões profissionais com pacientes do seu país. Ele precisa, portanto, entender o que eles pensam e sentem por trás de uma tela (para ele) de palavras e hábitos estrangeiros. Mas suas conversas com os pacientes parecem trocas fragmentárias, e não sessões de extenso aprofundamento, como ocorreria numa psicanálise clássica. Como qualquer psiquiatra, o narrador/protagonista vivencia a contratransferência, identificando nos deslocamentos mentais dos pacientes ecos do seu próprio desenraizamento geográfico. Assim é que escreve:

Nossa experiência da vida é de uma continuidade, e só depois que ela desaparece, quando se transforma em passado, é que percebemos suas descontinuidades. O passado, se é que isto existe, é sobretudo espaço vazio, grandes extensões de nada, nas quais flutuam pessoas e acontecimentos significativos. A Nigéria era assim para mim: praticamente esquecida, exceto nas poucas coisas de que me lembrava com intensidade desproporcional.²³

Se se tratasse de uma simples nostalgia de volta às raízes, seria talvez um sentimento banal. A força do romance reside no fato de seu narrador se dar conta de que se tornou duplamente estrangeiro, não estando em casa nem

lá, nem cá, nem então, nem agora. Ele se transformou na quintessência do cosmopolita desenraizado — o emblema judeu que hoje em dia abarca de maneira mais genérica africanos, asiáticos e latino-americanos que afluíram para Nova York. O romance o surpreende em pleno processo de aprendizado: como lidar com este dilema? O narrador se torna um personagem mais profundo ao explorar as dores da migração, mas o deslocamento não o desmonta; suas investidas em Nova York o fortaleceram, permitindo-lhe aprender a lidar com a complexidade, embora sem satisfazer seu desejo de enraizamento. Assim é que sua história da cidade ganha profundidade e peso; ele pode viver aqui, ainda que sem o sentimento de pertencer plenamente.

Na leitura do romance, fui lembrado de três figuras muito diferentes. Uma delas é Okakura, o aluno de Heidegger, que divergia do mestre, dizendo que não é necessário deitar raízes para habitar um lugar; o que se precisa, na verdade, é aprender a lidar com a ausência. A orientação zen nele exemplificada poderia ser considerada uma teoria-mestra da migração. De modo menos filosófico, o relato de Cole faz eco às migrações do exilado russo Alexander Herzen no século XIX. Adepto da reforma política, Herzen deu início em 1848 a um exílio que o levou de Moscou a Roma e depois a Paris e Londres; já na velhice, pobre e exausto em Londres, ele escreveu: “Cá estou em Londres, aonde me trouxe o acaso [...] e aqui fico [unicamente] porque não sei o que fazer de mim mesmo. Uma raça estranha pulula confusamente ao meu redor.” Mas não se trata apenas de um grito de desespero (embora, como bom russo, ele soubesse muito bem cultivá-lo); horas depois de escrever estas palavras, ele vai a um pub, onde encontra um grupo “interessante, inesperado” de trabalhadores.²⁴

Depois de anos de perambulações, Herzen chega à conclusão de que “sentir-se em casa” é uma necessidade móvel. Ou seja, o migrante ou exilado coloca o desejo de um lar na mala — sempre devorante, ainda assim ele não o impedirá de viajar. Herzen desprezava os exilados russos que viviam no passado, em permanente estado de lamentação, isolados dos lugares aonde os levava o destino. Eles tinham “o dever com eles próprios” de tirar algum proveito das suas circunstâncias; precisavam tornar-se conscientes e alertas no presente. Herzen considerava que a viagem para fora e para longe fazia do exílio uma dádiva: a consciência do aqui e agora de que carecem aqueles que nunca saíram de casa.

A jovem que ajudei em Medellín queria migrar, sair de casa, e afinal prosperou. Apesar das lembranças saudosas de casa, é ávida de novas experiências no exterior, tornou-se uma hábil *flâneuse* e se esforçou por ajudar outros membros da família a mudar de rumo igualmente, tratando de legalizar sua própria situação. Em virtude talvez da sua juventude, a abertura para o presente e o futuro permitiu-lhe integrar-se; ela é uma cosmopolita otimista. Herzen foi forçado a sair da Rússia, sofrendo com essa expulsão involuntária — ferida que levaria décadas para curar, mas no fim das contas ele se conciliou com suas circunstâncias. Nunca se tornou cidadão britânico nem francês, mas tentou evitar a armadilha paralisante das lembranças nostálgicas cultivando amigos britânicos e franceses. Um radical marcado por experiências complexas e perigosas na Rússia, ele compartilhava com a jovem assistente de biblioteconomia de Medellín o desejo de viver no presente. Integrou esse sentido do tempo.

Entre os dois polos representados pelo aspirante a migrante e o exilado involuntário encontramos o narrador de Cole, que deixa a Nigéria por livre e espontânea vontade, mas se sente vazio no lugar onde vem a se desenvolver profissionalmente, ou pelo menos sente que alguma coisa está faltando. Talvez ele seja um modelo dos refugiados balcânicos com os quais convivi na Suécia, embora as circunstâncias destes se assemelhem às de Herzen. Inicialmente, eles ambicionavam uma vida melhor, mais livre, mais segura, mas com o tempo vieram a erguer um andaime de arrependimento em torno de suas experiências. Em termos práticos, não tinham escolha senão adaptar-se, aprendendo o sueco; caso contrário, ficariam confinados a empregos marginais pela impossibilidade de comunicação. Inicialmente, a geração adulta se esforçou por se misturar e habitar em sua nova casa, sabendo que de outra maneira seriam limitados os horizontes dos filhos. Mas a integração na Suécia encontrou obstáculos. Alguns não dependiam deles; como os manifestantes do PEGIDA na Alemanha, havia entre os suecos um forte componente de resistência à sua presença. Mas essa resistência não explicava por si só a construção desse arrependimento. Com o tempo, surgiu na comunidade dos migrantes um sentimento de ausência, de falta de alguma coisa, como aconteceu com Cole; o sofrimento do passado adquiria importância subjetiva em comparação com a sobrevivência no

presente; estranhamente, a geração mais jovem, que nunca soubera o que é não ter um teto, começou a se definir em termos de falta de raízes. Todos eles foram incluídos na esclarecida Suécia sem efetivamente se integrar. Para eles, como para Cole e Herzen, a realidade passou a ser viver aqui sem viver aqui, estar ao mesmo tempo ausente e presente.

A força do migrante está em chegar a bom termo com o deslocamento. Como poderia isto funcionar como modelo para outros urbanitas?

Um filósofo do deslocamento — Até onde sei, Gaston Bachelard nunca chegou a construir uma cabana, ao contrário do seu quase contemporâneo Heidegger, mas a imaginou em magnífica prosa. Seu livro *A poética do espaço* parece uma celebração da vida protegida, focada na paz da habitação numa cabana. No fim, ele declara: "Para um sonhador das palavras, quanta calma existe na palavra 'redondo'. Quanta paz em deixar nossa boca, nossos lábios e [...] nossa respiração redondos [...] *Das Dasein ist rund*. O ser é redondo." Se fosse a descrição de uma cabana real, seria uma iurta tibetana; a metáfora se aplica ao espaço delimitado e seguro de estar dentro, sentir-se protegido. Ele contrasta esse sentimento de calor humano com a dureza da cidade, citando o teólogo Max Picard: "As ruas são como tubulações que tragam os homens."²⁵

Ao contrário de Heidegger na sua cabana, Bachelard sabia que não é possível esconder-se para não ser sugado pela vida; em dado momento, todo mundo tem de sair da sua cabana interna, forçado a lidar com pessoas que não conhece nem entende, com as quais não simpatiza. Sua própria trajetória intelectual esclarece esta afirmação. Bachelard começou a vida adulta como carteiro de província, em seguida veio a estudar física na universidade e afinal se passou para a filosofia da ciência. Na meia-idade, conquistou uma posição em Paris; quase imediatamente após sua chegada, contudo, desistiu de galgar os degraus da escada acadêmica, passando a escrever livros com títulos como *A psicanálise do fogo* e *A poética do espaço*. São obras cheias de descrições sensuais de experiências cotidianas — a mão queimada pelo fogo e depois o alívio; a visão da chuva pela janela depois do sexo. Sua linguagem excita, ao passo que a de Heidegger abstrai.

A transferência para Paris lançou uma ponte entre a física e a psicanálise. Na época da dedicação à física, Bachelard dera ênfase ao caráter instável e

não contínuo do pensamento científico. Rejeitava a visão confortadora de que o conhecimento se acumula lenta e constantemente, como na metáfora dos produtores de conhecimento como homens “de pé nos ombros de gigantes”. Pelo contrário, Bachelard identificava na física certos bloqueios, tropeços e o súbito e imprevisto surgimento de novas ideias. Louis Althusser cunharia mais tarde a expressão “ruptura epistemológica” para se referir às preocupações de Bachelard.^{26, 27}

No contexto psicanalítico, Bachelard foi dos primeiros a se referir ao trato dessas rupturas como uma manifestação de força do ego. Em vez de seguir um desejo cego, o ego busca um poder diferente, o poder de lidar com realidades externas; é a visão freudiana habitual. A singularidade da visão de Bachelard estava em ver a força do ego como a capacidade de romper com a realidade existente e se adaptar a ela. Como o físico — ou o pesquisador do Media Lab —, o ego se envolve ativamente na produção de rupturas epistemológicas, no empenho de pensar fora da caixinha.

A maioria dos autores da psicanálise na época de Bachelard olhava para trás, da idade adulta para a infância; já ele olhava na direção oposta, para a vida adulta. A psicanálise abraçada por Bachelard dizia-lhe que mesmo na cidade nós vamos buscar traços de uma cabana: calor humano primal, intimidade, estar dentro. Frente a isto, o adulto encontra complexidades e incógnitas lá fora. Na idade adulta, as duas coisas se combinam: a cabana se perdeu, a cidade ganhou, ausência e presença se tornam inseparáveis. Para Bachelard, contudo, o principal deve ser encarar o presente, lidar com as rupturas epistemológicas, na verdade provocando a ocorrência desses deslocamentos, por dolorosos que sejam.

Para Bachelard, aprender a lidar com o deslocamento tem uma consequência social; adquirimos a confiança de que podemos viver com os outros que são diferentes, em vez de nos sentir tão vulneráveis a ponto de precisar fugir, como Heidegger. Tanto psicológica quanto eticamente nos desenvolvemos ao abandonar o conforto de casa; o ego se fortalece.

É aqui que ocorre a ligação com o migrante. A viagem para uma cidade diferente representa uma ruptura epistemológica — seja uma viagem voluntária, como no caso da minha bibliotecária, ou involuntária, como para os muçulmanos balcânicos de Estocolmo. O ego se fortalece ao conferir sentido

a essa ruptura, especialmente vivendo nas duas dimensões da presença e da ausência, do agora e do então. Para Bachelard, o deslocamento não é apenas um mal; ele também gera o conhecimento adulto da mistura e dos limites. Uma cidade cheia de pessoas que não conhecemos, de que não gostamos ou que simplesmente não entendemos é terreno fértil.

Em inglês, dizemos “ter uma experiência” ou “tornar-se experiente”. O alemão sabiamente separa os dois significados em duas palavras, *Erlebnis* e *Erfahrung*. Ter uma experiência — *Erlebnis* — é a palavra aventureira, aplicada no contexto alemão a um Goethe de meia-idade trocando o frio e rígido norte teutônico pelo quente e sensual sul latino, onde seus sentidos se renovaram. Presença e vividez são as qualidades de *Erlebnis*. É o reino da inocente perambulação do *flâneur*. Parece uma representação cotidiana da “ruptura epistemológica” de Bachelard. *Erfahrung*, por outro lado, significa filtrar essas impressões uma vez que tenham sido suficientemente acumuladas; “tornar-se experiente” é uma questão de organizar e ordenar os vestígios de excitação, criando valores mais estáveis a longo prazo. É o reino do *flâneur* mais capacitado, do homem ou da mulher capaz de se relacionar com estranhos de maneira dialógica, da pessoa que precisa aprender a viver com as lições agrídoces do deslocamento. Tem mais a ver com o que Bachelard chamava de “força do ego”.

Erfahrung tem um lado sombrio. Em romances como *A educação sentimental*, de Gustave Flaubert, *Os Buddenbrook*, de Thomas Mann, e *O apanhador no campo de centeio*, de J. D. Salinger, o pai declara com severidade aos filhos aventureiros, do alto de sua experiência, que “a vida não é apenas aventura! Cresçam!” A carreira, as preocupações da família, a necessidade de saldar a dívida dos empréstimos contraídos para a formação universitária, tudo isto vai aplacar o seu entusiasmo por algo novo e diferente; o mundo adulto vai exigir que sacrifiquem o estímulo em nome da estabilidade. Mann escreveu que a vividez da experimentação fenece sob o peso do dever e da responsabilidade. Mais *Erfahrung* significa menos *Erlebnis*.

Para entender a arquitetura da experiência aberta, queremos pensar a relação entre *Erlebnis* e *Erfahrung* sem enquadrá-la como uma questão de resignação burguesa; queremos encarar essa relação como o faria um artesão. Com o tempo, o artesão — digamos, um cirurgião — aprende di-

ferentes técnicas para executar um ato como cortar um tendão; ele não se limita a fazer determinada coisa de uma única forma. Tornar-se experiente contrasta com o desejo do cirurgião menos experiente de cortar um tendão "corretamente", ou seja, seguir um modelo preestabelecido do que fazer. Sem o frescor de *Erlebnis*, o cirurgião jamais será levado a refletir e reorganizar o que faz. *Erlebnis* envolve boas rupturas epistemológicas. Mas é a única maneira de melhorar. Com o tempo, com a experiência e o desenvolvimento de diferentes capacitações, multiplicam-se os modelos de como fazer algo. O cirurgião está aberto, mas no controle.

Como no caso do artesão, assim também pode ser com o migrante. Em seu caso, o frescor de *Erlebnis* lhe é imposto no deslocamento; para sobreviver, ele precisa tornar-se experiente na gestão do deslocamento, sem negar seu impacto nem sucumbir a seu potencial poder destrutivo. Esse equilíbrio é o *Erfahrung* do migrante. Conhecimento de migrante é o tipo de conhecimento de que todos urbanitas precisam, uma vez deixada para trás a segurança do familiar e do local. O desejo de novas experiências pode levá-los a partir, ou então uma nova experiência lhes é imposta — mas então, como Teju Cole, eles não poderão tirar da cabeça o passado, ou, em outros casos, uma época mais simples. Nesse estado de espírito é que vão entrar na cidade maior. Precisarão das capacitações descritas neste capítulo para gerenciar a própria jornada. Assim como não é necessário ser um gênio para adquirir habilidades artesanais, capacitar-se para habitar é um potencial que está na maioria das pessoas. Não estou descrevendo aqui uma *cit*é ideal, mas uma *cit*é que já está dentro de nós, esperando.

8. Cinco formas abertas

Imagine que o Sr. Sudhir tivesse, milagrosamente, o poder de conceber uma cidade. Ele já adquiriu habilidades do habitar que não são ensinadas nas universidades: é perfeitamente safo na vida urbana; é capaz de se orientar em ambientes desconhecidos; sabe muito bem lidar com estranhos; é um migrante que aprendeu as lições do deslocamento. Sua vida se abriu. Agora, bebericando o chá junto à caixa de papelão que lhe serve de balcão, ele contempla conferir a essas lições de vida uma forma física.

Para começar, o Sr. Sudhir poderia valer-se de sua experiência imediata das multidões que circulam ali em Nehru Place para planejar espaços sincrônicos, onde muitas coisas acontecem ao mesmo tempo. Em seguida, em meio à massa em torvelinho, buscaria maneiras de assinalar a importância de determinados lugares, para orientar as pessoas. Ele observa que Nehru Place está vivo nas extremidades, nas quais o mercado se transforma num grande centro irradiador de transportes e nos populosos conjuntos habitacionais próximos; pergunta-se então de que modo essa porosidade poderia ser mais amplamente levada à cidade como um todo. Pensando na sua casa, construção de blocos de concreto em constante evolução através das gerações de sua família, ele medita na natureza da forma construída de maneira incompleta. Bem de acordo com a variedade da sua experiência dentro e por cima do estacionamento, tenta imaginar o que acontece quando as mesmas formas são repetidas em diferentes circunstâncias. Por fim, quer avaliar como poderia ser a cidade como um todo: uma única e clara imagem, "a" cidade, ou muitas imagens reunidas de diferentes maneiras? E se decide pelo segundo caso: exatamente como tem sido sua vida. Formas

sincrônicas, interrompidas, porosas, incompletas e múltiplas não esgotam todas as possibilidades à sua disposição, mas são suficientes para transformar suas experiências em formas construídas.

I. O centro é sincrônico — Dois espaços centrais; um traçado fracassado

Existem duas maneiras de planejar atividades no centro de uma cidade. Numa delas, pessoas reunidas num mesmo lugar fazem muitas coisas diferentes ao mesmo tempo; na outra, concentram-se em uma coisa de cada vez. A primeira multidão se forma no espaço de um bazar como Nehru Place; a segunda, num estádio de futebol ou num teatro. Em termos formais, o bazar é um lugar sincrônico, ao passo que o estádio é um espaço sequencial. Os espaços sincrônicos, como constatei na minha prática de planejamento, são mais difíceis de conceber do que se poderia imaginar, pois é necessária alguma coordenação quando há diferentes coisas acontecendo ao mesmo tempo.

Ágora e Pnix — Uma clássica pedra de toque dessas duas formas manifestou-se na antiga Atenas. O contraste se estabelece entre a principal praça da cidade, a ágora, e seu principal teatro, o pñix. Como Nehru Place, a ágora era um espaço aberto cercado de prédios; o pñix era um anfiteatro de forma arredondada, usado para as reuniões políticas da cidade e também para espetáculos de dança e teatro. Na ágora, os acontecimentos se davam de maneira sincrônica; no pñix, sequencialmente.

A ágora de Atenas era um espaço aberto de forma romboide de cerca de 40 mil metros quadrados. Ali, a céu aberto, um ateniense podia, em questão de uma hora apenas, pegar dinheiro emprestado, proclamar sua opinião sobre determinado julgamento, fazer negócio com escambo de mel ou venerar os deuses num templo. Ao redor da ágora havia prédios em forma de caixa de sapato chamados estoas, abertos de um dos lados para a praça; ali se comia, conspirava ou frequentava prostitutas. No famoso Poikile de Atenas, o Pórtico Pintado, a multidão era formada por “engolidores de espadas, malabaristas, mendigos, parasitas, vendedores de peixe [...] [e] fi-

lósofos”. E ali Zenão fundaria mais tarde o movimento filosófico chamado estoicismo; a suspensão do envolvimento mundano nele pregada teve origem curiosamente nesse lugar de bugigangas e divertimento.¹

Embora a vida na ágora fosse aberta a todos os cidadãos, ricos e pobres, muitos dos eventos ali transcorridos estavam fora do alcance da imensa população de escravos e estrangeiros (*metics*) que sustentavam a economia da antiga cidade; ao longo da época clássica, os cidadãos nunca chegaram a representar mais de 15 a 20% da população de Atenas. Para os que eram livres, o espaço sincrônico servia à evolução da democracia ateniense.

Caminhando entre um grupo e outro, qualquer um podia descobrir o que acontecia na cidade e debater. O espaço aberto também convidava à eventual participação em casos jurídicos, por um motivo inusitado. As paredes do tribunal de justiça eram baixas, com cerca de um metro apenas; os passantes olhavam para dentro e gritavam suas opiniões. No espaço aberto da ágora, os atenienses praticavam sua mais importante atividade política: o ostracismo, mandando alguém para o exílio fora da cidade. Uma vez por ano, todos os cidadãos se reuniam para decidir se determinados indivíduos podiam tornar-se tiranos: eram feitos discursos, estabelecia-se uma lista; dois meses depois, os cidadãos voltavam a se reunir. A perspectiva do ostracismo, especialmente nos dois meses destinados à reflexão, oferecia possibilidades quase infinitas de barganha, intrigas e campanhas à boca pequena — os destroços das marés políticas que permanentemente banhavam a ágora.

A ágora era governada por um certo tipo de comportamento corporal. O cidadão procurava caminhar com determinação e tão rápido quanto pudesse naquele mar de corpos; ao parar, fazia contato visual com estranhos. Para os gregos, era importante caminhar com firmeza e sem hesitação entre as múltiplas atividades da ágora; o corpo ereto conotava orgulho e presença. Já o espaço do *pnix* reunia corpos urbanos mais submissos.

A palavra moderna “teatro” deriva do grego *theatron*, que significa um espaço destinado a se olhar para alguma coisa, observar, com os espectadores separados de um ator. No anfiteatro, a orquestra, o lugar para dançar, consistia num círculo de terra batida ao pé do leque de assentos. No século V a. C., quando o *pnix* passou a abrigar também reuniões políticas, além das peças, os 6 mil cidadãos de Atenas ficavam sentados em bancos de pedra

durante horas, ouvindo as vozes projetadas do bema, uma plataforma elevada, e assim acompanhando a narrativa de uma peça ou uma argumentação. Ficar sentado era considerado uma posição passiva, que permitia ao público receber. Com base nas duas posições do corpo humano — de pé e sentado —, os gregos estabeleceram a distinção entre ator e espectador; eram, portanto, categorias fundamentais para eles tanto na vida quanto na arte.

O *pnix* era um espaço sequencial porque, enquanto estivesse sentado, o cidadão podia receber uma longa e linear sequência de palavras; movendo-se de pé no espaço sincrônico da *ágora*, ele ouvia apenas pedaços de conversas, fragmentos de palavras. Esses espaços, assim, representavam perigos contrastantes. Platão temia a força embotadora da retórica no *pnix*; sentadas, as multidões passivas podiam tornar-se vítimas das palavras, paralisadas e desonradas por seu fluxo inexorável. Já a *ágora* podia embotar de um jeito antes cognitivo que retórico, dado o acúmulo de impressões incoerentes; mais uma vez, Platão recomendava que os jovens se concentrassem tanto física quanto mentalmente deixando a *ágora* para se recolher no espaço mais calmo do ginásio, onde poucas coisas aconteciam. Num espaço sequencial, o perigo era a dominação emocional, ao passo que no espaço sincrônico era a fragmentação intelectual.

Essa antiga distinção encontra ressonância na experiência da cidade moderna. A mistura de vozes na *ágora* é o que Bakhtin chamava de “heteroglossia”, que podia tornar-se mera cacofonia no espaço, como na página. Mas a forma sincrônica pode ser envolvente. A fragmentação da comunicação verbal na praça da cidade pode forçar as pessoas a usar os olhos e ouvidos, a se movimentar, manter-se fisicamente alertas. Os pequenos urbanitas safos que observamos em ação em Medellín são “safos da *ágora*”. Já a multidão insuflada pela retórica de um orador — a turba revolucionária de Le Bon ou um comício nazista — é irracional.

Não seria muito difícil imaginar como o Sr. Sudhir desenvolveu a capacidade de se safar na *ágora*. Nehru Place talvez tivesse heteroglossia demais em estado bruto; só aos poucos ele poderia aprender a gerir sua complexidade, para fazer negócio com produtos roubados a céu aberto, exposto à polícia, aos concorrentes e chantagistas em busca de uma parte dos seus ganhos... A velha *ágora* oferecia riscos semelhantes em matéria de fraude, perigo e

perturbação; na verdade, qualquer espaço sincrônico apresenta esse tipo de tensão, não sendo propriamente um festival de prazeres “seguros”.

Será que no planejamento de um centro urbano hoje em dia seria possível captar a energia sincrônica e integral da antiga ágora, ao mesmo tempo solucionando seus defeitos? Vou agora descrever um projeto que tentou exatamente isto — sem êxito.

Um projeto fracassado — Em 2012, o arquiteto Henry Cobb, assessorado por uma equipe de paisagistas, engenheiros e especialistas em iluminação, apresentou um projeto de reforma da parte inferior do National Mall, em Washington. Eu fiz o papel do Sr. Sudhir, mostrando como ficaria o Mall como espaço sincrônico. O projeto L'Enfant 1791 para Washington se formava em torno de um grande espaço aberto e cerimonial entre o Capitólio e o rio Potomac. Ao conceber o Mall no meado do século XIX, Andrew Jackson Downing o imaginou de certa forma no espírito mais tarde adotado por Olmsted para o Central Park, um espaço em que os americanos pudessem conviver de maneira sociável. Veio então a intrusão do comércio e dos transportes; no surto de crescimento verificado em Washington depois da guerra civil, surgiu um grande mercado na extremidade norte do Mall, junto a uma estação ferroviária de intenso movimento. Os planejadores recuaram; a Comissão McMillan expulsou os comerciantes do mercado no início do século passado, restabelecendo a beleza do Mall; com o tempo, ele veio a ser cercado de museus (um dos quais teve a participação de Henry Cobb em seu traçado).

Os museus eram muito visitados, mas o Mall propriamente tornou-se um espaço relativamente vazio, pelo menos em comparação com as multidões que parecem onipresentes no Central Park. A nossa área, logo abaixo do Capitólio, parecia particularmente abandonada na maior parte dos dias de semana e à noite; ali, um enorme lago raso era ladeado por uma rua onde os ônibus de turismo despejavam visitantes; por trás do lago, áreas arborizadas abrigavam estátuas de personagens notáveis. Embora respeitássemos o desejo da Comissão McMillan de afastar o comércio, queríamos levar mais vida àquela parte do Mall, criando um espaço mais sincrônico, com muitas atividades sociais diferentes ocorrendo ao mesmo tempo.

Enfrentamos três problemas. Primeiro, quantas atividades deveriam conviver num espaço sincrônico? Uma resposta pode ser encontrada nos estudos de simultaneidade de tarefas. No início do século XIX, Sir William Hamilton concebeu a simultaneidade de tarefas como resultado lógico do fato de as pessoas cheirarem e ouvirem, além de verem, ao mesmo tempo: todas essas informações sensoriais são reunidas na mente de uma só vez. Hamilton o comparava a segurar vários mármore nas mãos. Seu seguidor William Jevons achava que não era bem assim, mostrando que uma pessoa é capaz de segurar — mentalmente — no máximo quatro mármore ao mesmo tempo. Os estudos inspirados por Jevons pareciam indicar a ocorrência simultânea de no máximo quatro tipos diferentes de atividades. No projeto do Mall, rompemos então com o clássico modelo da ágora, em nossa opinião comportando um excesso de atividades; nem todas as atividades ocorrendo no centro de Washington deviam ser encontradas ali em miniatura, como se o espaço público fosse uma versão condensada da cidade.

O princípio básico do número de coisas acontecendo de maneira sincrônica estabelecido por Jevons leva a uma segunda regra: a necessária ocorrência de coisas realmente diferentes. Em obediência às intenções da Comissão McMillan, propusemos a exclusão do tipo de comércio de suvenires e curiosidades que já existe no interior da maioria dos museus ao longo do Mall; mas receberíamos de braços abertos as barraquinhas de comida, abrindo-lhes o espaço anteriormente ocupado pelos ônibus de turismo. Em termos de áreas de lazer, o plano previa áreas para piqueniques e uma piscina com cascata para as crianças, podendo ser secada para abrigar concertos. Também imaginamos que eventualmente o espaço poderia ser usado — infelizmente! — para comícios políticos. Acima de tudo, queríamos intensificar a utilização do espaço para prestação de serviços sociais — usos em geral confinados no interior de prédios, longe dos cidadãos que deles precisam. Um dos projetos favoritos consistia numa série de galpões obedecendo ao modelo da estoa grega, nos quais organismos governamentais dariam atendimento a cidadãos com problemas. O espaço não deveria ser dedicado exclusivamente ao atendimento de turistas.

Uma das maneiras de organizar o uso misto do espaço público é sequencial, no emprego do tempo, como no caso da utilização noturna de

uma escola para reuniões de grupos políticos ou clubes. Mas a noite é um período particularmente difícil para o traçado de espaços públicos ao ar livre; as questões de segurança e a preocupação com o uso de drogas ou o sexo promíscuo levam à adoção de excesso de iluminação em muitos projetos. Áreas arborizadas como as que cercam as estátuas por trás do lago do Mall, embora sejam interessantes durante o dia, eram consideradas perigosas à noite; o recanto inesperado, tão atraente durante o dia, torna-se uma temeridade no escuro. Para atrair grande quantidade de pessoas para o parque à noite, propusemos um sistema de iluminação à altura do rosto, e não mais em postes elevados, e o uso de sensores de movimento para acender as luzes quando houver atividades a que elas queiram assistir; além disso, localizamos as atividades noturnas, como um café ao ar livre, na extremidade do espaço, e as atividades diurnas, como a piscina para as crianças, no seu interior, servindo a porosidade da extremidade para mandar a mensagem de que o espaço não é isolado.

Essas iniciativas exemplificam um terceiro aspecto da sincronicidade no design: ela precisa ser um convite à mistura, em vez de impor. De acordo com Olmsted, no traçado dos espaços públicos precisamos de estratégias para atrair as pessoas. O problema transcende a simples necessidade de fazer com que o espaço pareça belo e atraente: para que seja de fato sincrônico, um espaço deve oferecer algo que não seja facilmente encontrado em outros lugares. Era o que eu tinha em mente com a ideia de instalar no Mall um escritório de atendimento a usuários idosos da previdência social: deprimentes questões burocráticas podiam tornar-se menos penosas naquele ambiente prazeroso.

Apesar de aceito pelo público, nosso plano não foi aprovado pelo cliente, um departamento do Congresso. Naturalmente, eu atribuo o fracasso ao cliente, mas na verdade fracassamos por não ter sabido gerir a atratividade. O plano fazia um número excessivo de convites, embora suas funções sociais tivessem sido editadas e reduzidas a limites compatíveis com as ideias de Jevons. A ausência de cercas, a grande quantidade de caminhos e atrações, todas elas muito bem iluminadas, especialmente à noite, dificultavam saber onde ficava a entrada e o que poderia acontecer depois que se entrasse. A forma pretendida para o Mall exemplificava a convicção de Simmel de que, diante de muitos estímulos, o urbanita recua.

É este o desafio da sincronicidade: ela gera uma experiência espacial ao mesmo tempo estimulante e desorientadora. A forma é confusa, ao passo que os espaços fixos num espaço diacrônico não o são. Deste modo, para fazer valer os estímulos de uma ágora, diminuindo porém sua confusão, o espaço precisa ser marcado de uma forma que dê orientação — ou pelo menos foi o que concluí, depois do nosso fracasso.

II. Pontuação — Marcadores monumentais e mundanos

O santo graal do design urbano consiste em criar lugares com determinado caráter. No Plan Voisin, nada se destaca em nenhum lugar; essa monótona uniformidade se destinava, na expectativa de Le Corbusier, a fazer com que as torres idênticas se estendessem pelo Marais e mesmo por toda Paris, infinitamente. O traçado exemplificava aquele aspecto de um sistema fechado no qual as partes são homogêneas e cumulativas. A ausência de características próprias tornou-se realidade nas torres da Xangai de Madame Q, ou nas novas cidades da Coreia do Sul em que os prédios, idênticos, são identificados por enormes números exibidos em bandeiras, para que cada um saiba onde mora. Em termos sistêmicos, um ambiente assim é fechado, dado o caráter intercambiável das partes. Um sistema aberto, em contraste, tem partes que não podem substituir umas às outras. Mas imaginemos uma cidade de 5 milhões de habitantes com, digamos, 10 mil centros, cada um deles diferente de todos os demais: nenhum arquiteto seria capaz de conceber, nenhum urbanista poderia entender uma tal variedade de formas. Como, então, tornar os lugares distintos numa grande cidade, e não únicos de um modo inviável?

É possível conferir caráter a um espaço pontuando-o, como na escrita. Quando escrevemos, um ponto de exclamação no fim de uma frase confere ênfase; um ponto e vírgula interrompe o fluxo, um ponto lhe dá fim. De maneira mais sutil, as aspas numa palavra como “homem” convidam o leitor a fazer breve pausa numa linguagem marcada pela identificação de gêneros. Da mesma forma no design urbano. Os grandes monumentos servem como pontos de exclamação. As paredes são pontos. Cruzamentos são pontos e

vírgulas, interrompendo o fluxo sem impedi-lo. Estas analogias parecem bem claras. Mas que formas físicas poderiam funcionar como aspas, convidando a uma pausa de reflexão?

O ponto de exclamação — Assim que começou seu pontificado em 1585, Sisto V começou a transformar Roma. Ele já estava velho; seu reinado duraria apenas cinco anos, até morrer em 1590. Como se tivesse consciência do pouco tempo disponível, o plano de Roma que há muito meditava como cardeal foi imediatamente posto em prática uma vez eleito papa. A justificativa da transformação de Roma empreendida por Sisto era religiosa: ligar os sete pontos de peregrinação da cidade. Ele queria ligar esses lugares por ruas retas, orientando os peregrinos. Era necessário, portanto, marcar adiante um ponto de referência. Sisto buscou um marco no passado romano, e se saiu com o obelisco. Os obeliscos são colunas pontiagudas de três ou quatro lados montadas num plinto, uma base cúbica, tendo a extremidade em forma de ponta ou coberta por uma pequena bola. Seriam eles os seus pontos de exclamação. Obeliscos trazidos de navio do Egito politeísta e adorador de gatos passaram a marcar as fachadas das igrejas da Ressurreição. Funcionavam como convites a uma jornada religiosa.

Esses pontos de exclamação eram diferentes em relação aos do passado cristão. Os construtores das igrejas medievais providenciavam pontos de orientação construindo torres pontiagudas altas, para que as pessoas soubessem onde estavam as igrejas; o papa Sisto V tratou de estabelecer no solo mesmo como chegar a uma igreja, traçando ruas retas pela malha medieval de Roma e assim orientando os peregrinos para o ponto marcado pela ponta do obelisco. É a mesma função desempenhada pelo obelisco do Washington Memorial, a meio caminho entre o Capitólio e a estátua sentada de Abraham Lincoln na outra extremidade do Washington Mall; o obelisco orienta as pessoas para dentro de um espaço cerimonial.²

Se esses monumentos se destinassem a assinalar apenas uma rota de peregrinação, teriam caráter sequencial, desdobrando-se num caminho ritualístico de orações. Sisto fez um plano mais complexo: o urbanita em Roma podia seguir os caminhos em qualquer direção, perambulando à vontade, atravessando diferentes bairros residenciais e mercados, misturando-se à multidão

antes dedicada a se divertir que a orar. Os obeliscos orientavam as pessoas no seu caminho, além de estabelecer uma jornada espiritual para dentro.

Pela altura do século XIX, o urbanismo monumental parece ter dado uma outra finalidade aos pontos de exclamação. Os principais prédios da cidade passaram a ser concebidos como objetos a serem contemplados, vistos como espetáculos teatrais; foi, por exemplo, o princípio que orientou a construção da igreja La Madeleine em Paris, monumento religioso cujas gigantescas colunas de fachada representavam pontos de exclamação sem finalidade religiosa; era um gesto puramente visual. O mesmo quanto às estátuas equestres que passaram a decorar novos espaços públicos; uma fábrica de Sheffield as fabricava para exportação em escala industrial, sendo a cabeça do herói local moldada e presa pouco antes de o cavaleiro com seu animal ser embarcado para as colônias. O marco monumental da era industrial deixou de servir a uma finalidade ritualística ou de orientação; transformou-se em puro cenário.

Neste sentido, os marcos de Sisto poderiam ser comparados aos da Trafalgar Square londrina. A praça é um monumento à grande batalha de Trafalgar, na qual a marinha de Napoleão foi enfrentada em 1805; a vitória confirmou o domínio da nação inglesa como potência imperial. Concebida por John Nash, seguido de Charles Barry, Trafalgar Square tem no seu centro o gigantesco marco da Coluna de Nelson, em homenagem a Lorde Nelson, vencedor da batalha. Há quatro plintos nas extremidades da praça, três deles dedicados a outros heróis nacionais. O quarto, vazio, é atualmente usado para exibir esculturas de todo o mundo. A praça é procurada pelos turistas, mas não pelos londrinos. Os marcos da grandeza nacional não são um atrativo para os que vivem em Londres; pela minha observação, tendo vivido em Londres durante três décadas, os nativos na realidade nem se dão conta desses marcos.

Um marco deve apontar para algo que valha a pena notar. Grandes marcos dramáticos como o obelisco ou a estátua equestre podem perder a finalidade ou o impacto.

O ponto e vírgula — O urbanismo oferece uma alternativa mais rotineira ao ponto de exclamação. É o cruzamento, equivalente físico do ponto e vírgula: o corpo que caminha ou é transportado num veículo sente aquela

quase interrupção da fluência do movimento que ocorre quando uma pessoa vira uma esquina. Esse ponto e vírgula urbano pode ser criado, considera o urbanista Manuel de Solà-Morales, contrastando tamanhos de ruas que se cruzam, como faz Nova York com suas avenidas e ruas, servindo a própria esquina para assinalar a zona de transição entre as duas.

Em Nova York, a avenida destina-se a abrigar prédios maiores e mais altos que a rua lateral, sendo a avenida mais comercial, e a rua, mais residencial. Foi também o princípio adotado em Xangai, com vias menores desembocando em ruas mais amplas. A esquina funciona como marco porque nesses casos o urbanita vivencia uma mudança de foco, uma sacudidela sensorial ao se ajustar a uma mudança de escala, como uma mudança de marcha. Para Solà-Morales, o contraste ocorre até mesmo nas esquinas agudas da malha de Cerdà em Barcelona; não dá para saber o que está depois da esquina enquanto não se passar por ela.

Solà-Morales e outros “cruzamentistas” tentam gerar atividades na esquina para atrair gente, diferenciando essas atividades do que acontece na rua ou na avenida. Querem situar a entrada dos grandes prédios na esquina, ali estabelecendo a maior densidade de tráfego de pedestres, em vez de dispersá-lo ao longo de uma avenida; querem manter o grande comércio varejista longe das ruas menores, preferindo destinar a elas lojas modestas e restaurantes pequenos. Em vez de fazer com que a rua desague suavemente na avenida, os cruzamentistas consideram importante planejar esta diferença.³

Existe na concepção de escritórios um paralelo interno ao cruzamentismo. O design de escritório preferido por Frank Duffy difere do Googleplex em sua ênfase nas esquinas e interseções; ele o faz traçando algo parecido com ruas e avenidas internas, ao passo que o Googleplex não estabelece uma distinção de atividades no nível do piso. Os escritórios de Duffy são visualmente interessantes por causa dessas mudanças de escala. Como bom socialista, ele também tenta situar os trabalhadores de mais baixo nível e o seu trabalho nas esquinas, em vez escondê-los nos lugares inferiores do espaço, para torná-los invisíveis.

Como quer que se concretize, o cruzamento é uma ruptura epistemológica no sentido de Bachelard, uma desconexão introduzida no espaço.

Numa esquina, mais que no caminho de uma rua ou avenida, ou ao longo de um corredor de escritório, temos mais probabilidade de nos orientar, avaliando onde estamos.

As aspas — Um terceiro tipo de pontuação espacial funciona como aspas. Como a esquina, as aspas espaciais chamam a atenção especificamente para o ponto em que nos encontramos. Mas se o cruzamento é um claro marco de lugar, o mesmo não acontece com as aspas urbanas. O significado prático desta declaração enigmática se revela nos espaços marcantes de comunidades pobres ou destituídas.

Na minha experiência, presto muita atenção ao mobiliário de rua — bancos, fontes, pequenas árvores em potes de concreto e diferentes formas de pavimentação das calçadas. Impressionou-me constatar como é preciso pouco para assim dar vida ao espaço público em áreas pobres. Trabalhando com orçamento apertado numa zona pobre de Chicago, por exemplo, meus clientes e eu usamos arbustos envasados para obter em determinada rua o mesmo efeito que os moradores da comunidade de Medellín tinham alcançado com jardineiras nas janelas, variando as espécies vegetais para que a parede contínua da rua surgisse como um tipo de progressão. Os patrocinadores governamentais achavam que não passava de um enfeite.

Essas iniciativas simples significam mais que embelezar a cidade. Pode-se, por exemplo, instalar um banco de rua de tal maneira que fique voltado para a entrada de um prédio, e não para o fluxo na rua. Colocado o banco em frente a um prédio comum, é como se o marco estivesse dizendo: “Este lugar tem valor porque você pode descansar aqui” — mensagem que poderia ser transmitida situando-se o banco-marco em frente de praticamente qualquer prédio ao longo da rua. Um banco colocado arbitrariamente diante de um prédio está dizendo apenas isto: “Este é um lugar agradável.” É estranho: um banco tão convidativo em frente a um prédio tão indiferente. Uma comunidade pobre pode ser melhorada com marcos arbitrários, variando por exemplo a pavimentação em partes da rua ou aplicando pinturas de cores primárias em muros brancos. Esses gestos não assinalam nada em particular a respeito do ambiente; apenas implantam nele um marco.

O Central Park, como vimos, era uma imensa construção destinada a dar prazer, permitindo escapar da cidade numa versão composta e altamente estudada da natureza. Pode ser um pouco exagerado — mas não absurdamente — pensar no banco de plástico, com seu posicionamento arbitrário, como algo semelhante aos artifícios que determinaram a construção do Park. As belas pontes e passagens subterrâneas, os lagos e as áreas arborizadas do Park são imposições arbitrárias, obviamente criadas pelo homem, e não derivadas de uma paisagem natural preexistente. O artifício natural mais comum na cidade é a fileira reta de árvores plantadas na beira das calçadas para marcar a separação entre transeuntes e o tráfego de veículos; linhas retas de árvores isoladas e espaçadas regularmente raramente são encontradas em ambientes naturais. Em qualquer ambiente, elas são valorizadas justamente como uma forma imposta à rua, por motivos tanto ecológicos quanto estéticos. Consideramos que uma fileira de árvores valoriza uma rua, e temos consciência da maneira extremamente arbitrária como se deu essa valorização. Mas esse artifício não deriva do contexto; o valor é imposto.

De ambos os lados de uma palavra, as aspas chamam a atenção para o que ela significa. Os gramáticos podem dizer que as aspas questionam o valor da palavra ou da frase no seu interior: vá olhar por trás disto aí. Mas as aspas também valorizam a palavra no seu interior; como diria Leon Festinger, as aspas estimulam a atenção focal no arbitrário, no problemático, mas também no importante: o mesmo ocorre no ambiente construído.

Eu tento manter minhas obsessões sob controle, mas aqui peço vênias por alguns parágrafos. Foi no Japão que eu entendi por que os bancos de plástico me fascinam tanto. Os paisagistas dessa sociedade usam marcos simples de pedra para criar os mais sofisticados tipos de marcos arbitrários, problemáticos e geradores de valor.

Exceto na construção de muralhas de castelos, a pedra raramente aparecia como material de construção doméstica ou comercial na arquitetura japonesa clássica, nem por sinal na arquitetura chinesa, que influenciou a japonesa. O Japão era um país de florestas; os construtores desenvolveram técnicas de construção de estruturas de madeira e seus subprodutos para enfrentar as duras condições climáticas das ilhas. Mas a pedra ainda era importante, e na verdade tinha um valor sagrado, remontando à adoração

das pedras no antigo xintoísmo chinês. “Uma rocha particularmente majestosa tornava-se centro de contemplação”, observa o historiador de jardins Sunniva Harte, “e a área circundante era coberta de pedras brancas para denotar que se tratava de um espaço religioso ou espiritual.”⁴

Nos séculos V e VI, milhares de anos depois do início do culto das rochas brutas, o xintoísmo passou a ser cultivado em santuários construídos, e não mais ao ar livre. Agora a consciência do caráter sagrado das rochas se misturava à apreciação de sua beleza e posicionamento nos prédios e ao seu redor. A rocha transformou-se num marco do ambiente construído.

Quando o budismo chegou ao Japão na era Kamakura (1185-1336), a pessoa que contemplava essas pedras era convidada a se eximir de tomá-las como representativas de símbolos específicos. Nos jardins cultivados ou simplesmente junto às casas, a pedra marcava algo importante, mas indeterminado; tornou-se um significante flutuante.

Afastar a pedra das suas referências animísticas foi o princípio orientador da concepção dos aposentos do abade do Templo de Ryōan-ji em Kyoto, cujo arquiteto pode ter sido Tessen Soki, padre que ali viveu no século XV. Os aposentos do abade dão para um jardim retangular de pedras e areia, sendo esta varrida e disposta em linhas retas e simples das quais surgem quinze rochas, dispostas em cinco grupos. As paredes meridional e ocidental dando para o prédio são baixas, vendo-se adiante a floresta.

Não resta dúvida de que o jardim do abade no Templo de Ryōan-ji é um artifício, detalhadamente concebido, e não encontrado na natureza. As bases das rochas são cortadas de maneira a ficarem dispostas em diferentes ângulos, de acordo com as regras da geomancia; o cascalho de quartzo foi rigorosamente selecionado, tem tamanho uniforme, e marcas de cinzel foram deixadas aparentes nas pedras.

Hoje, concluído o jardim, o lugar causa profunda impressão ou, por outro lado, duas fortes impressões. Uma delas poderia ser identificada como a impressão de suas estudadas ausências, a sensação de eliminação e refinado apagamento. O que o jardim representa não é o ponto de estar ali — no zen, não há ponto; o que se busca é a libertação do dar nome, apontar, frisar, pretender. Mas a outra impressão é a da forte presença dos objetos físicos nesse espaço cuidadosamente concebido; ficamos intensamente conscientes

das pedras como coisas em si mesmas. Além do muro baixo do jardim, além da verdejante paisagem externa de árvores, podemos ouvir ao longe o tráfego de veículos, mas nossos olhos ficam pregados nas rochas e na areia.

O jardim xintoísta, portanto, era um lugar de símbolos diretos, um jardim de representações. O jardineiro zen tentou ir além dessas representações, para recuperar o mistério dos elementos naturais que tão cuidadosamente havia modelado, deixando de lado a própria necessidade de que tivessem um conteúdo identificável. Em sua arbitrariedade, sua desnaturalização, o jardim zen de pedras suscitou uma reação mais reflexiva, de autoquestionamento. As pedras são aspas de intimidação.

Resumindo, um ponto de exclamação — como o obelisco — declara que um lugar é importante. Infelizmente, como acontece na vida em geral, essas declarações podem perder valor com o tempo, como em Trafalgar Square. Um ponto e vírgula no espaço é algo menos pretensioso; como acontece num cruzamento, pode acarretar um leve solavanco na virada de uma esquina, contraste que os cruzamentistas pretendem acentuar. As aspas físicas, seja instalando-se um banco de plástico, plantando uma fileira artificial de árvores ou depositando pedras no solo, assinalam uma forma ao mesmo tempo arbitrária, problemática e geradora de valor.

III. Porosidade — A membrana

O mapa Nolli — Uma esponja é porosa por ser capaz de absorver água — mas apesar disso mantém sua forma. Da mesma maneira, um prédio é poroso quando existe livre fluxo entre o interior e o exterior, mas a estrutura preserva os contornos de sua função e forma. Um dos maiores mapas de Roma, feito por Giovanni Battista Nolli em 1748, mostrava como a porosidade aparecia nesses termos na cidade. O mapa se baseava em pesquisas e inspeções feitas na cidade por Nolli ao longo de doze anos. Os resultados foram publicados em duas versões: uma série de doze gravuras que formavam juntas um grande mapa; e uma pequena estampa feita por Nolli com Giovanni Battista Piranesi, artista das prisões imaginárias e dos palácios verdadeiros em Roma.

Antes de Nolli, os mapas de Roma eram em sua maioria cênicos: imagens fantasiosas do que um artista imaginava ser a cidade, fosse ele um pássaro; as construções apareciam em três dimensões, ligeiramente inclinadas, como se fossem vistas pelo pássaro voando para leste em direção a Roma. Nolli foi o primeiro dos criadores de mapas romanos a orientar sua imagem da cidade tendo o norte acima, e não o leste, pois trabalhava com um compasso magnético para conseguir um parâmetro comum à medida que evoluía com dificuldade pela cidade. Seu mapa é iconográfico, vale dizer, apresenta-se em duas dimensões; é um terreno figurado e reproduzido em preto e branco, representando o preto as construções sólidas e o branco, o espaço vazio.⁵

Essas reproduções mostram, em seus detalhes, as relações porosas entre o sólido e o vácuo: círculos fechados em quadrados representam os pilares que sustentam o Panteão, em contraste com os delicados sinais em forma de T designando os pilares da igreja vizinha de Santa Maria sopra Minerva. A pequena fonte das abelhas que então existia na esquina da Via Sistina com a Piazza Barberini é um ponto visível, pois o espaço molhado é algo que os adultos evitam, mas onde as crianças mergulham.

Os diagramas também são representações sociais. Por exemplo, o Panteão, enorme templo romano antigo encimado por uma cúpula e iluminado apenas pela luz que entra por um buraco (o *oculus*) existente nessa mesma cúpula, tem no seu centro um espaço branco adornado porque na época de Nolli era usado como igreja, ficando aberto ao público o dia inteiro. O negro denso com extremidades bem definidas representa prédios particulares — em sua maioria casas, mas também lugares como certas partes do Vaticano de acesso proibido aos romanos comuns. Traduzindo isto em termos modernos, se Nolli tivesse de fazer um mapa da Paris da década de 1920, todo o Plan Voisin surgiria como uma mancha negra, ao passo que o Marais, tão poroso e comprimido, seria representado em círculos, quadrados, pontos, Ts e nuances de cinza sobre branco.

Nolli mapeou a porosidade numa cidade que tinha milhares de anos para amadurecer. Como haveria o Sr. Sudhir de construir porosidade em menos tempo?

A membrana — Stephen Jay Gould chama nossa atenção para uma importante distinção, na ecologia natural, entre dois tipos de limites: divisas e fronteiras. As fronteiras são limites porosos, as divisas, não. A divisa é um limite onde as coisas acabam, além do qual determinada espécie não deve se aventurar, ou, inversamente, que essa mesma espécie trata de guardar, como fazem os bandos de leões ou as matilhas de lobos urinando ou defecando para dizer aos outros que fiquem de fora! A divisa assinala um limite de baixa intensidade. Já a fronteira é um limite no qual diferentes grupos interagem; por exemplo, o ponto onde a margem de um lago encontra terra firme é uma zona ativa de trocas em que organismos encontram outros organismos e deles se alimentam. Não surpreende, assim, que também seja a linha divisória onde é mais intenso o trabalho da seleção natural.

Essa diferença ecológica também marca as comunidades humanas. A divisa fechada domina a cidade moderna. O habitat urbano é dividido em partes segregadas por fluxos de tráfego e pelo isolamento funcional entre zonas de trabalho, comércio, família e do reino público. O desenvolvimento de tipo "cidade-polvo" em Delhi e em qualquer outro lugar não espalha crescimento por uma área, antes tratando de canalizá-lo estritamente. Caracas, na Venezuela, utiliza outro tipo de divisa fechada, sob a forma de muralhas de tráfego de alta velocidade separando ricos e pobres. Como vimos, a forma mais disseminada internacionalmente de novos empreendimentos residenciais é a comunidade cercada e fechada dentro de um muro delimitador. Um resultado dos seus limites de baixa intensidade é que os moradores isolados não se sentem muito estimulados pelas condições externas; as trocas entre diferentes comunidades raciais, étnicas e de classe são fracas.

Assim exposta como um contraste entre preto e branco, contudo, a distinção fronteira/divisa fica muito grosseira. Ela pode ser refinada se focarmos numa célula viva. Neste nível, vamos constatar um contraste entre parede celular e membrana celular. É uma distinção ambígua no nível celular, em parte porque as séries de células podem às vezes mudar de função; além disso, uma parede totalmente fechada provocaria a morte da célula, como igualmente uma relação totalmente fluida entre interior e exterior. Uma membrana celular precisa desde logo deixar a matéria fluir para dentro e para fora da célula, mas de maneira seletiva, para que a célula retenha aquilo

de que precisa para sua nutrição. A porosidade existe em diálogo com a resistência: um diálogo que às vezes significa que a célula se abre para ser inundada, e outras vezes se mostra retentiva.

Esse diálogo é o que o urbanista deveria propiciar, em vez de imaginar que apenas o espaço aberto — um puro vazio — pode ser considerado poroso. Nem totalmente fechada nem completamente exposta, a relação dinâmica entre porosidade e resistência é o que Nolli reproduziu em seu mapa de Roma. Ela contrastava com o gueto veneziano, tal como pretendido originalmente por seus planejadores, estritamente fechado à noite frente à cidade circundante, com as venezianas nas janelas e as pontes interceptadas, os canais circundantes guardados por barcos a noite inteira, criando uma divisão interna na cidade.

De que é feita uma membrana urbana? De certa forma paradoxalmente, ela pode ser feita de pedra.

A lógica inicial de uma muralha urbana era que fosse o mais espessa, alta e impenetrável possível, por razões militares. As antigas muralhas ao redor de Pequim, por exemplo, tinham cerca de 18 metros de espessura na base, 12 metros no topo e 12 metros de altura, feitas de terra batida. A arte militar da construção de muralhas podia ser aperfeiçoada com a criação de muralhas duplas com espaço vazio entre elas, como em Carcassonne, na França, o que criava um espaço de manobras separado da malha interna da cidade. Outro tipo de aperfeiçoamento consistia em uma muralha com revelins, plataformas em forma de seta projetadas para fora da muralha, e que permitiam voltar dardos e mais tarde canhões contra-atacantes que tentassem escalar a muralha.

Para Max Weber, uma muralha era uma divisa, um limite externo da cidade-Estado, além do qual nada havia de cívico, fosse política ou socialmente. Para ele, a própria muralha era uma ideia jurídica, mais que uma presença física. Mas ele pode ter sido induzido em erro pela pura e simples solidez das antigas muralhas; até mesmo uma muralha espessa pode representar um convite a habitar. De ambos os lados da muralha de Aix-en-Provence encontravam-se áreas de desenvolvimento na cidade livres de regulações; mercados informais de venda de produtos no mercado negro ou sem pagamento de impostos proliferavam abrigados junto às pedras; a região

da muralha era onde heréticos, exilados estrangeiros e outros desajustados tendiam a gravitar. Da mesma maneira, depois que a moderna artilharia tornou a muralha uma barreira menos útil, essas divisas militares muitas vezes evoluíram para espaços sociais. Luís XIV promoveu sua mudança em Paris em 1646, convertendo os baluartes em alamedas arborizadas onde a população podia caminhar. Seus planejadores deram aos novos espaços um novo nome: *bulevar*. Em questão de um século, muitas outras cidades europeias seguiram o mesmo caminho, especialmente Berlim em 1734. Napoleão I completou a transformação da divisa militar exigindo que muitas cidades por ele conquistadas destruíssem completamente suas muralhas — antes uma humilhação simbólica que uma necessidade militar.⁶

Significa tudo isto que mesmo uma massa sólida de material, aparentemente resistente a qualquer mudança, pode ser tornada viva. É um equívoco pensar que as estruturas maciças são totalmente inertes e que as qualidades representadas na condição da membrana só se manifestam em estruturas que surjam temporariamente em construções leves.

Criando membranas — Hoje, o desafio para o planejador consiste em criar membranas. A *perfuração* é a mais direta técnica de construção para transformar muralhas em membranas. O urbanista dinamarquês Jan Gehl desenvolveu maneiras de abrir portas e janelas em paredes vazias, rompendo-as para criar novas entradas e aberturas; efetuou cálculos precisos sobre os pontos onde arrebentar e a força a ser empregada na ação para dar vida a uma rua. Da mesma forma, na construção de um novo arranha-céu, uma grande entrada isolando os elementos internos, com os pisos acima representando camadas separadas, pode ser substituída — como na Torre de Xangai da empresa de design Gensler, no bairro Pudong de Xangai, e nos ambientes internos da torre criada para o *New York Times* por Renzo Piano em Manhattan — por uma concepção vertical mais porosa: em vez de um núcleo central atendendo a pisos isolados, Gensler trata o arranha-céu como uma autêntica rua vertical, alimentada por muitos elevadores diferenciados, com espaços públicos distribuídos por vários andares e corredores que se irradiam.

Quando alguém imagina onde encontrar a vida de uma comunidade, em geral vai buscar no centro, onde os planejadores tentam intensificar a

vida comunitária. Isso significa negligenciar os limites; em consequência, a comunidade se volta sobre si mesma. O que é um erro. Eu o cometi anos atrás, quando estava envolvido em planos para a criação de um mercado que atendesse à comunidade hispânica do Spanish Harlem de Nova York. Essa comunidade, uma das mais pobres da cidade, fica acima da Rua 96 no Upper East Side de Manhattan. Logo abaixo da Rua 96, configurando uma mudança abrupta, fica uma das comunidades mais ricas do mundo, da 96 até a Rua 59, comparável a Mayfair em Londres ou ao sétimo *arrondissement* em Paris.

La Marqueta foi situado no centro do Spanish Harlem, a vinte quarteirões, exatamente no centro da comunidade. Nós, os planejadores, encarávamos a Rua 96 como um limite morto, onde não acontecia grande coisa. Fizemos uma escolha errada. Se tivéssemos situado o mercado nessa rua, poderíamos ter estimulado atividades que propiciassem algum contato comercial e físico diário entre ricos e pobres. Desde então, planejadores mais sábios aprenderam com nosso erro, e no West Side de Manhattan tentaram situar novos recursos comunitários nos limites entre as comunidades, para estabelecer um limite mais poroso, abrir os portões entre diferentes comunidades raciais e econômicas. Nossa pressuposição da importância do centro revelou-se um fator de isolamento; no caso deles, a compreensão do valor do limite e da fronteira revelou-se integradora.

Certamente é verdade que os limites podem funcionar como locais de troca mais tensos que amistosos, como nos estacionamento de Boston onde os ônibus despejavam crianças de cor em escolas da classe trabalhadora branca. A mistura física informal tem muito menos um caráter de confronto, como no caso em que uma senhora rica e sua empregada se encontram no mesmo lugar comprando leite ou bebida, tarde da noite. Essa mistura física complementa as manifestações de cortesia que marcavam a banca de jornais em Clerkenwell; o planejador não está forçando nenhuma articulação explícita de diferenças, mas levando as pessoas a conviver em tarefas comuns da vida cotidiana. Em termos da distinção estabelecida em nossa discussão sobre as diferenças sociais na cidade, esse tipo de experiência do limite é antes inclusiva que integradora.

Entretanto, como bem sabia o Sr. Sudhir por experiência própria, viver no limite é “tenso”, no sentido de “arriscado”. Esses adjetivos não são mera decoração verbal. Descrevem um terceiro tipo de produção de membrana.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Amsterdã era um lugar sombrio. A velha cidade não se tinha adaptado bem ao automóvel. Era também uma cidade sem espaço; longe dos grandes canais, eram poucos os espaços para que os habitantes — especialmente as crianças — desfrutassem de atividades de lazer. Aldo van Eyck decidiu fazer algo a respeito, apropriando-se de centenas de espaços sem uso ou indiferentes para transformá-los em parques urbanos. Ao contrário de Olmsted e Vaux, ele usou os recursos mais simples disponíveis em sua cidade empobrecida, incorporando muros ou cruzamentos amplos demais para criar espaços para as crianças brincarem e os adultos repousarem. Nesses novos espaços, instaurou adjacentes umas às outras diferentes atividades — canteiros de flores, uma caixa de areia, bancos — que não tinham demarcações visíveis, mas permaneciam distintas, com um inter-relacionamento poroso, no sentido da membrana.

O fator radical nos parques de van Eyck era a concepção do urbanista sobre como as crianças devem brincar: seu espaço de brincadeiras não era isolado da rua em nome da segurança. Nesses parques há meios-fios, mas não cercas. A ideia de van Eyck era que as crianças aprendessem a diferença entre tráfego e território — o que de fato aconteceu; os parques realmente registravam poucos acidentes, em virtude da porosidade. Da mesma forma, os bancos instalados para os adultos não eram separados do local onde as crianças brincavam; os pequenos eram obrigados a aprender como se situar de maneira a não perturbar os mais velhos que conversavam ou cochilavam nos bancos.

Em termos formais, van Eyck criou limites liminares, significando “liminar”, aqui, a experiência de uma transição, ainda que não haja uma barreira claramente identificada entre dois estados. A passagem liminar forma uma espécie de “consciência transicional”, na formulação de D. W. Winnicott; foi ele o primeiro a alertar os psicólogos para a importância dos momentos transicionais que estabelecem fronteiras entre as experiências para as crianças. O parque de van Eyck é um exemplo prosaico disto: para entender como devem brincar, as crianças vivenciam seus limites em relação aos carros em movimento ou aos vovôs tirando uma soneca; em vez de um abrupto ou/ou, elas fazem uma transição liminar, membranosa. Da mesma forma, na geografia mais ampla de uma cidade, os limites liminares

podem assinalar a passagem de lugares ricos para lugares pobres; a Escola de Chicago estudou exatamente essa condição liminar — sem lhe dar este nome — nas ruas da direção leste-oeste que vão de Gold Coast às favelas mais a oeste da cidade, passando pelo lago.

Porosidade sonora — Os sons de uma cidade podem parecer porosos no mau sentido. O som invasivo do tráfego muitas vezes pode ser inimigo do sono; na minha idade, o ensurdecedor barulho dos restaurantes pode acabar com a ideia de sair de casa. Se o silêncio é um amigo, divisas sonoras pareceriam melhor ideia que fronteiras sonoras no ambiente construído.

Na verdade, a ausência de som seria igualmente inquietante. O especialista em acústica R. Murray Schafer observa: “Ouvir é uma maneira de tocar à distância.” Tecnicamente, isto significa que, quando um som audível vibra em frequência superior a 20 hertz, pode ser sentido como sensação tátil. O som de passos à noite ou de buzinas durante o dia representa um alerta da presença de outros; o famoso comentário de Jane Jacobs de que, a bem da segurança, os prédios deveriam ficar “de olho na rua” devia ser expandido para abarcar também “de ouvidos na rua”, especialmente à noite. No romance fantástico *O mestre e Margarida*, de Bulgakov, a silenciosa chegada de vários fantasmas, demônios e um gato mágico inspira terror, pois não podemos ouvi-los/tocá-los.⁷

Boa ou má, a porosidade sonora pode ser especificada com precisão. A experiência sonora numa cidade é moldada por dois fatores: intensidade e inteligibilidade. Intensidade, em certa medida, é pura e simplesmente volume: o som dos passos de um homem de altura e peso médios fica em torno de 28-30 decibéis a uma distância de 20 metros numa rua silenciosa à noite, ao passo que uma banda de rock tocando ao ar livre emite pelo menos 115 decibéis. Mas também é uma questão de frequência: se houver mais que quatro projeções de determinado som por segundo, o ouvido vai registrá-las como um som contínuo. O zumbido elétrico constitui esse tipo de “som plano”, no jargão acústico; o ruído constante do tráfego é outro exemplo. Por outro lado, o estampido de uma espingarda é um “som de impacto”, assim como o som repentino de uma motocicleta roncando no tráfego. Esses sons são distintos, identificáveis, inteligíveis. O som de passos

numa rua vazia pode tornar-se um som de impacto, como acontecia com meus protetores em Santo Domingo — um claro ruído de advertência em contraste com o som plano e de baixo nível da comunidade adormecida. O que se costuma chamar de “som ambiente” é tecnicamente uma média de sons planos e de impacto. Um som ambiente em torno de 35 decibéis é ideal para o sono, segundo constatou um grupo de pesquisadores russos, ao passo que, quando o som ambiente “está num nível de 50 decibéis, verificam-se intervalos muito breves de sono profundo, seguidos do despertar com uma sensação de fadiga”.^{8, 9, 10}

Na concepção de um ambiente sônico, o objetivo é diminuir a intensidade do som plano a 35 decibéis, mantendo o som de impacto num nível em torno de 45 decibéis, para que o ruído chegue a nós sem ser devastador. É a boa porosidade, pois os sons são distintos e inteligíveis mas não assoberbantes. Eu ficaria feliz num restaurante com essa média ambiente: ouviria vozes da minha mesa e talvez pudesse espreitar outra mesa; essas vozes flutuariam numa almofada de ruído mais indistinto.

O mapa Nolli mostra os lugares que moldam os sons dessa forma porosa, por exemplo, no Panteão e imediações. Apesar do volume cavernoso, tendente a amplificar o eco, o nível ambiente do Panteão é bom por causa das complexas superfícies laterais, dos pórticos e do teto curvo, cuja superfície não é lisa, tendo sofrido a incisão de painéis. Assim também nas ruas que atravessam as imediações do Panteão na direção leste-oeste: a irregularidade das superfícies de muros e paredes, os portões recuados, os becos laterais — tudo isto reduz o nível do som ambiente a cerca de 40 decibéis. O mesmo efeito sônico pode se manifestar num prédio moderno como o Chanin Building de Nova York, arranha-céu construído em 1927-29, no qual se obtém um nível relativamente baixo de som ambiente simplesmente por causa das curvas e voltas do seu interior, ao passo que nos vizinhos o som é estrondoso quando se abrem portas e janelas (isto quando é possível abri-las; como no hotel do outro lado da rua, trata-se na maioria dos casos de caixas de vidro fechadas e impermeáveis, que consomem energia excessivamente e mantêm os sons da cidade à distância).

Os materiais que constroem silêncio são aqueles capazes de envergar e enrugar. Os modernos materiais para amortecimento de sons, aplicados

sobre pisos planos de concreto, raramente desempenham bem a função; as antigas estruturas tendiam a funcionar melhor, simplesmente porque a própria composição dos pisos era uma mistura de muitos elementos — entre eles conchas marítimas trituradas, crina de cavalo e trapos recobertos de gesso — que criavam um filtro complexo.

O eco (tecnicamente, o tempo de reverberação dos sons) diminui e perde intensidade entre prédios porosos, mas é rápido e agudo entre monólitos de vidro voltados uns para os outros; isto ocorre porque, quanto maior for o tempo de reverberação, mais fraco se torna o eco. Este princípio também rege o design de interiores. O tempo ideal de reverberação numa sala de concertos — a partir do palco, saindo das paredes laterais e traseira em direção a alguém sentado no meio da plateia — é de pouco menos de dois segundos. Num prédio de apartamentos, não queremos uma ressonância assim: as escadas, por exemplo, devem ter ângulos e voltas que permitam dar ao eco um tempo de reverberação de mais de 3,5 segundos, tornando-o bem fraco.

Você certamente não quer ouvir as conversas dos seus vizinhos nem provavelmente ouvi-los fazer amor. Mas em outras circunstâncias a porosidade dos sons pode atrair. O urbanista John Bingham-Hall e eu estamos estudando os sons sociáveis num lugar inesperado: os túneis de pedestres por baixo do Périphérique de Paris, a autoestrada que separa os novos subúrbios pobres de imigrantes da cidade mais antiga, mista e rica. As pessoas se juntam em certas passagens subterrâneas, para comprar produtos de uso diário ou simplesmente socializar, mas evitam outras. Nós constatamos que os sons sociáveis tendem a ser sons de vozes, audíveis de maneira distinta como sons de impacto, logo acima da vibração sonora da autoestrada; além disso, os sons de impacto inteligíveis se projetam para fora, alertando para atividades no interior do túnel. Essas passagens subterrâneas cujos sons atraem se formam de um jeito enrugado e desalinhado, ao passo que as passagens não sociáveis são mais simples e limpas, produzindo uma linha plana de alta intensidade que afoga a inteligibilidade no interior do túnel, de tal modo que só os ruídos se projetam para fora. As passagens desalinhadas do Périphérique podem ser espaços sociais informais tão inesperados quanto o teto do estacionamento de Nehru Place, mas em certa medida explicam

por que Nehru Place funcionou tão bem. Como nos túneis, seus vendedores de iPhones podem ser claramente ouvidos acima do zumbido dos corpos em movimento e do tráfego.

Na história das cidades, os “pregões” dos vendedores de rua costumavam ter a mesma função sociável-sônica — afiadores de facas, vendedores de peixe, transportadores de carvão, quase quarenta diferentes tipos de pregões nas ruas de Londres —, até serem proibidos pela Lei da Polícia Metropolitana, de 1864. Antes, o pregoeiro de rua dava notícias ou entoava hinos, como registrou John Milton (em *Il Penseroso*, verso 83). Fundamentalmente, o som dos sinos de igreja, que regulava as práticas religiosas, deu lugar ao bater das horas a partir do século XIV, como forma de regular o processo de trabalho, dividindo o trabalho remunerado em unidades regulares de tempo. Essas badaladas de relógio eram mais fortes e de maior intensidade que os sinos da maioria das igrejas paroquiais, alcançando toda a cidade; a porosidade das badaladas era o som do trabalho rotineirizado — invasivo e inelutável. Não era um som sociável.

Em suma, numa cidade fechada, a divisa prevalece; uma cidade aberta contém mais fronteiras. Essas fronteiras funcionam como membranas celulares, com uma tensão dinâmica entre porosidade e resistência. É possível criar membranas nos limites dos lugares, pela perfuração de paredes, o enrugamento da malha das ruas e a modelagem de sons inteligíveis e sociáveis.

IV. Incompletude — A concha e a forma-tipo

Por fim, imaginemos o Sr. Sudhir em casa. Ele me disse que ao longo do tempo vinha construindo a casa da família com os filhos, bloco de concreto após bloco de concreto, na medida das possibilidades financeiras. Em praticamente todos os assentamentos de migrantes acontece algo semelhante: os pobres se tornam seus próprios arquitetos. As moradias podem não passar de barracos de blocos de concreto com telhados de plástico ou chapa ondulada; com o tempo, se possível, os moradores acrescentam telhados adequados, janelas envidraçadas, talvez um segundo andar; a “arquitetura” é um trabalho de longo fôlego. Em qualquer momento, contudo, esse tipo de projeto é uma forma incompleta.

O urbanismo tem muito a aprender com a maneira como os muito pobres são forçados a trabalhar com formas incompletas. Seria possível tornar uma forma incompleta deliberadamente, e não por necessidade, como no caso da família do Sr. Sudhir? O que se ganharia?

A concha — Uma resposta pode ser encontrada em Iquique, no Chile, uma cidade do deserto cerca de 1.500 quilômetros ao norte de Santiago, onde cerca de cem famílias haviam efetuado inicialmente uma ocupação num lugar chamado Quinta Monroy. Os migrantes originais eram aimarás, um grupo étnico disseminado pelo altiplano chileno-peruano-boliviano. A Quinta Monroy era um talismã do futuro: a partir de lugares pequenos como este, imensos assentamentos de dezenas ou centenas de milhares de pessoas estão pipocando por toda a América Latina.

Ali, o arquiteto chileno Alejandro Aravena lançou um projeto de construção de formas incompletas. Sua ideia básica era conceber a metade de uma boa casa, a ser então completada pelos habitantes com o próprio trabalho, em vez de fornecer uma habitação acabada. Na versão da forma incompleta adotada em Iquique, metade do primeiro e do segundo andares das construções tem paredes, sendo dotada de instalações elétricas e encanamento. Essa infraestrutura é localizada no oitão da casa, e não nas paredes divisórias, com o espaço ainda inacabado; este detalhe técnico permite máxima flexibilidade no preenchimento do espaço. Outro elemento consiste em construir a escada de entrada fora da casa, de tal modo que, se se quiser, o primeiro e o segundo andares poderão vir a formar habitações independentes: qualquer um deles pode ser alugado ou usado por diferentes gerações de uma família.

O projeto de Aravena tratava a Quinta Monroy como um laboratório de teste da habitação social. Em termos urbanísticos, as casas são agrupadas em retângulos formando os lados de uma praça comunitária, versão chilena pobre dos terraços avarandados londrinos de Bloomsbury. Como Cerdà, Aravena pretende que eles cresçam, tornando-se uma grelha constitutiva. Ao contrário de Jane Jacobs, ele não receia esse crescimento, mesmo quando começa em escala pequena; as terríveis condições de pobreza em seu país requerem uma solução em larga escala. Mais uma vez, contudo, ao contrário do ocorrido na cidade-jardim pré-fabricada de Lewis Mumford, essa solu-

ção deve envolver a própria população pobre na constituição do seu meio ambiente. É a lógica social por trás dessa forma incompleta, traduzindo-se de maneira muito concreta, mais uma vez, na infraestrutura das paredes internas e na localização das escadas.

A concha é o tipo de construção de projetos como o de Iquique. Ela se tem manifestado sob várias formas, não apenas como uma resposta às necessidades dos pobres: por exemplo, no terraço georgiano do século XVIII, ela assume a forma de uma caixa de sapato, voltando-se seus lados igualmente para as praças e ruas da cidade. Em termos estruturais, os terraços eram uma versão antiga dos lofts de hoje, sendo os pisos sustentados apenas por algumas colunas e paredes estruturais internas de tijolo ou pedra, reduzidas ao mínimo. A caixa de sapato georgiana era um tipo de concha particularmente bom, pois as dimensões eram suficientemente reduzidas para que as paredes frontais e posteriores de cada cômodo da casa tivessem acesso direto à luz natural e à ventilação. Neste sentido, ela contrastava com as habitações do barão Haussmann em Paris, de proporções maiores, construídas em torno de escadas centrais úmidas e escuras, com pouco acesso à luz e ao ar em muitos cômodos. Ao longo dos séculos, a concha georgiana evoluiu em suas funções, mesmo mantendo-se relativamente constante na forma, como no caso de Woburn Walk, concebida por Thomas Cubitt na década de 1820 e que hoje abriga escritórios nos andares superiores, além de apartamentos residenciais. Os espaços abertos também podem funcionar como conchas. Na Primeira Guerra Mundial, uma praça monumental como Berkeley Square teve suas flores arrancadas e foi tomada por soldados feridos; na Segunda Guerra, as grades metálicas ao seu redor foram retiradas para ser transformadas em bombas; e depois da guerra a função voltou a evoluir, conjugando-se à natureza aberta e ao acesso protegido.¹¹

Em princípio, os dias de hoje deviam ser a época do Triunfo da Concha. Graças ao concreto e às vigas de aço de fabricação em massa, podemos construir prédios com gigantescas lajes dependendo minimamente de colunas ou outras obstruções estruturais. As salas de negociação e pregão das empresas de investimento encarnam o Triunfo da Concha, com fileiras e mais fileiras de mesas de trabalho num espaço em que todo mundo pode ver todo mundo — se conseguissem tirar os olhos das hipnóticas telas.

De maneira ainda mais engenhosa, finas estruturas em concha podem hoje flutuar acima do piso. Os princípios estruturais das conchas flutuantes foram estabelecidos pelo engenheiro russo Vladimir Shukhov, que ergueu em Vyksa, em 1897, uma gigantesca concha autossustentada de cobertura curva; livre de suportes internos, ela podia ser destinada a qualquer uso. A cúpula geodésica é a herdeira de Vyksa, sendo as cúpulas construídas por uma grade de triângulos entrelaçados coberta por uma capa protetora. Buckminster Fuller considerava que esse tipo de cúpula, ao mesmo tempo superleve e superforte, podia ser ampliado praticamente ao infinito; em seus momentos de maior excentricidade, ele alimentava a esperança de cobrir cidades inteiras com cúpulas geodésicas. De tamanho mais modesto, mas ainda assim enormes, cúpulas geodésicas como a Cúpula Fukuoka, no Japão, permitem toda uma variedade de usos — como a Cúpula do Milênio (que não é estritamente geodésica) criada por Richard Rogers em Londres em 1999.

As conchas criam formas cujas possibilidades não se esgotam em qualquer configuração específica imposta no início. A concha também cria porosidade no interior de um prédio, já que estruturalmente são poucas as barreiras fixas. O seu fazer convida a mais fazer. Assim como num prédio, na comunicação, as palavras representam conchas de significado. As palavras expressam de maneira incompleta o que as pessoas querem dizer.

Mas quando deve chegar ao fim esse processo aberto? Quando é que o prédio pode ser considerado concluído, a comunicação, efetuada?

O inacabado e o inacabável — Um processo puro pode ser destrutivo. Muitas das alterações sofridas pela caixa de sapato do terraço georgiano ao longo do tempo degradaram o que originalmente era uma forma de severa beleza: lojas com luminosos de neon e a sinalização no nível da rua acabam com uma certa simplicidade de outros tempos; nos andares superiores, os compartimentos são apertados em cubículos, com as janelas interceptadas por aparelhos de ar-condicionado. Da mesma forma, os espaços de muitos lofts em Nova York são deformados, e, para horror dos puristas em Xintiandi, Xangai, até os lofts reformados dos *shikumen*, ainda recentemente tão espaçosos e dignos do gosto mais esnobe, estão sucumbindo a uma nova geração de jovens e mais pobres retalhadores e truncadores.

As regras básicas de forma precisam proteger contra essa deriva para o sem-forma, assim como um processo puro na *city* pode levar a um indizível e desorientado fluxo de comunicação, condenando-a a estímulos momentâneos. Temos aqui um dilema. Se a deriva é o inimigo, ainda assim a mudança precisa ser possível, caso contrário as pessoas estarão meramente representando papéis preestabelecidos em lugares fixos; elas precisam da liberdade e dos meios de alterar a forma estática.

Nas belas-artes, o dilema se manifesta nesta palavra fatal: "Feito." Fatal porque "feito" pode ser equiparado a "morto". Rodin deixava registrado na superfície das suas esculturas o problema da conclusão. Essas peças são cheias de marcas de cinzel e pedacinhos de detalhes inacabados, para atrair o olhar para a substância material das peças, segundo escreveu Rainer Maria Rilke, a certa altura assistente no seu estúdio. O processo de criação parece ter prosseguimento, mas o escultor aprendeu quando parar, calculando quantas fendas a superfície de argila poderia suportar. Nenhum músico clássico que trabalhe com uma partitura pode saber com clareza quando parar. Se pensasse: "Finalmente! A Sonata Hammerklavier agora está como deveria ser!", por que haveria ele de voltar a interpretar a peça? Um intérprete quer continuar tocando, para ouvir a Hammerklavier sempre de uma outra forma e assim manter a música viva (e o músico também). Neste sentido, a performance é uma arte inacabável.

O urbanismo aberto tenta resolver este problema com a criação de formas-tipo.

A forma-tipo — Uma forma-tipo é um pedaço de ADN urbano que assume diferentes formas em diferentes circunstâncias. Ela pode ser comparada ao tema na música formada por tema e variações. Na música, os temas se abrem à medida que o compositor explora pequenas brechas harmônica ou melodicamente, até mesmo na música aparentemente mais sem solução de continuidade; nas variações de "Ferreiro harmonioso" de Händel, por exemplo, um pequeno deslize harmônico no fim da melodia original dá ao compositor liberdade para brincar. Do mesmo modo, as formas-tipo abrem o traçado urbano; os temas não são tão integrados, totalizados e "harmônicos" que não deixem espaço para variações, mas as mudanças efetuadas no tema urbano seguem uma certa lógica.

Veja-se, por exemplo, a construção do prosaico degrau de entrada na casa. O “tema” é exposto no corpo humano, na altura a que a perna é levantada de maneira confortável para subir um degrau; a altura do degrau é chamada de “espelho”. Em regra geral, os espelhos são mais baixos na construção externa que na interna, tendo cerca de 110 milímetros do lado de fora e 150 milímetros no interior; os degraus nos quais se possa sentar, como na Piazza di Spagna em Roma, têm cerca de 150 milímetros de altura. Normalmente, numa escada, o comprimento horizontal do degrau é o dobro da altura do espelho. Um degrau externo precisa ter uma leve inclinação para escoamento de água, evitando a formação de bolsões de gelo em climas muito frios.¹²

Dentro dessas limitações, muitas variações são possíveis — na largura dos degraus, no material de sua construção ou em sua localização —, pois a perna erguida não funciona como uma escada rolante, sempre dando um passo inflexível e previsivelmente. No projeto do Washington Mall, usamos muitas variações de largura, configurando degraus para se sentar junto aos degraus de caminhada, de maneiras contrastantes. O Washington Mall tradicionalmente era iluminado do alto; os degraus que propusemos eram eletrificados e iluminados do interior, com uma fileira de luzes de cristal líquido na junção entre cada espelho e degrau. Esse prosaico design certamente não proporciona uma experiência urbana equivalente à “Hammerklavier”, mas é estruturado do mesmo modo: há um conjunto básico de relações que admite variações na forma. As relações básicas são definidas — harmonicamente, na música, fisiologicamente, no corpo humano; o construtor/músico cria variações dentro desses limites.

As formas-tipo podem ser tanto verbais quanto físicas. Gaston Bachelard escreve que “a imagem poética é essencialmente suscetível de variações”, o que significa que os tropos da metáfora, da metonímia e da rima são variações sobre um tema estrutural. Roland Barthes também fala de um “repertório de imagens” ao alcance dos poetas. O trabalho de improvisar e aplicar mudanças a uma imagem de base é para ele um trabalho que exige mais do poeta do que a criação de uma imagem completamente nova.^{13, 14}

No universo da construção, a forma-tipo está aberta a substituições, além de variações. Um telhado de vigamento (unidos os dois lados do telhado por

uma escora) resolve o fundamental problema da deformação, que é a tendência do peso situado acima afastar os lados de uma construção; é possível construir um telhado de vigamento com madeira, metal ou plástico. Já um vaso sanitário não é uma forma-tipo tão flexível, pois não é fácil substituir suas paredes vítreas por madeira ou papel.¹⁵

A forma-tipo apresenta uma ligação algo frouxa entre forma e função, mas ainda assim as duas estão associadas. No mundo da engenharia urbana, essa frouxidão do vínculo é facultada pela redundância nos sistemas de encanamento ou nas instalações elétricas. Providenciar mais que o necessário para uso imediato significa que é possível adaptar a construção a novas condições. Isso é particularmente importante na transformação de antigos prédios de escritórios em apartamentos — como acontece atualmente em Wall Street, Nova York, e no Bund, em Xangai; os prédios mais facilmente transformáveis foram construídos com excedentes e supérfluos, muitos canos, corredores e paredes internas não estruturais, possibilitando a instalação de novos banheiros domésticos, cozinhas e semelhantes. Uma infraestrutura sobrecarregada, assim, serve para facilitar o uso, ao passo que construir apenas o que originalmente é necessário pode tornar a construção tecnologicamente obsoleta a curto prazo. Como acontecia no caso das plataformas de atracação de Mitchell, quanto mais sólida a adequação, menor a flexibilidade.

Assim é que a forma-tipo difere da sua prima, a concha. A concha é vazia; a forma-tipo é, por assim dizer, a lesma lá dentro. Há no interior um conteúdo que ao mesmo tempo limita e estimula a mudança. Uma forma-tipo também é diferente de um protótipo. A forma-tipo estabelece os termos para a produção de uma família de possíveis objetos — objetos a serem feitos ainda —, ao passo que o protótipo já existe em forma construída, como demonstração específica do que pode ser feito. O problema das experiências de Bill Mitchell com carros sem motorista no Media Lab estava em certa medida no fato de ele pensar em termos de formas-tipo, e não de protótipos; ele era capaz de explicar — até certo ponto, digamos assim — a relação do hardware com o corpo humano, mas não tinha como mostrar um exemplo real do que queria dizer. Ainda assim, o fato de pensar em termos de forma-tipo e não de protótipo liberou sua imaginação. O protótipo representa uma virada na seleção dessas possibilidades, eliminando alternativas.

Muitas iniciativas de desenvolvimento urbano são apresentadas ao público como melhoramentos, mas a forma-tipo alerta para o equívoco de pensar que as variações sejam invariavelmente determinadas pela busca de maior qualidade. As variações sobre um tema não aperfeiçoam necessariamente o tema. Para tomar uma titânica analogia musical: com o tempo, Stradivarius passou a fazer seus violoncelos de maneira ligeiramente diferente, experimentando com vários tipos de verniz (de formas que ainda hoje não entendemos exatamente), mas os Stradivarius tardios não são melhores que os primeiros; são apenas diferentes.

Na vida cotidiana, a variação é com mais frequência determinada pela necessidade de vender novos produtos do que pelo desejo de qualidade do *Homo faber* — o que fica evidente para qualquer um que use programas de computação cujas “atualizações” na verdade se degradam com as sucessivas versões. Contra mudanças comerciais sem sentido como esta é que o urbanista Gordon Cullen lutava, tendo por este motivo escolhido os usos de longo prazo do espaço como determinantes das linhas de ação do design. Mas essa crítica fundamentada da criação de formas-tipo vai de encontro ao habitual conservadorismo da academia — o medo de fazer algo diferente embalado em conversa mole sobre ausência de precedentes, não mexer no que está funcionando etc. Entre esses dois polos, como pode uma forma-tipo urbana ser determinada pela busca de qualidade?

Barcelona estabelece a forma-tipo da sua grelha — Cento e cinquenta anos depois de Cerdà ter estabelecido o plano-grelha de Barcelona, era necessário repensá-lo. A cidade estava assoberbada de carros, em movimento ou estacionados; a poluição que geravam não era tão prejudicial quanto a de Pequim ou Delhi, mas ainda assim danosa. Além disso, a obstrução das ruas de Cerdà com carros tinha espremido a sociabilidade nas esquinas dos quarteirões. Acima de tudo, encolheu o espaço verde de Barcelona. Na época de Cerdà, ele era abundante; hoje, os 6,6 metros quadrados de área verde por habitante da cidade pouco significam em comparação com os 27 de Londres e os 87,5 de Amsterdã (a Organização Mundial da Saúde estabeleceu 9 metros quadrados per capita como mínimo ideal).¹⁶

O desejo de “resgatar as ruas” tem em Barcelona um empecilho econômico, dada a ameaça representada pelo turismo de massa na cidade. A quantidade de turistas aumenta dramaticamente todo ano; esses visitantes passam indiferentemente pelos bairros em direção aos grandes pontos turísticos da cidade — a Rambla, a Catedral, as praias. Como os turistas de Veneza, outra cidade sufocada pelo turismo, os visitantes de Barcelona tomam mais do que dão, usando os serviços municipais, mas pouco contribuindo com impostos para os serviços que usam. Em geral, a economia do turismo pouco gera em termos de desdobramentos não turísticos, como tampouco em termos de mão de obra qualificada para os moradores de uma cidade.

Assim é que, do prefeito ao barcelonês comum, surgiu um forte desejo de usar o espaço público de outra maneira. O que se torna possível se o quarteirão cerdiano for tratado como uma forma-tipo, e não como uma forma fixa. O plano é o seguinte: imaginemos uma peça da malha cerdiana, atualmente composta de nove quarteirões pelos quais pedestres e tráfego fluem em três ruas horizontais e três verticais; no seu lugar haverá um superquarteirão, uma *superilles*; o tráfego vai fluir ao redor do seu perímetro, e no interior do superquarteirão as três ruas horizontais e as três verticais serão entregues aos pedestres. A lógica da iniciativa não é apenas a comodidade da vida livre de carros; o que se pretende é que a concentração de atividades econômicas e de socialização nas esquinas se desfaça, pois as pessoas terão facilidade de acesso aos lugares em todo o superquarteirão.

Destinada a ter início no bairro onde Cerdà residia, Eixample, esta reformulação às vezes é apresentada como “Jane Jacobs em Barcelona” — mas equivocadamente; não há nada de baixo para cima neste plano. Para funcionarem, os superquarteirões precisam ser coordenados em mais ampla escala: o tráfego expulso do interior da *superille* precisa poder circular ao redor de cada perímetro, entrando na cidade como um todo. Uma *superille* em Eixample terá cerca de 400 x 400 metros, contendo entre 5 mil e 6 mil pessoas. Esta escala mais ampla é necessária para que o sistema de transportes funcione; mantém mínimo o número de ônibus circulando na *superille*, mas ao mesmo tempo dá a qualquer morador acesso aos ônibus numa distância de apenas cinco minutos a pé. A esperança é que, com o

tempo e futuras ampliações, as *superilles* venham a recuperar áreas verdes; embora não seja dito com todas as letras, o objetivo do plano é criar em Barcelona um novo espaço público separado das torrentes turísticas ao redor dos monumentos públicos.

Esses planos exemplificam uma importante questão geral: as formas-tipo podem modernizar positivamente o caráter de um lugar *aumentando* a sua forma. Assim como no ver e no analisar, também em sua ampliação as coisas podem se tornar mais diversificadas e complexas; afinal, é assim que tem funcionado a evolução de organismos pequenos para organismos grandes. No ambiente construído, todavia, a ampliação vai de encontro à crença de que os lugares pequenos têm mais caráter que os grandes — crença solidamente alicerçada no fato de que a maioria das construções de grande escala hoje em dia é marcada por grosseira uniformidade e neutralidade de caráter. Em certos casos, como nas *superilles* de Barcelona, maior significa melhor qualidade.

V. Multiplicidade — Planejar a sementeira

O Sr. Sudhir talvez pareça agora a ponto de criar a cidade aberta. Mas não poderá fazê-lo se usar a palavra “a”. Não existe um modelo de cidade aberta. Conchas e formas-tipo, fronteiras e marcos, espaços incompletos — tudo isto assume uma variedade de formas, segundo o modelo musical do tema com variações. A alta tecnologia da cidade inteligente também é aberta quando coordena as complexidades em permanente mudança, em vez de reduzi-las a um único padrão de eficiência. O que se aplica à *ville* também se aplica à *cité*. Tipos diferentes de experiências não se misturam socialmente; uma *cité* complexa mais se parece com uma mistura do que com uma combinação. De modo que ele poderia planejar “uma” cidade aberta, ao mesmo tempo em que seu vizinho vendendo pãezinhos indianos poderia compor um lugar muito diferente usando as mesmas ferramentas formais.

Esta sensata proposta é a chave para a ampliação de uma forma aberta. Uma forma genérica como um mercado de rua é repetida em diferentes lugares e circunstâncias pela cidade, e vão então surgir diferentes tipos

de mercados de rua. Medellín oferece um notável exemplo desse tipo de planejamento. Os planejadores encomendaram bibliotecas para vários bairros pobres da cidade, especificando tetos de custos e padrões mínimos de construção; mas deixaram que as comunidades e os arquitetos decidissem individualmente como seria cada biblioteca. O resultado é que estruturas muito diferentes são usadas de maneiras muito diferentes: algumas ficam abertas o dia inteiro, outras fecham à noite; algumas se destinam a crianças, outras, a adultos; algumas parecem bibliotecas tradicionais, outras, como os blocos negros de Giancarlo Mazzanti, inovam completamente.

Pois então batizo aqui esta técnica de “planejamento de semeadura”. Se você fosse fazendeiro, imediatamente entenderia que tipo de planejamento é este, mas infelizmente passou tempo demais sentado em cafés. Na fazenda de família, a sua versão rural teria percebido que a mesma semente, semeada em diferentes circunstâncias quanto à água, aos ventos e ao solo, gera diferentes colônias de plantas, algumas densas na folhagem mas com poucas flores ou frutos, outras colônias com relativamente poucas plantas, mas cada uma delas crescendo com vigor. Uma aplicação de inseticida terá determinada consequência para o crescimento das colônias, ao passo que o estrume bovino... você nem precisa se levantar da mesa do café para entender. As sementes servem como formas-tipo cujas manifestações — as plantas — mudam de caráter em diferentes circunstâncias.

Hoje em dia as cidades não são cultivadas. Em vez disso, estão sujeitas a planos-mestre. A planta adulta é tratada como o plano. Talvez alguns dos seus detalhes possam ser alterados — um ou dois andares adicionados a determinado prédio aqui, um piso térreo estendido mais um metro ali, para a adaptação a condições diferentes, mas essa poda chega tarde demais; só uma forma inicialmente incompleta e irrealizada — uma semente — terá tempo de crescer nas cercanias. O plano-mestre divide uma cidade num sistema fechado em que cada lugar e função se relacionam logicamente com outros lugares — o que, mais uma vez, ignora a realidade rural de que diferentes colônias das mesmas sementes vão competir pela água, sofrer mutações com o tempo ou morrer pelo contato recíproco: uma fazenda tem uma ecologia antes dinâmica que estática. No planejamento urbano, quando as coisas fazem o que não deveriam fazer — por exemplo, quando

as pessoas ignoram determinado ponto de ônibus e acorrem todas para um outro a apenas uma centena de metros de distância —, o planejador-mestre, com seus mapas precisos e racionais de distribuição da população e do tráfego, pode achar que o plano-mestre fracassou, ao passo que, se pensasse como um fazendeiro, saberia que é assim que a colonização funciona: como ocorre com o tempo, está em ação algo imprevisível e não totalmente controlável.

Uma perturbação análoga em proporções menores é encontrada na coreografia dos movimentos no interior de um prédio. Consultores de planejamento do espaço contratados a peso de ouro estabelecem, ao estilo Google Maps, os caminhos a serem tomados para evitar o congestionamento e manter as pessoas em movimento; e os planos são então transgredidos por “linhas de desejo”, que são as maneiras como as pessoas de fato utilizam os prédios. Os empregados podem buscar um caminho que os conduza perto do patrão (“olhe só para mim, estou trabalhando até tarde!”) ou de uma colega sexy com quem o *flâneur* gostaria de sair — e nenhum desses desejos estava nos planos do planejamento-mestre. Em vez de planejar o todo, o planejamento de sementeira busca criar “bolsões de ordem” em termos de sistemas abertos. A essência do planejamento de sementeira é especificar minimamente como a forma se relaciona com a função; o que abre espaço para o máximo de variação e inovação.

O barão Haussmann — e depois dele Albert Speer, e depois dele Robert Moses — fazia planos-mestre voluntariosos, ignorando os desejos e as necessidades de cada um. Mas o grande vício do planejamento-mestre de cima para baixo não é o mesmo que tentar enxergar a cidade em grande escala. Outra forma de pensamento em grande escala surgiu como reação à força destruidora de lugares do livre mercado. Era como Mumford e outros fabianos imaginavam contrabalançar os planos-mestre: como no caso da cidade-jardim, eles se destinavam a proporcionar a todos acesso a boa habitação, empregos e serviços públicos. Com o tempo, como assinalou o estudioso de legislação urbana Gerald Frug, essas aspirações desapareceram do debate consciente e das deliberações. O motivo desse comportamento de reação indignada entre os progressistas é em certa medida uma questão da relação do “grande” com o “bom”. O tipo de planejamento-mestre bem-

-intencionado representado por Mumford parte do princípio de que todos querem levar uma vida estável e equilibrada. Desse pressuposto se segue a simplificação da cidade.

Uma barreira concreta ao planejamento de sementeira em busca da flexibilidade e complexidade é a convicção de que os lugares devem ter uma identidade visual clara. Nos círculos do planejamento, esta crença deve-se em parte a Kevin Lynch, o intelectual residente entre os urbanistas do MIT uma geração antes da criação do Media Lab. Lynch pregava a junção das formas da cidade em imagens claras e fixas. Sua argumentação se baseava numa pesquisa específica. *The Image of the City* [A imagem da cidade] surgiu de entrevistas com moradores de Boston sobre como se relacionavam com o ambiente construído; ele concluiu que as pessoas pensam em termos de claros e fixos instantâneos fotográficos sobre como se parece a sua "casa" ou outros lugares da cidade importantes para elas. Lynch mostrou que as pessoas fazem mapas mentais de toda a cidade interligando fotos mentais das suas cenas. Sua abordagem enfatizava a legibilidade como valor social positivo: quanto mais definido for um lugar, mais alguém será capaz de sentir "Este é o meu bairro" ou "É aqui o meu lugar".¹⁷

O pano de fundo dessa tese era a convicção do paisagista do século XVIII de que cada pedaço de terra tem um caráter local distinto em matéria de solo, microclima e outros elementos da mesma ordem, que devem ser revelados pelo jardineiro no modo como esculpe a terra e a cultiva — é o *genius loci*. O culto da utilização exclusiva de plantas nativas derivou dessa crença no caráter distintivo dos lugares. Na Grã-Bretanha rural, isto fazia sentido por serem as paisagens das ilhas britânicas tão variadas em sua topografia e seu clima; 20 quilômetros podem assinalar a diferença entre dois *genii loci* completamente diferentes. Mais uma vez, trata-se de conhecimento rural, semelhante ao conhecimento do fazendeiro sobre a germinação das mesmas sementes em diferentes colônias. Mas Lynch se valeu do *genius loci* para reduzir o alcance do design urbano.

A medida que avançava, seu trabalho se fazia em termos mais abstratos. A geometria veio a substituir as representações fotográficas. Lynch se convenceu de que os habitats humanos são construídos a partir de quatro formas geométricas básicas: a linha, o círculo, o fractal e o ortogonal.

A maneira como essas formas são habitadas tornou-se menos importante que a maneira como os elementos são dispostos, em cinco lugares básicos da cidade: caminhos, bairros, limites, nódulos e marcos. Ele se aferrou à convicção com que havia começado, sustentando que o design urbano deve estar voltado para a obtenção de um padrão claro, uma imagem legível, uma identidade que faça uso dessas geometrias — exatamente o oposto do cultivo de “dificuldades, ambiguidades e complexidades” almejado por Robert Venturi.¹⁸

Do ponto de vista social, há uma grande objeção. “É como se parece uma comunidade afro-americana” facilmente evolui para “É onde os negros devem ficar”. Mesmo em ambientes mais benignos, digamos, um bairro habitado por poloneses, como poderá o urbanista esclarecer a identidade visual? Seria possível reformar a fachada da igreja católica local; proteger os aluguéis no clube Varsóvia-em-Londres local; autorizar a instalação de barraquinhas de venda de *kielbasa* e outras guloseimas polonesas propiciadoras de ataques cardíacos. Mas também vivem por ali alguns migrantes galeses, e até judeus de origem britânica. O esclarecimento das imagens de uma identidade comunitária torna invisível a presença desses grupos minoritários. O que é um perigo na *ville* também é um perigo psicologicamente: a convicção de que se tem uma autoimagem-mestre, uma identidade dominante, como negro, latino-americano, gay ou britânico, encolhe a riqueza multifacetada do self.

Já uma *ville* fazendo uso de elementos abertos que então são planejados como semeadura virá a parecer uma colagem. Esta analogia é rica. Ao escrever seu livro *Collage City*, Colin Rowe e Fred Koetter se basearam numa forma não artística de colagem, o cavalete no qual séries de dados sobre um lugar ou situação são dispostas em camadas, umas sobre as outras. O guru desse tipo de procedimento era Edward Tufte, designer gráfico que foi pioneiro do mostrador imaginoso de dados estatísticos. Rowe e Koetter aplicaram a técnica do cavalete começando com um mapa de rua bem familiar; a camada seguinte podia mostrar densidades habitacionais, e depois empregos do tempo durante o dia, e em seguida durante a noite. O problema, aqui, é que a imagem gráfica se torna de difícil compreensão à medida que camadas vão sendo adicionadas — exatamente o problema oposto da clareza simples das geometrias de Lynch ou do alvo com que Park e Burgess

tinham representado a cidade. De maneira geral, os cavaletes funcionam bem apenas se uma imagem se ajusta claramente na forma e nas cores às formas que estão abaixo — e precisamente essa clareza não era como Rowe e Koetter consideravam que as cidades funcionam. Eles se frustraram com seu próprio método.^{19, 20}

Georges Braque podia ter fornecido outro modelo para visualizar uma cidade complexa, de forma aberta e semeada. A honra de ter “inventado” a colagem com frequência é atribuída a Braque e Picasso, embora a aplicação a uma superfície plana de diversas fitas, pedaços de jornal, cartões de dança, desenhos, rabos de coelho etc. remonte aos painéis de lembranças domésticos muito usados pelas famílias no século XIX. Em 1912, Braque e Picasso transformaram essa aconchegante arte doméstica em grande arte. Braque foi o primeiro, cortando pedaços de papel de parede imitando carvalho e neles colando desenhos a carvão. O princípio da colagem aqui é antes de proximidade que de sobreposição, como acontece no cavalete. Por enfatizar os limites e chamar a atenção para os contrastes, esse tipo de arte “lê”: percebemos que algo especial está acontecendo, exatamente como possível no som poroso bem-feito. As colagens tridimensionais feitas por Joseph Cornell dão mais um passo, representando claramente a ambiguidade. Ele enchia caixas de madeira, por exemplo, com passarinhos empalhados pousados na mesma prateleira que vidros de aspirina e agulhas de costurar. Um pardal empalhado parece estar lendo o rótulo de um vidro de aspirina Bayer. As caixas são impressionantes justamente porque essa proximidade poderia significar algo — ou nada.

Em termos filosóficos, o contraste entre formas de colagem e a imagem extremamente definida manifestou-se numa amistosa correspondência há um século entre John Dewey e Benedetto Croce, que acreditava em formas ideais. Para Dewey, as trocas e interações entre pessoas geram formas do tipo colagem, produzindo limites e proximidades verbais, mal-entendidos e entendimentos compartilhados; a linguagem de escritores como James Joyce e Gertrude Stein, contemporâneos de Dewey, é feita de colagens literárias. Esta complexidade é o motivo (como vimos no Capítulo 6 sobre o etos da ausência de fricção) de ser tão importante para Dewey que as pessoas trabalhem com a resistência, aprendendo com ela em vez de refreá-la. Já para

Croce, uma forma tem uma essência independente, não importando seus usos e ambientes. A proximidade é interessante, mas não importante para Croce; ele considera a colagem “um medo da forma”. As quatro formas geométricas e os cinco lugares básicos de Lynch antes lhe despertariam o interesse por esclarecer a essência de uma cidade do que por representar uma simplificação.^{21, 22}

Em suma, uma *ville* aberta é marcada por cinco formas que permitem que a *cité* se torne complexa. O espaço público promove atividades sincrônicas. Ele privilegia a fronteira em detrimento da divisa, com o objetivo de tornar porosas as relações entre as partes da cidade. Marca a cidade de maneiras modestas, usando materiais simples e situando marcos arbitrariamente para chamar a atenção para lugares indiferentes. Usa formas-tipo em sua construção para criar uma versão urbana do tema e variações da música. Por fim, por meio do planejamento de sementeira, os próprios temas — onde situar escolas, habitações, lojas ou parques — podem desenvolver-se independentemente da cidade, proporcionando uma imagem complexa do todo urbano. Uma *ville* aberta evitará os pecados da repetição e da forma estática; vai criar condições materiais para o aprofundamento e a solidificação da experiência da vida coletiva.

O Sr. Sudhir não é um artista moderno nem um filósofo. Seu interesse pela colagem seria, imagino, o interesse de alguém tentando entender para onde ir quando for obrigado a deixar Nehru Place, como provavelmente acontecerá. Ele estaria em busca de uma localização para o seu negócio que estivesse conectada com o resto da cidade, trazendo-lhe clientes de toda parte, mas por uma conexão irregular, deixando-o livre para promover seu negócio sem se sujeitar a controles centrais. A cidade que lhe poderia servir nessa busca seria estruturada por cinco formas abertas.

9. O vínculo pelo fazer

Na cama, a simples frase “puxa, se pelo menos...” expressa o sonho de um amante frustrado ou rejeitado: o caso poderia ter sido maravilhoso, mas provavelmente não vai rolar; agora o amante está resignado, e esse puro anseio tem toda uma doçura própria. Fora do quarto, as três palavras “se pelo menos” designam aspirações pessoais que não são preenchidas na escola nem no trabalho, e neste caso não há doçura alguma. O arrependimento solapa a energia de que precisamos para aguentar firme.

Eu tinha essas ideias na cabeça quando decidi montar um modesto negócio de planejamento em tempo parcial. Não queria relegar minhas ideias ao limbo do “se pelo menos”. Não queria ter uma relação passiva com a realidade. Uma vez postas em prática, sabia eu, minhas convicções seriam temperadas e haveriam de mudar — eu fracassaria, muitas vezes, mas não me arrependeria. E assim foi.

Trabalhei nos dois polos do planejamento, atendendo como consultor a pequenas comunidades e a uma organização internacional. Essa experiência não é representativa da vasta maioria dos planejadores, os profissionais de tempo integral que trabalham para governos municipais. Além disso, sou o primeiro a reconhecer que as práticas de planejamento a serem descritas nas páginas seguintes têm retrospectivamente uma clareza de que careciam quando pela primeira vez me senti espicaçado pela provocação de Jane Jacobs: “O que você faria, então?” Levei tempo para encontrar maneiras de encarar a defasagem entre o construído e o vivido, a *ville* e a *cit  *.

I. Coproduzir — trabalhar com formas abertas

Coprodução, não consulta — Depois de Jane Jacobs, poucos planejadores declarariam, insolentes, como Robert Moses: “Aceite; eu sei o que é melhor.” Em vez de uma afirmativa assim presumida, existem formas mais sutis de manejar o chicote. Uma “consulta” em comunidade, por exemplo, costuma envolver um departamento de planejamento explicando como e onde quer construir uma nova estrada; vêm então os protestos de membros do público, de campeões de ciclismo aos moradores das proximidades; as autoridades de planejamento levam essas objeções “a apreciação” depois de “uma produtiva troca de ideias”; e em seguida essas mesmas autoridades vêm a fazer exatamente o que queriam fazer desde o início. Um pequeno floreio nesse processo de planejamento, semelhante a outras negociações diplomáticas, consiste em plantar desde o início nas propostas certos detalhes de que o planejador se disponha perfeitamente a abrir mão, dando a ilusão de que ocorreu uma verdadeira negociação. (Um truque encontrado em alguns planos londrinos consiste em propor deliberadamente uma voltagem alta para a iluminação de rua, que vem a ser diminuída após consulta.)

Do lado errado da divisão entre prescrever e coordenar na cidade inteligente, nas reuniões de consulta pública o planejador é a estrela e a população, os espectadores. Num notável livro sobre assessoria especializada, *Acting in an Uncertain World* [Agindo em um mundo de incertezas], Michel Callon observa que o culto do “especialista” aumenta quando o guru descarta como irrelevantes ou triviais problemas nos quais não representa a autoridade visível. Questões práticas como o coeficiente de ocupação do solo descrito no caso de Delhi ou detalhes técnicos de variações de código são assim embrulhados numa aura mistificadora. Mesmo quando o especialista não chega a dominar dessa maneira a reunião, a organização espacial das consultas públicas asfixia a troca.¹

Em geral se faz uso de um documento, que quase ninguém na sala leu de fato, acompanhado de viva voz de uma apresentação de slides, sendo as imagens passadas rápido demais para realmente serem absorvidas. O ambiente físico pode militar contra o envolvimento; uma tribuna elevada voltada para fileiras de cadeiras transforma o público em espectadores, como no antigo pinx. Da mesma forma, as maquetes cuidadosamente preparadas, mostrando

a proposta em toda a sua perfeição, são acompanhadas da mensagem “olhar mas não tocar”. O resultado é a desmaterialização das próprias propostas; o público não pode envolver-se em como as propostas seriam percebidas fisicamente ou adequadas à experiência dos moradores com o tempo.

O formato da consulta é uma péssima maneira de lidar com o conflito. A indignação — gritar com o sujeito de terno e gravata na tribuna, munido de seu apontador a laser, seus gráficos, suas estatísticas — é nessas circunstâncias o caminho lógico, embora radical, de dizer a verdade ao poder. Mas no trabalho de planejamento em pequena escala, a figura em cima da tribuna nem sempre é O Cara, como empreendedor, político ou sabe-tudo. Muitas dessas figuras são técnicos de nível médio, e muitos desses especialistas se sentem desconfortáveis no papel que o indignado público lhes atribuiu: Cão de Guarda do Poder. Acuados a uma posição de antagonismo com o público, esses despreparados planejadores limitam-se a repetir normas e regras: a culpa não é minha, não fui eu que estabeleci o regulamento. Esta posição defensiva é outra forma de esvaziar a própria consulta. Regras são regras; o técnico as expõe com prazer, mas não está em condições de julgá-las. Seja no modo “cão de guarda” ou no modo “a culpa não é minha”, o próprio planejador nada ganha com a troca; o mantra de encerramento, “Suas contribuições serão levadas em consideração”, geralmente é pronunciado com alívio por ter chegado ao fim o evento. E ao público resta curtir sua indignação.

A coprodução, em contraste, objetiva tornar o envolvimento importante para ambos os lados, fazendo com que, para começo de conversa, os planos sejam gerados pelo técnico treinado e pelo habitante, com sua experiência de vida; as formas urbanas abertas descritas no capítulo anterior podem servir de orientação neste sentido. Esta é a teoria. Como poderia ser posta em prática?

Três técnicas de coprodução — Tenho tentado estimular a coprodução distribuindo certos materiais nas reuniões de modo visceral: maquetes de isopor, displays de acrílico e portfólios com peças que podem ser tocadas e montadas. Procuro ambientes diferentes para romper com o formato “teatro passivo”; isso é particularmente necessário no trabalho de planejamento da UNDP e da ONU-Habitat, que pretende envolver populações pobres diretamente *in situ*, e não em escritórios ou centros de conferência. Tenho

dados preferência a igrejas, não por alguma inclinação religiosa, mas por serem espaços amplos e protegidos onde maquetes, cavaletes de apresentação e portfólios podem ser expostos e deixados em relativa segurança. Minha “escrivadinha” favorita é uma simples folha de compensado de 4 por 8 montada sobre cavalete; nas reuniões, os participantes ficam de pé, caminhando ao seu redor com os objetos físicos que vão criando.

Sou um grande fã do isopor. É fácil cortar e modelar, o que significa que os próprios participantes podem fazer um modelo. O “especialista” mostra as partes que podem ser modeladas, geralmente trazendo um saco cheio delas para servir de formas-tipo. O objetivo não é fazer uma maquete, mas várias do mesmo prédio. Nós mostramos como os componentes podem ser combinados de diferentes maneiras, usando um tipo de cola de isopor que seca com rapidez e se dissolve na água, tornando fácil criar, alterar ou desfazer uma forma. A voz subjuntiva pode então transformar-se numa forma visual, na qual as possibilidades e alternativas do tipo “e se?” tomam o lugar das declarações de princípio.

Os componentes aqui são a contribuição especial do urbanista. No nível mais simples, pessoas sem experiência de design tendem a pensar em quarteirões retilíneos — que também são os mais fáceis de cortar. Mas quando o ângulo de um quarteirão é chanfrado, como fazia Cerdà, torna-se necessária uma quantidade suficiente deles para ver como os blocos chanfrados criam um conjunto. A “especialização” envolve apenas a especificação do número de blocos de ângulos aparados que serão necessários para criar uma grelha. Um aspecto técnico mais problemático é o tamanho: quanto maior o tamanho dos componentes, melhor. A maquete visceralmente sentida é aquela em que as pessoas são capazes de imaginar que estão caminhando no nível do solo, espiando e examinando grandes quarteirões sobre uma mesa. Uma maquete menor tende a convidar a contemplação do alto — mas nós não somos pássaros.

Neste sentido, foi realmente impactante para mim voltar a observar o Plan Voisin de Le Corbusier em duas maquetes de tamanhos diferentes. A versão pequena parece razoável; a maquete ampliada deixa clara a sua esterilidade. O planejador precisa então calcular o tamanho da maquete a ser produzida, considerando o projeto em vista, para permitir que os

interessados tenham a ilusão de caminhar por ela. Ainda mais difícil na assessoria da utilização de blocos de isopor é mostrar como a estrutura modelada poderá se desgastar, sob o efeito do tempo. Muitas vezes as pessoas não têm consciência daquilo que mais provavelmente será vulnerável numa estrutura. Assim, num concurso de planejamento promovido pela Unesco no Cairo, os planejadores fizeram cortes e sulcos no isopor, com base em diferentes projeções de computador — deformações que não pareceriam óbvias ao urbanita comum.

No nível do planejamento cotidiano, tábuas cheias de maquetes de isopor rompem o hábito de supor a existência de uma adequação exata entre forma e função. De maneira ainda mais incisiva, essas maquetes fazem pensar sobre a natureza de uma forma-tipo. Num projeto que explorava em Chicago as possíveis configurações de uma nova escola primária, era necessário determinar qual seria o espaço mais importante: a sala de aula, o salão de reuniões ou a área de recreação? Num Googleplex, seria possível juntar todos esses espaços e funções, mas, para uma criança pobre em sua escola, o isolamento e a segurança de um espaço como o da sala de aula, para estudar, pode se revelar mais importante que uma fusão tendente a distrair. Neste caso, os blocos representando compartimentos constroem a estrutura, em vez de simplesmente preencher um envoltório preestabelecido.

Nas faculdades de arquitetura, a produção de maquetes torna-se um exercício de transformação de complexas ideias visuais bidimensionais em formas tridimensionais palpáveis. O surgimento do CAD (*computer-aided design*, ou design com a ajuda do computador) não acabou com a necessidade das maquetes, pois no ato de construir fisicamente um objeto podemos conhecê-lo mais intimamente do que se o computador se encarregasse da construção para nós. Fora de uma classe de arquitetura, uma comunidade pensará em usar maquetes de uma forma mais ou menos semelhante. A maquete nos faz sentir a imagem, pois a preensão descrita no Capítulo 7 é ativada; além disso, a possibilidade de caminhar ao redor da maquete mobiliza as atividades de produção de escala que, mais uma vez como vimos nesse capítulo, ocorrem quando o corpo está em movimento.²

No caso de um projeto de parques em Xangai, Madame Q e eu compramos grandes blocos de isopor, na esperança de que os moradores cortassem

e esculpissem o material numa variedade de formas de terraços, bancos, brinquedos infantis e semelhantes. As formas em si mesmas eram grosseiras, pelos padrões de uma faculdade de arquitetura, e é este exatamente o ponto: essas maquetes são uma representação aproximada da realidade, servindo esse caráter bruto para convidar à discussão sobre como deveriam ser as coisas na realidade. Além disso, o fato de os modelos de isopor poderem ser cortados em tamanho grande aumenta seu valor comunitário. Em Xangai, testando a nossa proposta, Madame Q constatou que a possibilidade de tocar e se mover ao redor de um prédio com um quarto do tamanho do seu próprio corpo aumentava o envolvimento dos interessados com a forma, assim como jogar xadrez ao ar livre com figuras de tamanho real é uma experiência mais prazerosa do que jogar dentro de casa debruçado sobre uma mesa, ou no computador.

Seja sobre uma mesa ou em tamanho ampliado, a maquete portátil de isopor ajuda a desatar o nó forma-função. Na nossa experiência de Xangai, dispusemos cinco tipos de bancos em dois terraços diferentes, e perguntamos se as várias combinações poderiam ser usadas tanto pelos moradores quanto por pessoas sem documentos oficiais (na época, era necessário um “passaporte” para viver em Xangai). Justamente por ser estranha — que diabos tem a ver um banco de parque com o direito legal de residência? —, a discussão pôde contornar formas de discurso mais canalizadas e controladas.

Os displays de acrílico são objetos bem conhecidos nos pontos de venda, em geral dispostos sobre cavaletes para serem mostrados folha por folha, contando uma história que culmina com “Comprem!”. Numa coprodução, essas folhas de plástico precisam ser preparadas de outra forma. O procedimento é o seguinte: nos prendedores de um quadro-negro pousado sobre um cavelete são afixadas grandes folhas de acrílico nas quais se estampam com estêncil determinados aspectos de um lugar: a forma exterior, a circulação do tráfego interno, os padrões dos pedestres. Sobre cada folha de uma realidade existente pode se sobrepor uma nova folha de propostas.

Um dos projetos em que adotamos esta técnica começou como um exercício acadêmico envolvendo estudantes coprodutores e em seguida migrou para a comunidade, com clientes muito diferentes. Guido Robazza, Antoine Paccoud e eu montamos um display de acrílico para analisar

como construir um abrigo no Lower East Side de Nova York. O projeto de abrigo previa quartos para desabrigados, idosos e órfãos adolescentes — potencialmente uma mistura problemática. A distribuição dos três grupos podia ser feita de várias maneiras, e cada folha de acrílico mostrava uma delas: sobrepostas umas às outras, o designer podia analisar semelhanças e diferenças. Os estudantes de arquitetura queriam sintetizar uma imagem global; as pessoas que de fato morariam no espaço tinham uma pretensão espacial diferente. Os órfãos adolescentes, como se poderia esperar, precisavam de pais; queriam, portanto, estar o mais próximo possível dos idosos, como avós de substituição. A maldição da idade avançada é o isolamento, e assim houve um impulso de atender a essa demanda, porém mais fraco. As reuniões em que os diferentes níveis de contato eram mostrados no cavalete tinham assim uma orientação mais social do que de distribuição funcional dos espaços. Uma qualidade específica da folha de acrílico é que nessas circunstâncias ela permite descobertas sobre a porosidade. Sobrepondo duas maneiras diferentes de associar idosos e adolescentes no mesmo andar de um abrigo, encontramos recantos onde algo parecido com uma membrana podia ser formado, abrindo espaço para a interação e ao mesmo tempo proporcionando um escudo protetor.

Esta minha descrição do projeto pode ser enganosa, fazendo-o parecer simples do ponto de vista técnico. Como constataram Fred Koetter e Colin Rowe nas colagens de *Collage City*, a sobreposição de dados é um processo complexo, muitas vezes gerando colagens nada esclarecedoras. Uma dificuldade técnica é que os números em geral são colhidos em diferentes fontes, usando categorias incongruentes; é preciso mergulhar em grandes conjuntos de dados para usar seus materiais. No projeto de abrigo, tivemos de passar muito tempo criando um “leito” comum de dados a partir do qual pudessem ser feitas diferentes comparações, analisando conjuntos de dados desiguais dos arquitetos, da cidade, de uma instituição caritativa e de levantamentos realizados entre os idosos e adolescentes sobre os espaços onde gostariam de viver.

Hoje é possível criar mostruários em computador com grande sofisticação, mas as grandes folhas de acrílico (nós usamos folhas de 100 cm por 140 cm, próximas da escala humana), pelo simples tamanho físico, tornam as mudanças mais viscerais para um grupo de sessenta a cem pessoas. Qual-

quer um pode manipular as folhas, consultando para trás e para a frente as diferentes imagens. O peso material das folhas estimulou os homens de uma igreja no Spanish Harlem de Nova York a assumir as apresentações: “Professor, permita-me...” Embora eu fosse fisicamente robusto na época, prontamente me dispus a ser confinado ao papel de intelectual fracote.

Nesse tipo de análise, é importante que as folhas sejam destacáveis, e não presas, como no formato de mostruário sobre cavalete usado nos pontos de venda. Isto para que a história contada possa ser reconfigurada: se a folha de densidade, com pontos de uma única cor, for sobreposta à folha representando o solo (que, como nos mapas de Nolli descritos no capítulo anterior, mostra prédios em negro e o espaço aberto em branco), estaremos contando uma história; mas se a folha de densidade for sobreposta a um mapa da riqueza dos moradores de um prédio — numa folha com pontos de diferentes cores —, a história será outra.

Cheguei à conclusão de que o procedimento do mostruário é mais adequado a situações em que uma comunidade precise desatar o nó da forma-função, como na proposta fechada de que o prédio de uma escola devesse abrigar exclusivamente atividades de ensino. É fácil jogar com os lugares onde diferentes atividades podem ser efetuadas dentro do invólucro do prédio de uma escola, simplesmente mudando o mostruário e discutindo o que se apresenta.

Uma terceira maneira de coproduzir um plano está na utilização de uma amostragem de peças. A vida inteira eu fui viciado em catálogos, mostrando desde equipamentos de construção a estilos de janelas e ornamentos arquitetônicos. (Certamente haverá aí uma explicação freudiana, centrada na privação de brinquedos no terceiro e no quarto anos de vida.) Pois importei essa mania para o nosso trabalho de coprodução.

O catálogo de peças tem uma relação com o design de isopor, mas não é seu gêmeo; representa, antes, um detalhamento, uma especificação das formas brutas do isopor. O arquiteto Rem Koolhaas centrou uma recente Bienal de Veneza num sofisticado catálogo de peças, mas as comunidades pobres em geral não podem se dar ao luxo de reunir quinze diferentes tipos de janela, como num showroom, de modo que esse trabalho da imaginação precisa ser feito numa transposição visceral. Os recursos para a produção desses portfólios de amostragem, assim, são mais importantes. Nós gastamos

dinheiro com os livretos, como se fossem um catálogo; em San Joaquín, Medellín, os moradores os exibiam sobre suas mesas, como um elemento da decoração. Em virtude do meu fetiche dos catálogos, eu era na verdade um especialista nas variedades de portas domésticas de metal e molduras de janelas de plástico para impedir congelamento, e aprendi a apresentar esses prosaicos objetos de uma forma gráfica lisonjeira.

No design aberto, cada um deveria ter liberdade de escolher os materiais e componentes que o atraem. Mas como o conhecimento das possibilidades é limitado, as pessoas tendem a recorrer ao que é conhecido e tradicional. Na Holanda, na década de 1960, quando os planejadores trabalhavam com as localidades na construção de novas residências, os moradores não queriam nada novo; embora fossem economicamente mais pobres que o pessoal na onda em Xintiandi, esses cidadãos comuns também queriam a segurança da familiaridade. E nos projetos de Aravena em Iquique, os prédios modernistas criados pelo arquiteto são gradualmente preenchidos com janelas coloniais espanholas. Nos projetos de autoconstrução, muitas vezes as pessoas não têm ideia do que é possível — e por que deveriam ter? Elas não assinam revistas de arquitetura. Existe um certo dado de irrealismo em esperar que alguém invente instantaneamente algo novo, como seria capaz de fazer um engenheiro ou arquiteto especializado.

O mesmo nos catálogos que reunimos. Como trabalhávamos sobretudo com comunidades pobres, as amostragens apresentavam materiais de construção disponíveis para pessoas pobres construírem suas próprias casas. Só que eles tendem a ser de baixa qualidade. Nós escolhíamos os melhores componentes para cada orçamento; surpreendentemente, existem no mercado materiais baratos mas inovadores. Quando os interessados tinham dinheiro para gastar acima do mínimo, optavam, como em comunidades mais ricas, pelo já conhecido e aprovado, e não por formas inovadoras ou interessantes. A assimetria entre fazer um projeto com design de boa qualidade e a experiência dos moradores precisa ser resolvida de alguma forma.

Sai de cena o especialista — Eu deduzi uma forma de lidar com essa assimetria observando o trabalho do organizador comunitário Saul Alinsky em Chicago. Os organizadores de Alinsky não eram “facilitadores” — palavra

terrível que disfarça o controle sob a capa do aconselhamento. Seus auxiliares se envolviam; eles discutiam, ficavam indignados, admitiam estar errados e não ostentavam o fato de terem mais conhecimento e uma experiência mais ampla que aqueles com quem trabalhavam. Esse tipo de organização comunitária parece romper com o método, adotado pela Escola de Chicago, de deixar as pessoas interpretar por si mesmas, a política da empatia passiva. Mas os dois não eram totalmente diferentes. O tipo de organização comunitária praticado por Alinsky sensibilizava seus adeptos para o momento em que estava na hora de ir embora, deixando a comunidade tomar suas decisões.

Eu tentava orientar meu trabalho de planejamento para aquele momento em que estava na hora de sair do caminho, com minhas equipes. Tendo exposto nossos pontos de vista sobre o que era melhor e pior em várias concepções alternativas, dizia à comunidade que a certa altura deixaríamos que eles decidissem o que fazer. É este tipo de procedimento que torna o planejamento aberto. Quando uma autoridade deixa a cena, o que acontece? Vou dar dois exemplos muito diferentes.

Em Cabrini-Green, uma região pobre de Chicago (onde eu cresci), o fato de termos deixado a cena conferiu poder aos interessados, pois as autoridades raramente confiavam em que pudessem decidir o que fazer; a comunidade se valeu dos materiais que deixamos para tomar suas decisões sobre um novo jardim de infância, e o próprio processo decisório foi chamado de "Orgulho de Cabrini". Depois que nos afastamos, os objetos físicos que tínhamos deixado com eles passaram a ser encarados de outra maneira — como ficamos sabendo posteriormente. O isopor cortado ou amassado tornava-se agora uma presença, uma realidade, um ator em si mesmo, e não um veículo de trocas entre nós e nossos clientes. "Fiquei olhando para as folhas no cavalete", contou-me uma mulher, "lembrando como o senhor fumava enquanto explicava. E agora nada do senhor, nada de cigarro, só aquilo..." Perguntei-lhe por que isto era importante. "Eu vi naquelas folhas coisas que não tinha visto quando o senhor estava por aqui."

Um caso muito mais grave de saída de cena do especialista ocorreu comigo em Beirute depois do fim da guerra civil, e aqui precisarei evocar um pouco o pano de fundo.

A guerra civil libanesa durou quinze anos, entre 1975 e 1990, embora conflitos violentos tenham continuado a reverberar no país. Inicialmente uma batalha entre a elite cristã maronita e uma coalizão de grupos muçulmanos aliados à Organização para a Libertação da Palestina, o conflito se espalhou com mudanças ocorridas nas facções em guerra, e se complicou ainda mais com a intervenção de beligerantes externos, sobretudo Israel e Síria. Um quarto de milhão de pessoas morreu nesse período, centenas de milhares foram deslocadas internamente e outras centenas de milhares fugiram para o exterior. A ONU interveio por meio de um organismo provisório, a UNIFIL, na tentativa de fornecer assistência às iniciativas internacionais de paz depois das invasões israelenses do Líbano em 1978 e 1982. (Israel acabou retirando suas forças em 2000, embora continue representando uma ameaça com seu poderio aéreo; uma importante resistência à presença síria ocorreu em 2006.) Outros organismos da ONU desempenharam um papel pequeno, mas útil depois de 1990, fornecendo assistência técnica para a reconstrução de Beirute.

A guerra civil envolvia muitos combates nos bairros de Beirute, e toda a malha física e social da cidade foi refeita por morteiros e metralhadoras. As escadas, por exemplo, se transformaram em áreas relativamente mais seguras dos prédios que os compartimentos com janelas e vidraças; esses eixos de serviço tornaram-se os espaços públicos que no interior dos prédios serviam às famílias para comer e dormir durante os bombardeios. A “Linha Verde” mostrou de perto as consequências de um conflito de longa duração: ali, dois bairros vizinhos, um cristão, o outro muçulmano, lutaram em torno da divisa comum por tanto tempo que cresceu mato e até surgiram árvores nos escombros. Tendo visitado a cidade como estudante universitário antes da guerra civil, eu via Beirute como um lugar cosmopolita onde muitos grupos diferentes conseguiam conviver; retornando três décadas depois, essas lembranças foram dissipadas pelas proporções do estrago físico. Tendo tomado conhecimento numa conferência do MIT das iniciativas de planejamento na Beirute do pós-guerra, eu voltei, não para participar do planejamento, mas para observar como a reconstrução estava sendo encaminhada.³

No sul de Beirute, uma equipe de reconstrução insistia em que pelo menos alguns membros das partes em guerra estivessem presentes nos debates sobre

como conduzir a limpeza dos escombros e a reconstrução. Inicialmente, as facções se indispunham e as reuniões não levavam a nada; gradualmente, contudo, a atenção dos participantes se voltou para diferentes maneiras de reconstruir o que fora destruído, focando mais na situação física e menos uns nos outros. Quando as discussões se voltaram para o que fazer com os escombros ou como estender cabos elétricos, uma trégua, ainda que mal-humorada, se impôs entre as facções opostas.

Foi nesse contexto que se deu a saída de cena do especialista. “Lamento ter precisado deixá-los”, disse um planejador da ONU, retornando uma semana depois de sua mãe ter adoecido. “Nós conseguimos tocar o barco”, respondeu um morador. E foi exatamente o que fizeram os participantes, já agora mais atentos ao comprimento do cabo elétrico de que precisavam em determinado bairro do que às queixas recíprocas. O sucesso não inspirou grandes gestos de reconciliação; o peso da diferença era grande demais. Mas o desaparecimento do meu colega não levou a uma ruptura do processo de planejamento; pelo contrário, seu afastamento significava que os participantes tinham de se apropriar concretamente do problema da reconstrução, obedecendo prazos para determinadas partes específicas do projeto de limpeza dos escombros ou decidindo onde comprar os fios para as linhas elétricas provisórias.

No Capítulo 5, relatei como possíveis conflitos eram geridos em Londres mediante rituais superficiais de cortesia. Aqui, em contraste, eu encontrava uma forma mais grave de lidar com a diferença: o foco na malha física e não uns nos outros. Essa maneira de trabalhar colaborando contrastava com a reconstrução do resto da cidade, aos cuidados de uma empresa saudita de engenharia, adepta de implacável planejamento de cima para baixo. Esse etos da coprodução também contrasta com o etos que guiava Sergio Fajardo em Medellín; lá, bibliotecas concebidas por arquitetos representavam para os moradores prédios dos quais podiam se orgulhar, uma vez tendo o bom designer realizado seu trabalho. Retrospectivamente, eu diria, a respeito desse momento e de outros semelhantes por mim observados em Beirute, que suspendiam as discussões sobre “quem”, no sentido social — quem pertence a determinado lugar, quem não pertence —, mudando o foco, de forma mais impessoal, para “o que”, no sentido físico.

Por todos esses motivos, no trabalho com comunidades eu tenho tentado evitar a armadilha de classificá-las, atribuir-lhes identidades, fazendo-as parecer lugares especiais para pessoas especiais. O bom da coprodução é que ela fala no plural, criando diferentes versões das cidades abertas, e não no singular. As três práticas que descrevi almejam essa abertura, fornecendo modelos alternativos de lugar, em vez de clareza de lugar.

As três práticas levam em conta o valor ético do "comum". Originalmente, a palavra inglesa "*commons*" se referia a um campo compartilhado pelos fazendeiros para o pastoreio; as leis de delimitação de vários países nos séculos XVII e XVIII privatizaram esses espaços, de modo que os animais só podiam pastar nas terras dos seus proprietários. Como espaço físico, a área comum agrícola evidenciava características de porosidade, como as descritas no capítulo anterior; os rebanhos pequenos pastavam em áreas vizinhas ou se misturando, sendo os limites entre eles os animais, ao passo que a delimitação estimulava a construção de divisas de pedra. O processo de delimitação muitas vezes gerava escassez de alimentos para as famílias, pois os pequenos lotes de terras privadas restringiam o número de bovinos ou ovelhas que um pequeno proprietário rural podia manter. Desse modo, a propriedade tinha precedência sobre a produtividade.

O bom senso de esquerda vem tentando inverter essa fórmula, sustentando que os recursos compartilhados aumentam a produtividade. No século XIX, o abade de Lamennais argumentava nesse sentido de um ponto de vista cristão, considerando que os jardins do claustro eram economicamente mais eficientes que lotes de cultivo individual mantidos por indivíduos ou famílias; a partilha do trabalho num grande grupo significava trabalho contínuo dia e noite, semana após semana, um trabalho dedicado a um princípio mais alto que o indivíduo e por ele estimulado. De um ponto de vista totalmente secular, Karl Marx sustentava algo semelhante; e o mesmo fazia Émile Durkheim, em sua descrição da "solidariedade orgânica", como também o seu sobrinho, o antropólogo Marcel Mauss, fundador dos modernos estudos de cooperação. Esses argumentos se tornaram concretamente demonstráveis nas cooperativas bancárias, associações de serviços funerais e companhias de seguros mútuos criadas na época.

Hoje, no reino dos sistemas, o software de código aberto representa uma convergência de recursos nos chamados “*digital commons*”. A celebração do comum hoje em dia não é mais, de modo geral, uma questão de prestação de serviço em nome de um princípio superior, como era para Lamennais; diz respeito, isto sim, à obtenção de benefícios mútuos. Ainda assim, há uma nuance idealista nesses movimentos de utilização do “comum” envolvendo o impulso de compartilhar bens e serviços e também vários grupos que procuram organizar essa partilha.

A coprodução tem um foco ético ligeiramente diferente. É uma experiência mais áspera.

Coproduzir com uma máquina — A *ville* tecnológica pode ser dividida em cidades inteligentes prescritivas e coordenativas (Ver Capítulo 6). A cidade inteligente prescritiva não é coprodutora de forma urbana com o cidadão: tanto as formas quanto as funções dos lugares são predeterminadas, e o cidadão as usa, obedecendo à regra sedutora mas embotadora de usar o que é mais fácil para o usuário. Trata-se de uma *ville* fechada. A cidade inteligente coordenativa é uma cidade coprodutiva, permitido seus dados em tempo real que as pessoas pensem não só sobre como usar a cidade, mas também, como acontece em Lyon ou Curitiba, como modelar diferentes formas prediais e planos viários. É o próprio modelo de uma moderna *ville* aberta.

Como conversar com uma máquina? Hoje, estamos de fato falando com máquinas praticamente a cada minuto do dia. Muitas vezes essas discussões se encerram com a impressão ou a voz programada dizendo-nos o que fazer: a tecla “Comando” tem no teclado o nome que devia ter mesmo — não se trata de uma discussão dialógica nem de uma coprodução.

Os procedimentos que descrevi podem ser diretamente transferidos do papel ou do isopor para a tela; graças a certos programas computadorizados de design, há uma década é possível construir numa tela o equivalente de maquetes de isopor, assim como caminhar por elas; o advento da impressão em 3D significa hoje que maquetes de isopor podem ser cortadas para apreciação “real” pelos interessados. Como em qualquer trabalho realizado numa tela, há uma certa perda de envolvimento tátil, mas um enorme ganho social: não é preciso estar fisicamente presente numa reunião de

planejamento para participar. Mas a transferência não é perfeita. Isso se deve em parte à natureza das máquinas digitais utilizadas. Essas máquinas se apresentam de duas formas: replicadores e robôs. E nós, usuários, temos com elas tipos diferentes de conversa.

Um replicador é uma máquina que imita as funções humanas, mas trabalhando melhor, como um pulsar cardíaco, ou os braços mecânicos usados em fábricas de automóveis. Embora nunca se cansem, os replicadores fazem sentido para nós porque estão fazendo o que nós fazemos. Ao interagir com um replicador, como qualquer dispositivo ativado pela voz e que responda com uma voz, estamos nos comunicando como se nos comunicássemos com outra pessoa.

Um robô propriamente dito não se baseia no corpo humano, tendo uma forma independente baseada em outras lógicas. Veja-se, por exemplo, o carro sem motorista que estava sendo concebido por Bill Mitchell. O automóvel poderia funcionar como um replicador se tivesse um volante e freios, ainda que o motorista humano de preferência nunca precisasse usá-los; ainda assim, o passageiro não precisa se sentir passivo e entregue nas mãos da máquina. Se o carro sem motorista funcionasse como um robô, sem volante nem freios, a experiência seria como andar de trem ou de avião — uma experiência passiva —, limitando-se o passageiro a confiar na sua operação. Praticamente toda tecnologia inteligente se situa diante da mesma alternativa. No Google Maps, por exemplo, mesmo com a eliminação da imagem do mapa, para seguir apenas as orientações verbais escritas, seremos levados ao mesmo lugar que se o mapa fosse restabelecido, com um pontinho móvel (nós) seguindo o caminho recomendado. A primeira forma, sem o mapa, é robótica; a segunda, com o ponto se movendo na tela, é replicadora. Os conjuntos de computadores que coordenam o processamento de grande quantidade de dados complexos são replicadores por imitarem em seus condutos a atividade neural do cérebro, mas robóticos por distribuírem a informação sem precisar imitar a química das células cerebrais.

Pode parecer que as máquinas ideais para uma parceria em coprodução seriam os replicadores, e não os robôs. Mas não nesse momento crítico da saída de cena. É mais fácil assumir um problema anteriormente tratado por um robô do que por um replicador, simplesmente porque o robô se parece

menos conosco, e seus poderes não convidam a uma comparação com os nossos. No ambiente de trabalho de uma fábrica, ficou demonstrado em certos estudos que os robôs tendem a ser encarados como ferramentas de alcance limitado, apesar da força inesgotável, no desempenho de determinada função; os replicadores, por sua vez, são vistos como uma ameaça, uma entidade super-humana que substitui seres humanos na linha de montagem. Em sua maioria, os robôs não são de fácil uso, no sentido de que se parecem conosco, identificando-se com seus atos, ao passo que os replicadores convidam a essa comparação — por sinal, desvantajosa para nós. Comparações odiosas como as descritas no Capítulo 5, em relação ao universo pessoal das diferenças de classe, também ocorrem no mundo da tecnologia.⁴

No trabalho de design, a função robô se dá, por exemplo, em imagens mostrando numa tela a estrutura oculta por trás da pele do prédio, já a impressão em 3-D é um procedimento mais próximo do replicador, substituindo a mão humana que corta o isopor por um cortador mecânico que executa a função como uma mão, só que muito melhor. Em virtude dessa comparação odiosa, tenho me absterido de usar muito as impressões em 3-D em coproduções. Como em outros aspectos da alta tecnologia, o robô se torna útil num sentido que não é o dos vendedores googlianos de facilidades para o usuário: facilidade como um recurso, e não como uma substituição. É preciso que cada um raciocine a respeito do ambiente, em vez de passivamente obedecer a ordens do piloto; um robô torna esse processo mais fácil que um replicador. Precisamos encarar as máquinas como presenças estranhas ao usuário, e não amigas dele. Assim como, na *city*, devemos nos mostrar abertos aos estranhos, mas podendo contar com eles apenas de forma limitada, assim também deve ser no modo como nos relacionamos com a alta tecnologia.

Resumindo, a coprodução vai diretamente de encontro à crença de que existe apenas uma maneira certa de fazer algo, rechaçando a ideia não menos fechada de que devemos imitar as melhores práticas determinadas pelos especialistas, sejam humanos ou digitais. Mas a máquina também sinaliza algo menos direto: num ambiente complexo, a cooperação requer manter certa distância daqueles com quem cooperamos. Embora seja natural ficar com o pé atrás em relação às máquinas, o mesmo pode parecer

perverso do ponto de vista humano. O segredo do trabalho com os outros está num certo tipo de distanciamento — um distanciamento diferente da máscara de Simmel.

II. Cooperativo mas não fechado — A sociabilidade

Pode parecer que o melhor conhecimento mútuo inevitavelmente aproxima as pessoas; o estranho desaparece, aparecendo então o vizinho, o amigo ou o amante. Mas isto é um entendimento equivocado da vida social, com sua estruturação em camadas sobrepostas, devendo cada um de nós respeitar no devido momento o que não é suscetível de ser conhecido no outro, ou nele é inacessível. Em contraste, a “união” e a solidariedade podem violar essa singularidade do outro, violação descrita por Gustave Le Bon como o efeito corrosivo das multidões urbanas, que dissolvem as pessoas numa massa irracional.

Como então poderemos continuar nos associando a indivíduos dos quais mantemos certa distância? A partir de John Locke, uma possível resposta tem sido a resposta utilitária: precisamos estar com os outros para fazer aquilo que não podemos fazer sozinhos. Trinque os dentes e dê as mãos. Mas não é preciso estar numa mesa de bar tomando cerveja com os outros; na verdade, na visão utilitária, você estaria perdendo tempo. Esse cálculo utilitarista ignora o impulso de sociabilidade que anima a cooperação com pessoas que não são nem poderão tornar-se íntimas.

Uma oficina — Desde que comecei a escrever, tenho observado uma padaria em Boston. Ao longo desses quase cinquenta anos de observação, a padaria mudou de dono apenas três vezes. Originalmente um negócio de família, ela foi vendida pelos fundadores, imigrantes gregos, a uma empresa maior do ramo há cerca de trinta anos, e os novos proprietários introduziram equipamentos automatizados e transformaram o negócio, até então uma loja artesanal, num empreendimento industrial. Até que, há cerca de uma década, a empresa se desfez da propriedade, e a padaria voltou a ser um negócio de família, dessa vez de imigrantes latino-americanos. Atualmente empregando cerca de quarenta pessoas, ela se apropriou de um nicho de

mercado, atraindo uma jovem elite de Boston com ofertas de natureza orgânica; poderia perfeitamente chamar-se "Padeiros do Google".^{5,6}

No período intermediário, os proprietários, ausentes, automatizaram a fabricação, com a introdução de máquinas concebidas como replicadores que executavam toda a série de tarefas envolvidas na fabricação de pães e similares; os empregados que operavam as máquinas não sabiam assar. O pão era bom, mas os clientes não tinham motivos para comprar ali e não em qualquer outra padaria, já que o produto era padronizado. Quando o negócio foi comprado pelos novos proprietários de origem latino-americana, os padeiros se submeteram a novo treinamento na produção de pães diferenciados e retomaram o controle sobre as máquinas, especialmente os fornos, que agora voltavam a ser regulados pelos olhos do padeiro, e não por uma temperatura preestabelecida.

A padaria me atraiu inicialmente porque, há meio século, seus proprietários eram muito ativos na campanha de resistência à integração racial nas escolas de Boston, e tampouco contratavam afro-americanos, vistos pelos gregos como portadores do vírus do fracasso. Quando a padaria foi vendida à grande empresa do setor alimentício, tornou-se ilegal deixar de contratar alguém por motivos raciais; o que significou uma rápida mudança de pessoal, com a chegada de portugueses, mexicanos e afro-americanos que ganhavam salário mínimo, pouco se envolviam com a empresa e iam embora assim que encontrassem empregos mais bem remunerados. No terceiro capítulo, a padaria voltou à propriedade de uma família de ambiciosos imigrantes, que contratou uma equipe de latino-americanos e afro-americanos, além de readmitir alguns descendentes imediatos dos proprietários originais.

Essa equipe se manteve no trabalho e nele se revelou cooperativa, o que aumentou a produtividade da empresa e, portanto, sua lucratividade. Em contraste com as fórmulas diplomáticas de cortesia na comunidade mista de Clerkenwell, aqui a cooperação envolve trocas muito mais intensas entre os trabalhadores, no que diz respeito ao trabalho — por exemplo, quando as máquinas de mistura são desligadas para avaliar a consistência da massa, ou quando os empregados espiam pelos espessos visores de vidro dos fornos para verificar se ela já está no ponto. Essas avaliações geram intensos debates, embora num período curto de tempo, em virtude do ciclo de co-

zedura. Nesses momentos, as diferenças culturais não parecem ter grande importância. Por mais liberal que eu seja, fiquei desconcertado quando um dos padeiros gregos se referiu à coloração “cubana” de umas das fornadas de baguetes, mas, além de mim, ninguém mais deu atenção ao adjetivo. Nas palavras do urbanista Ash Amin, um lugar de trabalho assim se torna “indiferente à diferença”.

No entanto, trabalhar de maneira cooperativa dessa forma não aproxima as pessoas. A necessidade de manter certa distância fica evidente no bar próximo da entrada da padaria onde os empregados socializam. Antes um boteco mal iluminado, com mesas de fórmica cobertas com toalhas de plástico, o bar agora dá os primeiros sinais de ter contraído o vírus da gentrificação, com vidraças sem cortinas e mesas de madeira de acabamento fosco. Eventualmente são feitos comentários sobre o trabalho depois do expediente — como qualquer empregado em qualquer lugar, os padeiros estão sempre muito atentos aos sinais de burrice do empregador; mas o essencial de suas conversas consiste em comentários esportivos que fogem ao meu entendimento. Mas fica evidente como eles marcam distância. Aplicados quando juntos dentro da padaria, bem à vontade no bar, eles nunca convidam para as suas casas pessoas de outras etnias.

Isso talvez seja explicado pelo fato de a padaria ficar numa cidade grande. As oficinas de trabalho visionárias, concebidas de maneira a dar ênfase à solidariedade, em geral ficam fora da cidade. As salinas montadas por Claude-Nicolas Ledoux em Arc-et-Senans no século XVIII, por exemplo, eram uma comunidade autossuficiente em que os trabalhadores viviam e refinavam o sal na floresta de Chaux, no leste da França; o conjunto muito se parecia com um mosteiro sem religião; da mesma forma, os falanstérios concebidos por Charles Fourier no século XIX eram oficinas deliberadamente afastadas da cidade — comunidades fechadas, voltadas sobre si mesmas. Na sociedade complexa da cidade, cada um tem relações diferenciadas e parciais com os outros. É perfeitamente possível trabalhar bem com outra pessoa sem ser como ela — ou mesmo sem gostar dela.

A oficina cooperativa também contrasta com a vizinhança mista. Correndo risco de liberar algum tipo de veneno comunitário, uma vizinhança mista pode levar seus integrantes a evitar tratar diretamente das diferenças

mútuas. Na oficina, a diferença adquire outro aspecto: a diferença em si mesma não é um fato produtivo; se cada um estivesse atento às diferenças e semelhanças dos outros, ninguém poderia trabalhar bem; quem está trabalhando teria precedência sobre o que está sendo feito. O Googleplex também apresenta um contraste com a padaria artesanal. O sushi bar, a mesa de pingue-pongue e o salão de ginástica destinam-se a estimular a produtividade trazendo o prazer da sociabilidade para o local de trabalho. Já os padeiros, quando querem se divertir, vão buscar divertimento lá fora.

Por todos esses motivos, a padaria manda hoje uma mensagem filosófica: ela exemplifica a sociabilidade.

Sociabilidade — Na maneira utilitária de pensar, a eficácia do trabalho conjunto requer propósitos ou objetivos comuns. Numa reunião, é preciso chegar a um consenso para só então passar à ação. Num livro anterior, *Juntos*, eu tentei mostrar que a cooperação não precisa estar vinculada ao consenso. Existem muitas formas de cooperação em que não há espaço para a partilha — por exemplo, uma negociação diplomática, na qual os interesses de cada um não se conciliam com os dos demais.⁷

O que, então, une as pessoas? A resposta de Locke, como vimos, é que precisamos dos outros para fazer coisas que não podemos fazer sozinhos. Uma variante dessa visão aparece como sinergia — do *synoikismos* descrito por Aristóteles em termos de defesa e comércio coletivos às sinergias de sistemas abertos descritas na matemática por Steven Strogatz.

O que essa resposta utilitária deixa de fora é a dimensão subjetiva da cooperação. Pensemos, por exemplo, no caso dos soldados que continuam combatendo mesmo quando não há mais esperança numa batalha. A maneira utilitária de combater mandaria abandonar os companheiros de luta se não houvesse mais o que esperar do resultado final. A padaria evidencia um vínculo subjetivo menos radical: uma sociabilidade contida que permite a interação e dispõe a trabalhar bem com os outros, mesmo que essa experiência não leve ao estabelecimento de vínculos cada vez mais íntimos. Eles se orgulham do trabalho, que por sua vez nutre o respeito pelos outros trabalhadores.

“Sociabilidade” designa o sentimento de uma espécie de fraternidade limitada em relação aos outros, com base na partilha de uma tarefa impessoal.

Essa fraternidade limitada se manifesta quando se faz alguma coisa juntos, em vez de estar juntos. No planejamento, a sociabilidade desempenha um papel crucial. Indícios da sua presença se manifestavam em nossas reuniões quando cada um ouvia os outros com atenção crescente, em vez de se aferrar a seus pontos de vista iniciais. A sociabilidade se fortalecia quando os planejadores deixavam a sala, como em Cabrini-Green ou no sul de Beirute; os interessados são incumbidos de uma tarefa, já agora sem o apoio de um especialista. A atenção se volta para aquilo que está sendo construído.

A abordagem de planejamento aberto é especial porque o gatilho da sociabilidade é um objeto problemático — como no caso das quatro versões de uma escola ou clínica de saúde construídas com isopor sobre uma mesa. Essas coisas tangíveis, mesmo em seu estado extremamente simples e rude, convidam ao envolvimento físico e direto no momento de pensar o que deve ser feito. Curiosamente, o ato de decidir que modelo deve ser escolhido talvez não acabe com as incertezas até então observadas. Pude constatar a persistência dessa dúvida na minha prática, quando algumas pessoas continuavam contemplando os modelos de isopor sobre a mesa depois das reuniões, ou começavam a percorrer de novo as folhas de acrílico no cavalete. Se o tempo da cooperação tinha chegado ao fim, o mesmo não se podia dizer do envolvimento com os objetos produzidos.

Na *cité*, a sociabilidade é um contraponto emocional da impessoalidade — não obstante o que podia dizer Le Bon, que considerava que a multidão é governada pela solidariedade violenta. A sociabilidade não aparece no relato da vida metropolitana feito por Georg Simmel, pois ele levava em consideração gente que está em público, deslocando-se por uma rua, sem relação produtiva com os que estão próximos. A sociabilidade se manifesta quando estranhos fazem algo produtivo juntos. O copo de cerveja depois do trabalho, seguido das despedidas no ponto de ônibus ou no metrô, manda a mensagem de interesse pelos outros — ao passo que os prazeres oferecidos no Googleplex apregoam estar na companhia dos outros, compartilhando prazeres e confortos. Eu diria que os padrões dos padeiros são menos manipulativos. Globalmente, a sociabilidade é ao mesmo tempo um vínculo social modesto e honesto.

Como em todos os aspectos da vida, a experiência da sociabilidade envolve um certo tipo de política. Como vimos no Capítulo 5, Alexis de

Tocqueville empregava a palavra “democracia” em dois sentidos. O primeiro dizia respeito ao governo da maioria, por ele temido, pois a maioria, como uma turba, podia infligir tiranicamente sua vontade sobre a minoria, os 51% oprimindo os 49%. O segundo sentido de democracia era por ele equiparado a “individualismo”. Aqui ele pensava numa sociedade em que cada um tivesse se desvinculado dos outros, absorto em suas questões pessoais; Tocqueville temia esse tipo de individualismo — tão diferente da árdua luta individual pela vida — porque “silenciosamente desarma as molas da ação”. Uma sociedade em que todos praticamente compartilhem os mesmos gostos e crenças, na qual a vida seja simplificada e se torne tão fácil para o usuário quanto possível, é uma sociedade que perde um certo tipo de energia: murcha a cooperação entre aqueles que diferem. Tocqueville considerava que as organizações de voluntários eram uma resposta a essa ameaça, induzindo cada um a se envolver, a participar, em vez de se retirar. Tal como as encarava, as organizações de voluntários eram lugares de sociabilidade.

As três práticas que descrevi seguem essa lógica tocquevilliana de participação. Mas a retirada voluntária do especialista dá uma guinada nesse processo, obrigando à reformulação do trabalho. Entregue a si mesmo, o processo decisório de uma organização pode ser simplificado pela votação; o resultado é democrático, mas no primeiro sentido indicado por Tocqueville: prevalece a vontade da maioria. Os processos dialógicos e os vínculos privilegiados são encerrados pela ação democrática; a tirania da maioria espreita. A voz da minoria não conta mais.

Nas práticas de planejamento que descrevi, ela conta. Um bom grau de ambivalência permanece mesmo depois de alcançada uma decisão — simplesmente por ser evidente que a construção pode prosseguir de diferentes maneiras. Não há um fechamento, uma única forma certa de fazer. Além disso, é mais fácil resistir a uma decisão injusta.

Muito tempo atrás, Hegel, em sua descrição da relação entre senhor e escravo, explicou uma das maneiras como pode funcionar esse tipo de resistência. “Você está me machucando!” é o clamor do ofendido que foca no que o senhor está fazendo; a órbita da opressão, com sua linguagem e seus atos, é definida pelo senhor; na verdade, em grego antigo a palavra “sofrimento” é prima-irmã da palavra “passivo”. Na visão de Hegel, a vítima só deixa de

ser escravo quando seus sentimentos não se inscrevem mais nessa órbita. O sociólogo político James Scott estudou na América do Sul, por exemplo, grupos raciais escravizados que desenvolveram uma linguagem comunicativa própria que aos seus senhores parecia mera tagarelice sem sentido; falando uns com os outros de um modo que seus senhores não podiam entender, eles deixavam de ser mentalmente escravizados.

Quando eu concluía este capítulo, ocorreu em Londres uma terrível tragédia que lançou uma luz diferente na proposição clássica de Hegel. No início da manhã de 14 de junho de 2017, um incêndio destruiu a Grenfell Tower, prédio residencial na fronteira do bairro elegante de Kensington, na parte ocidental de Londres. Morreram setenta e nove pessoas. O fogo agiu com rapidez porque o revestimento externo facilitou o caminho das chamas do interior do quarto andar para toda a parte externa do prédio, de vinte e quatro andares. O revestimento, de polietileno entre camadas de um composto de alumínio (um produto chamado Reynobond PE), tem aparência limpa e atraente, mandando a mensagem de “melhoria”, mas sendo na verdade perigosamente inflamável. É um pouco mais barato que uma alternativa que custa apenas duas libras mais por metro quadrado mas tem um núcleo que efetivamente contribui para dificultar a propagação do fogo. (O uso do Reynobond é proibido em prédios altos nos Estados Unidos e na Alemanha.) Os planejadores britânicos optaram pela solução de “custo-benefício” favorável.⁸

Depois do incêndio, as autoridades e as vítimas começaram a falar uma língua diferente — o que se transformou num problema. Os dirigentes políticos e os planejadores explicaram como foram tomadas as decisões que levaram à reforma e quem as tomou, sem poder dizer que na verdade escolheram a alternativa mais barata porque o prédio era habitado em sua maioria por gente pobre. As vítimas, chocadas e confusas, queriam ver reconhecido o seu sofrimento. O trauma não é algo articulado. É necessário sentir de forma dialógica o que as pessoas estão sentindo, em vez de atentar para a nuvem de palavras que cerca o trauma; mas as autoridades de Kensington careciam de inteligência emocional. O abismo se alargou quase imediatamente na questão do reconhecimento. Uma reunião pública foi encerrada quando os moradores apareceram, em ruidosa e confusa manifestação; ao visitar o

local da tragédia, a primeira-ministra conversou com os bombeiros, mas não com os moradores. Foi aberta uma investigação oficial; à sua frente, um ex-contador, admitindo que pouco sabia de habitações para populações de baixa renda, disse que queria uma investigação focada e limitada a causas e consequências. Tal declaração só serviu para aumentar o abismo entre funcionários e vítimas — não sendo estas capazes de equacionar a perda das suas casas com quadrados a serem ticados. No fim das contas, o abismo entre a linguagem do senhor e a delas serviu apenas ao senhor.

Estou convencido de que o caminho da coprodução esboçado neste capítulo poderia ter impedido a tragédia da Grenfell Tower, para começo de conversa. Podendo escolher entre Reynobond PE e um revestimento ligeiramente mais caro, nenhum morador adequadamente informado teria optado pela versão mais barata — mas aos moradores não foi dada a oportunidade de escolher. Os planejadores poderiam ter mencionado nas consultas públicas que o produto que preferiam era proibido nos Estados Unidos e na Alemanha, mas este fato inconveniente não foi trazido à baila.

De modo geral, a exploração de alternativas bem no início da construção permite que o processo de coprodução exponha riscos e dificuldades; a deliberação sobre as alternativas propicia uma avaliação racional; a saída de cena do especialista no momento da decisão confere poder àqueles que vão viver no projeto. Em vez de ser cuidado, o público se torna depositário de confiança. Os especialistas passam a desempenhar seu devido papel, como conselheiros. Os procedimentos aqui expostos são uma das maneiras de coproduzir; baseiam-se num envolvimento frente a frente, mas também poderiam funcionar online, em escala mais ampla, como tentei demonstrar, usando como ferramenta a alta tecnologia. Em vez da saída da relação mestre-escravo descrita por Hegel, precisamos de uma forma aberta e interativa de construir o ambiente. O resultado pode ser ambíguo, deixando insatisfeitos os interessados; ainda assim, é uma forma mais democrática e verdadeira de construir do que a abordagem fechada, zura e vertical que provocou esse terrível incêndio.

Quarta Parte

Uma **ética da cidade**

10. As sombras do tempo

O poema "Ozimândias", de Shelley, começa assim:

*Encontrei um viajante de terras antigas,
Que disse: "Duas enormes pernas de pedra, sem tronco,
Estão no deserto [...]"*

Alguns versos adiante, ele diz:

*E no pedestal se pode ler:
"Meu nome é Ozimândias, Rei dos Reis,
Contemplai minha Obras, ó Poderoso, e desanimai!"
Nada mais resta [...]"*

O poema transmite a verdade óbvia mas em geral negligenciada de que o tempo apaga as obras do Homem. A última parte da nossa investigação leva "Ozimândias" à cidade. Shelley dá uma perversa torcida na palavra de ordem do construtor, "sustentável". Como então devem os homens e as mulheres pensar sobre o que constroem? E como é que vivem?

Durante minha convalescença, um amigo me deu *The Swerve* [O desvio], livro em que Stephen Greenblatt relata a recuperação no Renascimento de um poema antigo, *Da natureza das coisas*, de Lucrécio. O longo poema recomenda aos que estão para morrer que percam o medo da morte, pois nada resta depois dela, não há um espírito transcendente; a vida simplesmente começa, acontece e acaba. É a visão de Shelley levada logicamente ao

extremo. Você pode estar pensando que o meu amigo não era assim tão amigo, recomendando Lucrécio a alguém acamado. Mas Lucrécio diz que devemos aceitar essa condição porque na vida nada é predeterminado nem previsível. O rumo dos acontecimentos raramente traça uma linha reta de causa e efeito; pelo contrário, há mudanças de direção, hesitações e becos sem saída. O que ele chama de “desvios” (*clinâmen*). Os átomos se movem “em momentos e lugares absolutamente imprevisíveis, ligeiramente desviados do caminho reto, fazendo movimentos indeterminados, ainda que minúsculos (*nec plus quam minimum*), provocando colisões e junções, dando aos materiais físicos um rumo imprevisível”. Lucrécio era um filósofo do tempo aberto.^{1,2}

O mundo antigo deu forma a esses poderes do acaso na deusa Fortuna. Ela presidia à descoberta e à invenção, deusa dos novos vinhos, do novo recorte das velas das embarcações e das novas formas das construções; mas era capaz de transformar o doce elixir num veneno ou provocar a queda de um novo templo. No fim da Antiguidade, ela evoluiu para uma metáfora — a Roda da Fortuna —, em certa medida mandando a mensagem de que a criação humana é determinada pelo acaso, exatamente como os *clinâmen* de Lucrécio governam a física.

O Iluminismo deu ênfase ao sorriso da Fortuna. Em 1754, o esteta Horace Walpole escreveu ao amigo Horace Mann que tinha cunhado uma palavra, “*serendipity*”. Derivada de uma “fonte” persa, a palavra significava um “acidente feliz”, o que Walpole expressou de modo eloquente falando de homens que “fazem descobertas, por acidente e sagacidade, de coisas que não estavam buscando”. É uma versão positiva do tempo aberto; a confiança de Walpole de que encontraria o que não esperava se baseava na convicção de que a Natureza é essencialmente benigna.³

Hoje, a Fortuna já não sorri tão convicta; com as mudanças climáticas, ela ameaça o ambiente construído. Contido nessa “mudança” — palavra enganosamente neutra — está o desdobramento do acaso em acontecimentos perturbadores e desnorteantes; esses poderes da Fortuna ficam evidentes em súbitas enchentes ou picos irregulares de temperatura. Será a cidade capaz de se construir apesar dessas crises? As tentativas nesse sentido revelam de maneira mais ampla, como tentarei mostrar, o caráter instável de qualquer ambiente construído.

I. A natureza ataca a cidade — Ameaças de longo e curto prazos

As duas sombras do tempo — Enquanto as luzes vacilavam em Lower Manhattan à aproximação do furacão Sandy no outono de 2012, um especialista anunciou no rádio que não havia realmente motivo de preocupação. O muro de segurança que protegia a usina de energia de Manhattan, na extremidade leste da Rua 14, junto ao East River, tinha, segundo ele, 3,5 metros de altura, mais que suficiente para manter bem secos os geradores lá dentro. “Mais que suficiente” se baseava numa média estatística de anteriores enchentes. O abastecimento de energia foi interrompido quando o rio subiu 4,5 metros, derrubando o muro. O especialista então voltou à carga, dessa vez contando com o gerador próprio da estação de rádio, para anunciar que o furacão Sandy evidenciava força inédita em um século, embora tivéssemos tido outra tempestade inédita em um século um ano antes apenas (mas que felizmente se desviou da cidade).

Essas informações erradas ocorreram porque o especialista pensava dentro da órbita relativamente fechada das médias. Ainda que suas consequências de longo prazo sejam certas, as mudanças climáticas são um fenômeno imprevisível de ano a ano — como no caso das duas tempestades inéditas em um século que ocorreram com apenas um ano de diferença. Da mesma forma, ainda que seja certo que a Corrente do Golfo irá alterar seu curso, até certo ponto em consequência do derretimento das calotas polares e da elevação do nível dos mares, é difícil prever qual será sua nova direção. No que diz respeito ao aquecimento propriamente dito, como demonstrou o projeto Observação da Terra conduzido pela Nasa nos Estados Unidos, as tempestades episódicas vão-se tornar mais intensas, como resultado do constante aquecimento da massa de água sobre a qual se formam, mas também neste caso é difícil prever a intensidade. Embora do ponto de vista científico não reste a menor dúvida quanto à ocorrência das mudanças climáticas, é a indeterminação que governa o desdobrar de seus acontecimentos.⁴ As mudanças climáticas projetam a longo prazo uma sombra de inevitabilidade, além dos imprevisíveis acontecimentos de curto prazo da Fortuna; em ambos os casos, é necessário repensar a maneira como as cidades são construídas.

A sombra de longo prazo mais evidente em termos imediatos decorre da poluição — que fica óbvia toda vez que alguém começa a tossir ao respirar. Mas o pior assassino não é percebido tão abertamente; é a poluição de partículas finas (medida PM_{2,5}), que ao longo do tempo corrói os pulmões, provocando vários tipos de câncer. Em 2013, o PM_{2,5} das grandes cidades da China era em média doze vezes maior que o de Londres, e quatorze vezes maior que o de Nova York; eventualmente, o PM_{2,5} pode chegar em Pequim a 525, ao passo que o índice mais alto em condições desejáveis de saúde fica em torno de 20. As principais responsáveis são as usinas de energia movidas a carvão. Para enfrentar um vilão tão previsível, os chineses estão fazendo enormes investimentos em outras fontes de energia para suas cidades.⁵ Shelley é irrelevante para esse esforço.

Outras mudanças climáticas urbanas de longo prazo não pedem reações tão diretas. Por exemplo, uma meta de no máximo 2 graus de aquecimento global foi estabelecida para as próximas décadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla inglesa); mas ela com certeza não será alcançada. Para alcançá-la, o cimento — cuja fabricação é extremamente poluente — não deveria mais ser um material de construção onipresente, mas atualmente não há disponibilidade de materiais alternativos baratos. Para economizar energia consumida com o ar-condicionado, os prédios deveriam ter janelas abertas, mas é proibitivamente perigoso ter janelas abertas no sexagésimo andar. A caixa de vidro fechada poderia ter sua altura reduzida para permitir a livre circulação do ar vindo de fora, mas o fato é que, numa espécie de competição fálica, as cidades hoje em dia constroem torres cada vez mais altas. Os prédios baixos ou com sistemas passivos de energia aparecem muito mais no oba-oba da propaganda do que concretamente nas construções; o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) estima que apenas cerca de 15% das novas construções nas cidades emergentes podem ser considerados eficientes do ponto de vista energético.^{6,7}

Às vezes as tempestades e os picos de temperatura imprevisíveis decorrentes das mudanças climáticas são considerados caóticos, mas o analista de sistemas Neil Johnson contesta esse emprego do adjetivo. Um sistema complexo “tende a se mover entre diferentes tipos de acomodações, de tal

maneira que são criados bolsões de ordem”, ao passo que “caos” significa que “os resultados do sistema variam tão irregularmente que ele parece aleatório”. Esta distinção vai de encontro a um fenómeno caro a certos aficionados do caos: o bater de asas da borboleta, que, por meio de uma série de acontecimentos, provoca uma tempestade do outro lado do planeta. Esta na verdade não é uma história de puro caos, e sim uma sucessão de dependências do caminho pelas quais, em pequenos passos, por um rumo tortuoso mas suscetível de explicação, as asas do inseto provocam uma brisa, que por sua vez causa outras brisas cada vez mais fortes, finalmente dando na tempestade. Esse caminho de dependências também funciona na esfera climática, de tal maneira que uma sucessão de mudanças na temperatura do ar no meio de um oceano pode, mediante uma série de acontecimentos, gerar vagalhões nas praias.⁸

Somos sempre aconselhados a pensar em termos de longo prazo, mas os desafios de longo prazo das mudanças climáticas são tão gigantescos que podem provocar o pior tipo de estoicismo, vale dizer, não tentar mais nada, pois nada pode mesmo ser feito. No trato de acontecimentos imprevisíveis de curto prazo, todavia, talvez seja mais possível fazer algo eficaz e mobilizador. O que significa repensar a água.

Água maligna — São poucas as grandes cidades totalmente isoladas das águas no interior de um território. Desde a Antiguidade, as vias aquáticas sustentam a economia e determinam a forma de grandes cidades como Xangai, Londres e Nova York. A gestão das águas há muito serve como foco do trabalho cooperativo. Na Holanda medieval, por exemplo, vínculos humanos eram criados pelo esforço comum de conquistar terra ao oceano, cavando canais e construindo barragens e diques; um historiador de Amsterdã, Geert Mak, nota que esse esforço conjunto provocava “uma curiosa coagulação das relações de poder, uma cultura de consenso e compromisso que abrandava e eventualmente ocultava até os mais violentos conflitos entre as gerações”. Mas em si mesmos os diques e docas tinham pouco interesse estético para os designers pré-modernos; a gestão das águas era apenas a questão utilitária da cidade.⁹

Na era moderna, os limites aquáticos das cidades começaram a mudar de significado, tornando-se pontos de interesse estético. Já em 1802, o *Euro-*

pean Magazine fazia a descrição das Docas da Índia Ocidental em Londres, das quais Canary Wharf faz parte hoje em dia: “Nada poderia ser mais belo que a Doca. A água tem a profundidade necessária; sua superfície lisa como um espelho [graças às comportas] oferece aos olhos um refúgio para as tempestades.” Esta visão expressava a convergência do comércio com a estética. Mas a convergência acabou se desfazendo no centro das cidades, à medida que os portos demandavam cada vez mais espaço: os portos de contêineres são hoje tão vorazes de território que em geral são localizados longe dos centros populacionais; caminhões e aviões assumiram as funções das embarcações de serviço. No centro urbano, uma experiência puramente estética da água foi registrada no Central Park de Olmsted; no seu reservatório, grandes espelhos d’água para serem apenas contemplados. Daniel Burnham concretizou essa primazia estética em seu traçado da margem do lago de Chicago em 1909; ele descartou qualquer sugestão de utilidade prática, alinhando entre a água e a terra parques, alamedas e outros usos de baixa densidade. “A contemplação da água”, escreveu ele, “é um ato solitário, a observação do nada; ao contemplar a água, o homem dá as costas, literalmente, a suas condições de vida.”¹⁰

A estética da água teve um efeito prático indireto, ao representar uma fonte de desigualdade de valores nas cidades. Em Bombaim, por exemplo, um projeto foi lançado para expulsar pequenos negócios e moradores de rua da beira d’água; a justificativa apresentada pelos empreendedores é em parte visual, “limpar” a vista, reduzindo a densidade da população e a complexidade dos usos. A oferta de prazer visual em detrimento do uso social e econômico misto também compromete propostas semelhantes em Buenos Aires e Londres — todas elas filhas, na forma, do plano de Burnham, e todas levando à exclusão social em nome do prazer visual.

Na era das mudanças climáticas, verifica-se uma outra virada no caleidoscópio: a água tornou-se um material também destrutivo, além de funcional e cênico. A ameaça maligna representada pela água para as cidades assume três formas. Cidades construídas à beira-mar, como Nova York, Rio ou Bombaim, correm o risco de eventuais enchentes; a falta d’água será um problema para cidades do interior, pois os lençóis aquíferos conhecidos estão secando; e os novos padrões das precipitações pluviométricas estão transfe-

rindo a água para lugares pouco habitados. As enchentes ocorrem quando há excesso de escoamento; a seca, quando é insuficiente a retenção de água no solo. As mudanças climáticas exacerbam tanto as enchentes quanto a seca — e de maneira traumática. O derretimento do gelo, elevando o nível dos oceanos e alterando as correntes marítimas, se traduz em terra firme em padrões irregulares de excesso ou falta de chuva.

As ameaças malignas da água derivam de certos fatores básicos do ciclo hidrológico. A evaporação dos oceanos em geral é 9% superior aos níveis de água que retornam em forma de chuva sobre os mares; esses 9% geram chuva que pode cair em terra firme, sendo a principal fonte d'água para os rios. Que parte dessa água será retida no solo, em vez de escoar? Há uma diferença entre lugares pavimentados, com sistemas de esgoto subterrâneos, e terras não desenvolvidas: estima-se que, num ambiente totalmente pavimentado e dotado de esgotos, 85% das precipitações de chuva serão escoados, sendo apenas 15% retidos no solo.¹¹

Cabe lembrar que a maioria das ecologias aquáticas não é homeostaticamente equilibrada como um batimento cardíaco, que deve ser ritmicamente estável. Mesmo sem eventuais clinâmen, o equilíbrio das ecologias aquáticas se altera. É o que acontece na evolução dos lagos, por exemplo, à medida que evoluem de uma condição oligotrófica para uma condição eutrófica — sendo aquela de escassez de ervas daninhas e algas, mas rica em peixes e profunda; e esta, de abundância de plantas, mas com poucos peixes e gradualmente acumulando lama no fundo. Num longo período de tempo, esse processo transforma os lagos em terra firme. A estabilização do ponto de equilíbrio entre ervas e peixes, introduzindo as plantas e as criações de peixes indicadas, é uma intervenção humana que funciona contra essa alteração natural. Ao contrário dessas tentativas de estabilização, voltadas para a preservação da massa d'água, o aquecimento atmosférico provocado pelo homem acelera a evolução do oligotrófico para o eutrófico, transformando as superfícies aquáticas em terra seca.

Em suma, a falta d'água é a ameaça de longo prazo das mudanças climáticas globais, à medida que os lençóis aquíferos secam e o ciclo hidrológico se altera. O excesso de água se transforma numa força maligna a curto prazo, em virtude das tempestades imprevisíveis e do escoamento da água. Como

seria possível enfrentar essa força destrutiva da água construindo cidades de forma diferente? É uma pergunta e tanto; aqui vão duas respostas, na trilha do furacão Sandy.

Duas bermas — De modo geral, existem duas estratégias diferentes para enfrentar as mudanças climáticas: atenuação e adaptação. A primeira tenta reduzir as causas de trauma, como na construção de bermas (barreiras altas) para conter vagalhões. A segunda trabalha com o trauma, como nos pantanais, que diminuem a força dos vagalhões e constantemente se reformulam como tampões. As estratégias de atenuação e adaptação deveriam ser complementares, mas muitas vezes se chocam. No caso da usina de energia de Nova York depois do furacão Sandy, o debate se centrou nas alternativas de fortalecer e cercar a usina na sua localização junto à margem do East River ou reconhecer que essa proteção atenuante de nada adiantaria, que é provável a ocorrência frequente de tempestades avassaladoras, transferindo a usina para o interior. O debate se cristalizou em propostas para a construção de dois tipos de bermas, que são montes de areia, terra e escombros formados de maneiras diferentes para enfrentar os vagalhões. Um dos tipos de berma — a berma de atenuação — pretendia quebrar a força dos vagalhões na sua primeira investida. O outro tipo — a berma adaptativa — tentava trabalhar com o fluxo e refluxo incerto da água depois do ataque.

Os adeptos da atenuação consideram que, em termos ideais, a cidade forte preserva seu equilíbrio ao enfrentar um desafio; no caso da usina de energia, por exemplo, eles argumentavam que as muralhas de proteção das máquinas deviam ser tão altas que jamais fossem cobertas pelos vagalhões, transformando a usina numa fortaleza inexpugnável. Outra variante dos efeitos atenuantes das ondas seria a instalação de bombas e drenos de alta pressão ao redor das máquinas; outra ainda — a mais cara — seria a construção de uma segunda e mesmo de uma terceira linha de defesa, para a eventualidade de não funcionar a primeira. Por trás desses conceitos perfeitamente plausíveis está a ideia de estabelecer uma espécie de estabilidade infraestrutural; a palavra “resiliência” remete aqui ao objetivo de fazer o sistema rapidamente voltar ao seu funcionamento normal.

Os críticos de estratégias de atenuação como esta afirmam que assim não se está pensando fora da caixa. Para eles, as estratégias precisam ser mais adaptativas, no sentido de trabalhar com as perturbações, em vez de

tentar se defender contra elas e manter a cidade num equilíbrio instável. A proposta adaptativa para a usina de energia é abandonar a localização à beira-rio, transferindo-a para um lugar mais elevado no interior. Com a transferência, a usina passaria a ser de menor escala, pois as terras mais elevadas de Manhattan são tão densamente construídas que várias usinas teriam de fazer o trabalho de apenas uma à margem do rio. A ideia de adaptação em propostas como esta significa que a forma construída teria de mudar frente ao caráter imprevisível dos acontecimentos.

A divergência entre estratégias de atenuação e adaptação ficou evidente, depois do furacão Sandy, quando meus colegas Henk Ovink e Eric Klinenberg foram convidados pelo governo e a Fundação Rockefeller a apresentar propostas de projetos a respeito das mudanças climáticas em Nova York. (Ovink é atualmente “ministro das águas” na Holanda; Klinenberg, especialista em sociologia das catástrofes.) A organização Rebuild by Design destinava-se a enfrentar o catastrofismo segundo o qual milhões de pessoas terão de abandonar cidades costeiras como Nova York no século vindouro, ou o pessimismo da ficção científica hollywoodiana, segundo o qual chegamos ao fim da civilização.¹²

A abordagem de atenuação é bem exemplificada pela berma “Linha Seca” (“*Dryline*”) proposta para a orla sul de Manhattan pela empresa de Bjarke Ingels, já mencionada aqui como idealizadora de um Googleplex que isolava da cidade esse “foco de inovação criativa”. A *Dryline*, remetendo de certa forma ao parque High Line, que aproveitava uma ferrovia elevada desativada, seria basicamente uma berma de 16 quilômetros, uma divisa construída ao longo da extremidade sul de Manhattan com terra e areia, pouco além da orla, tendo por cima e por trás parques recreativos, trilhas urbanas e semelhantes. Desse modo, a *Dryline* promete prazer na sua criação de espaços de lazer, ao mesmo tempo em que a berma serve de defesa contra os vagalhões. O problema, como assinala o cientista climático Klaus Jacob, é que a *Dryline* tem altura fixa (atualmente 4,5 metros), e com a elevação do nível do mar poderá ser sobrepujada até mesmo por ondas nem tão grandes.

Como no caso do radialista, os idealizadores ficaram presos num cálculo fechado e predeterminado. E, como nas ruas próximas do Googleplex, não é realmente possível isolar o ambiente circundante, a longo prazo. Mas se dá apenas a ilusão de uma segurança sustentável, o grande mérito do projeto é apear a água da sua soberania maligna sobre a cidade, num clinâmen cli-

mático. Além disso, em si mesmo o planejamento dos parques é bom, com muita riqueza de detalhes ao longo dos 16 quilômetros da berma, embora muitos deles fossem varridos do mapa se ela viesse a ser inundada.¹³

Um projeto da Rebuild by Design que enfatiza a adaptação é a berma “Quebra-Mar Vivo” que está sendo construída ao redor de Staten Island, bem em frente à Dryline, especialmente na área de Tottenville, no litoral sul. O projeto consiste numa série de bermas que entram pela água, com o objetivo de proporcionar “um sistema de proteção em camadas”. Essas bermas são construídas de maneira a se desgastar e se refazer com o tempo, pois a hidrologia das bermas escavadas em estruturas de profundidade significa que serão gradualmente refeitas pela ação das marés; as dunas entre os quebra-mares são planejadas para se desgastar lentamente no processo menos traumático das marés. Esse projeto se destina a sustentar bancos de ostras em Tottenville, resultado antes produtivo que de lazer, como no caso do principal atrativo da Dryline. A diferença entre as duas bermas está no interesse que apresentam para o público. Os Quebra-Mares Vivos representam um benefício produtivo que os olhos não veem; o cidadão urbano precisa entendê-lo intelectualmente para lhe dar valor. A Dryline tem visibilidade garantida; seu etos é de facilitação para o usuário.

Os parques de delimitação rígida como os construídos por Burnham, substituindo terras úmidas por concreto, infelizmente diminuem a gestão natural das águas por algum dos tipos de berma. Embora seja uma forma flexível de pensar a gestão da terra firme, a construção de bermas também é mais que um projeto de modelagem do solo. Ela levanta questões sobre o que deve ser plantado para fazer com que as terras úmidas funcionem; por exemplo, certos tipos de junco transplantados, relativamente insensíveis à água impregnada de fenol, são necessários para convidar a Natureza a voltar, dissipando quimicamente a impregnação e criando um abrigo para os peixes. Como a ecologia ambiente é muito diferente de uma condição primitiva, pouco se consegue sem nada fazer e deixando que as coisas voltem por si mesmas a seu estado natural.

Existe por trás dos debates sobre atenuação e adaptação uma ampla questão ética. As mudanças climáticas são em grande medida causadas pelo homem. Ele deve, portanto, pensar sobre o seu lugar na natureza com mais humildade, trabalhando com ela em vez de tentar dominá-la.

O sublime sombrio — Desde a Antiguidade, a imensidão das montanhas parecia torná-las inabitáveis, impossíveis de domesticar, ao passo que a civilização podia perfeitamente florescer nos vales ou em terras planas próximas do mar. No fim do século XVIII, escreve Marjorie Hope Nicolson, em contraste com “a padronização, a regularidade, a simetria, a contenção e a proporção” impostas horizontalmente pelo homem ao mundo natural, nas cidades, as grandes cadeias de montanhas simbolizavam “diversidade, variedade, irregularidade e acima de tudo [...] indefinição e vastidão”. Assim é que Byron escrevia:

Above me are the Alps,
The palaces of nature, whose vast walls
Have pinnacled in clouds their snowy scalps,
And throned eternity in icy halls
Of cold sublimity, where forms and falls
The avalanche — the thunderbolt of snow!
All that expands the spirit, yet appals,
Gather around these summits [...]*

Era uma visão sombria e destrutiva do sublime: a Natureza apequenando as conquistas do Homem. Hoje a água tomou o lugar das montanhas como um sublime maligno. As montanhas são impassíveis, imóveis, ao passo que a água maligna ataca inesperadamente nos furacões ou entra em greve nas secas.^{14, 15}

O temor diante da Natureza foi um grande tema da época romântica, exemplificado nos escritos de Senancour e na pintura paisagística da época: os americanos se remeterão à Escola do Rio Hudson, os europeus, a Caspar David Friedrich. O *Homo faber* está ausente dessas paisagens, a natureza é vista em toda a sua virgem imensidão. Friedrich associava essa visão assombrada ao sentimento equivalente do medo, parecendo suas solitárias figuras humanas a ponto de cair no abismo de um vale ou de um rio torrencial. É uma forma de encarar a Natureza diferente da visão do Iluminismo, na qual

* Acima de mim estão os Alpes, / Os palácios da natureza, cujas amplas muralhas / Elevaram às nuvens seu escalpo nevado, / E entronizaram a eternidade em salões gelados / De fria sublimidade, onde se forma e degradingola / A avalanche — a catástrofe de neve! / Tudo que expande o espírito, mas horroriza, / Se forma nessas alturas [...]. (N. do T.)

Walpole e outros como ele se sentiam à vontade em ambientes naturais, e diferente também, num período anterior, das pinturas da natureza de Claude Lorrain — telas nas quais obras monumentais de arquitetura são inseridas tranquilamente para reforçar e acentuar a forma dos vales, campos e rios. Claude encara as obras do *Homo faber* como uma continuidade em relação à paisagem; já Friedrich não: ele dramatiza a ausência dos confortos criados pelo homem para levar o espectador a sentir subjetivamente a sua pequenez.

A água maligna é mais uma evolução do sublime sombrio, indo além da visão romântica, da qual está ausente a mão do Homem. Agora a escuridão se manifestou por causa do que o *Homo faber* faz, acreditando hoje muitos ecologistas que a Natureza está revidando. Se estivesse vivo, Martin Heidegger certamente diria “Eu bem que avisei!”, referindo-se aos traumas climáticos provocados pelo homem. “Vocês tinham uma ideia equivocada da natureza, achavam que podiam submetê-la à sua vontade.” No seu próprio caso, à parte a ideologia nazista, a retirada da cidade decorreu do desejo de viver menos agressivamente, de estar mais em paz com a natureza.

Esse desejo tem um longo pedigree, remontando, como vimos no Capítulo 2, ao momento em que Virgílio se retirou de Roma. Rousseau é quase contemporâneo de Walpole no século XVIII; seus hinos de louvor à vida simples ao ar livre, à amamentação no peito até o segundo ano de vida, ao uso de roupas feitas em casa tinham forte apelo para seus contemporâneos. Como ele, eles comparavam essas formas naturais de viver e habitar com os artifícios da cidade. Na época industrial, pareceu a Marx que as fábricas poluentes e os campos abandonados faziam parte da grande transformação da sociedade moderna; exatamente como o trabalho proletário, a Natureza também era explorada. Já nos *Grundrisse* ele escrevia: “A natureza se torna [...] puramente um objeto para os homens, algo meramente útil, não sendo mais reconhecida como uma força que atua por si mesma [...] os homens submetem a natureza às exigências de suas necessidades, seja como artigo de consumo ou meio de produção.”^{16, 17}

Cabe notar que só pessoas de uma certa classe podiam se aproximar amigavelmente da Natureza. Uma mulher usando em casa simples roupas de musselina, *à la* Rousseau, precisaria de uma lareira acesa o tempo todo para se aquecer. Esse estado de quase nudez exigiria uma casa bem isolada; os pobres se amontoavam porque suas cabanas eram precárias. Um equivalente

moderno da musselina seria a granola orgânica, que é simples, deliciosa e cara. No ambiente construído, ecologias verdes equivalem, nas cidades inteligentes de Masdar e Songdo, a construções caras. O desafio consiste em estabelecer com a Natureza uma relação simples mas sem privilégios. Uma relação que precisa ser construída.

Para enfrentar a crise climática, a variante da famosa pergunta de Hamlet — “Construir ou não construir...” — tem uma resposta bem clara: construir. O ambiente precisa ser construído de maneira diferente. A maneira ética de construir nas cidades aceita o primado da adaptação. A pura e simples atenuação é uma estratégia desonesta. Hoje a água maligna tem sobre nós um poder que não podemos reverter; como em outras áreas da experiência, precisamos trabalhar com as forças que nos são hostis. Mas esses remédios vão mais fundo. A atenuação e a adaptação são modos básicos de toda construção. Essas duas formas de reagir às imprevisíveis mudanças climáticas apontam para todo o trabalho necessário para fazer uma *ville*.

II. Ruptura e acréscimo — O tempo urbano “normal”

A construção da *ville* ocorre em dois contextos temporais. No primeiro, a flecha do tempo voa com constância; prédios e espaços são lentamente acrescidos ao ambiente. As coisas adicionadas ao ambiente construído muitas vezes são pequenas: uma casa construída ou reformada, um pequeno parque de proximidade. No segundo, a flecha do tempo se desloca por meio de grandes e ousadas declarações que rompem com o que antes existia no ambiente. É o tempo do megaprojeto, sejam os esgotos de Bazalgette, as ruas de Haussmann, os bairros de Cerdà ou o parque de Olmsted. O primeiro tempo tem caráter adaptativo, levando em conta o contexto do que já foi feito. É o terreno do “crescimento lento” preconizado por Jane Jacobs. O segundo pode parecer um tempo maligno, violando ou apagando o contexto, como o Plan Voisin de Le Corbusier ou tantas cidades inteligentes que se gabam de romper as formas urbanas tradicionais. O “agora” se torna adversário do “antes”.

O terreno do crescimento lento, da adaptação, do acréscimo, se agarra sentimentalmente a nós, mas a ruptura é inevitável no moderno ambiente construído, no mínimo porque os prédios modernos expiram mais rapida-

mente que muitos prédios de períodos anteriores. Hoje em dia se estima que a expectativa de vida das grandes torres comerciais seja de trinta e cinco a quarenta anos, ao passo que os terraços georgianos que já duram centenas de anos poderiam durar outras centenas. Os motivos não estão na má qualidade da construção, mas na rigidez das especificações, consequência do direcionamento preferencial dos investimentos para estruturas construídas com finalidades absolutamente predeterminadas. À medida que os hábitos mudam, a habitação evolui, os prédios sobrevivem à sua existência útil.

Essa ruptura caracteriza as estradas de Xangai que não dão em lugar nenhum, pelas quais passei com Madame Q. Algo exatamente semelhante está acontecendo em muitas áreas do South Bank londrino. Os novos prédios terão vida útil muito mais curta que os antigos, em virtude da rigidez forma/função numa cidade que evolui com rapidez. O caráter camaleônico da paisagem urbana moderna reforça a aura do antigo — que parece mais sólido, durável e resiliente que a líquida modernidade do presente.

Os contrários do acréscimo e da ruptura estimulam hoje os debates em todo o mundo sobre o desenvolvimento urbano. Os projetos que rompem com a malha urbana existente tendem a favorecer o exercício do poder, especialmente as estruturas públicas simbólicas tão caras aos políticos — estádios olímpicos, museus de arte, aquários (que estiveram muito na moda alguns anos atrás). Um aquário não tem grande valor para uma escola que luta para encontrar recursos para a compra de livros. O apelo do crescimento pelo acréscimo é assim fortalecido, pois ele pode parecer um desenvolvimento de baixo para cima em cidades governadas de cima para baixo.

Mas na *cit*é, um imigrante asiático que queira mandar o filho para uma boa escola num bairro distante, e ouça que “O senhor terá de ter paciência, as pessoas demoram para mudar de atitude”, pode pensar na ruptura, socialmente, como um agente de justiça. Da mesma forma na *ville*. O simples tamanho da moderna megacidade indica a necessidade de grandes formas urbanas radicalmente novas. A Cidade do México, por exemplo, provavelmente tem 25 milhões de habitantes, espalhados por um enorme território. Em sua maioria, eles são pobres e não encontram trabalho localmente; fazem viagens de duas a três horas de duração para ir e voltar do trabalho. Para navegar numa cidade do tamanho da Holanda, precisam de uma resposta melhor que as soluções

de ampliação da oferta de transportes que até agora lhes têm sido oferecidas, e que fracassaram. Precisam que algo grande mude na cidade.

Esse debate sobre as dimensões da ruptura e do acréscimo, portanto, é complicado demais para ser reduzido a um confronto entre “de cima para baixo” e “de baixo para cima”. Uma das maneiras de fazer avançar o entendimento do tempo urbano é relacioná-lo ao tempo das mudanças climáticas. As grandes rupturas poderiam ser equiparadas a uma tempestade que atinge a cidade? Do ponto de vista de Jane Jacobs, deveriam sê-lo. Tal como na autoestrada com que Robert Moses queria cortar Washington Square em Nova York, elas são projetos “cataclísmicos”; é também assim que Benjamin imagina o progresso, uma tempestade provocada pelo homem e semeando destruição. Ruptura = trauma.

Como na questão das mudanças climáticas, na qual queremos praticar ao mesmo tempo a adaptação e a atenuação, faz mais sentido pensar no acréscimo ao longo do tempo e na ruptura deliberada como formas de construção da *ville* que podem existir paralelamente. Na verdade, é preciso que assim seja: a construção de uma nova estação ferroviária para moradores da Cidade do México ou a substituição de fábricas funcionando a carvão por geradores de energia solar em Pequim não são projetos suscetíveis de amadurecer lentamente ao longo do tempo, mas as adaptações locais podem levar muito tempo para funcionar.

Battery Park City — Um bom lugar para avaliar o equilíbrio entre ruptura e acréscimo é Battery Park City, um novo bairro na extremidade sul de Manhattan que foi o mais atingido pelo furacão Sandy. Battery Park City foi construído basicamente nas décadas de 1980 e 1990, num aterro sanitário, para criar uma vizinhança mais mista que a das torres de escritórios de Wall Street a leste. A ideia era construir uma *ville* que se parecesse com o resto da área residencial de Manhattan, refletindo a grelha inicialmente traçada para a cidade em 1811. Stanton Eckstut, o principal planejador do bairro, expressou bem diretamente a filosofia do seu trabalho: “A maioria dos prédios terá de ser arquitetura de pano de fundo, embora alguns possam chegar ao ‘estrelato’. Mas a maior prioridade é a rua bem traçada.” Neste sentido, sua filosofia ia diretamente de encontro ao Plan Voisin de Le Corbusier. Seu impulso de imitar o padrão de ruas existente levou a outras

iniciativas semelhantes de planejamento, como a recriação da muralha de prédios das ruas de Manhattan ou a imitação da variedade de fachadas de residências baixas das ruas do Upper East Side e do Upper West Side. O paisagismo de Battery Park City, a cargo do arquiteto paisagista M. Paul Friedberg, recria uma Nova York que muitos nova-iorquinos gostariam que de fato tivesse existido: um belo plantio de árvores não contaminado por décadas de urina de cães; canteiros de concretos cheios de lindas flores que ninguém roubou. O plano tem globalmente uma lista de cinco princípios: “1. Pensar pequeno; 2. Usar o que já existe; 3. Integrar; 4. Usar as ruas para abrir lugar; 5. Estabelecer linhas-mestras de traçado.”

Os críticos dessas diretrizes dizem que Battery Park City parece uma simulação de um tempo embelezado, o passado idealizado, como Xintiandi em Xangai. Sua diversidade é uma diversidade instantânea, deliberadamente alcançada de uma só vez. As ruas imitadas em Rector Place, pelo contrário, alcançaram sua diversidade de fachadas porque foram sendo construídas lentamente, ao longo de várias gerações, cada geração acrescentando seus próprios gostos. Além disso, as variações nas formas internas de construção e a relação do centro baixo dos quarteirões com os limites altos e verticalizados surgiram em consequência da diversidade de padrões econômicos e do uso ao longo dessas gerações; as ruas parecem complexas porque refletem o acúmulo de diferenças nas maneiras como ali se vivia.

Qual a lógica temporal por trás dessa crítica? Os elementos de acréscimo constituem um tema com variações, uma forma-tipo, criada pela interseção do construir com o habitar. Veja-se, por exemplo, o mais trivial objeto urbano, a escada de entrada de um prédio. São degraus especificados pelo código de edificações de Nova York na década de 1890 para reformar a construção habitacional nas áreas pobres da cidade. Foram concebidos em dimensões amplas simplesmente para permitir a entrada e saída de prédios muito populosos; mas os moradores desses prédios aos poucos foram colonizando os degraus como espaço de socialização, especialmente no causticante verão da cidade, espalhando cobertores para sentar ou usando os degraus como mesas para comidas e bebidas. Não era um caso de desabilitar uma velha forma para um novo uso, mas de transformá-la numa forma mais complexa, não limitada a um único uso, e assim (em termos de sistemas), mais aberta.

O acréscimo em Battery Park City é um tipo peculiar de construção em forma-tipo. Os planejadores aplicaram por atacado a um novo lugar os resultados do desenvolvimento do tipo tema com variações; ou seja, não fizeram eles próprios o trabalho de variação, indo buscá-lo em outros lugares para se apropriar. Pode parecer uma forma de trapacear, mas essa comunidade instantânea construída sobre um aterro sanitário envelheceu bem. Battery Park City preservou basicamente seu caráter de classe média, ao passo que as áreas ao redor — Tribeca e Wall Street — caíram implacavelmente nas mãos dos ricos. Além disso, os moradores de fato habitam a vizinhança; há toda uma variedade de grupos comunitários organizados que fazem de tudo, da limpeza do lixo deixado pelos turistas à participação em eventos promovidos nas salas de reunião do piso térreo das torres da comunidade.

Ainda assim, existe um problema nessa apropriação, que fica evidente nos espaços de lazer das crianças. As crianças pequenas que brincam nas caixas de areia muito bem cuidadas ficam felizes, mas os campos de jogos da North End Avenue, entre as ruas Murray e Warren, muitas vezes ficam desertos. O motivo é mais profundo que a simples diminuição da população de adolescentes na cidade. Os lugares agradáveis ali criados para o convívio e o lazer contrastam com quadras de basquete como as da esquina da Sexta Avenida com a Rua 3, lugares a que as crianças têm acesso de metrô de todas as partes da cidade. Essas quadras de basquete têm cercas de malha de ferro, com apenas algumas poucas árvores. Os caminhões e táxis roncando e buzinando na Sexta Avenida geram um barulho ensurdecador que se soma aos rádios portáteis sintonizando músicas latinas ou de rap. Tudo nesses locais de lazer superlotados é superfície dura. Mas os adolescentes, inclusive os de Battery Park City, são atraídos por eles, pois ali fizeram sua própria apropriação; ela não foi feita para eles.

Na comunidade de Eckstut há uma grande ruptura: uma gigantesca torre de escritórios chamada Brookfield Place, concebida pelo arquiteto César Pelli, com um jardim tropical interno na base e uma marina para iates do lado de fora. A torre rompe com o etos da vizinhança: as plantas tropicais morreriam se fossem expostas ao ar de Nova York, e os proprietários dos iates não são moradores locais. Por mais feio que seja o prédio, uma coisa boa na torre Pelli é o fato de não tentar esconder que representa uma ruptura no contexto local.

Desde o início do projeto, a ruptura foi preestabelecida, pois o financiamento estava a cargo de canadenses que no caso — bem à maneira dos investimentos manipulados por controladores — estavam comprando espaço, e não um lugar.

Émile Durkheim disse certa vez, de modo memorável, que “o homem não se reconhece” quando mergulhado em novas formas de ação coletiva. Na geração anterior a Durkheim, a frase se aplicava dramaticamente aos soldados americanos que pela primeira vez fizeram guerra mecanizada contra civis, prática que surgiu na guerra civil americana; eles ficavam perplexos com seus próprios atos. Durkheim considerava que a perplexidade dos soldados se aplicava de maneira mais genérica: uma ruptura desorienta a consciência de si mesmo e dos outros. Para uma corrente de pensamento contrária, as rupturas são um chamado à ação. Os militantes sindicais radicais, por exemplo, tomaram a greve como um momento de despertar político, e não apenas como uma técnica de barganha; a paralisação esclarece o que está errado com o sistema.¹⁸

O pensamento em termos de sistemas abertos encara uma ruptura como algo capaz de alterar todo um sistema — ela por assim dizer desperta o sistema, criando pontos de virada. Uma pequena mudança suscita mudanças maiores, como no proverbial caso da borboleta e da tempestade. Num sistema fechado, pequenos eventos se acumulam e se agregam, mas não viram; pelo contrário, vão se somando passo a passo, de um jeito estável e linear. Se acontece algum crescimento, é simplesmente por haver maior quantidade de alguma coisa, e não pelo súbito desencadear de algum movimento que rompa o padrão existente.

Em Nova York, os planejadores esperavam que Battery Park City fosse um ponto de virada urbano, provocando mudanças muito maiores em Lower Manhattan, fazendo com que Wall Street deixasse de ser uma máquina financeira e se tornasse uma área misturando habitações, escolas, escritórios, galerias de arte e pequenas lojas. O lento crescimento cumulativo do tipo Jacobs, disseminando-se de Tribeca a Wall Street, aparentemente não desencadeou a mudança de escritórios para ambiente residencial pretendida pelos planejadores; era necessário um grande e dramático projeto — ainda que tentasse parecer ser exatamente o mesmo que o resto da cidade. Mas Battery Park City não “virou”, por causa da autoestrada West Side, de oito pistas de rolamento, que fica num dos seus lados. Ela se revelou uma autêntica fronteira, e não uma barreira, impedindo o projeto de penetrar, poroso, nas cercanias.

A torre de escritórios de Pelli ao mesmo tempo cria uma ruptura com as imediações residenciais e de recreação e é um marco arbitrário de valor — exatamente como o banco de plástico, só que infinitamente mais oneroso. Ela declara: “Está aqui o que você quer, se estiver buscando um escritório com revestimento de madeira e vista para a Estátua da Liberdade, não importando qual seja o contexto mais próximo.” Se “você” for um morador local, ou se você gosta de prédios de qualidade, a torre de Pelli é um marco negativo, pois Nova York está cheia de torres comerciais exatamente como ela, que fizeram o percurso diretamente de um fichário de arquiteto para o solo. Ainda assim, algo positivo pode ser dito sobre essa ruptura arbitrária do sonho de Battery Park.

Essa imposição arbitrária contrasta com projetos de orla como Heron Quays, nas Docklands de Londres, onde parecemos estar diante de uma parte da cidade de outra época. A simulação de uma estrutura muito grande, como se sempre estivesse estado ali, é uma forma de ocultar exatamente a escala da intrusão na malha urbana. Ao criar a ilusão de um prédio de época diferente, a própria presença da estrutura é legitimada. O julgamento é obnubilado pela impressão de um fato há muito consumado, a cujo respeito nada se pode fazer. Ao passo que aqui, em virtude do monstrengo urbano, não podemos deixar de ter consciência da imposição, da afirmação de um valor diferente. Como lamentavelmente vim a me dar conta, é esta exatamente a função que meus bancos de plástico tentam exercer na outra extremidade da escala econômica e social, declarando em frente a prédios deteriorados que existe algo de valor ali, algo que não está no contexto.

A este respeito, Le Corbusier legou a imagem errada de ruptura. Sua ideia de rompimento com o passado era apagá-lo, arrasá-lo e construir sobre ele, de tal maneira que o habitante urbano perdesse toda noção do que ali havia antes. Uma boa ruptura não é um apagamento, seja na arte ou na vida. O pintor moderno Cy Twombly cita o pintor setecentista Nicolas Poussin nos títulos de algumas de suas obras e em fragmentos de imagens, com o único objetivo de dar relevo a suas linhas gotejantes e respingadas. Da mesma forma, a boa ruptura poderia ser um prédio que gritantemente não se adequasse a uma vizinhança tradicional, ou um parque que, como os Quebra-mares Vivos, não tenha a aparência do jardim recreativo normal, ou um espaço público como o playground sobre a usina de tratamento de esgoto. É este o ponto de ruptura proposital: ele é capaz de criar consciência do lugar destacando o seu contexto.

O planejamento contextual é sedutor porque respeita o ambiente que se desenvolveu com o tempo, aquele entrecruzamento temporal do habitar e do fazer ignorado pelo arrasa e constrói corbusiano. Não altere aquele lintel georgiano, não derrube aquela árvore, seja discreto se acrescentar uma nova janela, certifique-se de que ela vai combinar com o resto: respeite. Como toda sedução, contudo, o planejamento “em contexto” pode decepcionar; não é disso que se trata no contexto moderno. A paisagem urbana comum a Chicago e Xangai consiste em McDonald’s, Starbucks, Apple, o caixa eletrônico do HSBC; ou, num patamar mais caro, Gucci e o showroom da BMW. O contexto de uniformidade se estende à infraestrutura. Se as torres de Xangai e Chicago fossem completamente desnudadas, seus esqueletos de aço mostrariam uma estrutura praticamente idêntica (na verdade, as grandes firmas de engenharia de ambas as cidades provavelmente compraram o aço dos mesmos fabricantes, assim como quase todos os outros componentes da construção). A padronização sem caráter é o “contexto” da moderna *ville*.

Aqui será bom avaliar a relação da adoção e da ruptura numa crise climática com essa relação na construção comum. O equilíbrio ético é diferente. A adaptação às mudanças climáticas reconhece os limites do Homem para construir uma saída da crise. Em tipos comuns de construção, a adaptação pode ser uma submissão ao poder gerado pelo homem.

Pensar em contexto, praticar o planejamento adaptativo, significa que introduzimos mudanças lentamente, para que não perturbem a ordem das coisas, sendo gradualmente absorvidas e integradas ao que veio antes. Esse gradualismo é uma forma de privilegiar a mudança sem atrito. Suas alterações são de caráter conservador: não se pode construir algo que se destaque, o comportamento é prudente, para não causar problemas. As necessidades não são urgentes: a criança negra pretendendo ser matriculada numa escola de brancos terá de esperar. Não há nenhuma crise.

O passado não é melhor só porque já aconteceu. Da mesma forma, o novo não é melhor só porque é diferente do passado. Os arquitetos pretensiosos tendem a transformar a ruptura num fetiche, como cidadãos do mesmo mundo em que as galerias de arte enriquecem vendendo arte “transgressora”, as start-ups de tecnologia prometem “revolucionar” a indústria, os bancos de investimento tentam ganhar dinheiro com instrumentos financeiros nos

quais ninguém tinha pensado antes. Mas ainda assim, sem a ruptura de cada maneira de construir, tanto a *ville* quanto a *cit * definham.

Como vimos, no reino das mudanças climáticas, o tempo projeta a longo prazo um tipo diferente de sombra da que é projetada em seu irregular curto prazo, ainda em desdobramento. No reino corriqueiro da constru o, o tempo existe em duas dimensões semelhantes: o longo prazo da forma acrescida e as formas que rompem as tipologias de malha ou constru o no presente. Que diferença exatamente essas sombras fazem na questão da qualidade do ambiente construído?

Para responder, pode ser útil pensar no papel desempenhado pelo tempo na perícia artesanal. Essas habilidades se desenvolvem lentamente; vale dizer, elas se vão agregando. Os c culos que fiz para *O artífice* levaram   hoje bem conhecida “regra das 10 mil horas”: o período necessário para dominar as complexas habilidades de quem joga t nis profissionalmente, toca violoncelo ou se torna um bom cirurg o. Além disso, cada uma das habilidades que compõem uma prática artesanal   contextual; as técnicas de corte do bom cirurg o precisam estar relacionadas à cuidadosa libera o das carnes e aos muitos outros tipos de gestos especializados de que ele terá de se valer durante a opera o.

Mas para que o artesão possa improvisar habilidades é preciso que ocorra uma ruptura, uma explosão de talento. Se algo estiver fora do lugar, se algo não puder ser assimilado no reino do já conhecido, a ruptura pode levar o carpinteiro ou cirurg o a repensar o que o profissional já sabe. No mundo da perícia artesanal, essas rupturas são pontos de virada de um tipo especial e valioso: as habilidades do artesão se aperfeiçoam por terem enfrentado o inesperado: velhas habilidades se expandem ou novas são acrescidas. Não estou descrevendo um estado ideal, e sim os meios graças aos quais a maioria dos artesãos que observei se torna melhor no seu trabalho: em momentos cruciais, eles precisam desfazer aquilo que até então tinham como líquido e certo. Da mesma forma, Festinger constatou que a ruptura numa rotina — gerando uma dissonância cognitiva — provocava e estimulava animais em seu laboratório; na outra extremidade do espectro, John Dewey sustentava que os artistas se desenvolvem enfrentando resistências.

No ambiente construído, a ruptura não melhora inevitavelmente a qualidade da constru o. Ela pode provocar, pode despertar a consciência

do ambiente, de ambientes contrastantes — como no caso da torre de Pelli —, mas a consequência não é intrinsecamente uma melhor construção. Em nenhuma das cidades que estudamos, de Xangai a Chicago, o fato de um prédio ou plano representar uma nova forma ou rasgar uma fenda numa malha existente melhorou por si mesmo a qualidade do ambiente construído. Um filósofo idealista como Benedetto Croce — o amigável antagonista de Dewey — diria, naturalmente, que a qualidade de algo é independente do tempo em que existe. Mas a uma pessoa de espírito prático a afirmação pode parecer desconcertante. A construção não é uma arte? Por que, então, não deveria obedecer às regras da perícia, tornando-se melhor no jogo de acréscimo e ruptura ao longo do tempo?

Essas evasivas e comparações éticas se resumem numa questão clara: como no artesanato, um ambiente de boa qualidade é aquele que pode ser consertado.

III. Consertar — A busca da qualidade

Resgatando um clichê — As palavras “resiliência” e “sustentabilidade” são clichês que dominam o urbanismo hoje em dia. Todo mundo é a favor, o que quer que signifiquem: as Nações Unidas, a Fundação Rockefeller, os construtores de Masdar e na verdade a maioria deles, todo mundo faz o elogio da dupla para legitimar empreendimentos, sejam bons, ruins ou indiferentes. Os parceiros nesse casamento de clichês não são, no entanto, exatamente idênticos. Na música, uma nota sustentada tem a propriedade de suspender o tempo. Da mesma forma, na construção, “sustentável” pode significar resistente, permanente, durável. Ao passo que “resiliente” significa capacidade de recuperação de forças ou pressões que ocorrem no tempo. Um metal resiliente é capaz de absorver tensões, de modo a não se quebrar nem se deformar em caráter permanente; ele volta ao estado original. No artesanato, um objeto resiliente pode ser consertado; o mesmo quanto a um ambiente resiliente. Com o tempo, ele pode restabelecer sua condição original.

As cidades constantemente estão necessitadas de reparos — o que não é nenhuma novidade para qualquer urbanita passando por ruas esburacadas, sofrendo com panes elétricas ou viajando em transportes públicos

antiquados. Em termos práticos, os consertos de construções defeituosas custam mais que fazer o trabalho direito desde o início. A manutenção feita com relaxamento ou contando tostões torna mais difíceis quaisquer reparos nos transportes, como no caso das linhas dos sistemas metroviários de Nova York e Londres. Da mesma forma, uma adequação mais livre entre forma e função teria evitado os enormes investimentos que Xangai precisa fazer agora para consertar suas estradas para lugar nenhum. Num sistema fechado, quando algo dá errado em determinado elemento, todo o sistema pode parar de funcionar ou entrar em colapso, como acontece na gestão de cima para baixo quando erros apresentados como ordens envenenam todo o organismo corporativo.

De modo geral, uma cidade aberta é mais suscetível de reparos que uma cidade fechada. Sua operação é mais solta, suas relações de poder, mais interativas que diretivas, e assim ela é capaz de se adaptar e reprogramar quando as coisas dão errado ou chegam ao fim de sua vida útil. Isto em princípio. Na prática, como uma cidade aberta deve proceder a reparos, como pode se tornar resiliente?

O urbanista tem certas coisas a aprender com o artesão em matéria de consertos. Ao cuidar de um vaso quebrado, o artesão pode adotar três estratégias diferentes: restauração, retificação ou reconfiguração. São as mesmas estratégias que uma cidade pode usar quando atacada por mudanças climáticas ou sofrendo uma ruptura interna.¹⁹

Formas de conserto — Ao restaurar um vaso, o artesão tenta fazer com que o objeto fique parecendo novo. Usa todos os pedaços possíveis da porcelana quebrada, completa com materiais fabricados segundo a fórmula original, usa cola transparente. Ao restaurar uma pintura, esse tipo de reparo é mais complicado, pois o restaurador precisa decidir, digamos, no caso de uma paisagem do início do Renascimento, que estado será restaurado — o momento inicial em que a obra foi completada ou uma época, talvez dois séculos mais tarde, em que a paisagem ficou famosa. Em ambos os casos, contudo, o trabalho do artesão deve ficar invisível, e o tempo, suspenso.

Alternativamente, um vaso poderia ser consertado por retificação. Nesse tipo de trabalho, o artesão usaria uma fórmula moderna de porcelana, em

vez de imitar o original, e, para colar o objeto, um produto mais forte que o original, mas aparecendo na superfície do pote. O mesmo tipo de retificação acontece no conserto de um computador, com a substituição do chip de memória original por outro aperfeiçoado, de tal maneira que o aparelho funcione com mais rapidez. Ainda assim, na retificação, o objeto continua a fazer o que fazia originalmente: o vaso contém a mesma quantidade de água para flores; o computador roda os mesmos programas. A mão do artesão fica evidente no objeto retificado, e a retificação, sob certos aspectos, é melhor que o original.

Um terceiro tipo de reparo consiste na reconfiguração. Neste caso, o fato de algo ter-se quebrado serve de oportunidade para tornar o objeto diferente do que era, tanto na forma como na função. O artesão diante de um vaso quebrado decide usar os pedacinhos para fazer uma bandeja, e não mais um vaso, envolvendo-os numa cola cáustica para aparar as arestas: o objeto velho-novo pode assim conter frutos ou carne, sendo recomposto em função e forma. Até a época moderna, os ceramistas mais econômicos faziam isto o tempo todo, e assim poucos materiais valiosos eram descartados. A reconfiguração funciona do mesmo modo no uso econômico de máquinas: os vidros e o aço de um velho automóvel são derretidos e aproveitados nas janelas e vigas estruturais de um prédio. Na reconfiguração, o artesão se torna um inventor de formas, não sendo mais apenas o servidor de formas concebidas por outros. O objeto original serve de material para um trabalho que segue adiante no tempo, com materiais que se tornam lucrecianos, assim como as configurações materiais de Lucrécio não tinham forma nem destino predeterminado.

Essas três formas de reparo abarcam todo o leque de alternativas da forma fechada à aberta. A restauração é um tipo fechado de reparo: o modelo é que manda, nos materiais, na forma e na função; na retificação, os materiais são de livre uso, mas persiste um vínculo estreito entre forma e função; na reconfiguração, esse vínculo é afrouxado, embora os materiais continuem sendo os do original.

Os equivalentes urbanos da restauração, da retificação e da reconfiguração nos deixam mais perto de entender a resiliência. Em Xangai, as simulações para efeito de vendas de uma aldeia vitoriana ou de uma cidade

ao estilo Bauhaus são restaurações em que a mão do criador moderno deve ficar invisível. Um trabalho de retificação como o da cidade-jardim de Mumford emprega uma série de materiais, velhos e novos, fazendas e fábricas, mas a união entre forma e função é estreita. A reconfiguração de uma cidade utiliza as formas abertas descritas no capítulo anterior: a forma-tipo possibilita o processo da variação, a *ville* se torna mais complexa pela criação de sincronicidades, menos determinadas graças à forma incompleta, mais interativa socialmente por causa dos limites porosos, pontuados pela vontade: o vínculo entre forma e função se afrouxa por todos esses motivos, e a cidade fica livre para evoluir. Ela se abre.

Entendido nesses termos, o reparo tem ressonâncias políticas. O equivalente social da restauração do estado original do vaso quebrado é a restauração das origens de uma cultura — ou, por outra, o desejo de voltar a uma época edênica em que se parecia viver de uma forma pura e autêntica. Os nacionalistas sérvios, por exemplo, consideravam que sua cultura existia num estado puro no século XIII; os modernos “restauradores” sérvios guerreiam contra seus vizinhos muçulmanos, com os quais tinham vivido durante sete séculos, para resgatar essa pureza. A restauração da pureza nacional é um tipo fechado de resiliência.

A retificação tem caráter mais centrista e misto, como na tradicional crença dos americanos no equilíbrio de poderes num governo; a máquina do Estado pode continuar funcionando, ainda que se alterem os materiais humanos de que é feita. Os fundadores da Constituição americana acreditavam que, desde que os três ramos do poder diferissem, cada um deles poderia remediar os defeitos dos dois outros; deste modo, o sistema preservaria seu equilíbrio. (Da mesma forma, eles consideravam que o fato de os três ramos estarem sob controle da mesma facção, como acontece no momento, era receita certa de ditadura.) De um ponto de vista analítico, “sustentável” e “resiliente” se apartam nesse tipo de retificação. Ninguém quer que um mesmo partido ou facção seja sustentável no sentido de resistente e perdurável no tempo; mas queremos que o sistema seja resiliente, recuperando-se de inadequações ou incapacidades em qualquer das suas partes.

Por fim, a revolução é uma versão política da reconfiguração: o vaso do Estado está quebrado, façamos, portanto, algo diferente. Na realidade, as

mudanças políticas radicais utilizam os burocratas, os soldados e os recursos físicos existentes, reconfigurando-os num novo meio agregador, exatamente como os fragmentos de um vaso quebrado e reconfigurado. Como no caso da Revolução Russa: os velhos modos da instituição militar não mudaram com os bolcheviques, ainda havia hierarquias de comando — na verdade, elas se tornaram ainda mais rígidas, dispondo as tropas de menos autonomia em campo que na época imperial. De maneira mais aberta, uma reconfiguração política não é um apagamento do poder anteriormente existente; trata-se, na realidade, de repensar como seus elementos combinam ou não uns com os outros.

Tudo isto tem pertinência quando se trata de pensar como reparar uma cidade que sofre com as mudanças climáticas. A berma proposta por Bjarke Ingels promete sustentabilidade; vale dizer, mesmo com enchentes e tempestades de vento, ela se destina a durar. As bermas construídas nos Quebra-mares Vivos prometem resiliência recorrendo à reconfiguração como modo de reparo. Trabalham com a mudança, e não contra ela.

Hoje em dia Lucrécio seria um bom conselheiro no equacionamento das mudanças climáticas, em particular naquilo que afetam as cidades. Ele recomenda que não lutemos contra as turbulências do tempo, antes as aceitando, convivendo com elas e com elas trabalhando. O mesmo no que diz respeito aos conflitos entre ruptura e acréscimo de forma; essas “colisões e conjunções [põem] os materiais físicos num caminho imprevisível”, gerando clinâmen. Lucrécio não é aquele tipo de estoico que diz: seja passivo, não faça nada, entregue-se ao desespero shelleyano — na verdade, poucos estoicos antigos de fato recomendavam uma submissão inerte ao destino. Em grego antigo, a palavra *krisis* significava uma decisão, necessária quando as coisas alcançam um ponto crítico e não podem mais ser evitadas. O latim de Lucrécio nuançava essa palavra grega dizendo que precisamos decidir calmamente o que fazer diante de uma crise; o estoico desdenhava da mentalidade de crise, movida pela histeria ou pelo terror. Esse espírito antigo é o que as técnicas de resiliência deveriam buscar para promover a recuperação na cidade. A mais valiosa delas é a arte da reconfiguração.

Conclusão: Um dentre muitos

Kantstrasse — A Kantstrasse, uma rua longa, larga e reta, começa na zona comercial da parte ocidental de Berlim, passa por uma área mais sofisticada em torno de Savignyplatz e se torna mais adiante um centro da comunidade asiática da cidade, por fim se transformando na rua principal de uma parte da velha classe operária de Berlim. Eu comecei a estudar a Kantstrasse por causa do meu derrame. A perda de energia física é uma consequência instantânea quando estoura um fusível no cérebro, e essa energia só pode ser recuperada com exercícios constantes. Pois eu fortalecia meu corpo percorrendo a Kantstrasse em longas caminhadas; nelas, a rua parecia condensar a ética da cidade.

Os prédios monumentais e os espaços públicos que marcavam a Berlim imperial, nazista e depois comunista não são vistos ali. Um teatro maravilhosamente pomposo construído antes da Primeira Guerra Mundial, o Theater des Westens, de fato ancora a rua no seu início comercial, e existe ali perto um “marco” arquitetônico desses que chamam a atenção deliberadamente — a Bolsa de Valores de Berlim, no Fasanenstrasse —, estranhamente semelhante a um logotipo do McDonald's ampliado em três dimensões. À parte isto, as residências, lojas e a paisagem das ruas de modo geral não são dignas de nota.

A Kantstrasse é mais ou menos ignorada pela imensa população de jovens na onda que demandam em massa o centro e a parte leste de Berlim. Mas a rua é animada, interessante e cheia de personalidade em quase toda a extensão. Um ou dois lugares da Kantstrasse têm uma intensa vida comunitária,

como o Paris Bar, frequentado por boêmios burgueses de mais idade como eu, mas o Schwarzes Café ali perto é mais típico da rua, ficando aberto a noite inteira para sua clientela de jovens, poucos deles parecendo se conhecer.

Como em outras cidades grandes, há muitas pessoas solitárias vivendo na Kantstrasse e suas imediações; uma das estimativas de referência sobre pessoas que vivem sozinhas em cidades com mais de 2 milhões de habitantes oscila na casa dos 25 a 30%. Isto ocorre em grande medida porque os adultos estão chegando a idades mais avançadas, e também por causa do gradual desaparecimento da antes urgente necessidade de casar e ter filhos assim que se chega à idade adulta. Não faltam na Kantstrasse pontos de atração para solitários: lojas de conveniência oferecendo minirrefeições para viagem para uma só pessoa e vendendo bananas e cebolas à unidade para os chefs solitários. Mas embora seja povoada por muitos solitários, a rua não dá uma impressão de desolação, pois os indivíduos estão em plena atividade comercialmente durante o dia, e mais socialmente à noite.¹

Os moradores locais se comunicam com estranhos na rua, mas também mantêm distância. Nos três últimos anos, por exemplo, uma excelente loja de música deu lugar a um negócio mais sofisticado. Investigando, constatei que a gerente, fagotista amadora, observou que sua empresa tinha ficado fora do alcance econômico dos músicos — “o aluguel é um absurdo!” Mas “isto foi na época”, declarou, afastando-se para atender a um cliente. Um verdureiro vietnamita, depois de comentar que anglo-saxões como eu hoje em dia são muito bem recebidos no seu país, achou graça ao me vender um tempero apimentado a que se referiu como “o horror dos boches”. Minhas antenas sociológicas estremeceram: perguntei se ele considerava estar vivendo num lugar hostil. Ele pôs fim a minhas perguntas com um dar de ombros.

A falta de envolvimento na Kantstrasse tornou-se mais tangível depois do meu derrame. Um derrame costuma ter vertigens como uma das sequelas, especialmente depois de exercícios mais intensos. Nas minhas caminhadas pela Kantstrasse, muitas vezes eu precisava me apoiar com as costas nas paredes dos prédios ou nas vitrines das lojas. Isso atraía olhares de outros transeuntes, mas um olhar em geral bastava, e logo eu era deixado em paz. De certa maneira, isso me agradava; eu não queria virar motivo de transtorno, ser apontado como doente. Mas ainda assim, como um homem mais

idoso se recostando numa parede não é uma cena cotidiana na Kantstrasse, eu me perguntava por que a reação não ia além de um olhar.

O motivo óbvio seria o fato de a Kantstrasse representar a condição urbana descrita por Simmel: mista na população e nas atividades, estimulante por causa da mistura, ainda assim ela não é uma comunidade acolhedora e receptiva. Na Kantstrasse, as pessoas usam a máscara de Simmel, não se envolve, mantenha distância emocional. Esta explicação poderia parecer fácil demais a Immanuel Kant, homenageado no nome da Kantstrasse. Para ele, esse reino de estranhos poderia parecer mais aberto, de um jeito cosmopolita.

Kant — Em seu ensaio de 1784, Kant afirmava que um cosmopolita não deve se identificar profundamente com nenhum lugar ou povo. Como vimos, no século XVI um cosmopolita assim era personificado pelo diplomata capaz de deslizar de um lugar a outro, de uma cultura a outra. Kant expandiu a figura do cosmopolita, que passou a representar o “cidadão universal”, símbolo da humanidade transcendendo hábitos e tradições locais. Quatro anos depois da publicação do ensaio de Kant, seu acólito Christoph Martin Wieland explicou a afirmação do mestre nos seguintes termos: “Os cosmopolitas [...] encaram todos os povos do planeta como ramos de uma única família [...] [composta de] seres racionais.” Mas o próprio Kant não considerava a condição cosmopolita assim tão doce.²

Kant imagina o cosmopolitismo como reação a uma tensão humana básica: “O homem tem uma inclinação a se associar aos outros”, escreve, “[...] mas também uma forte propensão a se isolar dos outros [...]” Kant chama essa tensão de “sociabilidade associal”, querendo dizer “a propensão a entrar na sociedade, [mas] unida a uma oposição mútua que constantemente ameaça romper a sociedade”. É esta tensão que deixa a experiência humana torta; as pessoas ao mesmo tempo precisam se envolver e temem se envolver com outras. Para sobreviver à “sociabilidade associal” é necessário estabelecer distâncias mútuas, lidar desapaixonada e impessoalmente com os outros.³

O crítico social Ash Amin descreve o cosmopolita kantiano como uma pessoa que se tornou “indiferente à diferença”, com a consequência prática de que é capaz de praticar a tolerância. Para Karl Popper, a tolerância era a virtude cardeal na definição das sociedades abertas, assim como para Isaiah

Berlin; a tolerância é necessária porque não existe uma única verdade, mas verdades conflitantes e igualmente válidas. A tolerância depende, poderíamos dizer, da indiferença à verdade — pelo menos a verdade como uma questão de vida e morte. Kant não é um cosmopolita desse tipo liberal. Diz ele: “O homem [...] precisa de um mestre, que contrarie a sua vontade e o obrigue a obedecer a uma vontade universalmente válida [...]”. Ele não tem em mente uma pessoa, um Führer, que cuide disso, mas um conjunto de princípios que tire uma pessoa dos seus hábitos, obrigando-a a pensar em termos gerais, e não pessoais.^{4,5}

Se o caso de Kant parece extremo, devemos refletir que a figura do cosmopolita indiferente à diferença está no cerne do cristianismo. “A cidade de Deus não está preocupada com diferenças de costumes, leis ou instituições”, escreveu Santo Agostinho. Esse cosmopolitismo sagrado transcende o local e o particular para abraçar uma verdade maior; os quatro Evangelhos se referem a Jesus como um peregrino, um homem que não pertencia a lugar nenhum, sendo a Sua verdade válida em toda parte.⁶

Em termos seculares, o cidadão cosmopolita kantiano tem um certo tipo de justiça ao seu lado. Como dizer a verdade ao poder? Não clamando “você me feriu”, mas declarando “o que você faz está errado”. Da mesma forma, num trecho famoso da *Fenomenologia do espírito*, Hegel defendia a mesma virada impessoal: um escravo se liberta mentalmente do jugo do senhor despersonalizando os termos do conflito, exigindo que o senhor justifique seu comportamento em princípio, racionalmente. Como se viu na Grenfell Tower, a impessoalidade pode desarmar a justiça, mas ainda assim o estranho representa a figura dominante da cidade, sendo a sua indiferença um fato comportamental.⁷

Uma cidade kantiana? — Kant estabelece os termos de um grande drama que se desenrola nas cidades. Sua imagem do cosmopolita distanciado poderia descrever os cidadãos globais e as forças globalizadas que hoje em dia transformam as cidades. Os investidores controladores do Capítulo 3, que dominam os modernos investimentos urbanos, facilmente figuram agora como sujeitos kantianos, movendo o capital pelo planeta independentemente de lugares, colocando-se acima de sentimentos ou apego em relação aos

lugares onde investem. Mas da mesma forma os imigrantes mais pobres também são sujeitos kantianos, como a adaptável jovem bibliotecária de Medellín, sobrevivendo apenas por serem capazes de olhar além dos limites dos hábitos e tradições locais.

A indiferença do tipo toquevilliano é um vício na *cit  *, manifesto nos feudos raciais e de classe das comunidades fechadas; esse recolher-se sobre si mesmo pode se traduzir em formas construídas, como o Googleplex. As fórmulas superficiais de polidez praticadas por londrinos após os conflitos em Clerkenwell também afastavam os outros; a verdade sobre como judeus e muçulmanos se sentiam a respeito uns dos outros era ocultada.

Para Ferdinand T  nnies, a cordialidade da comunidade é um antídoto    indifer  ncia. Na sua maneira de pensar, as pessoas demonstram maior calor humano    propor     que se tornam mais íntimas. Esta vis        falseada sempre que um casal decide se divorciar. Tampouco    adequada em termos de rela    s urbanas informais. A intimidade    um risco para pessoas como o Sr. Sudhir. Sua sobrevivência não depende de conhecer melhor os clientes ou vizinhos; na verdade, por estar passando adiante mercadoria roubada, quanto mais an  nimo se mantiver, melhor. Em Nehru Place, o território informal    transitório: os vendedores aparecem e desaparecem; os escritórios de start-ups junto ao mercado aberto ficam vazios de meses em meses. Essas condições materiais afetam o desejo de intimidade do Sr. Sudhir: as revelações pessoais que fez a mim foram uma trégua — significativas para mim, mas casuais para ele. Desconfio que já tinha esquecido de mim uma hora depois de me servir chá.

Mas a indifer  ncia pode assumir um outro aspecto, mais positivo. Na Kantstrasse, o fato de eu continuar de p   significava que as pessoas não precisavam se envolver, pois sua intervenção não era solicitada. Da mesma forma em Medellín, onde os safos de rua distinguem as sensações físicas que exigiam ação das que não exigiam. No espaço sincrônico da antiga   gora, os frequentadores faziam uma edição das atividades que clamavam ao mesmo tempo pela sua atenção, focando nas que exigiam uma reação, como fazer determinado gesto para o santuário de um deus; e tratando outras demandas, como um pregão do tipo "Compre azeitonas", como ruído suscetível de ser filtrado. O olhar na Kantstrasse, como vim a me dar conta, refletia uma distinção entre fazer e ser.

Essa distinção contrasta o ativo com o passivo. No mundo da eletrônica, o programa fácil para o usuário não exige dele muito mais que seguir as regras, ao passo que um programa de código aberto muitas vezes o obriga a fazer o programa que vai usar. Enquanto a cidade inteligente prescritiva pouco exige dos habitantes, a cidade inteligente coordenativa exige muito. As relações sociais entre produtores de bens, como os padeiros de Boston, se revelaram sob muitos aspectos mais satisfatórias que a vida social com vizinhos, com os quais eles lidam de maneira contida. Da mesma forma, a “passivização” do público ocorre em “consultas” públicas, ao passo que as coproduções exigem que o público desempenhe um papel mais ativo. Todas as formas abertas discutidas neste livro convidam ao envolvimento ativo, pois nenhuma delas é estável ou autossuficiente.

Se a *cit*é aberta é um lugar antes para fazer que para ser, o que ela não faz é despertar simpatia pelos outros. Em sua *Teoria dos sentimentos morais*, Adam Smith deu uma das primeiras explicações fisiológicas de como funciona a simpatia. Quando vemos um homem cair na rua, acorremos para ajudá-lo porque imaginamos a dor como se fosse nosso próprio joelho machucado. Na Kantstrasse, os transeuntes que seguissem Adam Smith se teriam imaginado recostados numa parede em aflição, e portanto me perguntariam se precisava de ajuda.⁸

A regra de ouro transforma essa reação fisiológica num comando ético. O Hádice islâmico, por exemplo, afirma que o profeta disse a um seguidor: “Assim como quer que lhe seja feito, faça também aos outros; e o que não quer que lhe seja feito, não faça aos outros.” Tratar os outros como a si mesmo implica reciprocidade, como nos *Analectos* confucianos (um guia antes ético que teológico): Zi Gong (um discípulo de Confúcio) perguntou: “Existe uma palavra capaz de guiar uma pessoa na vida?” O mestre respondeu: “Que tal ‘shu’ [reciprocidade]: *nunca impor aos outros o que você não desejaria para si mesmo?*”^{9, 10}

Esses preceitos dependem da força da identificação com o outro. Um ex-presidente americano, ao declarar “Sinto a sua dor”, se apresentou como totalmente aberto aos outros. Ouvir com simpatia cada eleitor, naturalmente, é necessário para conquistar votos, mas há algo profundamente errado nesta declaração. Primeiro que tudo, há uma espécie de imperialismo moral

embutido no mantra do presidente; ser capaz de me identificar com alguém significa que nada que essa pessoa vivencie estará além do meu alcance, da minha capacidade de sentir, das minhas possibilidades. O corolário seria que, se não sou capaz de me identificar com a experiência de outro, vou deixar de me importar com ele. Sou indiferente ao estranho que permanece um estranho, que é essencial e insuperavelmente outro. Essa perversidade está embutida na regra de ouro.

Na Suécia, fiquei pensando de que maneira a identificação com o Outro baseada no desenraizamento poderia se aplicar aos refugiados. A tradição judaica enfatiza o elo comum da humanidade, como fez Wieland, o discípulo de Kant, mas por um motivo mais trágico — como no Levítico 19:34: “O estrangeiro que residir contigo será para ti como um dos teus cidadãos; vais amá-lo como a ti mesmo; pois éreis estranhos na terra do Egito.” Na Suécia, era evidente, mesmo na primeira onda de otimismo depois de terminarem suas perambulações, que a identificação entre bósnios e suecos não seria fácil; os estrangeiros teriam de se esforçar muito para aprender sueco, por exemplo, e os suecos teriam de aceitar meninas com a cabeça coberta por um véu nas salas de aula. Tratando-se de uma sociedade esclarecida, os suecos não queriam rejeitar os estrangeiros, como ainda não querem, não obstante as idas e vindas do pêndulo nas três últimas décadas. Para eles, contudo, assim como para outros povos que se têm mostrado generosos em relação aos refugiados, a identificação com valores éticos estranhos não é uma questão de se mostrar totalmente aberto, no sentido de receptivo — exatamente como, para muitos refugiados, a total abertura em relação aos anfitriões não é possível. Nenhum dos dois é capaz de se identificar.

Um contraste com a regra de ouro aparece no ensaio de Georg Simmel que acompanha “A metrópole e a vida mental”. Em “O estrangeiro”, Simmel escreveu que os estranhos fazem as comunidades e os modos de vida estabelecidos se verem num espelho. Às vezes, como no caso dos manifestantes do PEGIDA, as imagens do estranho definem exatamente como um povo não quer ver a si mesmo, como num espelho semelhante ao de *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde. Mas outras vezes, como na estação ferroviária de Munique, as pessoas se esquecem de si mesmas e reagem às necessidades do estranho: ele está com fome, e pronto. Não vamos sentir fome por causa dele.¹¹

A lógica kantiana no caso de uma *cit  *    que não deve ser governada pela identificação; na mesma medida, as pessoas devem tornar-se “indiferentes    diferença”. Liberadas da antropologia, elas podem se abrir para os que são diferentes e vivem no mesmo lugar. Para Alexander Herzen e Teju Cole, a recomendação de Kant poderia ser: não se ressinta do seu desenraizamento. Faça as coisas agora, pelo que representam em si mesmas.

Dor cosmopolita — Pude sentir essa recomendação de perto na vida de Hannah Arendt, de quem fui aluno. Em seu livro *A condição humana*, concebido na década de 1950, ela imagina a esfera pública como um lugar onde se pode discutir e debater em condi  o  es de liberdade e igualdade porque cada um tem uma relação flexível com suas circunstâncias privadas, particulares. Em escritos posteriores, ela condenaria a política baseada nas identidades, especialmente de raça. Mas a sua versão do reino público, ao contrário da de Kant, depende do lugar: uma   gora na Atenas antiga, uma piazza na Siena medieval, um café no Upper West Side nova-iorquino — qualquer lugar onde diferentes grupos possam falar frente a frente.

Arendt teria sido uma boa teórica dos sistemas abertos. Para ela, os encontros no centro urbano denso não geram verdades estáveis ou arrebatadoras. O que chamava de “natalidade” era a tentativa de refazer a vida com outros, de renascimento, como um infindável processo de comunicação e interação. A “natalidade” cria bolsões de ordem no tempo, como pretendia o matemático Neil Johnson; ela requer trocas dialógicas, tal como descritas por Bakhtin; e ao aprender a colaborar, com o passar do tempo, a “natalidade” é algo em que as pessoas são capazes de se aperfeiçoar, tornando-se urbanitas competentes.

Ainda assim, como hoje me dou conta, toda essa teoria teve um enorme custo para ela. Isto se manifesta no contraste entre Arendt e Jane Jacobs, que viviam em Nova York na mesma época mas, até onde sei, nunca tiveram contato. Jacobs, tão empenhada na defesa da comunidade local em Nova York, ainda assim se dispôs a deixar a cidade durante a Guerra do Vietnã, indignada com a política nacional e também por causa da família. Tendo sido forçada a imigrar, sem possibilidade de escolha, Arendt enfrentava um dilema diferente: sob muitos aspectos, desprezava os Estados Unidos, mas estava decidida a aguentar firme; “não se pode andar para tr  s”, disse-me certa

vez, a propósito do Anjo de Klee. No entanto, enquanto Jacobs conseguiu construir uma nova vida no Canadá, localmente envolvida, como sempre, certos indícios de que estava ausente, talvez angustiada, às vezes escapavam a Arendt. Eles se manifestavam em momentos em que ela era repreendida ou contrariada, recolhendo-se ao silêncio depois de se refugiar na língua alemã.

Sua convicção de que a vida precisa constantemente ser refeita faz eco à figura bachelardiana de abandonar a segurança da cabana — cujo *Dasein* é como um berço de bebê — para mergulhar nas dificuldades da cidade. Assim também o trabalho de construir uma cidade acarreta rupturas e fraturas que não podem ser desfeitas.

Aberto — Como *ville*, a Kantstrasse tem forma aberta. Ela é usada de maneira sincrônica durante o dia, quando merceeiros, fornecedores de artigos de cozinha, clínicas médicas e restaurantes se misturam nos prédios ao longo da rua. Esses prédios são de forma incompleta, no sentido de que podem e constantemente são de fato reconfigurados no nível do solo. A adaptação também se manifesta no uso dos espaços por baixo das linhas ferroviárias na Savignyplatz; essas arcadas atualmente abrigam uma livraria, um restaurante OK e lojas de roupa barata. A porosidade aparece nas ruas laterais que dão na ferrovia elevada na direção sul, onde a Kantstrasse se estende por território mais habitado por classes trabalhadoras. Ali, as formas construídas são irregulares por trás da fachada; do primeiro andar para cima, habitações são compartilhadas por moradores asiáticos e alemães. A Kurfürstendamm, paralela à Kantstrasse e muito mais vistosa, com cinemas, lojas de luxo e hotéis famosos, atrai os turistas, embora esses encantos atualmente estejam meio desbotados. As nuances de variação de moradores e transeuntes na Kantstrasse são graduais e confusas, e não abruptas, ocorrendo nos próprios quarteirões, e não claramente nas esquinas.

Embora seja aberta na forma, a Kantstrasse não nasceu aberta, como uma coprodução entre urbanista e urbanita. Em certa medida, isto tem a ver com a Segunda Guerra Mundial. Os bombardeios aliados danificaram parte da malha urbana local, exigindo reparos rápidos ou imediata reconstrução; o lento processo deliberativo da coprodução não era viável. Nas décadas seguintes, quando Berlim era uma cidade dividida, as autoridades,

ansiosas por ostentar sua parte livre, mantiveram estrito controle sobre o seu desenvolvimento. Por estes motivos históricos, a rua é um modelo imperfeito de *ville* aberta.

Entretanto, como a Paris de Haussmann, é um lugar que adquiriu vida própria, independente das intenções de seus criadores. Nenhum urbanista em Berlim na década de 1960, por exemplo, previu o advento de asiáticos na rua, e, no entanto o lugar se tem mostrado capaz de absorvê-los. Em termos abstratos, as próprias formas adquirem com o tempo uma ação própria; não se limitam às intenções dos criadores originais. Como a *cité*, as formas dessa *ville* são abertas no tempo.

As membranas porosas entre comunidades, as formas-tipo que variam de lugar a lugar, o planejamento de sementeira que as distribui: todas essas formas são mais que locais em sua aplicação, mas não têm um caráter assoberbante nem monumental. A *ville* aberta tem caráter e personalidade por causa das suas marcas, das suas irregularidades, das suas estruturas incompletas. Ruas como os bulevares de Haussmann adquiriram esse caráter “torto” kantiano, embora Haussmann pretendesse que fossem monumentais e imponentes. A guerra fez o mesmo na Kantstrasse. Essas ruas por assim dizer adquiriram um modesto *mein* em larga escala.

Não era inevitável que os bulevares de Haussmann se transformassem nos bulevares de hoje, nem que Delhi viesse a permitir a informalidade, nem que a Kantstrasse se tornasse tão acolhedora da diversidade. Mas os planejadores podem contribuir para esse processo: podemos propor formas e, se necessário, confrontar aqueles que não vivem de uma maneira aberta. Mas o problema do urbanismo tem sido antes uma ênfase autodestrutiva no controle e na ordem, como na Carta de Atenas do século passado, uma obstinação que se interpõe no caminho da evolução da própria forma. A ligação ética entre urbanista e urbanita está na prática de um certo tipo de humildade: viver como um em meio a muitos, mobilizado por um mundo que não nos espelha. Viver como um em meio a muitos permite, nas palavras de Robert Venturi, “riqueza de significado em vez de clareza de significado”. É a ética de uma cidade aberta.

Notas

1. Introdução: Torta, aberta, modesta

1. Jacques Le Goff, *La Civilisation de L'occident médiéval* (Paris: Flammarion, 1997).
2. Immanuel Kant, *Idea for a Universal History from a Cosmopolitan Point of View* (1784). A melhor tradução inglesa ainda é de Lewis White Beck em *Kant: On History* (Nova York: Bobbs-Merrill, 1963). A expressão “madeiro torto” aparece na Tese 6.
3. Jerome Groopman, “Cancer: A Time for Skeptics”, *The New York Review of Books*, 10 de março de 2016.
4. Francis Crick, *What Mad Pursuit: A Personal View of Scientific Discovery* (Londres: Penguin Books, 1990).
5. Melanie Mitchell, *Complexity: A Guided Tour* (Nova York: Oxford University Press, 2009), p. 13.
6. Steven Strogatz, *Sync* (Londres: Allen Lane, 2003), pp. 181–2.
7. Flo Conway e Jim Siegelman, *Dark Hero of the Information Age: In Search of Norbert Wiener, the Father of Cybernetics* (Nova York: Basic Books, 2005).
8. Robert Venturi, *Complexity and Contradiction in Architecture* (Nova York: Museum of Modern Art, 1966), p. 16.
9. William Mitchell, *City of Bits* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1996), p. 7.
10. Aristóteles, *The Politics*, tradução T. A. Sinclair (1962); tradução revista Trevor J. Saunders (1981) (Londres: Penguin Books, 1992).

11. William James, "Pragmatism, Action and Will", in *Pragmatism: The Classic Writings*, ed. H. S. Thayer (Cambridge, Mass.: Hackett, 1982), p. 181.
12. Yochai Benkler, "Degrees of Freedom, Dimensions of Power", *Daedalus* 145, nº. 1 (2016): 20, 23. Ver também Shoshana Zuboff, "Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of Information Civilization", *Journal of Information Technology* 30, nº 1 (2015): 75–89, e Tim Wu, *The Master Switch: The Rise and Fall of Information Empires* (Nova York: Knopf, 2010).
13. A expressão de Burckhardt consta em inglês em Ernst Cassirer, "Force and Freedom: Remarks on the English Edition of Jacob Burckhardt's 'Reflections on History'", *The American Scholar* 13, nº 4 (1944): 409–10.
14. Giovanni Pico della Mirandola, "Oration on the Dignity of Man", em *The Renaissance Philosophy of Man*, ed. Ernst Cassirer, Paul Oskar Kristeller e John Herman Randall Jr., (Chicago: University of Chicago Press, 1948), p. 225.
15. Michel de Montaigne, "Same Design: Differing Outcomes", em *The Complete Essays*, trad. M. A. Screech (Londres: Penguin, 2003), pp. 140–9.
16. Bernard Rudofsky, *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1999). Ironicamente, o livro consistia originalmente no catálogo de uma exposição apresentada por Rudofsky em 1964 nesse bastião do estilo artístico, o Museu de Arte Moderna de Nova York.
17. Gordon Cullen, *Townscape* (Londres: The Architectural Press, 1961), pp. 175–81.
18. Richard Sennett, *The Craftsman* (New Haven: Yale University Press, 2008), pp. 197–9. (Edição brasileira: *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.)
19. Richard Sennett, *Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação* (Rio de Janeiro: Record, 2012).

2. Alicerces instáveis

1. Ildefons Cerdà, *Teoría de la construcción de las Ciudades* (1859) (Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1991).
2. É uma história que tentei contar em forma de ficção no meu romance *Palais-Royal* (Nova York: Knopf, 1986). Para o quadro mais geral, ver Roy Porter, *Disease, Medicine and Society in England, 1550–1860*, 2ª ed. (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), pp. 17–26.
3. David L. Pike, *Subterranean Cities: The World beneath Paris and London, 1800–1945* (Ithaca: Cornell University Press, 2005), p. 234.

4. Friedrich Engels, *The Condition of the Working-Class in England in 1844*, trad. Florence Kelley Wischnewetzky (Londres: Allen & Unwin, 1892), p. viii.
5. Peter Hall, *Cities in Civilization* (Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1998), pp. 691-3.
6. Karl Marx e Friedrich Engels, *The Communist Manifesto*, [http:// www.gutenberg.org/ebooks/61](http://www.gutenberg.org/ebooks/61).
7. Charles Baudelaire, "The Painter of Modern Life", in *Baudelaire: Selected Writings on Art and Artists*, trad. P. E. Charvet (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), pp. 402-3.
8. Zygmunt Bauman, *Liquid Modernity* (Cambridge: Polity Press, 2000).
9. Cf. David H. Pinkney, *Napoleon III and the Rebuilding of Paris* (Princeton: Princeton University Press, 1972) e Charles E. Beveridge, Frederick Law Olmsted: *Designing the American Landscape* (Nova York: Rizzoli International Publications, 1995).
10. Antoine Paccoud, "A Politics of Regulation: Haussmann's Planning Practice and Badiou's Philosophy", tese de PhD, London School of Economics and Political Science (LSE), 2012.
11. Ver Richard Sennett, *O declínio do homem público* (1977) (Rio de Janeiro: Record, 2016).
12. K. C. Kurt Chris Dohse, "Effects of Field of View and Stereo Graphics on Memory in Immersive Command and Control", tese de mestrado, Iowa State University, 2007, Retrospective Theses and Dissertations 14673.
13. Degas citado in Roberto Calasso, *La Folie Baudelaire* (Londres: Allen Lane, 2012), p. 171.
14. Joan Busquets, *Barcelona: The Urban Evolution of a Compact City* (Rovereto: Nicolodi, 2005), p. 129.
15. Joseph Rykwert, *The Idea of a Town: The Anthropology of Urban Form in Rome, Italy and the Ancient World* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988).
16. Ildefonso Cerdà, *Teoría general de la urbanización* (1867) (Barcelona: Instituto de Estudios Fiscales, 1968-71).
17. Lewis Mumford, *The City in History* (Nova York: Harcourt, Brace & World, 1961), p. 421. Ver também Peter Marcuse, "The Grid as City Plan: New York City and Laissez-Faire Planning in the Nineteenth Century", *Planning Perspectives* 2, nº 3 (1987): 287-310.
18. Eric Firley e Caroline Stahl, *The Urban Housing Handbook* (Londres: Wiley, 2009), p. 295.

19. Arturo Soria y Puig (ed.), *Cerdà: The Five Bases of the General Theory of Urbanization* (Madrid: Electa, 1999).
20. Anne Power, *Estates on the Edge: The Social Consequences of Mass Housing in Northern Europe* (Nova York: St Martin's Press, 1997).
21. Frederick Law Olmsted, "Public Parks and the Enlargement of Towns", in Frederick Law Olmsted: *Essential Texts*, ed. Robert Twombly (Nova York: W. W. Norton, 2010), pp. 225ss.
- ✕ 22. Mapas em www.insecula.com/CentralPark.
23. Michael Pollak, "What is Jamaica, Queens, Named After?", *The New York Times*, 3 de julho de 2014.
24. Sobre a informalidade, ver Charles E. Beveridge e David Schuyler (eds.), *The Papers of Frederick Law Olmsted, Vol. 3: Creating Central Park, 1857-1861* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983).
25. Ver as fotografias coligidas por Marcia Reiss in *Central Park Then and Now* (San Diego, CA: Thunder Bay Press, 2010).
26. Olmsted, "A Consideration of the Justifying Value of a Public Park", in Frederick Law Olmsted: *Essential Texts*, ed. Robert Twombly (Nova York: W. W. Norton, 2010), pp. 283ss.
27. Piet Oudolf e Noel Kingsbury, *Planting Design: Gardens in Time and Space* (Portland, Oregon: Timber Press, 2005), pp. 36ss. Tipologia extraída de J. Philip Grime, *Plant Strategies, Vegetation Processes, and Ecosystem Properties* (Chichester: Wiley, 2001).
- ✕ 28. Gustave Le Bon, *The Crowd: A Study of the Popular Mind* (1895), trad. Jaap van Ginneken (Kitchener, Ontario: Batoche Books, 2001), pp. 14-7.
29. Sigmund Freud, *Group Psychology and the Analysis of the Ego* (1921) (Nova York: W. W. Norton, 1975).
30. Elias Canetti, *Crowds and Power* (Nova York: Viking Press, 1962).
31. José Ortega y Gasset, *The Revolt of the Masses* (1930) (Nova York: W. W. Norton, 1964).
32. Georg Simmel, "The Metropolis and Mental Life", in Georg Simmel, *On Individuality and Social Forms: Selected Writings*, ed. Donald N. Levine (Chicago: Chicago University Press, 1971), pp. 324-39.
33. Cito agora da minha própria tradução, in Georg Simmel, "The Metropolis and Mental Life", in *Classic Essays on the Culture of Cities*, ed. Richard Sennett (Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1969), p. 48.
34. Ibid.

35. Ibid.
36. Ibid., p. 47.
37. Greg Castillo, "Gorki Street and the Design of the Stalin Revolution", in *Streets: Critical Perspectives on Public Space*, ed. Zeynep Çelik, Diane Favro e Richard Ingersoll (Berkeley: University of California Press, 1994), pp. 57-70.
38. James Winter, *London's Teeming Streets, 1830-1914* (Nova York: Routledge, 1993), p. 100.
39. Cf. o trabalho realizado pelo Space Syntax Laboratory na Bartlett School of Architecture, University College London. O trabalho do Lab sobre a densidade é explicado in Nick Stockton, "There's a Science to Foot Traffic, and It Can Help Us Design Better Cities", *Wired Magazine*, 27 de janeiro de 2014, www.wired.com/2014/01/space-syntax-china/.
40. Spiro Kostof, *The City Assembled: The Elements of Urban Form through History* (Boston: Little, Brown, 1992), p. 214.
41. William H. Whyte, *The Social Life of Small Urban Spaces*, DVD/video, Direct Cinema Ltd, Santa Monica, California, 1988.
42. Henry Shaftoe, *Convivial Urban Spaces: Creating Effective Public Spaces* (Londres: Routledge, 2008), pp. 88-91.
43. Marianne Weber, *Max Weber: A Biography*, trad. Harry Zohn (Nova York: John Wiley & Sons, Inc., 1975).
44. Jonathan Steinberg, *Bismarck: A Life* (Oxford: Oxford University Press, 2011), p. 86.
45. Stefan Zweig, *The World of Yesterday* (1942), trad. Anthea Bell (Londres: Pushkin Press, 2009), Capítulo VIII, "Brightness and Shadows over Europe".
46. A referência original é Max Weber, *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tübingen: J. C. B. Mohr (P. Siebeck), 1922); o ensaio foi originalmente publicado em 1921, tendo sido escrito provavelmente em 1917. Tradução minha.
47. Max Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, ed. Guenther Roth e Claus Wittich, Vol. 1 (Nova York: Bedminster Press, 1968), p. 4.

3. O divórcio entre *cité* e *ville*

1. William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America* (Nova York: Knopf, 1927).
2. Harvey W. Zorbaugh, *The Gold Coast and the Slum* (Chicago: University of Chicago Press, 1929).

3. Martin Bulmer, *The Chicago School of Sociology: Institutionalization, Diversity, and the Rise of Sociological Research* (Chicago: University of Chicago Press, 1986), pp. 59–60.
4. Ver Richard Sennett, *Families against the City* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1970).
5. Minha mãe realizou trabalho de campo sobre o tema para Charlotte Towle, *Common Human Needs* (Washington, DC: Federal Security Agency, 1945), *passim*.
6. Robert Park, “The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment”, in *Classic Essays on the Culture of Cities*, ed. Richard Sennett (Nova York: Appleton-Century-Crofts, 1969), pp. 91–130, na p. 91.
7. Louis Wirth, “Urbanism as a Way of Life”, *American Journal of Sociology* 44, nº 1 (1938): 20.
8. Michael Dennis, *Court & Garden: From the French Hôtel to the City of Modern Architecture* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1986), p. 213.
9. Le Corbusier, *When the Cathedrals Were White*, trad. Francis E. Hyslop Jr. (Nova York: Reynal & Hitchcock, 1947), p. 47.
10. Um bom apanhado geral é Eric Mumford, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928–1960* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2000).
11. Le Corbusier, *The Athens Charter*, trad. Anthony Eardley (Nova York: Grossman Publishers, 1973), p. 65 (habitar, nº 29), p. 70 (lazer, nº 37), p. 76 (trabalho, nº 46), pp. 84–5 (transporte, nºs. 62 e 64).
12. James Holston, *The Modernist City: An Anthropological Critique of Brasília* (Chicago: Chicago University Press, 1989), p. 77.
13. Le Corbusier, *The Athens Charter*, p. 88 (nº 70).
14. José Luis Sert, *Can Our Cities Survive?: An ABC of Urban Problems, Their Analysis, Their Solutions. Based on the Proposals Formulated by the C.I.A.M., International Congresses for Modern Architecture...* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1944).
15. Jonathan Barnett, “The Way We Were, the Way We Are: The Theory and Practice of Designing Cities since 1956”, *Harvard Design Magazine*, nº 24, “The Origins and Evolution of ‘Urban Design’, 1956–2006”, 2006.
16. Alex Krieger, “HDM Symposium: Can Design Improve Life in Cities? Closing Comments or Where and How Does Urban Design Happen?”, in *ibid*.
17. Barnett, “The Way We Were, the Way We Are”.

18. Aristóteles, *Politics*, Livro, Capítulos 11–12, <http://www.gutenberg.org/files/6762/6762-h/6762-h.htm#link2HCH0090>.
19. Richard Sennett, "An Urban Anarchist: Jane Jacobs", *The New York Review of Books*, 1º de janeiro de 1970.
20. Lewis Mumford, *Technics and Civilization* (Chicago: University of Chicago Press, 1934), pp. 344–58.
21. São os padrões da American Association of State Highway and Transportation Officials, adotados pelos engenheiros civis chineses. Ver <http://www.aboutcivil.org/typical-cross-section-of-highways.html>.

4. O anjo de Klee deixa a Europa

1. Rana Dasgupta, *Capital: The Eruption of Delhi* (Londres: Canongate Books, 2015), p. 362.
2. Helge Mooshammer, Peter Mörttenböck, Teddy Cruz e Fonna Forman (eds.), *Informal Market Worlds Reader: The Architecture of Economic Pressure* (Roterdã: Nai010 Publishers, 2015).
3. Eric Firley e Caroline Stahl, *The Urban Housing Handbook* (Londres: Wiley, 2009).
4. Teresa P. R. Caldeira, "Peripheral Urbanization: Autoconstruction, Transversal Logics, and Politics in Cities of the Global South", *Environment and Planning D: Society and Space*, 35, nº 1 (2017): 3–20.
5. D. Asher Ghertner, *Rule by Aesthetics: World-Class City Making in Delhi* (Nova York: Oxford University Press, 2015), p. 9.
6. Atualmente, o melhor guia geral dessas mudanças é a revisão, efetuada em 2014 pela ONU, do *World Urbanization Prospects*, encontrada em <https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files/wup2014-highlights.Pdf>.
7. Saskia Sassen, *Expulsions* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2014).
8. Os dados sobre a densidade em Delhi são do Registrar General and Census Commissioner's Office: <http://www.censusindia.gov.in/2011-Common/CensusData2011.html>; para a França: <https://www.insee.fr>.
9. Jean Gottmann, *Megalopolis: The Urbanized Northeastern Seaboard of the United States* (Nova York: Twentieth Century Fund, 1961).
10. Cf. Steef Buijs, Wendy Tan e Devisari Tunas (eds.), *Megacities: Exploring a Sustainable Future* (Roterdã: Nai010 Publishers, 2010).
11. Cf. Saskia Sassen, *The Global City* (Princeton: Princeton University Press, 1998).

12. William H. Janeway, *Doing Capitalism in the Innovation Economy: Markets, Speculation and the State* (Cambridge: Cambridge University Press, 2017), Capítulo 4, *passim*.
13. Saskia Sassen, *Cities in a World Economy*, 4ª ed. (Los Angeles: Sage Publications, 2012).
14. Liu Thai Ker, "Urbanizing Singapore", in *Megacities*, ed. Buijs, Tan e Tunas, pp. 246–7. Cingapura é uma exceção à regra.
15. Ravi Teja Sharma, "Floor Area Ratio, Ground Coverage Increased in Delhi; Move to Benefit Buyers", *The Economic Times* (Índia), 27 de novembro de 2014.
16. Martín Rama, Tara Bételle, Yue Li, Pradeep K. Mitra e John Lincoln Newman, *Addressing Inequality in South Asia* (Washington, DC: World Bank Group, 2015).
17. Hai-Anh H. Dange e Peter F. Lanjouw, "Poverty Dynamics in India between 2004 and 2012: Insights from Longitudinal Analysis Using Synthetic Panel Data", Policy Research Working Paper 7270, World Bank Group (2015).
18. Ver o debate público que se seguiu à projeção do filme na Haus der Kulturen der Welt em <http://hkw.de/en/app/mediathek/video/26489>.
19. Sobre o Bund e sua relação com o puramente chinês, ver Harriet Sergeant, *Shanghai* (Londres: Jonathan Cape, 1991).
20. Para um compêndio geral sobre a China urbana, ver Thomas J. Campanella, *The Concrete Dragon: China's Urban Revolution and What It Means for the World* (Nova York: Princeton Architectural Press, 2008).
21. Meus agradecimentos a Bob Liu Roberts por me alertar para Xu Mingqian, "Development of Old Neighborhoods in Central Shanghai", in *Shanghai Statistics Yearbook, 2004* (Xangai: Xuelin, 2004). Também, Xuefei Ren, "Forward to the Past: Historical Preservation in Globalizing Shanghai", in Breslauer Graduate Student Symposium, "The Right to the City and the Politics of Space", University of California, Berkeley, 14–15 de abril de 2006.
22. Estatísticas citadas na conferência "Shaping Cities", do Urban Age, para a Bienal de Veneza, 2016; <https://urbanage.lsecities.net/conferences/shaping-cities-venice-2016>.
23. Cf. Philip P. Pan, *Out of Mao's Shadow: The Struggle for the Soul of a New China* (Nova York: Simon & Schuster, 2008).
24. Xuefei Ren, *Building Globalization: Transnational Architecture Production in Urban China* (Chicago: University of Chicago Press, 2011), pp. 50–8.
25. Joseph Alois Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (1942) (Londres: Routledge, 2010), pp. 73, 77–9.

26. Sobre Howard, ver Richard T. LeGates e Frederic Stout, *The City Reader* (Londres: Routledge, 1996), p. 345. Quanto a Le Corbusier, cada torre de vinte e oito andares podia conter novecentas pessoas; Le Corbusier achava no início que o plano consistiria em cinquenta torres.
27. Ver Florian Urban, *Tower and Slab* (Londres: Routledge, 2012), pp. 148–64.
28. Campanella, *The Concrete Dragon*, pp. 144–71, especialmente pp. 163ss.
29. Da mesma forma, Marc Fried constatou que um projeto de renovação urbana na base do arrasamento e reconstrução em Boston no meado do século XX causou profunda desorientação social; ver Marc Fried, “Grieving for a Lost Home: Psychological Costs of Relocation”, in *Urban Renewal: The Record and the Controversy*, ed. James Q. Wilson (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966), pp. 359–79.
30. Herbert J. Gans, *The Urban Villagers: Group and Class in the Life of Italian-Americans* (Nova York: Free Press, 1982).
31. Sharon Zukin, *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982).
32. Richard Florida, *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life* (Nova York: Basic Books, 2002).
33. Patti Waldmeir, “Shanghai Starts Search for Its Heritage”, *Financial Times*, 22 de fevereiro de 2013, p. 8.
34. James Salter, *Light Years* (Nova York: Random House, 1975), p. 69.
35. Ver Marc Masurovsky, “Angelus Novus, Angel of History, by Paul Klee”, *Plundered Art*, Holocaust Art Restitution Project (HARP), 26 de fevereiro de 2013, <http://plundered-art.blogspot.co.uk/2013/02/angelus-novus-angel-of-history-by-paul.html>.
36. Walter Benjamin, *On the Concept of History*, *Gesammelte Schriften* I:2 (Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1974). Tradução minha.
37. Walter Benjamin, *Moscow Diary*, trad. Richard Sieburth (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986), p. 126.
38. *Ibid.*, pp. 37, 61.

5. O peso dos outros

1. Os leitores estrangeiros encontrarão um excelente relato a respeito in “Germans Take to the Streets to Oppose Rise of Far-Right ‘Pinstripe Nazi’ Party”, *The Guardian*, 5 de janeiro de 2015; <https://www.theguardian.com/world/2015/jan/05/germans-march-oppose-pegida-far-right-racism-tolerance>.

2. Ver Charles Westin, "Sweden: Restrictive Immigration Policy and Multiculturalism", Migration Policy Institute Profile, 1º de junho de 2006, <http://www.migrationpolicy.org/article/sweden-restrictive-immigration-policy-and-multiculturalism/>.
3. Para um apanhado geral, cf. Michael R. Marrus, *The Unwanted: European Refugees in the Twentieth Century* (Oxford: Oxford University Press, 1985).
4. Uma ironia: uma das fontes de Wagner foi uma história contada por Heinrich Heine, na qual as viagens infundáveis marcavam a vida de judeus (com os quais notoriamente Wagner não simpatizava).
5. Dennis Hirota, "Okakura Tenshin's Conception of 'Being in the World'", *Ryūkoku Daigaku Ronshū*, nº 478 (2011): 10–32.
6. Adam Sharr, *Heidegger's Hut* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2006), p. 63.
7. Paul Celan, "Todtnauberg", in *Selected Poems* (Londres: Penguin, 1996).
8. Paul Celan, "Hut Window" ("Hüttenfenster"), in *Selected Poems*.
9. Elfriede Jelinek, *Totenauberg: Ein Stück* (Hamburg: Rowohlt, 2004).
10. Susan Buck-Morss, *The Dialectics of Seeing: Walter Benjamin and the Arcades Project* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1991), pp. 34ss.
11. Martin Heidegger, "Building Dwelling Thinking", trad. Albert Hofstadter, in *Poetry, Language, Thought* (Nova York: Harper and Row, 1971), p. 362.
12. Richard Sennett, *The Foreigner: Two Essays on Exile* (Londres: Notting Hill Editions, 2017), pp. 1–45.
13. Emmanuel Levinas, "Martin Buber and the Theory of Knowledge", in Maurice Friedman e Paul Arthur Schilpp (eds.), *The Philosophy of Martin Buber* (Londres: Cambridge University Press, 1967), pp. 133–50 (ensaio escrito em 1958; publicado originalmente em alemão em 1963).
14. Ver Richard Sennett, *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (Rio de Janeiro: Record, 1999).
15. Katherine S. Newman, *Falling from Grace: Downward Mobility in the Age of Affluence* (Berkeley e Los Angeles, Calif.: University of California Press, 1999).
16. E também, no meu caso, Richard Sennett e Jonathan Cobb, *The Hidden Injuries of Class* (Nova York: W. W. Norton, 1972); Sennett, *A corrosão do caráter*; Richard Sennett, *Respect: The Formation of Character in an Age of Inequality* (Nova York: W. W. Norton e Londres: Allen Lane, 2003); Richard Sennett, *The Culture of the New Capitalism* (New Haven: Yale University Press, 2006).

17. O estudo clássico sobre a gentrificação é Sharon Zukin, *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982). Os que se recusam a sair são descritos pela ShelterForce, uma organização comunitária. Ver shelterforce.org.
18. Ver Rachel Lichtenstein, *Diamond Street: The Hidden World of Hatton Garden* (Londres: Hamish Hamilton, 2012).
19. Robert D. Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community* (Nova York: Simon & Schuster, 2000).
20. Sobre Robert Frost, ver Thomas Oles, *Walls: Enclosure and Ethics in the Modern Landscape* (Chicago: University of Chicago Press, 2015), pp. 6–8.
21. Cf. John Demos, *A Little Commonwealth: Family Life in Plymouth Colony*, 2ª ed. (Oxford: Oxford University Press, 1999), pp. 148–9.
22. Ver Russell Hardin, *Trust* (Cambridge: Polity Press, 2006), pp. 26, 90–1, em especial a discussão sobre a “confiança fraca”.

6. Tocqueville em Tecnópolis

1. Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, trad. Henry Reeve, vol. 2 (Nova York: The Modern Library, 1981).
2. Richard Sennett, *Together: The Rituals, Pleasures and Politics of Cooperation* (New Haven: Yale University Press/London: Allen Lane, 2012), pp. 24–9. (Edição brasileira: *Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.)
3. Nathan Heller, “California Screaming”, *The New Yorker*, 7 de julho de 2014, pp. 46–53; o número é citado na p. 49.
4. Richard Sennett, *The Culture of the New Capitalism* (New Haven: Yale University Press, 2006), pp. 15–83. (Edição brasileira: *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.) Pude realizar minha pesquisa no Vale do Silício graças ao Center for Advanced Study in the Behavioral Sciences, em Palo Alto, onde fui Fellow em 1996–7.
5. Frank Duffy, *Work and the City* (Londres: Black Dog Publishing, 2008).
6. Um excelente estudo geral do design de escritórios é Nikil Saval, *Cubed: A Secret History of the Workplace* (Nova York: Doubleday, 2014).
7. John Meachem, “Googleplex: A New Campus Community”, 2004, <http://www.clivewilkinson.com/case-studies-googleplex-a-new-campus-community/>.
8. Radcliffe citado in Paul Goldberger, “Exclusive Preview: Google’s New Built-from-Scratch Googleplex”, *Vanity Fair*, 22 de fevereiro de 2013.

9. John Dewey, *Art as Experience* (Nova York: Perigee Books, 2005), p. 143.
10. Richard Sennett, *O artífice* (Rio de Janeiro: Record, 2009).
11. George Packer, *The Unwinding: An Inner History of the New America* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2013) e Bill Gates, *The Road Ahead* (Nova York: Viking Press, 1995), pp. 180–2.
12. Peter Merholz, “‘Frictionless’ as an Alternative to ‘Simplicity’ in Design”, blog *Adaptive Path*, 22 de julho de 2010; <http://adaptivepath.org/ideas/friction-as-an-alternative-to-simplicity-in-design/>.
13. Evgeny Morozov, *To Save Everything, Click Here: Smart Machines, Dumb Humans, and the Myth of Technological Perfectionism* (Nova York: Perseus Books, 2013).
14. Nicholas Carr, *The Shallows: What the Internet Is Doing to Our Brains* (Nova York: W. W. Norton, 2011).
15. Sherry Turkle, *Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other* (Nova York: Basic Books, 2012).
16. Norman J. Slamecka e Peter Graf, “The Generation Effect: Delineation of a Phenomenon”, *Journal of Experimental Psychology: Human Learning and Memory* 4, nº 6 (1978): 592–604.
17. Christof van Nimwegen, “The Paradox of the Guided User: Assistance Can Be Counter-Effective”, SIKS Dissertation Series nº 2008–09, Universidade de Utrecht, 2008.
18. Sobre a relação de Peirce com a arquitetura, ver Alexander Timmer, “Abductive Architecture”, MArch thesis, Harvard University Graduate School of Design, 2016.
19. Leon Festinger, *A Theory of Cognitive Dissonance* (Stanford: Stanford University Press, 1957), p. 3.
20. Leon Festinger e James M. Carlsmith, “Cognitive Consequences of Forced Compliance”, *Journal of Abnormal and Social Psychology* 58, nº 2 (1959): 203–10.
21. Dois estudos técnicos, entre muitos: Jeffrey D. Holtzman, Harold A. Sedgwick e Leon Festinger, “Interaction of Perceptually Monitored and Unmonitored Efferent Commands for Smooth Pursuit Eye Movements”, *Vision Research* 18, nº 11 (1978): 1545–55; Joel Miller e Leon Festinger, “Impact of Oculomotor Retraining on the Visual Perception of Curvature”, *Journal of Experimental Psychology: Human Perception and Performance* 3, nº 2 (1977): 187–200.
22. Elijah Anderson, *Code of the Street: Decency, Violence, and the Moral Life of the Inner City* (Nova York: W. W. Norton, 2000).

23. Maarten Hajer e Ton Dassen, *Smart about Cities: Visualising the Challenge for 21st Century Urbanism* (Roterdã: Nai010 Publishers, 2014), p. 11.
24. Adam Greenfield, *Against the Smart City: A Pamphlet* (Nova York: Do Projects, 2013).
25. Dave Eggers, *The Circle* (Nova York: Vintage Books, 2014).
26. Anthony M. Townsend, *Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia* (Nova York: W. W. Norton, 2013), pp. 93–115.
27. Ver Greenfield, *Against the Smart City*.
28. Ver <http://www.masdar.ae/en/masdar-city/the-built-environment>.
29. Sam Nader, "Paths to a Low-Carbon Economy – The Masdar Example", *Energy Procedia* 1, nº 1 (2009): 3591–58.
30. Suzanne Goldenberg, "Climate Experts Urge Leading Scientists' Association: Reject Exxon Sponsorship", *The Guardian*, 22 de fevereiro de 2016.
31. Norbert Wiener, *Cybernetics*, ed. revista (Cambridge, Mass: MIT Press, 1965), especialmente "Preface to the Second Edition", pp. vii–xiii.
32. Gianpaolo Baiocchi e Ernesto Ganuza, "Participatory Budgeting as if Emancipation Mattered", *Politics & Society* 42, nº 1 (2014): 29–50.
33. Carlo Ratti e Anthony Townsend, "Harnessing Residents' Electronic Devices Will Yield Truly Smart Cities", *Scientific American*, setembro de 2011.
34. Animesh Rathore, Deepti Bhatnagar, Magüi Moreno Torres e Paramaeta Kanungo, "Participatory Budgeting in Brazil" (Washington, DC: Banco Mundial, 2003), http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/14657_Particip-Budget-Brazil-web.pdf.
35. "Supporting decision making for long term planning", ForCity, [http:// www.forcity.com/en/](http://www.forcity.com/en/).
36. Robert Musil, *The Man without Qualities*, Vol. 1: *A Sort of Introduction and Pseudoreality Prevails*, trad. Sophie Wilkins e Burton Pike (Londres: Picador, 1997), pp. 26, 27.

7. O urbanita competente

1. Ver Tom Feiling, *Short Walks from Bogotá: Journeys in the New Colombia* (Londres: Allen Lane, 2012).
2. William James, *The Principles of Psychology*, Vol. 1 (Nova York: Henry Holt, 1890), Capítulo 9.
3. Sara Fregonese, "Affective Atmospheres, Urban Geopolitics and Conflict (De)escalation in Beirut", *Political Geography* 61, (2017): 1–10.

4. James, *The Principles of Psychology*, Vol. 1, pp. 403–4.
5. Frank R. Wilson, *The Hand: How Its Use Shapes the Brain, Language, and Human Culture* (Nova York: Pantheon, 1998), p. 99.
6. Clifford Geertz, *Local Knowledge: Further Essays in Interpretive Anthropology* (Nova York: Basic Books, 1983), p. xi.
7. Ver Morris Bishop, *Petrarch and His World* (Bloomington: Indiana University Press, 1963), pp. 102–12.
8. Iain Sinclair, *London Orbital: A Walk around the M25* (Londres: Penguin Books, 2009).
9. Rebecca Solnit, *Wanderlust: A History of Walking* (Londres: Granta, 2014), pp. 173–80.
10. A obra de base no caso é David Marr, *Vision* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2010). Estou descrevendo a visão estereoscópica, em particular a percepção aprofundada em movimento.
11. Yi-Fu Tuan, *Space and Place: The Perspective of Experience* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003), p. 71.
12. Michel Lussault, *L'Homme spatial* (Paris: Seuil, 2007), pp. 64ss.
13. Geoffrey Scott, *The Architecture of Humanism: A Study in the History of Taste* (1914) (Nova York: W. W. Norton, 1999), p. 159.
14. Allan B. Jacobs, *Great Streets* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995), pp. 272–80.
15. Jan Gehl, *Cities for People* (Washington, DC: Island Press, 2010), pp. 34–5.
16. M. M. Bakhtin, *The Dialogic Imagination: Four Essays*, ed. Michael Holquist, trad. Caryl Emerson e Michael Holquist, University of Texas Press Slavic Series 1 (Austin: University of Texas Press, 1981), p. 291.
17. Ver Michael Holquist, *Dialogism: Bakhtin and His World* (Londres: Routledge, 1990).
18. Bakhtin, *The Dialogic Imagination*, p. 323.
19. Bernard Williams, *Truth and Truthfulness: An Essay in Genealogy* (Princeton: Princeton University Press, 2002), p. 107.
20. Ver, por exemplo, Horace R. Cayton e St Clair Drake, *Black Metropolis* (Londres: Jonathan Cape, 1946).
21. Holquist, *Dialogism*, p. iv.
22. Bakhtin, *The Dialogic Imagination*, pp. 262–3.
23. Teju Cole, *Open City: A Novel* (Nova York: Random House, 2011), p. 155. (Edição brasileira: *Cidade aberta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.)
24. Richard Sennett, *The Foreigner: Two Essays on Exile* (Londres: Notting Hill Editions, 2017).

25. Gaston Bachelard, *The Poetics of Space*, trad. Maria Jolas (Boston: Beacon Press, 1969), pp. 27, 239. (Edição brasileira: *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.)
26. Gaston Bachelard, *The New Scientific Spirit*, trad. Arthur Goldhammer (Boston: Beacon Press, 1985).
27. Louis Althusser, *Essays in Self-Criticism*, trad. Grahame Lock (Londres: New Left Books, 1976), pp. 107–17.

8. Cinco formas abertas

1. John M. Camp, *The Athenian Agora: Excavations in the Heart of Classical Athens* (Londres: Thames and Hudson, 1986), p. 72.
2. A melhor descrição desse planejamento ainda é Sigfried Giedion, “Sixtus V and the Planning of Baroque Rome”, *Architectural Review* 111 (abril de 1952): 217–26.
3. Manuel de Solà-Morales, “Cities and Urban Corners”, in exposição *Cities, Corners, The B.M.M Monographs* 4 (2005), pp. 131–4, http://www.publicacions.bcn.es/b_mm/abmm_forum/131-134ang.pdf.
4. Sunniva Harte, *Zen Gardening* (Nova York: Stewart, Tabori & Chang, 1999), p. 18.
5. Uma boa descrição sucinta do projeto de Nolli se encontra online em Allan Ceen, “The Nolli Map and Cartography”, <http://nolli.uoregon.edu/nuovaPianta.html>.
6. Ver Spiro Kostof, *The City Assembled: The Elements of Urban Form through History* (Boston: Little, Brown, 1992), pp. 28–33.
7. R. Murray Schafer, *The Soundscape: Our Sonic Environment and the Tuning of the World* (Nova York: Knopf, 1994), p. 11.
8. Mensuração de pisadas por Richard Sennett.
9. Schafer, *The Soundscape*, pp. 77–9.
10. Alexander Cohen et al., “‘Sociocusis’ – Hearing Loss from Non-Occupational Noise Exposure”, *Sound and Vibration* 4, nº 11 (1970), pp. 12–20.
11. Todd Longstaffe-Gowan, *The London Square: Gardens in the Midst of Town* (Londres e New Haven: Yale University Press, 2012), pp. 202–4, 209.
12. Estes cálculos foram extraídos da bíblia do arquiteto paisagista, Robert Holden e Jamie Liversedge, *Construction for Landscape Architecture* (Londres: Laurence King Publishing, 2011), pp. 114–7.
13. Gaston Bachelard, *The Poetics of Space*, trad. Maria Jolas (Boston: Beacon Press, 1969), p. xv. (Edição brasileira: *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2008.)

14. Roland Barthes, *A Lover's Discourse: Fragments*, trad. Richard Howard (Nova York: Hill and Wang, 2010), p. 31. (Edição brasileira: *Fragments de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.)
15. Richard Sennett, *The Craftsman* (New Haven: Yale University Press, 2008), pp. 125-6. (Edição brasileira: *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.)
16. Ver Marta Bausells, "Superblocks to the Rescue: Barcelona's Plan to Give Streets Back to Residents", *The Guardian*, 17 de maio de 2016.
17. Kevin Lynch, *The Image of the City* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1960), pp. 9-10.
18. Kevin Lynch, *Good City Form* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981), pp. 37-50.
19. Ver Colin Rowe e Fred Koetter, *Collage City* (Cambridge, Mass.: MIT Press, 1979), pp. 168ss.
20. Edward R. Tufte, *The Visual Display of Quantitative Information*, 2ª ed. (Cheshire, Conn.: Graphics Press, 2001).
21. Larry A. Hickman (ed.), *The Correspondence of John Dewey, 1871-1952* (Carbondale: Southern Illinois University Press, 1999-2004), Vol. 3, 25 de setembro de 1949, Carta 11135, <http://www.nlx.com/collections/132>.
22. Ver Henri Focillon, *The Life of Forms in Art* (Nova York: Zone Books, 1992).

9. O vínculo pelo fazer

1. Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe, *Acting in an Uncertain World: An Essay on Technical Democracy*, trad. Graham Burchell (Cambridge, Mass.: MIT Press, 2011).
2. Ver Richard Sennett, *The Craftsman* (New Haven: Yale University Press, 2008), pp. pp. 39-45. (Edição brasileira: *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.)
3. Samir Khalaf e Philip S. Khoury (eds.), *Recovering Beirut: Urban Design and Post-War Reconstruction* (Leiden: E. J. Brill, 1993).
4. Sennett, *The Craftsman*, pp. 84-8.
5. Richard Sennett e Jonathan Cobb, *The Hidden Injuries of Class* (Nova York: W. W. Norton, 1972).
6. Richard Sennett, *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (Rio de Janeiro: Record, 1999).
7. Richard Sennett, *Together: The Rituals, Pleasures and Politics of Cooperation* (New Haven: Yale University Press/London: Allen Lane, 2012), pp. 38-40. (Edição brasileira: *Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.)
8. Ver a descrição do que se passou em http://en.wikipedia.org/wiki/Grenfell_Tower_fire, com a ressalva de que contribuí para este artigo da Wikipédia.

10. As sombras do tempo

1. Ver Stephen Greenblatt, *The Swerve: How the World Became Modern* (Nova York: W. W. Norton, 2012).
2. Tito Lucrecio Caro, *De rerum natura* (Da natureza das coisas) (Londres: Macmillan, 1893, e eds. seguintes), 2.216–224, 2.256–567.
3. Horace Walpole a Sir Horace Mann, 28 de janeiro de 1754, in *The Yale Edition of Horace Walpole's Correspondence*, ed. W. S. Lewis (New Haven: Yale University Press, 1937–83), vol. 20: *Horace Walpole's Correspondence with Sir Horace Mann IV* (1960), ed. W. S. Lewis, Warren Hunting Smith e George L. Lam, pp. 407–8.
4. Ver Sandra Banholzer, James Kossin e Simon Donner, “The Impact of Climate Change on Natural Disasters”, University of British Columbia, Vancouver, Canadá; https://earthobservatory.nasa.gov/Features/RisingCost/rising_cost5.php.
5. Pei Li, Jinyuan Xin, Yuesi Wang, Guoxing Li, Xiaochuan Pan, Shigong Wang, Mengtian Cheng, Tianxue Wen, Guangcheng Wang e Zirui Liu, “Association between Particulate Matter and Its Chemical Constituents of Urban Air Pollution and Daily Mortality or Morbidity in Beijing City”, *Environmental Science and Pollution Research* 22, nº 1 (2015): 358–68.
6. Um bom apanhado geral deste tema complexo é François Gemenne, “The Anthropocene and Its Victims”, in Clive Hamilton, Christophe Bonneuil e François Gemenne (eds.), *The Anthropocene and the Global Environmental Crisis: Rethinking Modernity in a New Epoch* (Nova York: Routledge 2015).
7. Philipp Rode e Ricky Burdett, “Cities: Investing in Energy and Resource Efficiency”, in *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication* (United Nations Environment Programme, 2011), pp. 331–73.
8. Neil Johnson, *Simply Complexity: A Clear Guide to Complexity Theory* (Londres: Oneworld, 2009), pp. 39–40. Publicado originalmente como *Two's Company, Three is Complexity* em 2007.
9. Geert Mak, *Amsterdam: A Brief Life of the City*, trad. Philipp Blom (Nova York: Vintage, 1999), p. 5.
10. Citado in Richard Sennett, “The Public Realm”, conferência na Quant Foundation, colóquio de julho, 2002.
11. Ver Michael Hough, *Cities and Natural Process: A Basis for Sustainability*, 2ª ed (Londres: Routledge, 2004), p. 31.